

SESSÕES DO PLENÁRIO

130ª Sessão Ordinária Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de dezembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. FABRÍCIO FALCÃO (3º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente faz a leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. J. Carlos, comunicando sua ausência da sessão no dia 09/12/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. João Bonfim, comunicando sua ausência das sessões no período de 09/12 a 23/12/2013, por motivos de saúde, conforme atestado médico anexo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Requerimento: (Lê) *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: projeto de lei 20.505/2013 e projeto de lei 20.535/2013”*.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.”

O requerimento está assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Gaban por 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, saúdo V.Ex^a e também saúdo apenas o deputado Marcelino Galo, que é o único deputado presente nesta sessão. Acho que o pessoal já está em recesso do Natal ou é o espírito de confraternização do jantar que vai acontecer amanhã, que o presidente da Casa vai oferecer a todos os 63 deputados. Mas, enfim, há apenas o deputado Marcelino Galo e eu aqui no Plenário, que está totalmente vazio, quando o governo encaminha 22 projetos de última hora para ser votado nesta Casa. O Líder do governo está que nem aquele bicho que se esconde na terra, esqueci o nome, escondido, não aparece. E chega aqui cinco para seis da tarde, no horário em que o nobre presidente convocou uma sessão extraordinária, ele chega esbaforido “Vamos fazer um acordo, vamos votar 20 projetos de vez!” O que seria uma vergonha para a Casa. Mas, enfim, vamos aguardar os acontecimentos.

Como o governo não se manifestou até o momento sobre o escândalo chamado licitação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação, mesmo após o secretário da Segurança Pública ter dito ao jornal *A Tarde* que não há nenhuma urgência para a colocação dos equipamentos que vão atender a Copa do Mundo, já que há um local apropriado para serem guardados. E o secretário e deputado Paulo Câmara insiste em querer faturar 11,5 milhões da Secretaria da Segurança Pública, faturar, no péssimo sentido, jogar fora 11,5 milhões, depois de ter cancelado uma licitação de 42 milhões, faz-se uma dispensa de licitação de 53,5 milhões, contrata-se uma firma desconhecida e inova ao dizer que há uma taxa de aceleração da obra. Nunca neste País ou em outro lugar do mundo, inventou-se que, se o prazo for menor, tem de se pagar R\$ 7,5 milhões só para uma taxa de aceleração.

Com muita satisfação, vejo entrarem vários auditores, funcionários do Tribunal de Contas dos Municípios, que, por sinal, tenho elogiado muito, aproveitando a presença de V.S^{as} aqui no Plenário da Casa, o comportamento não só dos auditores e funcionários, mas também dos conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios, que têm acatado as recomendações dos técnicos. E aqueles prefeitos que não estão respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal têm sido punidos de acordo com a lei em vigor, diferentemente do que faz o Tribunal “Carinhoso” com o Estado, que tem deixado utilizarem recursos vinculados para tapar a Fonte 00, já que o governo está gastando absurdos no custeio.

O governo arrecadou agora - graças aos auditores do IAF, foi uma arrecadação recorde - 870 milhões no Refis. E tenho conhecimento de que vai chegar a 930 milhões. Mas um governo incompetente que não tem gestão gastou 70% desse valor arrecadado no aumento de custeio do ano de 2012 para 2013, ou seja, está jogando dinheiro fora, da mesma forma que Paulo Câmara cancela um contrato face a uma dispensa de licitação alegando urgência por causa da Copa do Mundo. Porém foi desmentido publicamente pelo interessado, sério e correto secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa, que disse: “Não preciso com urgência dos equipamentos.”

Tem onde colocar esses equipamentos no valor de quase meio bilhão que o governo gastou? Eles são necessários não só para monitoramento, mas também para servir como integração entre as Polícias Civil e Militar. Por isso, não fomos contrários, e sim favoráveis a essa aprovação. No entanto fomos contra jogar 11 milhões e meio fora, querendo, meu caro presidente, dizer que é uma taxa de aceleração. Na época do Mensalão tinha outro nome. Só que agora na Bahia virou taxa de aceleração.

Hoje, no transcorrer do dia, se eu não tiver um posicionamento oficial do governo, já estou agilizando um procedimento para entrar com um processo de improbidade administrativa. Atualmente temos no Tribunal de Justiça um presidente com uma única preocupação: a de preservar a imagem do Poder Judiciário. Então, as coisas vão andar. Infelizmente vamos entrar com esse processo contra o governador, que no mínimo é conivente, já que tem conhecimento das denúncias que fizemos sobre estes 11 milhões e meio jogados na lata do lixo. E não temos segurança no País. Naturalmente, entraremos também contra o secretário Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

Espero, meu caro Vice-Líder do governo nesta Assembleia, Carlos Brasileiro, que em função desse processo a que daremos entrada V.Ex^a não precise se preocupar com o secretário retornando e o senhor saindo. Aliás, é um deputado que merece minha consideração, meu respeito pelo posicionamento. Vou até ajudá-lo porque é bom. Ele sai da secretaria, vai para casa descansar, e V.Ex^a continua nos honrando com sua presença.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Fabrício Falcão, nobres deputados, companheiras e companheiros servidores, Srs. das Galerias que nos visitam, quero falar sobre um evento inédito que aconteceu em nível nacional, sediado em Brasília, na semana passada: o Primeiro Fórum Mundial de Direitos Humanos, realizado aqui no Brasil com uma grande ajuda, o apoio organizativo do governo federal e principalmente da ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário.

Nele aprofundaram-se as discussões acerca das diversas dimensões do sofrimento humano, aquelas que são passíveis de políticas públicas que venham a minorar, tratar e atender as diversas deficiências que se colocam no Estado brasileiro, do ponto de vista da sua ação e infraestrutura para assistir aos portadores de necessidades especiais, do ponto de vista da cultura dos preconceitos.

Então, ali, nessas diversas dimensões, se tratou da questão da luta pelos direitos das mulheres e, infelizmente, foi comprovado que mesmo com a aprovação da Lei Maria da Penha, o crime, a violência contra as mulheres aumentou nesse país.

Então, a violência contra as crianças, a violência contra os idosos, a violência contra os homossexuais, a luta para se criminalizar a homofobia, e ali teve uma discussão extremamente profunda que não adianta só a dimensão do público na sociedade, mas que isso é internalizado justamente dentro de casa. Dentro das casas é o espaço onde se dá o maior nível das agressões contra as crianças, e tem uma pesquisa, hoje, divulgada que são justamente as mães, 52%, e os pais, 48%, os maiores agressores das crianças.

Então, é muito necessária a discussão por direitos humanos, porque se a gente não conseguir internalizar para dentro de casa, para a discussão individual vai ser muito difícil a gente avançar, já que está comprovando, na prática, que só leis, projetos de leis aprovados, e temos leis bastante avançadas neste nosso país, não estão dando conta de tratar essas questões.

Então, um fórum como esse que no próximo ano já se vai realizar em Marrocos, no norte da África, com certeza vai ajudar para que não só o Brasil, mas a humanidade como um todo trate de uma questão candente como é direitos humanos, aqueles fundamentais.

Discutiu-se também ali, numa dimensão muito ampla que nos interessa neste momento, o direito à memória, o direito à verdade. Várias Comissões da Verdade, ali também estava a Comissão Nacional da Verdade, com a exposição de como andam esses trabalhos nos diversos estados e também em nível nacional.

Outra questão que hoje nos envergonha como brasileiros é a falta de demarcação da terra dos indígenas, e os indígenas estavam ali também com muita força protestando.

Ali também tratando de uma questão que nos interessa e à sociedade, que é justamente desmilitarizar as polícias militares nos diversos estados desse país, para que a gente possa, dessa forma, com o controle civil, acabar com a violência, porque não é possível os registros de morte, principalmente da juventude, e da juventude negra, que é morta dia a dia pelas polícias militares.

De forma, Sr. Presidente, agradecendo a complacência de V.S^a, eu queria dizer que esse evento foi muito importante para esse país, e ali também foram premiados diversas personalidades que fazem a luta pelos direitos humanos no nosso país, pela nossa presidente Dilma e pela nossa ministra Maria do Rosário.

Muito obrigado, nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Brasileiro, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores que nos visitam nesta tarde e estão nas Galerias Paulo Jackson, do Derba e do Tribunal de Contas dos Municípios, nosso boa-tarde, Senhores da Imprensa, servidores desta Casa, primeiramente queria dizer aos servidores que esta Casa sempre está aberta às discussões dos projetos que aqui chegam, seja para enquadramento, alinhamento ou reajuste. O que esperamos é que o Líder da Maioria e da Minoria entrem em entendimento para que, o mais breve possível, possamos atender aos pleitos. Assim como ocorreu este ano com várias outras categorias do Estado.

Mas venho a esta tribuna para falar de um assunto similar ao que o deputado Gaban trouxe para cá com muita propriedade. A questão de um processo da Secretaria da Ciência e Tecnologia que precisa ser realmente observado. Acredito que o governador do Estado já esteja fazendo isso, vez que tem sido comprovada a lisura do nosso governador, no tocante à utilização do dinheiro público do Estado da Bahia.

O que me traz aqui, com tristeza, é para falar da nossa querida Senhor do Bonfim, que está vivendo um momento extremamente delicado na administração, portanto politicamente. O povo ansioso e esperançoso elegeu o prefeito Edvaldo Correia, optando pela renovação, com aspirações que pudessem atender às demandas do ex-gestor Carlos Machado. Infelizmente, agora, encontra-se num processo de desgaste político e público, ao ponto de na última segunda-feira ter ocorrido uma caminhada pelas principais ruas da cidade, com mais 5 mil bonfinenses, pedindo o *impeachment* do prefeito.

Por isso que falo que estamos tristes. Poderíamos inclusive estar alegres, porque é nosso adversário político. Mas em menos de um ano um prefeito ser convocado a deixar o governo, ser provocado a sofrer um *impeachment* é porque a sociedade cansou da ausência de serviços, e o pior são as denúncias que estão sendo feitas a cada dia no Ministério Público, nobre deputado Gaban, que já chegam a mais de 11 processos. Já existem três processos desses que já foram encaminhados à Justiça para que sejam apurados, porque já há suspeitas graves e concretas de superfaturamento, de contratos sem licitação, de improbidade administrativa e de “laranjas” por trás de empresas que estão comandando o transporte escolar. Só para se ter uma ideia o transporte escolar já foi renovado por três vezes por contrato de emergência ou de inexigibilidade. Isso é inadmissível pela lei. Agora foi suspenso, por conta da medida do Ministério Público.

A empresa de lixo também contratada por emergência, mas já estamos há um ano de mandato e ainda não houve licitação que pudesse justificar a permanência daquela empresa. Quero colocar os números para que haja um parâmetro, já que todos me conhecem e sabem que não gosto de fazer acusações levianas ou vazias. Mas para os senhores terem uma ideia, terminei o contrato de coleta de lixo, em minha gestão em 2008, pagando uma fatura de aproximadamente R\$93 mil, em Bonfim. O nosso sucessor, terminou, quatro anos depois, em 2012, pagando uma

fatura de R\$121 mil de coleta de lixo. E o nosso prefeito atual, em janeiro/2013, portanto um mês depois, pagava R\$217 mil, só para coletar o lixo da cidade de Senhor do Bonfim.

Então é lamentável o que está acontecendo naquela cidade, cidade próspera, uma das mais importantes do Estado da Bahia, onde o povo está sofrendo tamanha decepção, por ter apostado na renovação. E é natural na vida pública que se renove, que se aspire um projeto diferente que vá atender às demandas deixadas pelos que estavam no poder. Mas infelizmente, nós, homens públicos, que conhecemos a história política de Bonfim, já compreendíamos que este governo é um desastre só e o povo foi às ruas com 5 mil participantes, pedindo o *impeachment*.

Espero que a Câmara de Vereadores acolha as denúncias que também foram para o Ministério Público e que se abra o processo e se apure a verdade para que a nossa cidade volte a respirar o ar da democracia, da esperança e da certeza de dias melhores.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quero saudar os servidores do Estado, do Derba, que estão presentes na sessão da tarde de hoje.

Convido o deputado Adolfo Menezes para usar a palavra pelo tempo de até 5 minutos.(Pausa.)

Houve um entendimento entre os deputados, com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero fazer uma saudação especial aos vereadores Felipe Vieira e El de Celé, do município de Anguera, que assistem à nossa sessão, aos servidores, vou tratar desse assunto hoje ainda.

Paradoxos da Bahia: Governador, decisão judicial não se discute, cumpre-se. Na Bahia, é preciso ensinar ao governador que ele tem que cumprir decisão judicial.

Mas o assunto para o qual venho à tribuna diz respeito também à justiça tardia. E justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada.

Dizia o famoso conterrâneo Rui Barbosa: “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito das partes e assim as lesa no patrimônio, honra e liberdade.” É o que acontece, deputado Maria Luiza, no município de Anguera. Lá, em 2009, um prefeito que considera a prefeitura sua propriedade particular, um mero apêndice das filiais da sua empresa, demitiu 110 servidores concursados, concurso esse realizado em 1995. Depois 14 anos de serviço prestado ao município de Anguera, deputado Carlos Brasileiro, foram demitidos serventes, merendeiras, vigias, jardineiro, atendentes de enfermagem, professores, motoristas, enfim, dedicados servidores da municipalidade. Esses servidores passaram por concurso sem indicação política, deputado Gaban, e o Sr. Prefeito, de forma autoritária, irresponsável, não é nem autoritária, ele é um irresponsável, porque o município vai ter que pagar e arcar com

essa decisão que ele tomou, demitiu os servidores concursados.

Pois bem, esses servidores, em 2009, ajuizaram diversas ações contra o município de Anguera. Há 5 anos, essas ações tramitam na Justiça. Quatro juizes já passaram pela comarca de Serra Preta e nada se resolveu. São pais e mães de família com o seu sustento ameaçado, com sua honra e liberdade ameaçadas e não se toma uma decisão.

Em que Estado estamos vivendo quando a Justiça falha? O Executivo já sabemos da sua incapacidade administrativa, mas qual seria a esperança? Um Judiciário atuante, um Judiciário que decidisse, um Judiciário que assegurasse a aplicação justa da lei, que assegurasse o direito às partes menos favorecidas. E nada disso acontece na Bahia. A Justiça só funciona à serviço dos poderosos, a Justiça só funciona na pressão. E 110 cidadãos de Anhanguera vivendo à míngua. Estou citando Anhanguera como exemplo, mas temos outros e mais outros casos desses na Bahia. Uma Justiça que é instrumento de injustiça.

E fica aqui o meu apelo ao novo presidente do Tribunal de Justiça para que marque, determine, uma nova era para o Judiciário baiano. Porque, como se dizia, há três tipos de Justiça: a boa, a ruim e a da Bahia. Que a da Bahia seja agora a boa Justiça, que comece dando o exemplo reintegrando esses servidores concursados da prefeitura de Anhanguera.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos e depois o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Fabrício Falcão, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores do Derba que aqui visitam a Assembleia com suas reivindicações, dirijo-me a este Plenário porque queria fazer uma colocação que diz respeito a nossa cidade de Itororó, que V.Ex^a conhece bem, ali na região de Vitória da Conquista no Sudoeste da Bahia.

Têm acontecido algumas atuações do Ministério Público junto com a Polícia Militar e a Adab na tentativa de evitar a venda e o abate ilegal de animais. Defendo que precisamos ter a carne abatida na Bahia nas melhores condições possíveis e que tenha origem definida. Agora, não podemos admitir a forma como têm sido feitas as fiscalizações na feira de Itororó, como aconteceu no último sábado. O dono de um frigorífico de Itapetinga, que inclusive é o mesmo que opera o frigorífico de Vitória da Conquista, tem usado do seu poder econômico para pressionar o Ministério Público, pressionar as diversas instituições na nossa região.

Recentemente, estive na feira de Itambé e vi como estão sendo perseguidos os feirantes no comércio de carne na feira livre da cidade. Em Itororó, no sábado, deputado Carlos Brasileiro, aconteceu um assédio à população. Inclusive a Adab foi constrangida pela solicitação do Ministério Público, porque não é seu papel fiscalizar açougue, esse papel é da vigilância sanitária, mas há uma pressão muito forte em cima dela. Soube, inclusive, que por solicitação e orientação desse empresário de Vitória da Conquista e Itapetinga esteve presente representante da Adab, de Vitória da

Conquista, que não diz respeito a essa atuação, porque a área de atuação de Vitória da Conquista não pode sobrepor a área de atuação de Itapetinga, a qual Itororó está subordinada na relação da Adab.

Então, quero reafirmar meu posicionamento, o governador do Estado quando esteve em Itororó se comprometeu em estudar a possibilidade de um matadouro para aquela cidade. A cidade de Tororó tem na carne do sol a sua maior capacidade de negócios. Daí saíram 12 matadouros para pequenas e médias cidades, não saiu o de Tororó. A explicação dada pela Secretaria de Agricultura é que não estava no planejamento, mas não entendo por que saiu para cidades com uma quantidade de abate menor do que a de Tororó, e não saiu para a cidade de Tororó. A comunidade hoje está sendo submetida a uma pressão muito forte do Ministério Público e da Adab.

Quero dizer que o Ministério Público devia construir lá o abatedouro e depois ele iria cobrar uma condição de atuação dentro das normas legais. Não estou defendendo a ilegalidade do abate nem da comercialização, mas é preciso que o Estado dê condições para que depois cobre das pessoas a legalidade do ponto de vista da comercialização da carne. Não dá para fazer o que fizeram em Tororó no último sábado, levando pais e mães de famílias que vivem daquele expediente a ter que fechar os seus estabelecimentos, perder os seus produtos sob pena da legalidade. O Ministério Público, a Polícia Militar e a Adab estão colocando as pessoas na marginalidade, na ilegalidade e isso não podemos permitir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Boa-tarde, Srs. das Galerias, Srs. da Imprensa, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quero de antemão, vejo que é a questão da URV, prestar minha solidariedade e o meu apoio a essa luta de vocês e colocar-me à disposição para intermediar junto ao nosso governador uma saída para essa situação. Também sou servidora pública, sou professora e estou sempre junto com os servidores mesmo em alguns momentos, porque entendemos as dificuldades do atendimento por parte do governo, mas me coloco à disposição de todos vocês para intermediar também essa conversa e essa batalha.

Sr. Presidente, quero dizer a todos vocês que não vi na pauta dessa sessão de hoje a questão da PEC do voto aberto. O presidente tinha assumido que colocaria na pauta de votação de hoje. E mais uma vez fazer um apelo aos deputados, consulto a minha pastinha aqui de boca de urna e consulto todos os dias os deputados, temos 33 votos favoráveis à aprovação do voto aberto sem restrição. O último a declarar o seu apoio foi o deputado João Carlos Bacelar que confirma: também votará sem restrição.

Então, preciso de 5 votos ainda. E quero pedir o apoio dos meus pares, não está muito fácil, os outros deputados estão querendo votar com três restrições. Quero pedir o apoio dos deputados para que consigamos mais 5 votos, são 38 votos, que

entre na pauta de hoje, e façamos esse gesto pela sociedade, que desde junho pede a transparência nesta Casa. O voto aberto é uma demonstração de que este Parlamento realmente quer se aproximar do povo. Acho um absurdo, uma aberração num país onde já se aprovou a lei de acesso à informação, o segundo Poder do Estado estar votando secretamente para tantas coisas. Quero pedir aos meus pares que me ajudem nessa luta, para que realmente votemos sem restrição. Uma outra questão que quero registrar aqui, Sr. Presidente. É a matéria sobre o município de Camaçari. Fico muito feliz – ontem foi um pouco tumultuado o tempo aqui e não consegui expressar e registrar a minha opinião com mais clareza –, porque, há algum tempo, a nossa cidade era conhecida como o quintal de Salvador.

A manchete do jornal *A Tarde* de domingo foi favorável à nossa cidade, apesar de não reconhecer em nenhum momento, deputado Carlinhos, que tudo o que está acontecendo em Camaçari, hoje, foi fruto do que plantamos durante os 9 anos de gestão do ex-prefeito Caetano e, agora, este ano, do prefeito Ademar, para qualificar a nossa cidade, porque ela crescia, se industrializava, mas a riqueza passava por cima e a pobreza ficava lá.

Isso porque o Polo Petroquímico e a própria gestão municipal não investiam em nada para melhorar a vida da população, a fim de fazer com que as pessoas de classe média e os trabalhadores do Polo, também, se fixassem moradia em Camaçari. Mas, hoje, este reconhecimento é importante. A cidade tem crescido muito, mas o seu povo tem crescido e se desenvolvido junto com ela.

Gostaria de deixar este registro aqui.

Quero dizer que participamos, ontem, de uma audiência pública sobre a questão da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Acompanhei a discussão do projeto, no Congresso Nacional, proibindo que as mulheres ganhassem menos do que os homens em qualquer empresa. Foi pedido uma revisão, ou seja, pediram vista do projeto e o mesmo está encalhado, lá, sem que seja votado.

Precisamos fazer esta discussão e esta disputa também, porque as empresas, que estão chegando a Camaçari, estão criando dificuldades para contratar as mulheres de modo geral. O nosso projeto é para pedir paridade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Se a empresa tiver 50 vagas, serão 25 para as mulheres e 25 para os homens.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Deputado e presidente Fabrício Falcão, queridos colegas, taquígrafas, ouvintes da *TV Assembleia*, imprensa que sempre honra este plenário com suas presenças, Srs. das Galerias Paulo Jackson, quero, aqui, também, dizer-lhes que podem contar com meu apoio, porque é justo. Acho que, na vida de homens públicos e de mulheres públicas, tudo o que se fala tem de ser garantido. E os direitos não podem ser negados, pois todos os direitos têm de ser,

realmente, assumidos. Vejam, é direito de cada um de nós reivindicarmos o que merecemos, porque nós temos de ser reconhecidos pelo nosso trabalho.

Mas eu queria, Sr. Presidente, nesta tarde, dizer que estivemos, desde às 9h da manhã até às 13h30min., em uma reunião na UPB quando reuniram-se, em média, setenta e tantos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, ex-prefeitos, lideranças políticas de quase todo estado da Bahia para que o nosso vice-governador e secretário de Infraestrutura, Otto Alencar, desse o seu apoio ao candidato do governador Jaques Wagner, Rui Costa, e, também, para confirmar a sua candidatura ao Senado.

Há 3 anos, este é o compromisso do nosso presidente do PSD, porque ele queria ser, agora, o candidato a senador e queria que o povo da Bahia desse a ele esta oportunidade para que ele pudesse, no Senador, trabalhar, mudando as regras da Federação do Brasil. Segundo ele, o projeto seria, quando chegasse ao Senado, poder olhar com muita atenção a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não para reinventar aqueles que eram eleitos para desviar o dinheiro público, não! Mas, sim, para que haja justiça com os prefeitos e com os vice-prefeitos.

Agora, foram trilhões que o governo federal recebeu. E quando chega para a divisão entre os Estados e municípios, realmente, é uma carência tremenda. Perguntamos todos nós como é que os prefeitos deixarão a sua contabilidade neste final de ano, foi realmente projetado um gasto para fechar a contabilidade? Por falta de recurso pela queda do ICMS, com repercussão no FPM, os prefeitos não têm culpa, porque precisam absorver a percentagem de educação e de saúde. Tudo determinado por lei. E quando chega o momento de cumprir as obrigações, os prefeitos sentem dificuldade, são responsabilizados, porque não têm como fechar a sua contabilidade, como pleiteavam.

Então, acho uma injustiça. Acho que o nosso vice-governador está coberto de razão. Acho que estamos aqui... Preferiu sair do Tribunal de Contas dos Municípios porque, lá, ele julgava as contas dos prefeitos e, às vezes, os incriminava, tornando-os inelegíveis, não por culpa dele, e sim por culpa da divisão e da distribuição dos recursos federais para os Estados e municípios. É um absurdo o que vem acontecendo! Por isso é que ele deseja, deputado Gaban, estar no Senado para tentar, com os colegas, revisar todas essas leis arcaicas.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, apesar de o painel da Casa registrar a presença de 53 Srs. Parlamentares, notamos o esvaziamento total do Plenário. Por isso, solicito que seja feita uma verificação nominal, abrindo-se o tempo de 20 minutos e alertando os Srs. Parlamentares que se encontram nas dependências desta Casa, em seus gabinetes, que existe uma solicitação de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Naturalmente, peço que seja aberto o tempo de 20 minutos previstos não no

Regimento Interno, porque a Casa, hoje em dia, funciona mais por acordos do que por qualquer outra coisa. O Regimento Interno não existe, mas de acordo com mais um acordo feito entre Lideranças nesta Casa, peço o tempo de 20 minutos, meu caro presidente, solicitando, sobretudo, meu caro Carlos Brasileiro, e peço também ajuda de V.Ex^a, a presença dos deputados da base do governo.

Até em homenagem a membros do Tribunal de Contas dos Municípios que estão aqui, deputado Paulo Azi, apresentarei três sérias denúncias hoje. Três de uma só vez. Esse governo não tem limite! Paulo Câmara está fazendo escola. Na saída de secretários, parece que o dinheiro agora é assim: bonança! Em uma só secretaria, R\$ 23 milhões, hoje, para dar às pessoas. É uma maravilha esse governo! Depois, reclamam, meu caro presidente Fabrício, que não há dinheiro. Mas não há dinheiro que aguarde. Dos R\$ 930 milhões que o governador arrecadará do Refis – R\$ 870 milhões já anunciados, mas a receita chegará, deputado Carlos Brasileiro, a R\$ 930 milhões –, consumiu-se praticamente tudo, 70% em custeio pois o governo optou pela classe política. Mesmo essa classe política tendo aderido a ele, é jogar dinheiro fora. Pelo amor de Deus, Paulo Azi, são três. Parece que é presente de Natal. Em vez de dar presente de Natal para a população da Bahia, dá presente de Natal para os pequenos afortunados, aquelas ONGs ligadas ao governo, aqueles empreiteiros carinhosos com o governo em campanha. Só vemos isso. Não pode.

Por isso, solicito então uma verificação de quórum para que os membros da base do governo tenham, pelo menos, conhecimento do que está acontecendo nessas três denúncias que farei daqui a pouco.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Atendendo ao pedido de verificação de quórum do deputado Gaban, mas também para debatermos essas possíveis denúncias que ele anuncia, gostaria de convocar a todos os deputados para que compareçam ao plenário a fim de que possamos, com nossas presenças, atender ao pedido de verificação de quórum do deputado Gaban.

Também comungo com ele na parte de que hoje é um dia importante, em que se pleiteia votar mais de 10 leis ou projetos de lei neste plenário. Que possamos estar aqui debatendo com entusiasmo, com participação, para aprovarmos leis que possam trazer benefícios para o povo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Atendendo à solicitação de verificação de quórum do deputado Gaban, zere o painel por 15 minutos.

Convido todos os nobres deputados e deputadas que estão nos seus gabinetes a se fazerem presentes no plenário para darmos continuidade à presente sessão. Chamamos os colegas deputados, Sras. Deputadas, para se fazerem presentes no plenário para continuidade da presente sessão.

Sei que os deputados estão com muitas tarefas em seus gabinetes, reuniões, atendendo prefeitos, vereadores, diversas lideranças políticas do interior que vêm à Assembleia no dia de hoje, mas solicito que todos os colegas possam se fazer

presentes para continuarmos a sessão. (Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Saúdo a presença do ex-deputado Genebaldo Correia, do PMDB, que se faz presente conosco. Seja bem vindo.

Convoco os colegas deputados e deputadas que estão nos gabinetes, em reuniões nas suas salas, a comparecerem para dar quórum e continuarmos a presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Convido todos os deputados e deputadas a se fazerem presentes ao Plenário para darmos continuidade à presente sessão. Há um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Carlos Gaban.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que se encontram nos gabinetes, por favor, compareçam ao Plenário. (Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Neste momento, temos o quórum para a continuidade da presente sessão.

Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Convido o deputado Carlos Gaban para falar no tempo do PMDB, por até 25 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, querido amigo Fabrício Falcão, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, temos aqui três publicações.

O governo, infelizmente, meu caro Líder Zé Neto, não tem limites – o deputado Paulo Câmara, efetivamente, está fazendo escola na administração –, finalizando o ano de 2013 recheado de matérias. Lamentavelmente, temos a convicção de que o Tribunal, carinhoso com o Estado, mais uma vez não vai acompanhar, não vai notificar nada, não vai mandar para o Ministério Público. O mesmo procedimento que tem adotado nesses últimos anos com relação às contas do governo.

Senão, vejamos, primeiro, o material que trago aqui para conhecimento dos Srs. Parlamentares: a *Rede Globo*, através do *Fantástico*, gravou denúncia de corrupção existente entre as ONGs que teriam contratos com várias e várias prefeituras do interior do Estado, no caso, citando a Bahia, infelizmente, e apenas um contratozinho com o Estado de São Paulo.

A Bahia, mais uma vez, é foco de corrupção em relação a contratos irregulares com empresas, sobretudo a Pró Saúde. Até aí é normal, porque estamos confiando no que o Tribunal de Contas dos Municípios tem feito com relação à análise dos prefeitos municipais, punindo com os rigores da lei àqueles que a têm descumprido. Então, fico mais ou menos tranquilo com relação a isso.

Mas só que, segundo matéria publicada no *Jornal da Metrópole*, duas cooperativas, e a Pró Saúde é uma delas, sequer têm registro no Conselho Regional de Medicina do nosso Estado. Sei que isso o Tribunal de Contas dos Municípios vai verificar, analisar e punir as prefeituras e os prefeitos corruptos.

Mas essa Pró Saúde tem com a Secretaria da Saúde do Estado, só em 2013, um contrato de R\$ 5 milhões e 140 mil, meu caro deputado Paulo Azi. A Pró Saúde, denunciada! Inclusive, a gerente que está na foto do *Jornal da Metrópole*, todos a ouvimos dizer: “Temos 70% dos contratos com o governo do Estado”.

Então, numa simples e rápida análise que fiz hoje, pela manhã, vejo que só com a Secretaria da Saúde essa ONG, que essa senhora disse não ter qualquer dificuldade com o governo... Ela também diz que normalmente o percentual é de 10%. Depois, o chefe dela disse no *Fantástico* que: “se enxugar o contrato, a gente pode ter um lucro maior. É só colocar que vai ter tantos médicos atendendo, põe menos médicos para atender e, aí, a margem de lucro fica maior”.

Por isso que vemos filas todos os dias nos hospitais da Bahia. Não existe atendimento médico no interior e nem na capital e agora estamos entendendo por quê.

Esse governo é professor em dispensa de licitação. A Lei de Licitações no País serve para outros, para o governo da Bahia, não. E só a Secretaria da Saúde, este ano, por dispensa de licitação... E não é uma coisa emergencial; se fosse, até entenderíamos. Como esse governo não tem planejamento, não tem gestão, um contrato pode terminar e não há como dar andamento ao serviço. Aí, tem que haver uma dispensa. Mas com essa empresa, denunciada e gravada falando da propina, o governo do Estado tem contrato de janeiro...

É essa extremamente famosa, a Pró Saúde. Deputado Zé Neto, segundo matéria publicada no *Jornal da Metrópole*, essa empresa não tem nem registro no Conselho Regional de Medicina. E ela tem com a Secretaria da Saúde do governo contratos – janeiro, R\$ 514 milhões; fevereiro, o mesmo valor; março, abril, maio, junho, e por aí vai – para o ano inteiro com dispensa de licitação. Todo mês o eficiente secretário Solla faz uma dispensa de licitação. Doze meses de dispensa de licitação, uma em cada mês. Isso é uma imoralidade. É jogar dinheiro público fora.

Vemos a população reclamando por falta de saúde e vemos 12 dispensas de licitações da mesma secretaria para uma empresa denunciada, com o chefe gravado dizendo que a propina, o dinheiro que dão por fora, desviando para quem contrata, é de 10%, podendo aumentar se diminuir o número de médicos que atendem. E, infelizmente, vemos a imprensa diuturnamente denunciando filas em corredores de hospitais, falta de atendimento, mães e avós indo de madrugada também a postos de saúde para serem atendidas mas sem conseguirem marcar consultas, e o dinheiro sendo desviado mês a mês, impunemente, às vistas do Tribunal “Carinhoso” com o Estado, como se não bastasse!

Outra publicação. Agora virou mania a Secretaria de Infraestrutura - viu, deputado Paulo Azi, mais uma da Seinfra, desta vez no Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, o Derba? - contratar, para variar, com dispensa de licitação: R\$ 3.776.000,00. Está contratando empresas assim. (Lê) “(...) *autorizar a contratação direta com a FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS, COPPETEC.*” Reveja o escopo do trabalho: “*Realização de estudos hidro-sedimentológicos do Projeto da Ponte Salvador/Itaparica...*” - que não vai sair - “(...) , *por um prazo de 12 meses, com custo estimado de R\$ 3.776.900,00. (...) Em 10 de dezembro de 2013.*”

É a data dessa dispensa de licitação.

Até aí, nada de mais. Iremos pesquisar, porque eu não a conhecia para ver no Transp@rência Bahia que empresa é essa.

(Lê) “*Quem Somos*
O que fazemos
Missão, Visão e Valores
Áreas de projetos
Convênios
Organograma
Relatório de gestão”

E tudo mais. Então, vamos ver por que ela foi contratada com dispensa de licitação pelo DERBA, repito, para fazer estudos hidrossedimentológicos do projeto da Ponte Salvador-Itaparica. É o que faremos.

(Lê) “*A missão da Fundação COPPETEC é atender com qualidade os seus clientes na gestão de seus projetos de pesquisa e desenvolvimento, capacitação e formação de recursos humanos, bem como no apoio a contratos e convênios de desenvolvimento e fornecimento de serviços técnicos especializados.*

Neste sentido, os seguintes serviços são prestados pela Fundação COOPETEC:

1. Gestão de Convênios com órgãos públicos e privados para realização de pesquisa, desenvolvimento, treinamento e formação de recursos humanos, bem como para o desenvolvimento e fornecimento de serviços técnicos especializados.

2. Gestão de Contratos com órgãos públicos e privados para desenvolvimento de pesquisa conjunta e/ou prestação de serviços técnicos (diagnóstico, análise, testes e outros), fornecimento de know-how, licenciamento de patentes e transferência de tecnologia.

3. Importação de Materiais e Equipamentos com base na Lei 8010/90 que beneficia a aquisição no exterior com isenção de tributos, desde que voltados para projetos de pesquisa.

4. Gestão de Compras de Bens e Serviços observando a lei 8666/93 e demais legislações pertinentes, desde a análise da estratégia de compra, até a elaboração de edital e a realização de pregão eletrônico.

5. Gestão de Propriedade Industrial, assistência jurídica especializada para atender aos procedimentos necessários à obtenção de patentes nacionais ou internacionais bem como assistência no licenciamento de uso de patentes e softwares e na elaboração de contratos de transferência de tecnologia.

6. Assistência Jurídica especializada na administração de projetos e serviços técnicos especializados.

7. Gestão financeira do fluxo de caixa de projetos e procedimento para pagamento de fornecedores e pessoal envolvidos nos projetos.

8. Gestão de Pessoal para os projetos tais como formalização de procedimentos para admissão temporária e CLT, bolsistas e prestadores de serviços eventuais.”

Portanto, vejamos que essa empresa contratada por dispensa de licitação, conforme publicação no Diário Oficial agora do dia 17 de dezembro, para fazer

estudos hidrossedimentológicos do projeto da Ponte Salvador-Itaparica não tem como finalidade esse tipo de serviço. E a gente vê logo. Então, como é que o governo joga tanto dinheiro fora? Onde está o Tribunal de Contas do Estado, meu Deus?!

Estamos denunciando todos os dias irregularidades dessa forma. Todos os dias tem coisa errada. Chegam ao desplante de contratar uma empresa por dispensa de licitação em fim de ano, Marcelino Galo! Qual o objeto da empresa? A finalidade dela não é fazer estudos para a Ponte Salvador-Itaparica? E se dispensa uma licitação de 3.800.000,00?! Não basta terem comprado *ferryboats* que não entram no atracadouro?! Não basta esta mesma secretaria ter feito isso? Contrata dois *ferryboats* para atender ao Carnaval! Só que, na hora em que a empresa vai ver, tem de fazer mais uma obra porque não dá para entrarem nos atracadouros existentes os *ferryboats* que vocês contrataram. E tanto aqui em Salvador como lá em Itaparica.

Mas, se isso não bastasse, está aqui: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Essa aqui tem que agir certo, não é, deputado Marcelino, hein, deputado Brasileiro? Secretaria de Combate à Pobreza. Não pode haver desvio em uma secretaria dessas. Combater a pobreza com desvio, com coisas que não têm a transparência total necessária, é demais! Aí, eu pego agora o *Diário Oficial* de 19 de dezembro de 2012, quando era...

(O Sr. Carlos Brasileiro diz não ter ouvido o teor da acusação contra a Sedes.)

Eu vou dizer. Estou, antes, lembrando o que aconteceu em 19 de dezembro de 2012. O deputado Luciano Simões denuncia que naquela época R\$ 23 milhões foram, por dispensa de licitação também, destinados para algumas ONGs, entre elas, o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio. MCPS. Na época, um contrato de R\$ 6,811 milhões. Depois da denúncia do deputado Luciano Simões, foi verificado pelo governo e cancelaram esse contrato. Por quê? Porque era uma empresa do subúrbio – nada contra o subúrbio –, mas funcionava numa casinha extremamente simples, sem estrutura para poder administrar um recurso dessa ordem.

Passou-se um ano. Agora, no apagar das luzes, um ano depois, repito – parece que no mês de dezembro gostam de fazer caridade com o dinheiro público –, mais uma vez, resumo de inexigibilidade da licitação 016/2013. Sabe quem foi contratado? O Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, MCPS. Pior de tudo, deputado Reinaldo Braga, é que essa mesma empresa que foi denunciada pelo deputado Luciano um ano atrás, o governo rompeu porque viu que lá não havia estrutura. Essa mesma empresa tem um resumo de inexigibilidade de licitação, a 016/2013 e, pior, se fosse até para fazer um trabalho no subúrbio de Salvador poderíamos entender, uma empresa pequena, podemos dar uma oportunidade, uma ONG, está aqui em Salvador, no bairro, conhece os problemas do bairro. Mas ela está sendo contratada para fazer serviço na terra do Líder do governo, deputado Zé Neto.

Já viram isso? Uma empresa, uma casinha extremamente simples, como é a maioria das casas das pessoas que moram no subúrbio. Como é que ela vai administrar um contrato de R\$ 2,539 milhões na terra do Líder do governo, Feira de Santana? Deputado Paulo Rangel, é para rir mesmo. São coisas que não dá para entender. Eu pergunto: como é que está o “Tribunal Carinhoso com o Estado”? Vai

também passar por isso? Já viu que no passado, no mês de dezembro, olha a coincidência...

(Manifestação fora do microfone.)

O objeto? Gestão de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Urbana a Empreendimentos Sócio-Produtivos Individuais, Familiares em Redes de Unidade de Inclusão Sócio Produtiva-Unis, sendo essa a Unis Portal do Sertão-Feira de Santana, cuja área de atuação são os bairros de Feira, e se cita o nome dos vários bairros de Feira.

Isso é lá na Feira de Santana de V.Ex^a, deputado Arimatéia. Venha ver, V.Ex^a, que está na Comissão de Saúde, fazendo um bom trabalho, vai ser até premiado hoje.

Uma empresa do subúrbio de Salvador, que foi denunciada há um ano pelo deputado Luciano Simões, porque a ONG funciona uma casinha extremamente simples e era um contrato de R\$ 6,8 milhões, da mesma Secretaria. Ele denunciou, e o governo foi obrigado a romper o contrato. Um ano depois, faz uma dispensa de licitação no valor de R\$ 2,5 milhões para atender Feira de Santana. Uma empresa do subúrbio, que não tem condições nem de fazer o serviço no subúrbio, muito menos em Feira de Santana.

Então, não se pode querer fazer festa de Natal com o dinheiro dos outros, uma Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia... (O Sr. Carlos Brasileiro fala fora do microfone.)

Não, saúde, não, porque ele faz um trabalho bom na área da Saúde. Saúde é uma das áreas em que se tem dificuldade... Aliás, o governo tem dificuldade em tudo, porque gasta mal, mas o que me chama a atenção é isso aí: um ano depois... acho que eles pensam que temos memória curta aqui na Casa, pensam que é a mesma coisa do povo, não fazem nada... Segundo o governador Jaques Wagner, conforme matéria publicada ontem num dos jornais de circulação no nosso Estado, ele está fazendo uma “revolução silenciosa” no governo da Bahia. É tão silenciosa que só ele está sabendo, porque o povo da Bahia não sabe, porque não tem segurança, não tem saúde, não tem educação, criminalidade aumentando, mudam apenas os índices: “Diminuiu!” Eles dizem. Publicam no Diário Oficial ou nos jornais. Matérias pagas pelo governo para dizer que o índice de criminalidade na capital diminuiu! E as pessoas morrendo diuturnamente!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo o aparte a V.Ex^a, meu querido amigo.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço o aparte que me concede. Quando V.Ex^a fala da Saúde no Estado da Bahia e também fala da revolução silenciosa, de fato, não está nem um pouco silencioso o Hospital Regional do Município de Juazeiro. Parou tudo lá, não funciona nem a parte de emergência mais. Os repasses não são feitos, a população está desesperada em todo Vale do São Francisco. Eu vou usar a tribuna também para tratar desse assunto, pois tenho aqui várias denúncias e pedidos de socorro da população de Juazeiro que sofre com a paralisação. O 13º não foi pago, o salário de novembro também está atrasado, deputado Gaban, então, de fato, é uma região que vem sofrendo muito com o descaso.

Então, essa revolução silenciosa com certeza não passa pelo norte do Estado da Bahia. O Vale do São Francisco vem sofrendo e vem sofrendo muito e com certeza a população da região não está neste momento em silêncio, porque quem tem um parente precisando de uma emergência não vai ficar em silêncio. Pelo contrário, vai se exaltar num pedido de socorro para que alguém venha tomar providência.

Então, com certeza iremos usar a tribuna para que o governo tome providência, que o secretário da Saúde tome providência e ampare quem precisa na região do norte do Estado da Bahia no Vale do São Francisco.

Aproveito também o aparte do V.Ex^a para parabenizar o conselheiro Inaldo da Paixão, que acaba de ser eleito o novo presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; o vice-presidente Gildásio Penedo, nosso ex-colega, que também acaba de ser eleito vice-presidente do Tribunal de Contas da Bahia e o conselheiro Antônio Honorato para corregedor. Eleitos à unanimidade, aproveito aqui para desejar-lhes sucesso na condução desse Tribunal.

O Sr. GABAN:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, mas nada acontece por acaso. Falando da Saúde, está aqui a denúncia que estou fazendo: o secretário Solla, mês a mês, fez uma dispensa de licitação por essa empresa que foi gravada pelo *Fantástico*, que diz que dá propina. É um total de R\$ 5 milhões 140 mil no ano passado. E esse ano naturalmente já houve outro contrato. Mas só no ano passado, todo mês, todo mês, há uma dispensa de licitação no valor de R\$ 514 mil! É o dinheiro jogado fora e o povo sofrendo com o precário atendimento.

Vemos o pessoal do Derba aí, o pagamento da URV. Fico muito à vontade para tratar o assunto da URV. Sabe por quê? Porque quando fui presidente aqui da Assembléia Legislativa fui o primeiro a autorizar o pagamento da URV. Por quê? Porque reconheci o direito do recebimento da URV. Mas o governo do Estado não paga, fica empurrando com a barriga uma decisão que foi transitada, julgada, vai empurrando... Mas agora há uma luz no fim do túnel, meus caros funcionários do Derba: tem hoje um presidente do Tribunal de Justiça, um homem sério, honrado, que não tem nenhum compromisso com o governo, não tem nenhum compromisso ou qualquer tipo de conluio com o governo e tem a única preocupação de preservar a imagem do Tribunal de Justiça. Então, esse direito terá que ser cumprido.

Neste sentido, nós da Oposição já entramos com um pedido no Tribunal, baseado na Lei de Transparência que nos dê a relação de todos os processos tramitados e julgados que o governo ainda não cumpriu.

E terá que ser cumprido com a querida e gloriosa Polícia Militar do nosso Estado um compromisso do governo Wagner desde o seu primeiro mandato, e que não cumpriu, que era o pagamento da URV.

E está uma insatisfação enorme dentro da Polícia Militar com o descaso do governo. Eles não têm armamento para combater o crime organizado, que está extremamente estruturado, não têm coletes à prova de balas, não têm prestígio com o governo, não têm o salário que o governo prometeu.

Mas existe dinheiro para o Derba contratar uma empresa, como denunciei aqui, pelo valor de R\$ 3 milhões e 776 mil, com dispensa de licitação, para fazer um

estudo hidrossedimentológico. No escopo de serviços que essa empresa, a Coppetec, divulga – o que faz, quem somos, o que fazer, a missão – não existe esse que o Derba está contratando por dispensa de licitação.

Nós vamos à Secretaria de Combate à Pobreza e a vemos contratando uma empresa do subúrbio sem qualquer estrutura – que já foi denunciada no ano passado – para fazer, deputado Carlos Geilson, um serviço em Feira de Santana, a terra do líder do governo de V.Ex^a, por R\$ 2 milhões e 539 mil. Essa empresa foi denunciada 1 ano atrás e o governo teve que romper o contrato. Agora, 1 ano depois, é contratada novamente, com dispensa de licitação, essa empresa do subúrbio de Salvador sem qualquer estrutura, para prestar consultoria em vários bairros de Feira de Santana.

Não é à toa que o governador da Bahia, infelizmente, para tristeza de quem gosta da Bahia, está no jornal: “Ibope: o governo Wagner ocupa a 19^a posição entre os 27 do País.” Nós só ficamos embaixo! Queria ver o governador do meu Estado no 1º, no 2º, no 3º lugares para dizer: “Puxa vida! Sou Oposição, mas, pelo menos, é um governo sério, correto, competente!” Mas, não, está aqui: 19º entre os 27. Não pode ser diferente. Por isso que estamos aguardando, aqui, o posicionamento.

Mas, utilizando o pouco tempo que me resta, há um projeto tramitando aqui, encaminhado pelo presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, o ex-deputado Paulo Maracajá, assinado por todos os conselheiros, que é o PL 20.615/2013.

Extremamente justo, até porque os funcionários do Tribunal de Contas dos Municípios, como os do Tribunal de Contas do Estado, ganharam na Justiça, processo transitado e julgado, o direito de terem reajustados os seus subsídios. Esta Casa já aprovou na semana passada um projeto similar do Tribunal de Contas do Estado. Então, deputado Reinaldo Braga, nada mais justo que aprovemos o PL 20.615, que vai acabar com uma distorção. Porque, hoje, há funcionários do Tribunal de Contas dos Municípios ganhando menos que outros. Não pode a mesma Casa ter remunerações diferentes, até porque já foi uma decisão tomada pela Justiça.

Então, esse projeto encaminhado pelo TCM apenas vai regularizar uma decisão tomada pelo Judiciário e vai fazer justiça àqueles cujos salários ainda não estão constando corretamente na folha, que são em torno de 20%. Mas se fosse apenas um teríamos que aprovar, porque é uma questão de justiça, e no que depender da Oposição nesta Casa todas as facilidades necessárias serão dadas para que esse projeto seja aprovado e regularizada a situação do Tribunal de Contas dos Municípios.

Queria, mais uma vez, aproveitar para parabenizar os auditores do Tribunal de Contas dos Municípios, e todos os conselheiros, pelo trabalho sério que têm feito na análise das contas, doa em quem doer. Quem age corretamente está sendo aprovado, quem não está agindo corretamente está sendo reprovado e enviado ao Ministério Público, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas num País de tantas distorções, às vezes temos que parabenizar e valorizar àqueles que cumprem a lei, o que, infelizmente, está sendo o anormal. O normal, hoje, infelizmente, no País é desrespeitar as leis em vigor.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou ao Líder da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Srª Presidenta, a senhora voltou com mais energia depois da cirurgia. Que bom!

Falarão, respectivamente, por seis minutos, o deputado Reinaldo Braga e, por cinco minutos, a deputada Kelly Magalhães.

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Reinaldo Braga pelo tempo 6 minutos.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Deputada e Srª Presidente Maria Luiza Laudano, demais deputados que se encontram neste Plenário, Srs. Deputados, a exemplo do que fez o deputado Adolfo Viana, assomo a esta tribuna para registrar o resultado de uma eleição que acaba de ocorrer no Tribunal de Contas do Estado quando foram brindados aos cargos de presidente, Inaldo Paixão; vice-presidente, Gildásio Penedo Filho; e corregedor, o ex-deputado Antônio Honorato de Castro Neto.

É uma felicidade, para aquele tribunal, ter escolhido, por unanimidade, os seus conselheiros. Cada um obteve sete votos. São três personalidades de grande valor e reconhecimento na sociedade baiana. Dois deles, quais sejam, Inaldo Paixão e Gildásio Penedo Filho foram escolhidos membros daquele conselho pelos membros desta legislatura para que fizessem parte daquele tribunal. Coincidentemente, eles estão ocupando os altos cargos, novatos que são no tribunal, quais sejam, Inaldo Paixão como presidente e Gildásio Penedo Filho como vice-presidente.

Tal fato é uma honra para esta Casa, porque demonstra que a mesma soube escolher pessoas valorosas, pois elas, mesmo chegando agora àquela casa, estão sendo brindadas com os cargos mais altos daquele tribunal.

E, para corregedor, foi eleito o ex-deputado Antônio Honorato que foi presidente desta Casa, valoroso deputado, também foi presidente do Tribunal de Contas do Estado. Honorato fez um grande trabalho e todos acompanharam-no através da imprensa. Recentemente, houve uma enquete ou pesquisa no âmbito dos funcionários daquela casa. Ele, Honorato, foi escolhido, por mais de 140 votos, como aquele que o funcionalismo desejava como seu presidente. Isso é muito bom, porque atesta, justamente, o trabalho que fez quando presidente daquela casa. Isso demonstra a aprovação do trabalho que fez.

Mesmo sem ser candidato, o conselheiro Antônio Honorato obteve uma votação expressiva por parte dos funcionários daquela Casa, desejando que ele retornasse à presidência. Mas Honorato disse que o tempo dele já passou, pois ele foi presidente; e não tinha a falsa modéstia de dizer que ficou muito feliz de ser reconhecido pelo quadro de funcionários da Casa como aquela pessoa ou membro do tribunal que o funcionalismo desejava que ocupasse novamente a presidência daquela

casa.

No entanto, Honorato fez campanha para o Dr. Inaldo Paixão, uma pessoa qualificada, funcionário de carreira daquela casa, do Tribunal de Contas do Estado, e, também, professor da Uneb. Acho que aquela casa fez uma boa escolha por votar em um jovem que precisa se afirmar mais ainda, pois é uma pessoa muito educada, competente, inteligente, preparada. Tenho certeza absoluta de que o Dr. Inaldo Paixão fará uma grande gestão à frente do Tribunal de Contas do Estado. Isso é o que esperamos.

E esta eleição, por unanimidade, 7 votos de cada um, demonstra, justamente, que aquela casa está harmoniosa. Aquela casa quer trabalho. Com certeza, aquela casa fará um belo trabalho durante o futuro biênio na condução daquele órgão por Inaldo Paixão, Gildásio Penedo Filho e Antonio Honorato.

O S. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. REINALDO BRAGA:- Concedo um aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Reinaldo Braga, eu parablenizo V.Ex^a por este pronunciamento e faço minhas as suas palavras. O conselheiro Inaldo trabalhou por muitos anos como assessor do ex-deputado e ex-presidente do Legislativo, o atual conselheiro Honorato. E eu estava parabenizando-o junto ao deputado Adolfo Viana, porque é bom quando vemos um servidor de carreira como ele, um auditor fiscal, chegar ao ponto máximo do órgão em que trabalha, como é o caso específico o Tribunal de Contas.

Concordo também com V. Ex^a quando se refere ao ex-deputado Gildásio Penedo Filho, que tem uma formação jurídica e, como vice-presidente, fará um excelente trabalho. Dispensa nossos comentários com relação ao ex-deputado Honorato, também ex-presidente do tribunal, que foi eleito corregedor e poderá dar grande colaboração como já deu a esta Casa e ao Tribunal.

Parabéns a V. Ex^a pela iniciativa de fazer esse pronunciamento.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento e digo também que o ex-deputado Gildásio Penedo Filho, que hoje é membro daquele Tribunal, tem sido uma revelação pelo que temos ouvido falar da sua conduta. É dedicado, trabalha bastante e se aprofundou bastante no conhecimento da causa pública, principalmente nas questões mais polêmicas em que se debruça para poder trabalhar bem e dar resultados positivos para a sociedade baiana.

Agradeço a atenção de todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães por 5 minutos.

Desejo melhoras à deputada que está com um dedinho quebrado. Se não melhorar, se tiver qualquer problema, o nosso presidente do PSD, o vice-governador Otto Alencar, é um grande ortopedista.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr^a Presidente Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados, a presidente falou aqui do secretário e vice-governador Dr. Otto, e eu

quero saudar o evento do PSD hoje, quando se reafirmou o apoio à pré-candidatura do secretário Rui Costa. Também quero saudar o nosso futuro, sem dúvida, senador Otto Alencar, que é um grande municipalista e, com certeza, fará a transformação tão desejada por todos nós na divisão dos recursos necessários para fazer com que haja de fato uma melhor distribuição de recursos para os municípios.

Quero me solidarizar com os servidores que estão aqui, justa a reivindicação do pagamento da URV. Nós estamos apoiando e penso que o governo deve sentar e discutir uma forma de dialogar e pagar de fato a todos os servidores.

Mas subo a esta tribuna muito triste, como tenho feito todas as vezes que venho denunciar as mazelas da minha cidade. Queria chamar a atenção para uma matéria que a imprensa tem publicado: Barreiras é o polo regional de três territórios. Barreiras é uma cidade com mais de 150 mil habitantes, uma cidade que tem o Hospital do Oeste, o Hospital Ulrico Dultra, boas clínicas, bons médicos, bons serviços na área médica, mas que agora está perdendo sua referência pela incompetência, pela incapacidade de gerência da atual secretária da Saúde, pela dificuldade dela, pela incompetência do governo do qual ela participa, do Sr. Antônio Henrique. E agora, como moda, é claro que para todo besta existe um esperto, vemos Barreiras perder recursos com a proposta apresentada pelo presidente da UMOB, que é o prefeito de Luís Eduardo Magalhães, o Sr. Humberto Santa Cruz, que quer repactuar o dinheiro que a saúde de Barreiras não está usando adequadamente pela incompetência.

E, agora, como moda, claro, pois, para todo besta existe um esperto, vemos Barreiras perder recursos com a proposta apresentada pelo presidente da UMOB – União dos Municípios do Oeste da Bahia –, o prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Humberto Santa Cruz, em querer repactuar o dinheiro que a saúde de Barreiras não está usando adequadamente pela incompetência e pela falta de gerenciamento.

Querem pactuar e dividir o dinheiro com os demais municípios. E cada um tira de Barreiras o dinheiro que já vinha certo e o que já vinha dando certo na gestão passada da ex-prefeita Jusmari. À época de Jusmari, a saúde, sem dúvida nenhuma, era de primeiríssima qualidade, onde todos os laboratórios, todas as clínicas, todos os hospitais eram referenciados e prestavam atendimento.

Hoje, se morre na fila do HO, porque não se tem um convênio, sequer, com uma clínica para se fazer um atendimento ortopédico ou qualquer outro atendimento. E os postos públicos de saúde não têm recursos. Portanto, a incapacidade gerencial do prefeito é de se lastimar.

E, agora, existe esta proposta imoral, repito, imoral da UMOB. Eu não tenho, absolutamente, nada a ver e nada contra o prefeito de Luís Eduardo Magalhães. Mas isso está óbvio para todos nós. Em uma disputa legítima e lógica, claro, isso vai acontecer, pois Luís Eduardo é um município em ascensão e precisa de mais recursos. E o prefeito está querendo tirar os recursos de Barreiras para levar para Luís Eduardo que fica já na fronteira com Brasília e Goiás. Tira-se, assim, os recursos do polo de Barreiras que atende a todos os municípios que ficam no seu entorno.

Portanto, quero repudiar e, ao mesmo tempo, chamar a atenção do prefeito de

Barreiras para que ele, se não dá conta de governar, que entregue o seu cargo de prefeito, porque Barreiras já está entregue às moscas e às baratas, uma vez que não tem educação, não tem saúde!

E, agora, Barreiras pode perder os seus recursos! Vejam, são vinte e tantos milhões parados em uma conta, porque não tem recursos! A união de municípios deveria apresentar sugestões para fortalecer a saúde regional que está concentrada em uma cidade polo como Barreiras! No entanto, aparece uma união de municípios que quer levar os recursos para o município de Luís Eduardo?!

Ora, sabemos que os tais recursos não vão para os municípios pequenos. Sabemos que um município como Mansidão terá dificuldades, um município como Tabocas, também, terá dificuldades de ofertar o que já é ofertado no centro de Barreiras, na cidade de Barreiras, pela capacidade técnica dos profissionais, das clínicas, dos laboratórios que prestaram serviço no passado, quando eram conveniados, pois têm competência e qualidade para prestarem esses serviços.

Eu não entendo isso como bondade do prefeito Humberto Santa Cruz, presidente da UMOB. Vejo, sim, mais como lobismo, com todo o respeito, mas é um lobismo que atinge, frontalmente, a cidade de Barreiras. Nós vemos Barreiras perder, absolutamente, tudo! Estamos vendo perder tudo, tudo, tudo nesta gestão!

Quero chamar a atenção para que o prefeito Humberto Santa Cruz, como presidente da UMOB – União dos Municípios do Oeste da Bahia –, tenha a sensatez ou, ao menos, o mínimo de sensatez para perceber que a característica de polo regional, até pela sua centralidade, é a cidade de Barreiras, pois, geograficamente, é Barreiras.

Portanto não estou fazendo bairrismo! Não estou contra o município de Luís Eduardo Magalhães que tem uma medicina de alta competência com profissionais de alta competência!

Mas quero repudiar a retirada dos recursos da forma como está sendo proposta pelo presidente da UMOB para prejudicar ainda mais Barreiras e os cidadãos que vêm dos mais diversos e longínquos municípios da região do entorno para serem atendidos e não encontram nada neste governo do engodo e da mentira que, há um ano, praticamente, não disse a que veio e a cidade está às escuras e abandonada.

Portanto, fica, aqui, mais uma vez, o meu protesto e o meu repúdio a esta situação. Espera-se que Barreiras possa ter saúde referenciada e de qualidade e não apenas o lobismo como está-se colocando.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Quero, presidente, mais uma vez, dizer que o painel está registrando uma presença maior dos Srs. Parlamentares. O painel registra 58

deputados. Notamos um esvaziamento quase total. Então, neste sentido, o deputado Adolfo Viana fará um pronunciamento importantíssimo e ninguém se motiva a fazer um pronunciamento com o Plenário vazio.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Ainda não terminei. A noite pode virar criança, como se diz na linguagem popular. Tudo depende do Líder do governo que está escondido, pois ele está que nem tatu, uma vez que some quando entra no buraco. O Líder do governo está assim! Às 18h, ele chega apavorado e quer fazer acordo de tudo quanto é jeito.

Mas, enfim, minha cara presidente, nesse sentido eu peço a V.Ex^a que faça uma verificação nominal de quórum, acionando as campanhas, convocando os Srs. Deputados que se encontram em suas salas, em seus gabinetes, na sala do cafezinho, que venham ao Plenário para ouvir o pronunciamento do deputado Adolfo Viana.

Eu peço ao meu querido amigo, deputado Carlos Brasileiro, que V.Ex^a também colabore nesse sentido, chamando a Bancada que V.Ex^a tão bem vem atuando como Vice-Líder – aliás é o Líder de fato, V.Ex^a tem sido um Líder, aqui, sempre presente a todas as sessões, o Líder do governo cai fora, não fica aqui, mas V.Ex^a, sempre presente, procura ver os assuntos que dizem respeito ao governo, quando possível, faz a defesa, quando vê que não tem elementos necessários, fica na sua, como deve ser no Parlamento: do que é defensável, vamos fazer a defesa, com o indefensável ninguém quer se desgastar. E V.Ex^a tem tido um comportamento muito brilhante nesse sentido. Por isso tem merecido, não só de mim, mas de toda a Bancada da Oposição, todo o carinho, todo o respeito.

Gosto também de quem pediu a verificação de quórum, o meu amigo Paulo Rangel, tenho sentido saudade, V.Ex^a está cheio de voto já, rapaz, não precisa ficar viajando mais pelo interior, não. Fique mais presente aqui que V.Ex^a também tem feito bastante falta.

Então, solicito que essa verificação seja feita, repito, nominalmente, acionando-se as campanhas, estipulando-se o prazo de 20 minutos acordado entre as Lideranças neste Poder Legislativo.

Muito obrigada, querida presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu aproveito, inclusive, esta questão de ordem, Sr^a Presidente, para dizer que fiz uma viagem bastante prazerosa, deputado Gaban, que foi resultado de mais uma conquista do governo Wagner, que, realmente, realiza uma revolução silenciosa, mas vista pela população, principalmente nas regiões mais sofridas, como é o caso da minha região.

Então, ontem, nós tivemos um voo inaugural para a cidade de Paulo Afonso, uma das mais belas cidades, com certeza, urbanisticamente, uma das mais bem trabalhadas, não só no interior da Bahia, mas em todo o Nordeste e no País também. Esse voo terá uma importância muito grande, tanto no sentido de desenvolvimento do turismo naquela região, como em relação ao desenvolvimento econômico e

assistência social à população daquela região tão carente.

De forma que aqui, como paulo-afonsino, e como nordestino também, como ribeirinho, uma pessoa da região, quero agradecer ao governador Jaques Wagner pelo empenho que ele teve para que nós pudéssemos, a partir de agora, ter esse voo durante três vezes na semana, segundas, quartas e sextas. Com certeza, nós vamos fazer com que esse voo se torne um voo diário, acredito que já a partir do mês de janeiro.

Mas quero aproveitar também, como é de praxe na questão de ordem, para alertar todos os nossos deputados, principalmente os da base do governo, que existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, feito pelo deputado Gaban. Então, os deputados que estão no cafezinho, os deputados que estão nos gabinetes, os deputados que se encontram na biblioteca, devem comparecer ao Plenário, porque existe um pedido de quórum. É necessário que nós tenhamos a presença de 21 Srs. Deputados para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Quero também informá-la, Sr^a Presidente, de que o serviço de som nos gabinetes está com defeito, e por isso peço que V.Ex^a providencie o mais rapidamente possível o conserto, já que isso pode prejudicar, sobremaneira, o desenvolvimento desta sessão. Solicito a V.Ex^a determinar que seja zerado o painel e que dê os 15 minutos regulamentares para que o quórum seja refeito, já que se nota, realmente, que não temos aqui a presença de 21 Srs. Deputados neste momento.

Era essa a questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, existe um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Gaban e reiterado pelo deputado Paulo Rangel. Solicito que o painel seja zerado e aguardemos 15 minutos para que os Srs. Parlamentares que estão na sala do cafezinho, nos gabinetes ou na biblioteca queiram adentrar o Plenário. Necessitamos de 21 deputados para a continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados, por gentileza, queiram adentrar o Plenário desta Casa para que possamos dar continuidade a esta sessão, uma vez que temos na Ordem do Dia vários projetos a serem apreciados.

(A Sr^a Presidenta aciona as campainhas.)

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Gaban e reiterado pelo deputado Paulo Rangel. Solicitamos a V.Ex^{as} que adentrem o Plenário para que possamos continuar a presente sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr^a Presidente, pela ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr^a Presidente, falava há pouco sobre o voo inaugural para Paulo Afonso que vai atender praticamente todo o Nordeste do Estado da Bahia. Mas quero agora igualmente destacar que a região era um verdadeiro buraco em relação à prestação de alguns serviços, o que fazia e faz com que a população regional, que tem aquela cidade como principal, ainda se encontre vivendo uma situação de muita carência também em termos de infraestrutura.

Porém vale ressaltar aqui que a partir dos governos Lula e Jaques Wagner várias intervenções de envergadura foram feitas e precisam ser vistas. Por exemplo, vamos ter já no segundo semestre de 2014 o curso de Medicina da Universidade do Vale do São Francisco. Teremos essa faculdade ofertando 40 vagas lá no município de Paulo Afonso. Com isso, além de desenvolver a educação, atacaremos a longo prazo um problema que existe e persiste: o da falta de médicos naquela região, que neste momento será suprida pela vinda de médicos estrangeiros, principalmente cubanos.

Outra coisa a destacar é que o Nordeste baiano também ainda não tinha os serviços prestados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão. Tenho certeza, porque conversei com o engenheiro-chefe da obra, que dentro de um mês teremos as obras do SAC concluídas em Paulo Afonso, o que fará com que diversos serviços, como emplacamento de carros, carteiras de motorista e identidade e uma série de outros, também sejam prestados naquela região.

O Hospital Regional de Paulo Afonso, hoje da CHESF, passará a ser um hospital universitário e será administrado pela Ebserh – empresa estatal – que vai administrar todos os hospitais universitários do país. E, aquela região, por incrível que pareça, ainda não tem serviços de UTI. E já fizemos tratativas com a Chesf, com o governo do Estado, e a Chesf, logo em breve, vai licitar a obra que vai montar toda infraestrutura necessária para que possamos ter o serviço de UTI. O Estado da Bahia entrará com todos os equipamentos.

Portanto, o governo Wagner tem tido uma presença muito grande naquela região e essa presença tem sido bem mais enfática através das ações de combate à seca.

Mas quero aqui, mais uma vez, concluindo essa questão de ordem, solicitar aos deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, em reunião com lideranças, que se façam presentes pois temos apenas aqui 11 Srs. Deputados e precisamos de 21 Srs. Deputados para que possamos dar continuidade à presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Peço a V.Ex^{as} que adentrem ao Plenário para que possamos, realmente, cumprir com o nosso dever e votarmos os projetos que estão em pauta.

(A Sr^a Presidente faz soar as campainhas.) (Pausa.)

Há presentes 21 Srs. Deputados.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Por todo o tempo, minha cara presidente, falará o querido amigo deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, gostaria de iniciar o meu pronunciamento nesta tarde parabenizando os conselheiros que foram eleitos para conduzirem o Tribunal de Contas da Bahia por unanimidade, hoje, em

sessão do Tribunal de Contas do Estado.

Por unanimidade, o conselheiro Inaldo da Paixão foi eleito presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ele que fez carreira no próprio Tribunal de Contas, auditor, professor, não tenho dúvida de que o Tribunal não poderia estar em melhores mãos. Tenho certeza de que o conselheiro Inaldo irá fazer um grande trabalho à frente da presidência do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Assim como também foi eleito, para assumir a vice-presidência do Tribunal de Contas, o nosso ex-colega, deputado Gildásio Penedo que, sem sombra de dúvida, tem capacidade diferenciada e irá realizar, também, um grande trabalho.

Também foi eleito o conselheiro Antônio Honorato para o cargo de corregedor. E esse, obviamente, tenho um carinho todo especial, não podia ser diferente. É a minha referência, um homem sério, honesto, foi deputado estadual, presidente desta Assembleia, conselheiro, presidente do Tribunal de Contas e, agora, ocupa o cargo de corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Tenho certeza de que, também, irá dar grande contribuição à frente da corregedoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Mas ouvi aqui atentamente alguns pronunciamentos. Um deles, o da deputada Kelly Magalhães, deputada que tão bem representa o oeste do Estado da Bahia, Barreiras, sua terra natal. E a deputada Kelly se queixava da saúde na região do oeste. E o mesmo caos que acontece no oeste, acontece também no norte, e acho que assim em todo o Estado da Bahia.

Vejam, Srs. Deputados, denúncia do Ministério Público nos jornais que circulam no Estado da Bahia: “Ministério Público denuncia que governo estadual desvia dinheiro da Saúde.” E aí vem uma nota ampla que diz (Lê) *“Uma ação civil pública do Ministério Público da Bahia pede à Justiça que o governo do Estado destine, em caráter liminar, cerca de R\$ 150 milhões ao Fundo Estadual de Saúde. No texto, o MP diz que a iniciativa tem por objetivo impedir que o governo volte a praticar 'a desobediência às normas constitucionais que determinam o repasse mínimo para a saúde, verificada nos exercícios financeiros de 2011 e 2012'. O valor a ser bloqueado do Tesouro do Estado corresponde a uma parte do que as empresas do Estado como Ebal, Embasa, Desenharia, Bahiagás, Prodeb e Egba aplicariam, no próximo ano, em propaganda, promoção e divulgação de ações institucionais, segundo consta do Orçamento de 2014. A ação foi proposta com base numa representação encaminhada ao MP pelo deputado estadual Paulo Azi (DEM). Nela, as promotoras Rita Tourinho e Patrícia Medrado denunciam que o Estado não vem destinando o percentual mínimo de 12% do Orçamento para a saúde, porque os recursos estariam sendo destinados à cobertura de 'despesas de outras áreas, por intermédio da utilização de uma mesma conta do Tesouro, sem que se proceda ao depósito em conta específica dos valores decorrentes de verbas vinculadas à área de saúde'. O quadro, assinalam as duas representantes do Ministério Público, explicaria a 'situação caótica de ausência de pagamento a fornecedores da área da saúde, no valor de R\$ 200 milhões, amplamente noticiada pela imprensa local e confirmada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE)'. Procurados pelo jornal A*

Tarde, nem o secretário estadual da Saúde, Jorge Solla, nem o da Fazenda, Manoel Vitorio, se manifestaram até ontem à noite.”

Srs. Deputados, ao ouvir o pronunciamento da deputada Kelly Magalhães, também me reporto ao norte do Estado e recebo aqui a denúncia de médicos do Hospital Regional de Juazeiro que denunciam a falta de pagamento do 13º e do salário atrasado do mês passado.

Infelizmente, vemos uma Bahia na propaganda e uma triste Bahia na realidade das vidas das pessoas. E aí ouvi também nesta tarde, neste Plenário, deputado Gaban, não me recordo qual parlamentar disse que fazem uma revolução silenciosa no Estado da Bahia. Imagine como devem ter gritado as pessoas que precisavam de atendimento na segunda-feira no Hospital Regional de Juazeiro. Quando menciono a cidade de Juazeiro, vejo toda uma região, todo o Vale do São Francisco, todo o Norte do Estado necessitando dos cuidados e do atendimento desses mesmo hospital Regional de Juazeiro. Imagino uma pessoa que vem do município de Sento Sé, deputado Gaban, e que precisa ser atendido no Hospital Regional de Juazeiro, que na segunda-feira não atendeu as pessoas porque não vem honrando com os compromissos que deveria honrar.

Imagine que uma pessoa sai do município de Sento Sé precisando de atendimento no Hospital Regional de Juazeiro, e essa pessoa vai ter que enfrentar a pior estrada do Brasil com 120 Km e vai trafegar por 4 horas. Sem sombra de dúvida, é a pior estrada do Brasil. Esse mesmo governo que anunciou 7 mil Km em asfalto, já feitos, demorou muito para apresentar, e agora que o PSDB entrou com uma ação na justiça, vai ser obrigado a apresentar onde, quando e quanto custou cada quilômetro desse asfalto. Esqueceu do município de Sento Sé, do município de Juazeiro que liga essa mesma estrada. E eu não quero acreditar, deputado Gaban, que o governo republicano não tenha feito essa estrada, que é a pior estrada do Brasil, pelo simples fato de o prefeito de Sento Sé pertencer a um partido de Oposição. Realmente isso não cabe mais, principalmente no modelo que eles dizem governar o Estado da Bahia. Imaginem uma pessoa que sai do município de Sento Sé, trafega por 120 Km durante 4 horas, chega no Hospital Regional e não funciona.

Então, essa revolução silenciosa que eles dizem estar fazendo no Estado da Bahia, realmente é uma revolução que não cuida da vida das pessoas, que não se preocupa com a saúde das pessoas, e mais, deixam essas pessoas a nem sei dizer o quê.

O Sr. Gaban:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouço com prazer o aparte de V.Exª.

O Sr. Gaban- Meu caro deputado Adolfo, com certeza absoluta seu pai tem tudo para se orgulhar de você, seu pai que já exerceu todos os cargos aqui neste Poder, um grande amigo, um relacionamento perfeito, e V.Exª também não deixa nada a desejar com relação ao posicionamento que seu pai teve. V.Exª sempre sobe a essa tribuna com muita serenidade, tranquilidade, trazendo os assuntos das regiões que V.Exª tão bem representa. Tenho certeza absoluta que não só o pessoal de Casa Nova, Sento Sé, Juazeiro, todas aquelas importantes regiões do nosso Estado devem estar satisfeitas e

orgulhosas de tê-lo eleito deputado, porque V.Ex^a como poucos sabem defender os municípios que representa.

Parabéns e que o ano de 2014 seja de muito sucesso para V.Ex^a, sucesso que V.Ex^a teve com o exemplo de seu pai, mas V.Ex^a está seguindo o mesmo caminho e com certeza Deus vai ajudá-lo que continue também tendo uma carreira vitoriosa como seu pai tem tido.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Finalizo o meu pronunciamento, deputado Gaban, dizendo que realmente o Vale do São Francisco ficou esperando de fato uma ação do governo do Estado. O presidente da Assembleia teve a iniciativa de fazer a Assembleia Itinerante, estivemos lá no meio de ano passado e colocamos as deficiências, as dificuldades e que precisávamos das intervenções do governo para que o Vale voltasse a se desenvolver.

De fato foi gerada uma grande expectativa de ações que viessem a ser executadas por parte do governo do Estado para transformar a vida das pessoas, de fato a Assembleia foi realizada, os parlamentares apontaram as deficiências do Vale e ficamos na expectativa de que de fato algo de bom viesse a acontecer para mudar e transformar a vida das pessoas. Não aconteceu lá, mas também não aconteceu no Oeste, não aconteceu no Sul, o fato é que esta mudança silenciosa que eles dizem estar fazendo não existe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidenta, falará o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, amigas e amigos que ocupam as Galerias Paulo Jackson, companheiros e companheiras da imprensa, o governador Jaques Wagner foi muito feliz quando definiu o processo de trabalho que vem sendo desenvolvido na Bahia como um processo de trabalho que marca, realmente, um posicionamento revolucionário em relação àquilo que acontecia anteriormente na Bahia.

Mas o governador Jaques Wagner é mais feliz ainda quando diz que essa revolução é uma revolução silenciosa, sem barulho, sem rompantes, uma verdadeira revolução democrática, uma revolução que se dá no campo econômico, que se dá no campo social e, principalmente, no campo político através da adoção de um novo comportamento, deputado Adolfo Viana. Uma revolução que, muito embora silenciosa, é sentida pelo povo da Bahia, vista pelo povo da Bahia, marcada por grandes realizações do nosso governo.

Um governo que, ao longo desses anos, pode comemorar a queda da

mortalidade infantil, a queda do analfabetismo no Estado da Bahia, a construção e a recuperação de mais de 7 mil quilômetros de estrada.

E pode comemorar, na pior seca que vivenciamos nos últimos 50 anos, um investimento de mais de R\$ 4 bilhões na área de recursos hídricos. Dinheiro investido em sistemas de abastecimento de água, dinheiro investido em obras de saneamento.

Um governo que pode comemorar, hoje, a formação de mais 1.500 policiais e que já colocou 12 mil policiais nas ruas.

Governo esse que pode, hoje, principalmente eu, sendo filho de uma região muito carente, comemorar o retorno dos voos comerciais para a região de Paulo Afonso e o início do processo de licitação para a realização das obras do aeroporto de Feira de Santana que, sem dúvida alguma, na área de infraestrutura, marcará muito o interior da Bahia, principalmente a região do agreste baiano.

Um governo que conseguiu, durante esse período de 7 anos, construir, cinco novos hospitais, que pôde assistir à vinda de três universidades federais para a Bahia: Universidade do Recôncavo, Universidade do Oeste da Bahia, a Universidade do Sul da Bahia, e que trouxe várias faculdades de medicina, deputado Roberto Carlos. Por exemplo, a Faculdade de Medicina de Paulo Afonso, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, que já nesse Enem está oferecendo 40 vagas para estudantes de medicina, ação essa que, em breve, num espaço não curto de tempo, um espaço de médio a longo tempo, estará ajudando a suprir as necessidades da nossa população em uma área tão sentida, marcada pela falta de cuidados médicos em nosso País, mas, principalmente, em nosso Estado.

O governador Jaques Wagner é, sim, muito feliz quando adjetiva, quando compara o seu governo a um governo revolucionário, quando diz que essa revolução é silenciosa, mas não é contida, não é uma revolução, eu diria, barulhenta, não é uma revolução nervosa. É uma revolução, realmente, de ações que marcam, verdadeiramente, transformações no tecido social do Estado da Bahia. Orgulha-nos muito fazer parte deste governo. Fazer parte de um governo que não persegue. Fazer parte de um governo que dialoga, convive, não discrimina nenhuma corrente partidária e não olha coloração ideológica na hora de levar benefícios para o interior e para a capital do Estado da Bahia.

E está aí a parceria que vem sendo desenvolvida pelo governo do Estado com a Prefeitura de Salvador, que é hoje administrada por um adversário político, mas que não é visto como inimigo, como foi vista a ex-prefeita Lídice da Mata por um ex-governador do Estado. Esta é, sim, uma revolução que, além de silenciosa, é, sobretudo, democrática. É uma revolução que é vista, é uma revolução em que a população participa, e existe diálogo verdadeiramente. Fico muito contente com a forma de o nosso governador Jaques Wagner se expressar neste momento.

V.Ex^a, deputado Adolfo, falava sobre o Norte da Bahia, região em que também milito, e sobre a estrada que liga Sento Sé a Sobradinho. É verdade que aquela estrada já teve 50% do seu asfaltamento...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Está inscrito. Darei um aparte a V.Ex^a.

(...) e construiremos o restante. Mas V.Exª se lembra de como essa estrada foi deixada por outros governos. Portanto, temos orgulho do nosso trabalho, sabíamos que não daria para fazer tudo no mesmo momento, e essa revolução silenciosa, com certeza, terá continuidade.

Um aparte a V.Exª, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Paulo Rangel, V.Exª sabe do respeito que lhe tenho. Mas não tenho medo de dizer que essa estrada é a pior do Brasil. Não tenho medo de subir a essa tribuna e mostrar que o Hospital Regional de Juazeiro está sem funcionar. E as denúncias estão aqui! V.Exª vai a essa tribuna e diz que esse governo tem vários motivos para comemorar. E, ao mesmo tempo, o IBOPE mostra que o governo ficou em 19º lugar na avaliação dos 27 Estados do Brasil. Então, de fato, não estou vendo motivos para comemorar. V.Exª faz um pronunciamento dessa tribuna e sei que tem de fato uma representatividade forte no Norte do Estado, mas pode observar também que aquela região em nada está satisfeita com o atual governo, basta V.Exª realizar pesquisa nos municípios do Norte do Estado da Bahia.

O aparte que eu queria fazer era esse. Quero dizer que V.Exª que 19º lugar entre os 27 Estados do País de fato não é motivo para comemorar.

O Sr. PAULO RANGEL:- Discordo do aparte de V.Exª, até porque sua família sempre teve presença marcante naquela região, e V.Exª com certeza soube da assinatura da ordem de serviço de uma obra marcante, o serviço de abastecimento de água da cidade de Campo Alegre de Lourdes, obra de mais de 70 milhões de reais.

V.Exª assistiu ao processo de repavimentação da estrada que liga Casa Nova a Remanso. Posso dizer-lhe nesse momento que o projeto executivo da estrada que ligará – e será um grande vetor de desenvolvimento para aquela região – a cidade de Campo Alegre de Lourdes a Remanso, através de asfalto, já está sendo concluído pelo DNIT, produto de articulação do governo do Estado.

Posso colocar que a estrada que liga São Raimundo Nonato a Remanso também já está sendo motivo de discussão nesse momento, e logo teremos aquele trecho todo restaurado.

Concluindo, Srª Presidente, o Hospital de Juazeiro, que se encontra nesse momento numa crise, isso faz parte de qualquer democracia, as greves existem e nós respeitamos, esse hospital é produto também da intervenção do nosso governo.

Essa é, sim, uma revolução silenciosa.

Muito obrigado, Srª Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do bloco parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- Falará por 11 minutos o deputado Capitão Tadeu.

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Srª Presidenta, Srªs e Srs. Deputados, Srs.

Funcionários, cidadãos presentes nesta Casa, público da TV Assembleia, hoje ocorreu um manifesto dos servidores públicos na porta da Governadoria cobrando a questão da URV.

Fiz questão de estar presente junto com meus colegas servidores públicos, porque costumo dizer que estou deputado, não serei sempre deputado, mas servidor público serei a minha vida inteira. Tenho de ser coerente e lutar hoje pela minha profissão, pela minha carreira, pelos meus colegas e por mim mesmo, por isso estive presente cobrando do governador o pagamento da URV.

Sabemos das dificuldades de todos os governos no Brasil para pagar a URV. É verdade, existe dificuldade para pagamento da URV, mas o governo precisa chamar os servidores para negociar. É isso que não entendo, por que o governo não chama os servidores para negociar o pagamento da URV.

Chama para negociar, mostra a disponibilidade de caixa, faz um cronograma de pagamento. O que não pode é silenciar com relação a um direito do servidor. Por isso subo a nesta tribuna para fazer um apelo ao governo para que chame os servidores para negociar a URV.

O clima está começando a ser de insatisfação entre os servidores públicos, a cobrança tem sido grande, a irritação está aumentando, e não queremos que 2014, ano da Copa e que queremos a Bahia seja vitrine para o Brasil, não queremos que a Bahia venha a ser palco de greve de policiais e de servidores por conta de direitos, assegurados em Lei e na Constituição federal, não cumpridos.

Portanto, acho que este é o momento de o governo chamar os servidores para negociar. Faço um apelo aos deputados desta Casa: vamos levantar essa bandeira da negociação, vamos levantar essa bandeira do acordo, vamos levantar a bandeira do diálogo entre servidores e governo do Estado, para que em 2014 nós não tenhamos problemas de insatisfação e de paralisações no serviço público.

Esse é o apelo que eu faço aos Srs. Deputados: levantem essa bandeira nesta Casa. Faço também um apelo ao governo do Estado e aos servidores para que lutem pelos seus direitos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Simões:- Sr^a Presidente, em razão de o deputado Capitão Tadeu não ter utilizado todo o tempo, o deputado Adolfo Viana complementarará o tempo da Minoria.

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo restante do PMDB/PSB.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr^a Presidente, Sras. Deputados, Srs. Deputados, ouvi, aqui, o deputado Paulo Rangel atentamente na defesa do governo do Estado, tentando parabenizar, de fato, o governo do Estado da Bahia pelo trabalho que vem realizando.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a está inscrito.

E aí, ele entrou, de fato, em um assunto que eu conheço, porque quase todos os finais de semana vou ao Vale do São Francisco e percorro aquelas estradas do Vale do São Francisco. O deputado Paulo Rangel, desta mesma tribuna, hoje, falava da estrada e da adutora da Cidade de Campo Alegre de Lourdes. Deputado Sandro Régis, na propaganda e no discurso fácil isso existe, mas, de fato, quem vive na dificuldade daquela cidade sabe que nada chegou.

Inclusive, deputado Sandro Régis, a dificuldade de quem vive naquela cidade não é apenas pela falta de infraestrutura. O Banco do Brasil foi assaltado há 30 dias, e até hoje não abriu as portas, porque não tem segurança para reabri-las. Então, não é apenas a falta de obras estruturantes, a estrada e a adutora, a questão da segurança pública também vem abalando a vida das pessoas.

A questão do Hospital de Juazeiro é de cortar o coração. Segunda-feira, as pessoas que viajaram até Juazeiro para serem atendidas não encontraram o hospital funcionando. Observem que o Hospital Regional de Juazeiro é o responsável por garantir a saúde das pessoas de todo o Vale do São Francisco.

Sendo assim, este governo não tem motivos para comemorar. O deputado Paulo Rangel, na ânsia de defender o atual do governo do Estado da Bahia, na ânsia de parabenizar o atual governo do Estado da Bahia, esqueceu, de fato, de observar que o Ibope o colocou em 19º lugar. Então, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a pode observar que nós não temos, de fato, motivos para comemorar, pelo contrário, nós temos motivos para nos preocupar. Temos de nos preocupar com a péssima colocação que nos encontramos. É bem verdade que se fôssemos avaliados pelo Estado que encontra-se nas propagandas, na televisão, aí, de fato, poderíamos, sim, chegar ao primeiro lugar.

Eu ouço o deputado Sandro Régis com prazer.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Adolfo Viana, primeiramente, quero parabenizar V.Ex^a pelos seus pronunciamentos durante a sessão de hoje. V.Ex^a, com muita tranquilidade e segurança, traz a esta Casa os debates que estão afligindo o povo da Bahia. Atentamente, ouvi os discursos da revolução silenciosa. Realmente, a Bahia sofre ou a revolução silenciosa que ninguém vê, que ninguém sente, ou as obras da propaganda mentirosa. O governo do PT, o povo da Bahia.

Eu, atentamente, ouvi os discursos da revolução silenciosa. Realmente, a Bahia sofreu a revolução silenciosa, ou seja, ninguém vê e ninguém sente; ou, ainda, a Bahia sofreu com as obras da propaganda mentirosa. O governo PT se resume a esses dois polos: a revolução silenciosa que não atinge a vida dos baianos, pois nenhum baiano sente essa revolução mudando suas vidas e a propaganda mentirosa do PT.

Eu tive uma informação, hoje, que o Hospital de Alagoinhas, há dois meses, não recebe um real. Os médicos estão para fechar o hospital, porque a empresa não repassa o dinheiro e já estão, há dois meses, sem receber. O Hospital de Jequié não tem esparadrapo.! Se chegar um cidadão ferido ou com algum problema, tem de levar o *kit* sobrevivência: esparadrapo, mertiolate e *band-aid*. Não há isso no hospital. O Hospital de Juazeiro está fechado. O Hospital de Barreiras está um caos.

Será esta a revolução silenciosa? Será a revolução silenciosa um estado que não

tem saúde?! Será a revolução silenciosa um estado assolado pela violência?! Em apenas um dia, cinco agências bancárias foram explodidas e assaltadas?!

Realmente, deputado Adolfo Viana, se esta revolução for silenciosa, imaginem uma revolução onde o povo da Bahia sinta o desgoverno, a incompetência e o descaso do governo PT?!

Muito obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Sandro Régis, incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso discurso.

Veja, depois do pronunciamento de V.Ex^a, eles, ainda, encontraram motivos para comemorar. Fico na dúvida sem saber que motivos são esses. Hoje, esta sessão será longa e a Base do governo terá muito tempo para ocupar esta tribuna e, de fato, apontar os motivos para comemorar.

O nosso colega José de Arimatéia é o deputado destaque deste ano de 2013 e tão bem preside a Comissão de Saúde. V.Ex^a, deputado José de Arimatéia, podia dar uma luz para as pessoas de Juazeiro que estão sem o Hospital Regional funcionando. As pessoas, que chegaram ao Hospital de Juazeiro, na segunda-feira passada, encontraram as portas fechadas. Hoje, deputado José de Arimatéia, a deputada Kelly Magalhães fez um belíssimo pronunciamento chamando a atenção para a questão da saúde no município de Barreiras. O deputado Sandro Régis coloca a situação crítica dos hospitais de Jequié e de Alagoinhas.

Não tenho dúvida de que V.Ex^a, eleito o destaque parlamentar no ano de 2013 e à frente da Comissão de Saúde desta Casa, reconhece que não temos motivos para comemorar, pelo menos, no quesito da saúde.

Quero saber do presidente da Comissão de Saúde se existe, de fato, na área da saúde, motivos para comemorar, deputado Carlos Geilson? Vejam, de fato, chegar a um hospital precisando de atendimento médico e encontrar um hospital de portas fechadas, não tenho dúvida nenhuma de que isso não é motivo para comemorar!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado José de Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre querido e amigo deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvintes do *Canal Assembleia*, imprensa falada e escrita, todos os que nos honram com suas presenças nas galerias, cada um está lutando por seus direitos.

Venho a esta tribuna para comunicar que, ontem, no auditório da sede do Partido Republicano Brasileiro (PRB), foram empossado 15 militantes do Partido Republicano Brasileiro que irão representar o partido, os coordenadores sociais e

setoriais. Tivemos a presença de centenas de pessoas naquela reunião. O deputado federal Márcio Marinho presidiu a reunião e empossou os coordenadores, tanto na área da saúde, da educação, dos idosos, dos transportes, o PRB Mulher, o PRB Juventude, a igualdade racial. Enfim, foram 15 coordenadores que irão contribuir com projetos, sugestões para o próximo governo que teremos no Estado da Bahia. O PRB é um partido que tem mostrado a sua participação efetiva, a começar pelo vice-presidente, o saudoso José de Alencar, que honrou o partido e deixou essa marca importante de que o partido tem que avançar. Então ontem foi realmente um dia marcante, fechando as atividades do partido neste ano de 2013 com essa iniciativa de empossar esses coordenadores. Até porque em cada Estado está acontecendo isso. Como também irá acontecer nos municípios. Em breve, no próximo ano, estaremos empossando os coordenadores também na cidade de Feira de Santana e em outras cidades como Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, enfim, nós estaremos empossando os coordenadores que irão contribuir, não só com o município, com o Estado e em nível nacional já temos.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Exª me permite um aparte?

A outra coisa, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar é que na Comissão de Saúde, hoje pela manhã, foi apresentado um relatório das atividades do ano de 2013, onde nós tivemos 22 reuniões ordinárias, 13 audiências públicas e foram aprovados oito projetos. Então a Comissão de Saúde desta Casa está fechando o ano de 2013 com um resultado positivo.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Concedo aparte ao deputado, meu amigo de Feira de Santana, Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu querido deputado José de Arimatéia, deputado destaque, V.Exª traz dados sobre a atuação da comissão da qual V.Exª é o presidente, e é por isso que faço esse questionamento a V.Exª. O Tribunal de Contas do Estado apresentou um estudo que mostra que o Clériston Andrade está em uma situação impraticável para o funcionamento. V.Exª deve ter ciência de que as pessoas são atendidas nos corredores, as paredes estão rachadas, a infraestrutura está arcaica, e o Tribunal deu um prazo para o hospital sanar os problemas para que possa funcionar de acordo com o que se espera de um bom hospital.

Eu gostaria de saber se V.Exª tem acompanhando a situação do Clériston Andrade. Talvez, V.Exª tenha se pronunciado com muita eloquência sobre a situação do Clériston Andrade, cobrando do Secretário de Saúde do Estado, Jorge Solla, a recuperação. Também eu questiono se o nobre parlamentar tem ciência das cidades de Juazeiro, de Alagoinhas, de Barreiras, de Jequié? Esses hospitais estão em precárias condições. Então, V.Exª que é um parlamentar destaque, deve estar indignado com a situação desses hospitais. Gostaria que V.Exª bradasse desta tribuna para que o governo acordasse e melhorasse o atendimento na Saúde Pública do Estado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Deputado Carlos Geilson, como presidente da Comissão de Saúde desta Casa, logo que assumi- já vai fazer três anos - visitamos o Hospital Clériston Andrade, em Feira de Santana. Foi a primeira atividade da comissão, apesar de que, já tínhamos visitado o HGE aqui em Salvador, já visitamos

o Roberto Santos, enfim, visitamos todos os hospitais e realmente a situação do Clérison Andrade, em Feira de Santana, se encontrava pior, naquela época, há 3 anos atrás. Agora, nessa situação, conforme V.Ex^a está trazendo, eu estou a par da situação e o secretário de saúde do Estado tem se mobilizado.

A questão do Clérison Andrade, como aqui também em Salvador com a questão do HGE, já está sendo providenciada a construção do HGE II. Feira de Santana para poder corresponder e resolver esse problema do Clérison Andrade realmente, precisa, urgentemente da construção de outro hospital para isso já foi feita a avaliação. Agora o governo terá que resolver esse problema até porque é uma questão da própria intervenção do Ministério Público e também das cobranças e que não só eu, que tenho encaminhado toda semana relatórios, para o secretário, do que acontece com respeito à saúde pública.

Agora, a questão da saúde na Bahia, em vista como era antes, houve um avanço. Não estou aqui para dizer que está 100%, não está. Mas da forma em que se encontrava a saúde no Estado da Bahia, como a questão do investimento, por exemplo, quando o secretário Dr. Jorge Solla assumiu a Secretaria da Saúde, o Ministério da Saúde, o SUS, só investia R\$ 1,4 bilhão naquela época, quando ele assumiu a pasta do Ministério da Saúde.

Hoje, o Ministério da Saúde já investe na saúde da Bahia mais de R\$ 3 bilhões. Então isso mostra que já existia uma defasagem, já existia uma falta de acompanhamento e o secretário com a sua preocupação, com a sua experiência que tem nesta área, realmente tem dado esse resultado positivo, administrando. Construímos cinco hospitais públicos. Coisa que nunca vista na história da Bahia, tudo isso existe no relatório e posso até trazer ainda hoje na discussão que teremos, dados a respeito do que foi feito. É claro que precisamos avançar.

Não estou aqui para dizer que vou fugir das cobranças como presidente da Comissão de Saúde, não vou, jamais, até porque agora com esta honraria que me vai ser entregue, é mais um estímulo para lutar mais, para ajudar, mostrar para que o governo possa acertar numa saúde de qualidade para os baianos.

Então, esse é o compromisso como presidente da Comissão de Saúde, apesar de que mesmo recebendo essa honraria eu não terei poderes para resolver, mas para cobrar sim. Não cruzarei os braços, até porque hoje se V.Ex^a tivesse ido na Comissão para ver a prestação de contas do relatório, teria visto que nós da Comissão estamos atentos aos problemas que acontecem com a saúde pública, como também V.Ex^a teria tomado conhecimento do cronograma já para o ano de 2014, mesmo sabendo que 2014 é o ano das eleições, é o ano da Copa, mas nós estaremos sim, atentos a esses problemas e em Feira de Santana não será diferente. Visitei o Clérison várias vezes, já houve um avanço, mas é claro que para resolver um problema crônico como o que tem no Clérison Andrade não é do dia para a noite.

Então, Sr. Presidente, para concluir, gostaria de mais uma vez agradecer aos deputados que compõem a Comissão de Saúde que nos ajudaram durante o ano de 2013. Este relatório que foi apresentado teve a participação dos Srs. Deputados, como também recebemos as indicações que eles fizeram, foram aprovados projetos que irão

ajudar a melhorar a saúde na Bahia e tenho certeza que foi positivo esse ano de 2013. E 2014 não será diferente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, gostaria de pedir permissão a V.Ex^{as} para suspender a sessão pelo prazo de uma hora, podendo prorrogar posteriormente, para que sejam entregues os títulos aos quatro deputados que foram escolhidos pelo Comitê de Imprensa e aos jornalistas escolhidos por este Plenário como os melhores do ano. Então, eu gostaria de suspender a sessão por uma hora.

Declaro-a suspensa a partir de agora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falarão, pelo tempo de 6 minutos cada, os deputados Bira Corôa e Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, gostaria de registrar a nossa alegria pela visita que fizemos ontem à reitora Dora Leal, eu e o meu amigo e companheiro, deputado federal Waldenor Pereira, para tratarmos da consolidação e da expansão do campus da UFBA, em Vitória da Conquista, no sentido de viabilizarmos investimentos, ações do do governo federal, do Ministério da Educação, para que, a partir dessa consolidação e dessa expansão do Campus Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista, possamos evoluir para a constituição da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, com campus na região de Brumado, Guanambi e Caetité. É um sonho desse sertão que tem como referência histórica na área da cultura o nosso grande mestre Anísio Teixeira, de que lá chegue também a Universidade Federal da Bahia, agora já desdobrada na Universidade do Sudoeste da Serra Geral.

Foram muitas as notícias alvissareiras que recebemos da reitora Dora Leal, em função de que já dispõe aquela Universidade de um projeto preliminar, já votado no Concep, que vai ser votado em fevereiro no Conselho Universitário, indicando à presidenta Dilma, ao Ministério da Educação, o projeto de emancipação da Universidade Federal da Bahia no campus Anísio Teixeira.

Nós, eu e o deputado federal Waldenor Pereira, temos uma ligação muito forte com as universidades, construímos ali, na verdade, as bases iniciais da UFBA em Vitória da Conquista. Foi na nossa gestão que doamos a área onde está sendo construído o campus, já hoje com seis cursos de graduação, dois de pós-graduação, e mais já quatro cursos em processo de autorização, além das oitenta vagas do curso de Medicina, cujo vestibular acontecerá já em 2014/2015. Portanto, foram extremamente

importantes essas ações, esse empenho do deputado federal Waldenor Pereira, que, além de reitor da nossa Universidade, deputado federal, Líder do governo, tem uma influência muito boa junto ao Ministério da Educação. Ele foi o relator do Orçamento da Educação da Cultura e do Esporte no ano passado, e estamos viabilizando investimentos de R\$ 15 milhões, já para agora, para que, no próximo ano, esteja consolidado o campus da UFBA, em Vitória da Conquista, e, a partir daí, alcancemos a autonomia e implantemos lá a Universidade do Sudoeste da Bahia.

Então, com muita alegria, queremos aqui agradecer à professora, reitora Dora Leal, por essa audiência. Amanhã, à tarde, o deputado federal Waldenor Pereira estará com o Ministério da Educação, com o secretário executivo para viabilizar essas obras para a Universidade Federal da Bahia, campus de Vitória da Conquista.

Queria também, Sr^a Presidente, deixar aqui o nosso abraço ao nosso amigo Léo Gambá, de Jânio Quadro, que estará promovendo uma grande reunião, no dia 28 de dezembro, na sua cidade, aniversário da cidade, e lá estará lançando também uma grande história, memória, livros, um trabalho cultural de Jânio Quadros. Ele está fazendo uma administração extraordinária, a nossa gestão do PT do companheiro Léo Gambá. Envio, também, um abraço ao Dr. Leonardo, vice-prefeito, e à companheira Maria Teixeira que é uma militante histórica do Partido dos Trabalhadores.

Finalmente, tenho certeza de que haveremos de votar aqui, ainda esta semana, o orçamento e as últimas leis para que possamos, nesse intervalo, além da frequência que daremos aqui no trabalho das comissões, possamos estar visitando esses municípios.

Para concluir, quero convidar a todos os baianos de Salvador e da região que, ao passar por Vitória da Conquista, a partir do dia 18, não deixem de visitar o Natal Cultural da cidade. Esta é uma programação extraordinária que o governo participativo que tem o nosso prefeito Guilherme Menezes à frente.

Este é o Natal Cultural que conta com as presenças de Milton Nascimento, Nando Reis, grupos de rock, incluindo o nosso Erasmo Carlos. Há uma programação extraordinária com ternos de reis, com a participação da manifestação cultural da cidade para que, ali, se torne, cada vez mais, um centro e uma referência cultural da Bahia.

Estão todos convidados em nome dos nossos mandatos, da Câmara de Vereadores e, tenho certeza, do prefeito Guilherme Menezes.

Um grande abraço e até outra oportunidade, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 6 minutos restantes no Horário do PSB.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidores desta Casa, imprensa e, em especial, os servidores da área da vigilância do nosso estado, é interessante dizer que, na tarde e na noite de hoje, entre os projetos de leis debatidos, na possibilidade de serem votados nesta Casa, há o PL n^o 19.414/2011, de autoria da deputada Maria del Carmen. Sem dúvida

alguma, aproveitamos para reafirmar a importância deste PL e da aprovação no dia de hoje.

Mesmo porque, Sr^a Presidente, virou uma cultura, extremamente, prejudicial ao funcionalismo público e, em especial, aos servidores a contratação de empresas como prestadoras de serviços. Empresas essas que, na linguagem popular, são taxadas como “gatas”, pois não cumprem, à risca, as suas obrigações trabalhistas e, conseqüentemente, levam um prejuízo significativo aos servidores e, também, ao estado.

Sem dúvida alguma, é a hora de se dizer chega para as empresas que não respeitam e não têm compromisso com o trabalhador. E, em nome do sindicalismo baiano, em nome do compromisso que temos com este novo momento de transformar e de valorizar a atuação profissional, nós optamos, sem dúvida alguma, para que o dia de hoje, no bom senso desta Casa, que as bancadas, tanto a de Oposição quanto a de Situação, possam chegar a um acordo ainda na noite de hoje.

Esperamos votar, sem dúvida, este PL nº 19.414/2011 para que os trabalhadores, que prestam serviços ao estado e cumprem um papel importante para o desempenho da melhor condição de vida do povo baiano, possam ter a estabilidade, a segurança e a garantia e, acima de tudo, o respeito no trato para com o seu trabalho.

Em nome desta Casa, faço um apelo a todos os deputados para que possam contribuir para que este projeto de lei seja votado no dia de hoje, a fim de garantir, acima de tudo, a tranquilidade neste setor.

Quero aproveitar para destacar o trabalho e o papel que o setor de vigilância vem desenvolvendo em nosso estado. Aqui, estão representados por dois sindicatos que já visualizo suas presenças. É conseqüente e extremamente importante que a gente possa colocar como prioridade esta matéria para o debate, discussão e aprovação no dia de hoje.

Mas, Sr^a Presidente, também utilizo o tempo que me é permitido para dizer que no sábado passado participei na cidade de Seabra numa audiência pública para discutir a implementação da Universidade Federal da Chapada Diamantina. Saí do evento muito satisfeito pela sua qualidade e representatividade, pois dos 24 municípios envolvidos 20 estavam representados por prefeitos, prefeitas, vereadores, presidentes de Câmaras, secretários da Educação e de outras Pastas, além de diversas lideranças estudantis e de muitos jovens. Enfim, participou em peso a sociedade civil organizada de toda aquela região.

A Mesa foi composta pelo deputado Afonso Florence, proponente da matéria e da audiência, pelos reitores Naomar, da Universidade do Sul da Bahia, e Paulo Gabriel, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, por representantes da UFBA, da Universidade Federal do Oeste e da Uneb, entre outras representações, e pelos deputados Zé Neto e Neusa Cadore.

Foi extremamente debatida com todos e todas a importância dessa universidade. O mais surpreendente foi a exposição feita pelo reitor Naomar, quando apresentou para ser implementada naquela região uma proposta que consideramos das mais avançadas, seguindo um modelo que está sendo implementado no Sul e

Extremo Sul da Bahia: o da universidade que atende a todos os municípios em rede. Ela acumula as experiências vividas pelas duas Universidades implementadas mais recentemente aqui no Estado, as Federais do Recôncavo e do Oeste, com os *multicampi* e também a rede de escolas de nível superior em todas as cidades envolvidas.

A perspectiva é de que no próprio município o aluno oriundo do 2º Grau ingresse na escola de nível superior, faça dois anos básicos e aí migre para um dos polos regionais que atendem a área em que ele fez a opção. E isso assegurando que a maioria das vagas implementadas por essa universidade seja de fato ocupada por estudantes da região - na grande maioria, dos próprios municípios que a compõem.

Trata-se dum projeto extremamente salutar que foi aceito e aclamado por todos. Agora cabe à força da nossa Bancada em Brasília defendê-lo no Ministério da Educação, assegurando que a Bahia seja contemplada com mais essa universidade e que mais uma correção possa ser feita no que tange à oferta do Ensino Superior Federal em nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Srª Presidente.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria de solicitar uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Exª será atendido.

Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Srª Presidente, para atender ao pedido de verificação de quórum do deputado Adolfo Viana, solicitamos que os deputados da base aliada do governo compareçam ao Plenário para confirmarem as suas presenças e debaterem conosco os projetos que hoje estarão em votação.

Dentro de aproximadamente 15 minutos vamos entrar na Ordem do Dia para discutirmos o projeto do fundo que está sendo criado para o Corpo de Bombeiros. Por isso, gostaria que os Srs. Deputados viessem o mais rápido possível para que o quórum seja restabelecido e possamos dar continuidade à sessão.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Exª também será atendido.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum feito pelos deputados Adolfo Viana e Carlos Brasileiro. Precisamos da presença dos senhores para continuarmos a presente sessão.

Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, na Sala do Cafezinho, na Biblioteca ou em qualquer departamento deste estabelecimento, adentrem ao Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum para a continuação da sessão.

Solicito aos técnicos que zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum feita pelo deputado Adolfo Viana e reiterada pelo deputado Carlinhos Brasileiro. Solicitamos que adentrem ao Plenário para marcarem suas presenças para a continuação da sessão. Precisamos votar os projetos que estão em pauta que são de interesse do Estado da Bahia.

(Os Srs. Deputados registram suas presenças.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Como já existe quórum para a continuação da sessão, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria, ou ao Líder do Dem, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o deputado João Carlos Bacelar.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, dois ilustres deputados utilizaram hoje a tribuna desta Casa, o deputado Zé Raimundo e o deputado Bira Corôa, para falarem do ensino de 3º Grau.

Mas, deputado Adolfo Viana, os deputados se referiram às universidades federais, porque a comunidade acadêmica das universidades estaduais quer distância dos deputados do PT e do PT. Por que isso? Porque o governo Wagner tem sufocado as universidades estaduais. O governo Wagner tem sido o grande inimigo das universidades estaduais.

Essa deve ser a revolução silenciosa de que o Sr. Governador fala, a revolução que cala o mundo acadêmico, que desmantela o sistema das universidades baianas.

A comunidade acadêmica tem protestado. A comunidade acadêmica tem reclamado da crise financeira que assola essas universidades. A Uneb e as demais universidades estaduais da Bahia fizeram uma paralisação, com portões fechados, na última semana. O protesto foi o terceiro deste trimestre, que veio juntar-se aos 60 dias de greve do ano passado.

O governo levou os Ensinos Fundamental e Médio à greve de mais de 120 dias no ano passado. O engraçado é que na propaganda do governo da Bahia tudo é diferente. Houve na educação mais greve no governo Wagner do que dias de aula. É esta a educação que o Partido dos Trabalhadores dá ao filho do trabalhador. Não há argumentos. Contra fatos não há argumentos. A educação do filho do trabalhador, na Bahia, é relegada a último plano.

E agora a crise chega ao ensino universitário. O protesto dos professores denunciou a crise financeira e o desrespeito do governo Jaques Wagner com a educação superior pública da Bahia.

Além da paralisação, professores, técnicos administrativos e estudantes participaram de aula e audiência pública nesta Assembleia. Nenhum deputado do Partido dos Trabalhadores passou por perto, deputado Adolfo, porque são todos *persona non grata* ao mundo acadêmico do sistema das universidades baianas.

(Lê) *“A aula pública, com o tema 'Crise da universidade: expansão, precarização e intensificação do trabalho', foi ministrada pelo professor da*

ADUNEB e diretor do ANDES-SN, Milton Pinheiro. Após repercutir sobre o caótico cenário de sucateamento em que se encontram as Ueba, Pinheiro criticou o governo estadual, que vira as costas à educação, ao trabalhador, se alia a grandes companhias capitalistas com isenções fiscais e 'apoia as empresas que se instalam no estado para sangrar os trabalhadores baianos', afirmou o diretor do ANDES-SN."

Essas são observações do professor Milton Pinheiro.

Mas, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, o que mais chamou a atenção nessa aula pública foi a posição dos reitores das universidades estaduais, não só o corpo técnico-administrativo, não só o corpo docente, não só os alunos, mas os próprios reitores das universidades estaduais reprovaram a política educacional do governo Wagner.

(Lê) *"O destaque ficou para as duras e incisivas críticas feitas pelo Fórum dos Reitores. Representando o posicionamento dos reitores de Uneb, Uefs, Uesb e Uesc, o vice-reitor da Uesb, José Luiz Rech, afirmou que 79% das verbas das Ueba são destinadas a custeio e pessoal, o que demonstra a ausência de investimentos por parte do estado. 'Com a falta de estrutura das Ueba, perdem a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e, principalmente, os municípios baianos', ressaltou o representante do Fórum dos Reitores. Ainda mais incisivo, José Rech disparou: "Estamos carentes e sozinhos."*

Cadê a Bancada do PT que tanto se utilizou das universidades estaduais para eleição dos seus representantes?

(Lê) *" Servimos ao governo apenas para propagandas".*

Não somos mais nós, da Oposição, não são mais setores da Imprensa que denunciam a verdadeira farra com o dinheiro público na propaganda. É agora o mundo acadêmico, é o próprio fórum de reitores das universidades estaduais. (Lê) *"Se continuar assim, com certeza teremos paralisações no próximo ano. Finalizando o desabafo, o vice-reitor comparou a crise das universidades à atenção destinada à Copa do Mundo".*

Mas, Magnífico Reitor, Vossa Magnificência parece que não conhece o governo Wagner, o governo que tem privilegiado o interesse das classes mais favorecidas, o governo que investe mais de 1 bilhão de reais na Fonte Nova e deixa as universidades morrerem à míngua.

Isso no ensino superior, sem falar a tragédia que é o ensino fundamental, a tragédia e o caos. Agora, no ENEM, a primeira unidade de ensino pública do Estado da Bahia aparece lá pelo número 1.200, 1.300 no *ranking* nacional. É esse o governo que tem o deslante e a coragem de investir em propaganda. Quando se discute reforma nesse país precisa ser proibida essa propaganda indecorosa que não tem nenhum caráter educacional, que serve apenas para financiar a mídia amiga, esse verdadeiro duto por onde o dinheiro público sai.

Precisamos, deputado, modificar essa legislação. A educação precisa ser prioridade no Estado e não a mentira do TOPA, um programa mentiroso, um programa com a concepção totalmente errada.

E é por isso que o Ibope aponta que o governo Wagner é o 19º entre os 27

governadores da Federação. É o resultado, deputado Carlinhos Brasileiro, me solidarizo com a situação que V.Ex^a enfrenta em Senhor do Bonfim, mas no Estado não é diferente não, no Estado é pior, pela abrangência e pelos recursos envolvidos. Partido dos Trabalhadores que não valoriza a educação do filho do trabalhador. Faliu o Partido dos Trabalhadores na missão de educar o filho do trabalhador.

É por isso, Sr. Presidente, que estamos aqui protestando, que estamos aqui chamando a atenção para as prioridades erradas de um governo que só pensa na política rasteira, que só pensa na política executada no chão, sem nenhum compromisso com as políticas públicas. E às vésperas de encerrar o ano legislativo, a Bancada do governo não está nem aí, que se dane a educação do filho do trabalhador. A Bahia está nessa situação no Enem. Quando projetamos os dados do Pisa, a Bahia fica entre os quatro últimos estados brasileiros e não se ouve uma voz, não se ouve sequer um protesto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Requerimento: (Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.”*

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT ou da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro: - Sr. Presidente, falará, por 6 minutos, o deputado Sargento Isidório e, pelos 6 minutos restantes, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sargento Isidório, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores das Galerias que nos honram com suas presenças, Srs. Profissionais da Imprensa, louvo a Deus pela vida dos bravos companheiros de lutas firmes do Sindivigilante que comparecem e abrilhantam as Galerias desta Casa, buscando aquilo que é seu direito, lutando pelo PL Anti-Calote, o Projeto de Lei 19.414/2011. Inclusive é buscado pela deputada Maria del Carmen e pode contar com o meu apoio, porque sempre disse, nesta Casa, que estou deputado. Não sou deputado. Sou funcionário público, forjado na luta, forjado nos movimentos sociais, nas paralisações dos trabalhadores, participando também de várias bravas lutas dessa categoria, que tem a mesma periculosidade do policial militar, tão importantes quanto os policiais civis e militares, companheiros que dão também suas vidas, tomando conta do patrimônio privada. Então sejam muito bem-vindos a esta Casa. V.S^{as} honram a família de vocês, porque quem sabe faz a hora não espera acontecer.

Mas, minhas senhoras e meu senhores, continuo denunciando conforme a palavra de Deus, a depravação, a falta de respeito que está sendo espalhada pelo

nosso Estado e pela nossa Nação. Estou falando do ativismo homossexual. Estou falando não com aqueles que praticam esse tipo de sexo, homem com homem e mulher com mulher, mas, pelo menos, respeitam os logradouros públicos, respeitam as praças públicas e respeitam os casais heterossexuais. Ou seja, o casamento de Deus, o casamento que vem da história cristã católica, que é da história cristã evangélica, o casamento preceituado pelos mais antigos e pelos nossos familiares que é o casamento do homem com a mulher, da mulher com o homem, até porque na Bíblia católica e evangélica está escrito que Deus criou macho e fêmea e abençoou.

A Bíblia diz que deixará o homem pai e mãe e se unirá a uma mulher, deixará a mulher pai e mãe e se unirá a um homem. E nós estamos assistindo à depravação na televisão em pleno meio-dia. Duas horas da tarde, você não pode estar com seus filhos em frente à televisão porque fazem questão de patrocinar o casamento que mais lembra o encontro de cobra com cobra, de gato com gato, lebre com lebre.

Se Deus fizesse o homem para casar com homem, Sr. Presidente, Ele não teria criado Adão e Eva, criaria Adão e Ivo. Deus criou o homem para a mulher, Sr. Presidente, e a mulher para o homem.

Não é à toa que tudo o que Deus faz é perfeito. O homem nasce dotado do aparelho genital masculino. Portanto, quando nasce, o parteiro, ou médico, diz: É um rapaz, é um rapaz, é um garoto! A mulher nasce, também, dotada do seu aparelho feminino. Então, por mais que queiram, ninguém vai conseguir transformar homem em mulher, nem mulher em homem. A mulher pode se inflamar contra outra com o dedo, com borracha, com o que quiser, mas não vai conseguir o aparelho que tem o homem dado por Deus.

O homem pode cortar o seu pênis, como estão por aí castrando, podendo até dar infecção, com o dinheiro público do SUS. Enquanto isso, mulheres e homens obesos, mulheres com problema de crescimento dos seios prejudicando a estrutura do corpo, buscam uma cirurgia para socorrer a sua saúde e não encontram.

Ficamos sabendo que o SUS deseja patrocinar a castração em massa dos homens tentando bulir na natureza de Deus. Pois eu quero deixar um recado: podem cortar o “bigulinho”, o “bilau”, o pênis do homem, podem fazer o que quiserem, podem castrar, mas o homem nunca será mulher, porque tudo o que Deus faz é bem feito. Pode a medicina mundial castrar o homem, tentar fazer vagina, mas eu quero ver menstruar, Sr. Presidente. Eu quero ver mulher que casa com mulher fazendo farra, aparecendo na televisão, sair para o seu colóquio e depois engravidar a sua parceira sem precisar de um macho de Deus emprestado.

Se Deus fizesse homem para casar com homem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Para concluir. Se Deus fizesse o homem para casar com homem, Sr. Presidente, não teria feito Adão e Eva, teria feito Adão e Ivo.

Tudo isso que está aí, esse desrespeito, homem dentro dos banheiros públicos desrespeitando as famílias dos outros, precisa que a presidência submeta...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) faça um plebiscito para que o povo desta Nação decida se casamento de homem com homem é possível ou não, porque eu tenho certeza de que homem com homem não faz filho, de que mulher com mulher não faz filho, porque mulher com mulher dá jacaré e homem com homem dá lobisomem.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Marcelo Nilo, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, quero saudar os meus companheiros que defendem a regularização da relação capital trabalho.

Hoje, no projeto que intitularam anticalote, já fizemos uma pactuação e iremos aprovar se houver combinação entre Oposição e Governo. O projeto que evita, inclusive, que empresas que não tenham capacidade de honrar os seus compromissos, façam contratualização com o Estado e que entre empresas, Estado e sindicato dos trabalhadores, elas possam efetivamente garantir as condições e as relações de trabalho. Que possa cada um receber o seu salário em dia, fruto do trabalho que cada um exerce.

Mas meu querido João Carlos Bacelar, ouvi atentamente seu discurso aqui e achei que V.Ex^a estava falando de outro partido. Dizer que o Partido dos Trabalhadores não cuidou da Educação na Bahia e no Brasil é achar que o povo brasileiro e o povo baiano não sabem ler nem escrever na sua totalidade. Uma parte até não sabe ler nem escrever fruto dos governos anteriores. Quando assumimos o governo, havia 2 milhões de analfabetos neste Estado. E foi a partir de um programa que desenvolvemos que conseguimos fazer com que um milhão e 150 homens e mulheres pudessem ser alfabetizados.

A Bahia passou muitos e muitos anos sem que as pessoas da comunidade rural pudessem estudar e concluir o ensino médio, a não ser saindo das suas localidades para estudarem na cidade mais próxima. Fruto do trabalho do nosso governo, estamos fazendo o ensino médio à distância com tecnologia. Ainda no sábado, fui para uma formatura de pessoas do distrito de Ilhéus que estavam se alfabetizando, tirando o ensino médio, com capacidade de ir para a universidade.

Falar que não houve investimento nas universidades estaduais é um absurdo, é não comparar os números. Foi nas universidades estaduais que se ampliou a maior participação de investimentos deste Estado. Tivemos um aumento de 128% em investimentos nas universidades, fruto do nosso governo. Na Bahia, só existia uma única universidade federal. Agora, temos mais 5 universidades federais neste Estado e mais uma universidade em São Francisco do Conde, que começa a funcionar no próximo ano com curso de medicina, engenharia de produção de petróleo e outras áreas.

Ou seja, podemos falar de Educação o tempo inteiro. Tenho meus cuidados é

em saber se a Educação de Salvador vai bem. Pelo que o deputado Elmar está me informando, melhorou agora nessa gestão. Segundo o deputado Elmar, na gestão anterior foi um desastre. E eu fico preocupado, V.Ex^a foi secretário de Educação de Salvador. Não precisa responder a mim, tem que responder é ao deputado Elmar que disse que no atual governo é que a Educação vai bem em Salvador e que foi um desastre nas últimas duas gestões. Ou seja, é por isso que fiquei abismado quando ouvi falar de como o governo do Partido dos Trabalhadores tem tratado a Educação. Não são esses os resultados que têm se apresentado do ponto de vista da melhoria. Há 98% das crianças matriculadas nas escolas públicas da Bahia contra 75% do governo anterior. Pelo amor de Deus, contra os números não podemos questionar.

Obviamente, tenho a impressão de que V.Ex^a está lendo essas informações de outro Estado, talvez do Rio Grande do Norte onde, sem dúvida alguma, a gestão tem merecido críticas por parte da população.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O Sr. João Carlos Bacelar: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, o debate começa a ficar interessante, há 4 meses que estou aqui e é a primeira vez que ouço um deputado do Partido dos Trabalhadores ter coragem de falar na Educação. E o plenário está vazio, Sr. Presidente, precisamos de mais deputados para que possamos aprofundar esse debate. Por exemplo, as escolas do governo estadual não alfabetizam as crianças. Setenta e cinco por cento das crianças chegam no quinto ano das escolas da rede estadual sem saber ler e escrever. O deputado Rosemberg Pinto quer me convencer que debaixo de um pé de cajueiro, com uma professora leiga, sem iluminação, sem merenda o governo Wagner alfabetizou 1 milhão 150 mil crianças.

Ensino médio a distância. Convido o deputado Rosemberg Pinto, vamos aqui no Baixio, perto da Linha Verde, onde o sinal da internet não chega, tem sete meses que eles não pagam aos professores e querem dizer que tem ensino médio a distância. E as universidades estaduais é o foro de reitores, Sr. Presidente, que está dizendo que não tem investimento, que 80% do dinheiro que vai para a universidade, esse dinheiro é apenas para pagar pessoal. Acho que a educação em Salvador não pode ser uma maravilha porque é reflexo também disso, mas tem avançado. Se cada um que pegar, colocar para frente, avançar, não deixar retroagir já é um grande avanço. Agora, quanto à crise na educação, pergunte a um filho de trabalhador se agora, nesse momento, em alguma escola de Salvador tem aula.

Eu convido qualquer deputado, vamos agora em Tancredo Neves, em Pirajá, em Itapuã, vamos lá no Lomanto Júnior para ver se tem aula. Não tem aula e as estatísticas aparecem na Bahia, porque o IBGE com esses dados do Topa já

desmentiu, deputado Rosemberg Pinto. Mostrou que houve um crescimento pequeno, mas que houve um crescimento do número de analfabetos na Bahia. Estou mandando pegar esses dados. E veja: um governo que coloca a alfabetização de jovens e adultos como prioridade, é um governo que não prioriza a educação da criança, do filho do trabalhador na idade certa. Tenho certeza que nenhum deputado tem filho ou neto em escola estadual, duvido, e faço um desafio aqui: qual é o deputado que tem filho ou neto em escola estadual? E aí fica fácil elogiar esse caos que é a educação na Bahia.

Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que faça a devida verificação de quórum.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, houve um acordo aqui de no mínimo 1 hora, e não tem 1 hora.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Se foi 1 hora, a minha questão de ordem está fora da ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Qualquer deputado que pedir verificação de quórum eu darei, não posso negar uma verificação de quórum a um deputado. Quero dizer em alto e bom som, se o deputado Zé Neto apresentar o projeto de resolução... Deputado Carlos Geilson, ninguém é ditador, não. Estou dizendo que sempre preservei aqui todo o espaço dos deputados que fazem Oposição e continuarei preservando. Agora, se realmente ficarem pedindo questão de ordem de 10 em 10 minutos, tudo bem, eu darei e não negarei. Agora, se ele apresentar, porque da outra vez ele apresentou e eu pedi para retirar. Estou dizendo de alto e bom som. Pedi para retirar, fiz um apelo ao deputado Zé Neto que não apresentasse e ele não apresentou. Agora, eu também tenho que preservar o direito da maioria. Já imaginou se de dois em dois minutos alguém pedir verificação de quórum? Então, vamos ter bom senso.

Então, eu quero dizer o seguinte: se alguém pedir a verificação de quórum, serei obrigado a dá-la. Não irei pedir, mais uma vez, ao deputado Zé Neto que deixe de apresentar o projeto de resolução, fazendo o intervalo mínimo, que é o natural.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só a título de esclarecimento. O acordo feito era para que pudéssemos fazer a solicitação de quórum de meia em meia hora. Inicialmente, seria de 20 em 20 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou, realmente, fazer a verificação de quórum.

Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Acho que há tantos assuntos a serem debatidos na tribuna. Segundo informações de V.Ex^a, quero que se cumpra... já tem meia hora que foi pedida a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como presidente, deputado, não posso proibir.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Estou me atendo ao acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não ficarei cobrando acordo aqui toda hora. Todos sabem que foi feito um acordo.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Então, a fala de algumas pessoas aqui já não valem mais nada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a quer o quê? Não posso proibir. Vou contar os 21 deputados. (Pausa.)

Há 22 deputados. Se houvesse 19 deputados, eu suspendia, porque V.Ex^a não pediu nominal; a não ser que peça nominal.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, V.Ex^a merece o meu respeito. O deputado Zé Neto está falando, não presta atenção, depois quer falar o que não ouviu.

O acordo feito inicialmente, como disse o deputado Adolfo Viana, com o tempo de 20 minutos; depois, foi prorrogado para 30 minutos. Nós concordamos. Tem de haver bom senso. Concordo com V.Ex^a.

Não pode. V.Ex^a, como presidente, sabe. E o Regimento diz que se pedir verificação de quórum, há de ser acatada. Mas acho que tem de haver bom senso. Pode firmar o compromisso de manter, pelo menos, 30 minutos para pedir verificação de quórum. Porque quando houver processo de obstrução... Na realidade, não são 30 minutos, pois acabam virando 40 minutos, porque são 20 e 20 minutos. Não pode pedir menos que isso. É uma coisa razoável.

Acho que tem de haver o entendimento na Casa, porque há vários projetos a serem votados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a concorda com 30 minutos? Eu faço por acordo. Tudo bem?

O Sr. Gaban:- Concordo, Sr. Presidente, porque é o que foi acordado. Mas tem de haver bom senso de todos. Há projetos para serem negociados e votados. O Líder do Governo e da Oposição estão discutindo. Acho bom senso de todos nós ficarmos no plenário, porque não haverá necessidade de verificação de quórum.

V.Ex^a, também, de uma maneira muito feliz, não fará verificação de quórum se o plenário estiver cheio. É lógico! Isso é bom senso. V.Ex^a está coberto de razão. Se todos nós colaborarmos e ficarmos aqui dando quórum, sobretudo a Base do governo que tem um número bem maior do que o nosso, mata o assunto. Concordo com os 30 minutos e acho que este tempo tem de ser respeitado.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, na mesma linha do deputado Gaban, temos uma sessão que pode ser extensa como não. Bem, iniciar a sessão neste clima é muito ruim para o entendimento que possa ocorrer durante a noite.

Quero pontuar duas questões. A primeira, Sr. Presidente, pelo conhecimento que tenho, o acordo feito com relação à verificação de quórum foi, no mínimo, de 20 minutos. É o entendimento que tenho. Se houver outro tipo de acordo, não o conheço.

Segundo, Sr. Presidente, estou nesta Casa há 10 anos. V.Ex^a está aqui há muito

mais do que isso. Desde o primeiro ano em que entrei aqui até hoje, já fui governo e sou Oposição hoje. E sempre – inclusive este assunto foi objeto das conversas de apoio da Oposição a V.Ex^a – foi algo de consenso nesta Casa que alteração e Regimento Interno desta Casa só ocorrerão através de consenso entre as Bancadas.

Eu espero que isso aconteça, porque nós já estamos no último ano desta legislatura, não se utilize dessa prerrogativa da Maioria para pressionar a Oposição, que não pode abdicar de um instrumento legítimo de obstrução. Por isso, quero pontuar isso com a certeza de continuar confiando na palavra de V.Ex^a. Em todos os acordos que proferimos para a eleição de V.Ex^a a presidente, sempre foi muito taxativo com relação a essa questão de Regimento Interno, que só colocaria em votação qualquer matéria se fosse por acordo entre as diversas Lideranças desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro, eu não tenho esse acordo aqui de modificar o Regimento. Nunca fiz esse acordo...

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a pode ter esquecido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a falou e eu o ouvi. Deputado, eu não tenho acordo de... O que tenho acordo com V.Ex^a é nunca tirar os 20 minutos, pois acho que é um direito da Oposição. Agora, num processo de obstrução com 20 projetos, deputado, não é possível a cada 2 minutos se pedir verificação de quórum. Entenda que temos de ter bom senso. Estou dizendo que o deputado Zé Neto quis apresentar o projeto de resolução, e nós não aceitamos, ou melhor, não pedimos. Agora, também não posso aceitar que a Oposição, com 16 deputados, queira obstruir com solicitações de questão de ordem a cada 10 minutos, deputado Paulo Azi.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, acho que a cada 20 minutos está de bom tamanho. Até porque o governo tem que colocar os deputados na Casa. Então, a culpa não é da Oposição. A cada 20 minutos é um tempo razoável. Concorde que não pode ser menos. Agora, não podemos ficar a reboque de chantagem de Zé Neto: “Se pedir verificação de quórum, apresentarei o projeto de resolução”. Então, apresente o projeto de resolução. Não há problema! Apresente logo a cada 24 horas, já que a cada 20 minutos está muito pouco. Isto dificulta o diálogo e o bom entendimento. Como é que poderemos partir para um bom entendimento, para um diálogo se o deputado Zé Neto fica a toda hora com chantagem ameaçando apresentar esse projeto de resolução? Ora, deputado, apresente o projeto e acabou!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que há 24 Srs. Deputados...

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí, pelo amor de Deus! Deputado Coronel Santana, por favor.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sr. Presidente, eu pouco falo nesta Casa e quando falo quer me proibir. Sempre democrático.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, pelo contrário, deputado, V.Ex^a

entendeu mal.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sempre fala em democracia e agora quer me barrar?!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pelo contrário, V.Ex^a entendeu mal. Tendo em vista que é V.Ex^a que nunca me dá trabalho, concedo com o maior prazer. V.Ex^a me entendeu mal. Se fosse o deputado Gaban, eu diria: deputado, chega! Já fez três questões de ordens. Mas com V.Ex^a jamais faria isso, porque nunca me dá trabalho.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sempre admirei V.Ex^a pela sua postura como presidente da Casa. O quórum é obrigação de qualquer deputado pedir nesta Casa. Não se justifica que o deputado Situação se afaste do Plenário. Nós da Oposição estamos aqui permanentemente e temos que fazer quórum para eles, não podendo pedir o quórum? Acho que não poderia ter prazo isso, não. Se notar que o Plenário vazio, cabe ao deputado de Oposição fazer o seu pedido. Não é possível que tenha barrado para que não possa pedir, porque tem prazo. O deputado vai embora e depois de meia hora volta para dar quórum. Isto aí é impossível. Isso não é correto para uma Casa que quer trabalhar com seriedade. Acho que o deputado Zé Neto está aí querendo impor uma posição, e V.Ex^a está indo no barco dele.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Então, como disse o deputado Geilson, coloquem logo 24 horas ou acaba a palavra quórum, porque aí é melhor. Sei do seu trabalho, respeito a sua presidência, agora, vejo que a democracia é dessa forma. A obstrução tem que ser feita dessa forma. Cabe a eles dar o quórum permanecendo 21 Srs. Deputados no Plenário. Não contar com os deputados de Oposição. Assim, sim, não farei aqui provações de quórum com 21 Srs. Deputados no Plenário.

Espero que eles entendam isso e que o V.Ex^a também possa entender que o nosso objetivo é contribuir para que o Plenário fique cheio para que possa discutir os projetos com transparência e seriedade. Agradeço-lhe a oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Temos a presença de 24 Srs. Deputados, tendo vista que ninguém pediu nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Tendo em vista que o deputado Gaban pediu vista ao projeto de lei 20.505 e já devolveu.

Com a palavra o deputado pelo tempo de até 20 minutos, no âmbito das comissões.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, confesso, prezados deputados, que subo a esta tribuna com uma certa tristeza, para não dizer com alguma decepção.

Desde o primeiro momento, quando esse projeto entrou para discussão na Casa, seria apenas para criar mais um tributo, queria penalizar inicialmente toda a população da Bahia. Pedi vista a esse processo depois de discuti-lo no âmbito da Oposição, lembramos que no ano passado, nesta mesma época, dezembro, de uma maneira açodada, esse projeto havia sido aprovado aqui sem ter sido discutido no

âmbito das comissões, e ele era inconstitucional.

Quando veio a regulamentação dele para que fosse criada uma taxa que iria abastecer, em palavras mais simples, este projeto inconstitucional, nós lembramos e subimos à tribuna para dizer que iríamos entrar na Justiça porque não pode um projeto que é inconstitucional ter uma taxa regulamentada para criar o fundo.

Nunca fomos, nenhum membro da Oposição, nem no ano passado, muito menos neste ano, contra uma nova estruturação do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia por vários motivos. O primeiro e principal, a Bahia tem 417 municípios; dos 417 municípios, apenas 40 deles dispõem de Corpo de Bombeiros, uma unidade do Corpo de Bombeiros para 40 municípios da Bahia, menos que 10% de todos os municípios do nosso Estado.

É impossível darmos segurança à população se temos uma deficiência tão grande de Corpo de Bombeiros nesses municípios. Mais grave ainda, os novos prédios que foram construídos sem muitos critérios pela alteração do PDDU na administração passada da prefeitura, foram construídos numa altura que o próprio Corpo de Bombeiros hoje não dispõe da escada magirus para atender no caso de um sinistro.

Não podemos ter um Joelma na Bahia, para quem não lembra, aquele edifício em São Paulo onde morreram centenas de pessoas por falta de estrutura, inclusive, do Corpo de Bombeiros em São Paulo.

O governo – tenho até que parabenizá-lo num primeiro momento – considerou que não valeria a pena uma batalha jurídica porque já estavam lançando e algumas residências já estavam recebendo uma taxa absurda por um serviço que não era prestado. Como se cobra uma taxa de todas as residências e todo o comércio baseado no consumo de energia elétrica? Só se pode cobrar uma taxa por um serviço que é continuamente prestado, como a água, energia, esgoto e outros tipos de serviços. É um trabalho feito diariamente, diuturnamente, a cada minuto.

A do Corpo de Bombeiros, da maneira como foi concebida, estava irregular e o governo resolveu não enfrentar essa batalha jurídica que demandaria, primeiro pelos empresários e, com certeza absoluta, por vários segmentos organizados da sociedade, inclusive da Oposição, conforme já havíamos anunciado a nossa disposição de entrar com uma ação contra a inconstitucionalidade desse projeto que não poderia ser aprovado.

Pedimos vista, depois o governo...

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo a palavra aparte, mas daí não dá para ouvir. Concedo a palavra a parte se V.Ex^a assim o desejar, com maior prazer.

Depois do pedido de vista, inicialmente por acordo o deputado Zé Neto nos falou que gostaria de tirar o projeto porque o próprio governador concorda e não quer ir para uma batalha jurídica. Fizemos o acordo no mesmo momento, a fim de retirar o projeto que já estava em tramitação e fazer as modificações necessárias para que, num acordo de Lideranças, pudéssemos aprová-lo.

O Líder do governo se reuniu com os empresários – em momento nenhum a

Oposição participou dessas negociações – e, a princípio, atendeu o desejo deles. Já recebi vários telefonemas e soube que alguns pontos principais, um deles é o que nós concordamos plenamente, não foram objeto de negociação e muito menos de acordo. De uma maneira geral foi bom, porque retirou uma penalização que seria para todas as residências, mas continua no projeto um ponto que para nós é fundamental: a estruturação do Corpo de Bombeiros do nosso Estado.

Poderíamos estruturar o nosso Corpo de Bombeiros, da mesma forma que foi estruturado em todos os outros Estados... Parece que só tem um Estado na mesma condição da Bahia, mas não podemos ser sempre o último! Por que a Bahia é sempre o último? Por que os estados maiores do nosso País já resolveram? Como resolveram esse problema? Dando autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros. Esse que é o grande erro que permanece nesse projeto que está, agora, em discussão no âmbito das Comissões. Não podemos, em sã consciência, votarmos um projeto apenas para dizer que votamos, não tendo a responsabilidade com o Corpo de Bombeiros.

Se qualquer deputado desta Casa, dentro do quadro dos 63 deputados, consultar qualquer membro do Corpo de Bombeiros de uma maneira oficiosa, porque a hierarquia militar impede que eles se manifestem livremente, e perguntar: “Olha, vou falar com vocês em *off*, o que vocês acham do projeto?”. O que eles dizem é que não vai resolver nada! Só vai resolver quando tivermos o dinheiro para fazer os investimentos.

Se a gente cria um novo tributo... Concordaríamos até com a forma que o tributo está previsto, não temos nada a objetar. Nada! Nada contra! A única coisa que temos a ressaltar – é o que o Corpo de Bombeiros quer e que os empresários também disseram que querem – é que precisamos estruturar o Corpo de Bombeiros.

Precisamos dar a estrutura para que o Corpo de Bombeiros, tendo recursos disponíveis, e os recursos são grandes, compre as escadas Magirus, para que possa fazer processos de seleção de novos bombeiros, para, paulatinamente e à medida que os recursos forem entrando, dar uma estrutura maior. Naturalmente começaríamos por Salvador, até pela população envolvida e pelos riscos maiores de incêndio, sobretudo nos bairros periféricos da nossa Capital, partindo depois para Feira de Santana, e, dessa maneira, interiorizando o Corpo de Bombeiros. Havendo recursos, possibilitaria, sim, a realização de processos de contratação de novos integrantes do Corpo de Bombeiros e que eles possam ter também a autonomia para construir novas sedes nos quase 397 municípios do interior da Bahia que não tem Corpo de Bombeiros e, assim, paulatinamente, interiorizar a estrutura do Corpo de Bombeiros. Aí, sim, teremos o que queremos.

Temos de ter o compromisso e a responsabilidade de votar o que vai resolver o problema do Corpo de Bombeiros. Não podemos criar um novo tributo para a população, que já está cansada! Você cria um novo tributo... Onde está o benefício que a população da Bahia vai ter, se os recursos, hoje, da maneira que está disposto no projeto, vão para a Fonte 00? A Fonte 00 tem sido utilizada para cobrir o custeio do governo, que está exagerado!

Eu já falei desta tribuna, volto a falar novamente, hoje, que o governo arrecadou, inicialmente, com o Refis R\$ 870 milhões. Foi um recorde nacional, uma maravilha! Prestigiou os auditores fiscais e teve o resultado. Essa arrecadação, na realidade, chegará a R\$ 930 milhões – sei disso, porque já tenho essas informações –, uma maravilha! Só que 70% desses R\$ 870 milhões já arrecadados já foi embora. Sabem por quê? Porque o que o governo gastou no aumento do custeio do mesmo período de 2012, comparado com 2013, 2013 já consumiu 70% de uma arrecadação recorde. Acho que é recorde brasileiro, pelo menos proporcional, à arrecadação que teve. Ele jogou na lata do lixo uma arrecadação que deveria estar sendo comemorada por toda a Casa. Puxa! Que maravilha! O governo arrecadou R\$ 870 milhões e chegará a R\$ 930 milhões!

Digo mais, se duas ou três empresas fizessem o que o governo esperava, ou seja, recuar no último tempo, chagaria a um bilhão. Maravilha! Comemoraríamos se não fosse o aumento do custeio, pois o governo já consumiu 70% dessa arrecadação. Então não adianta, pois é ilusório!

Hoje, houve, nesta Casa, uma sessão promovida pelo deputado João Carlos Bacelar. Veio o pessoal do Projeto Nova Esperança. É um projeto da Conder com recursos do governo federal para a recuperação do Bairro Nova Esperança com esgotamento sanitário, abastecimento de água, quadras. É um projeto maravilhoso que o próprio governo Jaques Wagner, em 2007, nomeou de Projeto Nova Esperança. Esta nova esperança tornou-se um pesadelo para a comunidade Nova Esperança. Por quê? Porque o governo tem utilizado, sistematicamente, recursos de aplicação em convênios para tampar este alto gasto que ele tem com custeio.

Desde 2007, a comunidade de Nova Esperança, presente hoje na sessão especial, está reclamando. Isso está virando rotina, gente! O poder de investimento do governo, até o final de outubro, foi de apenas 4,56% dos recursos previstos no orçamento para investimentos este ano. Em torno de 80% do que o governo tinha para construção de estradas, hospitais, enfim, investir com recursos próprios, ele investiu menos de 5%. Ou seja, o governo está quebrado!

Quando vemos um projeto que iremos aprovar, de suma importância para o fortalecimento do Corpo de Bombeiro do nosso estado...

Não estamos inventando nada! Não estamos querendo inventar nada! Vejam, o que nós estamos querendo e o que nós estamos defendendo é que se faça o que foi feito em todos os estados da Federação. Não estamos criando, deputado Paulo Rangel, nenhuma novidade aqui não! Nós queremos que o governo do estado da Bahia faça como os japoneses, os coreanos, os chineses estão fazendo e com muita propriedade.

O que eles fazem? Copiam os bons projetos de outros países. Eles têm uma mão de obra, extremamente, mais barata e uma forma técnica para baratear os custos. Eles copiam as coisas caras criadas em outros países; fabricam em seus países; entram no mercado, não só europeu mas mundial, com preços lá embaixo. Eles derrubam as indústrias de qualquer país, porque os preços praticados são, extremamente, muito favoráveis para a população e vendem os seus produtos.

Nós queremos que o governo da Bahia copie o que os outros 26 estados da Federação estão fazendo com relação ao Corpo de Bombeiros ao dar autonomia administrativa e financeira.

Que não queiram dar autonomia administrativa para o Corpo de Bombeiros, tornando-o independente da Polícia Militar – o que é o ideal – vinculando-o diretamente à Secretaria de Segurança Pública, mas que, ao menos, desse autonomia financeira. Se esses recursos, sobre os quais estamos aqui discutindo, fossem direto para os cofres do Corpo de Bombeiros, nós seríamos e somos favoráveis à aprovação. Não temos nenhuma ressalva.

Mas não podemos ser irresponsáveis em votar algo que não beneficiará o Corpo de Bombeiros do nosso estado!

Repito, qualquer membro do Corpo de Bombeiros que for consultado, em *off*, por V.Ex^{as}., dirá o que estou falando. É um projeto que irá, apenas, alimentar a Fonte 00 do governo, através de sua caixa única, e não trará nenhum benefício para o Corpo de Bombeiros de nosso estado.

Por esses motivos, somos contra este projeto de lei.

Espero que o bom senso prevaleça. Se não derem, ao menos, a autonomia administrativa ao desvincular o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar e vinculando-o, diretamente, à estrutura da Secretaria de Segurança Pública, mesmo assim, seremos favoráveis à aprovação deste projeto sem obstrução se o governo sinalizar, agora, que dará, pelo menos, autonomia financeira destinando esses recursos; até porque os desvios continuam da mesma forma.

Hoje, já falei e voltarei a repetir três fatos de extrema gravidade que estão acontecendo aqui na Bahia. O primeiro, a Secretaria de Infraestrutura que já fez do Ferryboat algo que criou vergonha para todos nós. Comprou dois ferries que não tinham como entrar no calado, digamos assim. Tanto aqui em Salvador como em Itaparica terá que ser feita uma ampliação para acomodar. A mesma secretaria, através do DERBA, contrata a Fundação de Coordenação de Projetos de Pesquisa e Estudo Tecnológico - Competec, para a realização de estudos hidro sedimentológicos do projeto da ponte Salvador/Itaparica, que não vai existir, dispensa de licitação. Valor: 3,776 milhões. Na hora que vemos a finalidade dessa empresa, Competec, ela não tem, na descrição do serviço que ela presta, nenhum serviço relacionado com o que foi feita a sua contratação com dispensa de licitação. É um dinheiro do governo jogado fora. O Tribunal de Contas tem que auditar isso, ou o governo, espero que cancele, determine ao secretário de Infraestrutura que cancele essa decisão de fazer uma dispensa de licitação contratando, por quase 3,8 milhões, uma empresa que não tem, dentro das suas atribuições, competência para fazer, segundo o próprio site da empresa, o que foi contratado.

Citei V.Ex^a aqui hoje, deputado Luciano Simões. Que no ano passado, o deputado Luciano Simões subiu à tribuna para denunciar que uma ONG de nome Movimento de Cultura Popular do Subúrbio de Salvador, no valor de 6,8 milhões, recursos destinados para esta ONG. O deputado Luciano denunciou, o governo viu que não tinha nenhuma estrutura para que pudesse tomar conta de um recurso de 6,8

milhões e cancelou. Só que agora, no mesmo período, dezembro, a Secretaria de Combate à Pobreza, que deveria dar o exemplo de bem aplicação dos recursos, contrata essa nova empresa para fazer, com dispensa de licitação, no valor de 2,539 milhões, quase 2,6 milhões, um empresa do Subúrbio aqui de Salvador que não tem nenhuma estrutura, nem física, nem de pessoal para fazer consultoria para uma ONG de Feira de Santana, terra do Líder do Governo. 2,6 milhões para uma ONG daqui do Subúrbio que não tem nenhuma estrutura, talvez nem para fazer um serviço no próprio Subúrbio. Mas vamos supor que fosse para o Subúrbio, está lá, conhece os problemas da região, vamos dar um voto de confiança. Mas não, contratam uma empresa daqui, sem a mínima estrutura. É só ir lá e ver a casa deles. É um casebre, como é a maioria das casas do nosso Subúrbio. Mas enfim, 2,6 milhões para fazer um trabalho em Feira de Santana.

E conforme foi denunciado no Fantástico, aquela senhora que apareceu dizendo que a propina poderia ser maior que 10% no caso das prefeituras da Bahia, podia ser mais que 10%, se fizesse um acordo, um ajuste. Ou seja, contrata um número de médicos e fornece outro, porque aí a margem de propina poderia ser maior. Vemos que em todos os meses deste ano, desde janeiro até agora, o secretário de Saúde pede dispensa de licitação e contrata essa empresa denunciada e gravada pelo Fantástico. Dispensa de licitação de 514 mil reais em janeiro, outra em fevereiro, em março, e assim sucessivamente. Dispensa de licitação para uma empresa envolvida, gravada, denunciada, que disse que dá propina. Então, é por isso que a gente não pode conceber, em nenhuma hipótese, que uma nova tributação para a população seja colocada no caixa único do Estado, porque é a certeza que teremos que os recursos não serão aplicados. E se a gente criar um novo tributo, seremos coniventes com a situação dessa nova taxa para a população pagar, que nós até concordaríamos para beneficiar o Corpo de Bombeiros, mas num caixa único o dinheiro vai para onde está indo, que é para o ralo. E eu estou demonstrando aqui, neste final de ano lamentável, três irregularidades gritantes cometidas por Secretarias Estaduais: as de Combate à Pobreza, de Infraestrutura, através do Derba, e da Saúde. Então, não podemos dar o aval para que mais recursos sejam aplicados de maneira errada pelo governo do Estado.

Por isso, meu caro presidente, a Oposição está aqui obstruindo. Vamos obstruir este projeto. Fiz a minha parte e tenho certeza de que outros membros da Oposição terão o mesmo comportamento que estou tendo neste momento, obstruindo para que não joguemos dinheiro fora mais uma vez após tributar a população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o deputado Luciano Simões, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o informativo da Liderança da Maioria distribuído aqui na Bancada governista - e o deputado Paulo Rangel tratou desse assunto - é uma obra tragicômica. O governo informa ao povo da Bahia que promove uma revolução silenciosa, deputado João Bacelar. Essa revolução

silenciosa, deputado Paulo Rangel, se dá na estrada de Nova Soure a Biringinga, 30 quilômetros de obras iniciadas pela Empresa Torres mas abandonadas por falta de pagamento. Após fazer uma obra estruturante às margens da rodovia, essa empresa, do Estado de Sergipe, abandonou-a deixando aquela região praticamente intrafegável.

Revolução silenciosa, deputado Capitão Tadeu, são os 1.800 desempregados pela Frutimag em Sento Sé, 1.800 pais de família, porque o governador abandonou a estrada de Sento Sé a Sobradinho.

Revolução silenciosa, deputado Zé Raimundo, é a promessa de sete anos da ampliação do Aeroporto de Conquista e da construção do presídio, que já tem sete anos apenas no alicerce.

Revolução silenciosa também é um *ferryboat* comprado por uma fortuna, mas que simplesmente não poderá ser utilizado durante o ano porque é maior do que a gaveta onde serão recepcionadas as embarcações que servem à Agerba na Bahia.

Revolução silenciosa são os três anos, deputado Adolfo Viana, que o governo em silêncio usou para construir uma passarela da Seplante ao Estádio de Pituaçu, indo para o *Guinness dos Recordes* de gestão incompetente e irresponsável.

Revolução silenciosa igualmente é, deputado Sandro Régis, a estrada de Ibirataia, que foi inaugurada recentemente e hoje está praticamente destruída por causa de uma simples chuva que caiu entre aquele município e o de Ipiaú.

Revolução silenciosa, deputado João Bacelar, V.Ex^a que é filho daquela região, é ver o governador há cerca de um mês inaugurar a estrada para a Linha Verde até o município de Itanagra e já vê-la, em menos de 30 dias, semidestruída. Esta, realmente, é uma revolução silenciosa.

Revolução silenciosa, deputado Marcelino Galo, são os 86 convênios assinados pela Conder há cerca de 4 anos! E as obras estão lá apenas iniciadas ou obras inacabadas, porque a Conder não pagou às prefeituras que celebraram aqueles convênios.

Revolução silenciosa, deputado Ângelo Coronel, chega à classe de V.Ex^a, pois é empresário e está com R\$ 2 bilhões de dívida, onde o governo passou o calote no empresariado baiano que veio a público, através de sua entidade, ao trazer a desonestidade com que o governo do estado trata os construtores e o empresariado baiano.

Revolução silenciosa é o governo gastar R\$ 525 mil por dia com propaganda enganosa trazendo à imprensa obras do governo federal. Revolução silenciosa é o governador suspender, a pedido do deputado Marcelo Nilo, o convênio de R\$ 7 milhões com uma ONG de ponta de esquina do Alto do Cabrito! E, agora, o Diário Oficial publica mais R\$ 2,5 milhões para esta mesma associação.

Isto é uma revolução silenciosa: é o silêncio que, hoje, está na Papuda, em Brasília!

Esta é a revolução silenciosa do governo: é passar, roubar ou dividir dinheiro para ONGs com aqueles interessados que conseguiram fazer uma malandragem dessa natureza. Está, aqui, no Diário Oficial! E o deputado Gaban acabou de ler para a imprensa da Bahia e para a Assembleia da Bahia.

Revolução silenciosa, também, deputados governistas e de oposição, é o Ministério Público, depois de 7 anos, só agora denunciar o governo do estado da Bahia por apropriação indébita, por propaganda enganosa, por obras inexistentes e gastar o dinheiro do estado fazendo propaganda em obras federais! Isto é improbidade, deputado Zé Neto! E só, agora, o Ministério Público acorda e começa a executar o governo do estado por esta má gestão.

Revolução silenciosa, deputado Zé Neto, é o povo de Itiúba e região estar morrendo de sede com o açude de Jacurici com apenas 3% da sua capacidade! Revolução silenciosa é o povo de Queimadas, Santa Luz, da descida de Ponto Novo, do Alecrim até chegar o município de Valente estar morrendo de sede, porque não se abrem as comportas do açude de Pedras Altas e do açude de Ponto Novo para beneficiar aquelas comunidades.

Revolução silenciosa, deputado Carlos Ubaldino, ex-presidente da Câmara Municipal de Olindina entre 1984-85, é ver o governo de V.Ex^a, agora, amargar o 19º lugar em aprovação no Brasil! É o 19º governador de estado em colocação na sua classificação quanto à sua gestão!

A revolução silenciosa será a resposta que o povo da Bahia dará nas próximas eleições. Esta revolução silenciosa coloca o governo do estado como o pior entre os piores governadores do Brasil ao ostentar o 19º lugar! Isto, sim, deputado José de Arimatéia, é a revolução silenciosa! Esta é a revolução silenciosa da má gestão reconhecida pelas instituições: DataFolha, IBOPE e Vox Popoli!

Esta é a situação verdadeira da revolução silenciosa deste estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de, até, 20 minutos. É com muita alegria que vamos escutá-lo.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, esse projeto, solicitei ao Líder do governo, deputado Zé Neto, que o retirasse de pauta para que fizéssemos um exame mais demorado da matéria. E por que isso? Porque o deputado Zé Neto, que teve a grandeza de reconhecer a necessidade de revisão do projeto, foi o mesmo deputado que, em dezembro de 2012, no apagar das luzes daquele ano legislativo, fez com que esta Casa aprovasse o projeto sem o exame adequado, esse vício a que a Casa agora está submetida de não examinar as matérias nas comissões técnicas, de aprovar tudo na urgência, no afogadilho, e, por isso, produziu um verdadeiro monstro.

Para que V.Ex^{as} tenham uma ideia, alguns empresários da área petroquímica, por exemplo, pagariam de taxa de incêndio cerca de R\$ 10 milhões! Dez milhões de reais! Proprietários de unidades do varejo estavam pagando de taxa de combate ao incêndio no valor de R\$ 20, 30, 40 mil reais. Um projeto que é um verdadeiro “Frankenstein”, um verdadeiro monstro! Não tinha limites. Não tinha uma base de cálculo definida. Tudo isso fruto do despreparo da atual administração estadual. Tudo isso fruto de um governo que só se preocupa com a arrecadação. Um governo

perdulário. Um governo que não faz o dever de casa no que diz respeito às finanças públicas e gasta em “perfumaria”, em custeio! E, aí, no lugar de fazer o dever de casa, no lugar de organizar as finanças estaduais, a fórmula mais cômoda é instituir novas taxas, é instituir impostos, é instituir um verdadeiro arrocho fazendário e fiscal.

A Bahia é ainda um dos poucos Estados brasileiros em que o Corpo de Bombeiros está subordinado à Polícia Militar. Ora, como é que nós podemos aqui autorizar essa taxa de combate ao incêndio se quem vai gerir esses recursos não é a corporação, não é o Corpo de Bombeiros e, sim, a Polícia Militar. A quem o comandante da Polícia Militar, deputado Capitão Tadeu, e tenho certeza de que V.Ex^a só vai votar nessa taxa se tivermos a independência do Corpo de Bombeiros... Há, inclusive, um projeto do Capitão Tadeu, mas isso, Capitão Tadeu, é um predado negativo para o projeto, porque tudo que V.Ex^a pensa para a área da Segurança o governo é contra. E é por isso que os índices de segurança na Bahia são alarmantes. Não ouvem o deputado Capitão Tadeu. Salvo engano, só mais dois Estados brasileiros o Corpo de Bombeiros é ainda subordinado ao Comando Geral da Polícia Militar. Nunca o Comandante Geral da PM vai dar prioridade ao combate a incêndios numa corporação que tem a tarefa gigantesca, a gigantesca tarefa de combater o crime organizado.

Mas, entre os absurdos, um outro maior ainda: a Bahia é o único Estado do Brasil o que não tem um código de combate a incêndios. O governo quer arrecadar! Quer combater incêndio coisa nenhuma! Ele quer é o recurso fácil para cobrir o seu rombo orçamentário e financeiro porque, se fosse uma proposta realmente séria de combate a incêndios, a catástrofes, estaria preocupado primeiro em fazer esse código! Santa Catarina, por exemplo, já o tem há 90 anos! E a Bahia, nada! Nada!

É por essa série de coisas, de irregularidades e disfunções no projeto, que o empresariado foi à Justiça e conseguiu a suspensão da cobrança dessa taxa, forçando o governo a mandar para esta Casa este novo projeto de lei que altera aquele que nós aprovamos no final do ano passado. Quando digo nós, é a instituição, porque a Bancada da Oposição foi contra. Ela votou contra, chamou a atenção para o fato de que estávamos cometendo um verdadeiro crime contra a economia da Bahia e contra os princípios da elaboração de uma lei realmente eficiente.

Um projeto de lei que cobrava mais na taxa de combate a incêndio de um posto de gasolina, por exemplo, do que de uma padaria! Um projeto de lei que trazia sérias questões que impediram realmente essa cobrança, deputado Adolfo Viana. Se pudesse ser cobrada, o governo não estaria nem aí. Ele não estava atendendo aos apelos dos empresários, aos apelos dos deputados! Foi um trabalho de base da FIEB e da Federação do Comércio, enfim, das entidades representativas do segmento empresarial na Bahia, que fez com que o governo voltasse atrás.

E ele poderia ter usado uma base de cobrança muito mais ampla! Mas a concentrou em cerca de 30 mil contribuintes, mesmo quando essa contribuição poderia atingir dois milhões de pessoas e diluir o valor cobrado.

Mas não vamos exigir da área fazendária do governo Wagner o conhecimento técnico e a capacidade para enfrentar essas questões. E por que não vamos exigir isso

dela? A área fazendária baiana, que era referência nacional havia dez anos, foi totalmente desmobilizada e completamente quebrada pelo aparelhamento que o Partido dos Trabalhadores e o PCdoB fizeram naquele corpo técnico. Esses dois partidos políticos passaram a usar a Secretaria da Fazenda como aparelho deles, inclusive utilizando-a em vários casos também como um instrumento de perseguição política, de intimidação política.

Então, um órgão eminentemente técnico, formado pelos melhores quadros do Estado da Bahia, foi totalmente desestruturado e passou a produzir monstros, como esse monstro que hoje tentamos consertar aqui nesta Casa. Para se ter uma ideia do absurdo desse projeto, o Corpo de Bombeiros da Bahia tem, hoje, um investimento em torno de R\$ 3 milhões. Os técnicos do setor, deputado Leur Lomanto Junior, dizem que se quisermos colocar o Corpo de Bombeiros igual ao de Chicago, conseguiríamos isso com R\$ 30 milhões por ano. Repito, com esse dinheiro, o Corpo de Bombeiros da Bahia seria igual ao de Chicago.

Sabem qual era a previsão de arrecadação dessa taxa? Trezentos milhões de reais. Isso mostra mais uma vez que o governo não teve intenção nenhuma de financiar o combate a incêndio, de colocar realmente um instrumento que remunerasse o Corpo de Bombeiros pela sua atividade.

Como é que não há um código de combate a incêndio e se cobra taxa pelo combate a incêndio? É como se antes de construir uma sociedade já houvesse as leis para regular essa sociedade. Não há código de combate a incêndio, então, como cobrar essa taxa? Que contraprestação de serviços o Corpo de Bombeiros vai apresentar? Nenhuma. Não posso deixar de reconhecer que o Líder do governo, deputado Zé Neto, teve a boa vontade de se reunir, de discutir com os diversos segmentos; trouxemos os maiores especialistas na área para discutir e conseguimos transformar um monstro num ser meio monstro e meio humano.

Mas os problemas continuam. E volto a dizer: os problemas de maior envergadura dizem respeito à falta de autonomia do Corpo de Bombeiros da Bahia. Estaremos colocando milhões e milhões com a finalidade de combater incêndio, mas que não serão utilizados para combater incêndio. Na minha opinião, a Bancada da Oposição só deveria votar a favor desse projeto que institui a taxa de combate ao incêndio e o Funebom se tivéssemos aqui dois compromissos do governo.

Primeiro, a independência do Corpo de Bombeiros; a autonomia administrativa e financeira do Corpo de Bombeiros, que poderia... É um governo perdulário, que fez Secretaria de Relações Institucionais, um governo perdulário, que tem uma tal Secretaria de Portos, até fizemos uma enquete aqui outro dia e ninguém soube dizer o nome do secretário, os deputados não souberam aqui o nome do secretário de Portos.

Então, como dizia, o Corpo de Bombeiros poderia reunir a defesa civil e o combate a incêndio em um órgão até mesmo ligado à Secretaria da Segurança Pública. O ideal é que não fosse, mas poderíamos admitir até isso, mas que tivesse autonomia administrativa e financeira.

Taxa implica contraprestação de serviço. Então, só se justifica a cobrança da taxa se o Corpo de Bombeiros prestar o serviço. E se é o Corpo de Bombeiros,

deputado Capitão Tadeu, que vai prestar esse serviço, o mínimo que se esperava de um desenho administrativo era que essa unidade tivesse a sua autonomia administrativa e financeira.

Então esta é a primeira exigência que a Bancada da Oposição faz para votar este projeto. A segunda é o Código de Combate a Incêndios, o código de posturas. É um verdadeiro pandemônio, em Salvador isso é atribuição da Sucom; em outros municípios, não há unidades do Corpo de Bombeiros. Um incêndio na cidade de Salvador, se for no centro da cidade, neste horário, levará uma hora a uma hora e meia para chegar ao local. E quando chega, chega sem água. Os hidrantes não têm água para combater o incêndio. É um total despreparo que só é amenizado pela coragem dos integrantes do Corpo de Bombeiros, pela capacidade técnica daqueles militares que dedicam a sua vida ao combate ao incêndio. São tantos absurdos que temos votado nesta Casa, este seria de menor monta.

Pela questão da segurança, pela questão da prevenção ao incêndio, porque a nossa cultura tem esse defeito tremendo que só se preocupa com questões dessa natureza quando a tragédia chega, se fosse nos meses que precederam aquela horrível tragédia que ocorreu no Rio Grande do Sul, nós teríamos, com certeza, uma comoção local e estaria aqui todo mundo discutindo.

Mas veja, Sr. Presidente, depois reclamam quando de 40 em 40 minutos a gente pede verificação do quórum. Reclamam, deputado Zé Raimundo, - V. Ex^a fica muito no Plenário assim como a deputada Luiza Maia, o deputado Zé de Arimatéia, mas a Bancada de governo não fica. Tenho certeza que não. Tirando V. Ex^{as}, ninguém nem sabe o que estamos aqui a discutir, não quer nem saber. O que interessa é saber se votou favorável e se a pessoa que marca lá, do governo, está marcando o voto. Esta é uma questão importante para se estarmos discutindo aqui. Como é que a Bahia não tem um Código de Combate a Incêndios?

E eu não posso exigir que se apresente esse código amanhã. Poderíamos aqui, conversando com o deputado Zé Neto, conversando com a Liderança do governo, fixar um prazo de 90 dias, aprovar, já que o governo precisa arrecadar, já que o desequilíbrio nas contas do governo, que encontrou as contas saneadas, deputado Zé Raimundo... O governador Wagner, quando assumiu o governo, encontrou as finanças da Bahia, exemplo para o Brasil. E hoje é essa crise, é esse caos que está aí. Já que precisa arrecadar, tudo bem, a gente aprova. Mas vamos fixar, vamos fazer uma emenda dando prazo ao governo, deputado Paulo Azi, para que em 90 dias apresente a esta casa o Código de Combate a Incêndios. Para que a Bahia não continue com essa mancha, essa nódoa no seu sistema de segurança, pela falta de um código de combate a incêndios.

Tem a taxa, acho que isso é inédito, primeiro instituíram a taxa; depois, vão pensar nas práticas. Como deve ser dado um alvará de um prédio? O que devemos exigir? E a vistorias periódicas? Esta Casa mesmo, tenho a certeza de que há muito tempo não tem uma vistoria do Corpo de Bombeiros para atestar as condições de segurança. E todos nós aqui estamos no risco de sofrer uma tragédia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- São 20 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- A Secretaria da Mesa informa que V.Ex^a dispõe de apenas 10 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, deputado Nelson Leal, a quem peço desculpas pela confusão, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, volto a esta tribuna depois de vê-la ser ocupada por alguns parlamentares da Base do governo, deputado Augusto Castro, que têm certa dificuldade em permanecer no Plenário.

A todo momento, a aguerrida Bancada da Oposição pede uma verificação de quórum e, insistentemente, eles voltam a esvaziar o Plenário. Mas esvaziam porque, realmente, é difícil passar uma noite discutindo projetos e ouvindo as verdades que nós, da Oposição, temos a coragem de vir dizer nesta tribuna. Fica difícil permanecer no Plenário apenas a ouvir que o governo do Estado da Bahia está em 19º lugar dentro da Federação. E os deputados do governo vêm a esta tribuna, deputado Augusto Castro, dizer que têm motivos para comemorar, tentam convencer a quem os ouve que realmente existem motivos para comemorar.

Eu pude ouvir o pronunciamento da deputada Kelly Magalhães com queixas sobre a saúde no Município de Barreiras. Entenda como quiser. Eu entendo que é em todo o Oeste. E o deputado Augusto Castro, que tão bem representa o Sul do Estado da Bahia, sabe que a realidade de sua região se parece com a do Oeste, e posso repetir o que disse mais cedo, ou seja, que no Norte não é diferente. O Hospital Regional de Juazeiro, para infelicidade nossa, permanece fechado porque os seus funcionários não receberam o 13º salário e nem o salário do mês passado. E quem fica prejudicada com isso é a população sofrida do Norte do Estado da Bahia.

E nós ainda temos que ouvir alguns deputados, na ânsia de encontrar uma forma de defender o atual governo, que está na 19º colocação, dando uma demonstração de que não existe revolução silenciosa alguma. Pelo contrário, é um governo que deixou muito a desejar. E o fato é que as pessoas que precisam de atendimento nos hospitais regionais, hoje, só serão atendidas se for em estado de emergência.

Então, deputado Augusto Castro, V.Ex^a, que tanto preza pela saúde do Sul do Estado e tanto defende melhores condições para que os hospitais possam atender melhor aquelas pessoas, pede um aparte e eu concedo, para ouvir também de uma pessoa que conhece, de fato, a dificuldade do Sul do Estado.

Com o aparte o deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Deputado Adolfo Viana, com a experiência que tem na política que herdou e herda do nosso conselheiro, amigo, Honorato, coloca de forma muito clara a deficiência do Estado da Bahia na área da saúde.

Deputado Adolfo Viana, o Sul da Bahia e os municípios que ali dependem da saúde pública do Estado da Bahia estão na UTI. O município de Itabuna hoje recebe 100 cidades para serem atendidas no município via hospitais ali credenciados com o

Sistema Único de Saúde. O governo do Estado da Bahia, via Secretaria Estadual de Saúde, tem 3 meses que não paga os prestadores de saúde, começaram a pagar um mês. Tem dois meses que não repassa os recursos para os hospitais contratualizados, as clínicas e os prestadores de serviços. É um absurdo você encontrar a saúde do Estado na situação em que se encontra, hoje, sem investimentos, sem estrutura, sem melhoria na qualidade do atendimento. O Estado da Bahia recebe em dia o pagamento, via Ministério da Saúde, e não repassa, tanto Itabuna que tem as dificuldades, que perdeu, conviveu de 2008 até agora, este mês, porque a partir de novembro o sistema retorna ao Comando Único de Saúde.

Em Itabuna a situação da saúde é de dar pena, porque o Estado não cumpre com seus compromissos constitucionais, o repasse constantemente está atrasado. A mesma situação está no município de Ilhéus, deputado Pedro Tavares, o Hospital Regional, que é administrado via Estado da Bahia, passa por dificuldades, por falta de investimentos. Então, vocês vejam que o governo do Estado da Bahia não prioriza a saúde.

Então, V.Ex^a colocou de forma muito clara a preocupação também, inclusive eu vi na Imprensa, do Hospital Regional de Juazeiro, Juazeiro na mesma situação. É a Bahia toda que está assim. Eu coloco, porque a gente está vivendo isso no dia a dia, as pessoas procurando um espaço para serem atendidas, nas clínicas, nos hospitais e não encontram, porque no Estado da Bahia falta esse compromisso, deputado Adolfo Viana.

Parabenizo V.Ex^a pelo discurso, acho que o caminho é esse, e a gente precisa aqui apontar os erros que estão aí, porque a Imprensa está mostrando e o povo está criticando. Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Augusto Castro. E isso, sim, deveria ser prioridade, isso, sim, deveria ser emergência para o atual governo do Estado da Bahia. E a gente nota, como aqui denunciou, na semana passada, o deputado Gaban, uma licitação que foi cancelada e depois uma dispensa de licitação, 26% mais cara foi para o Diário Oficial.

Então, os valores estão invertidos, as prioridades estão invertidas, e a população que mais sofre, que é a mais carente, não tem direito sequer a um atendimento médico.

Se falarmos de segurança pública temos dificuldade, saúde dificuldade, educação dificuldade. Então, quando o Ibope vem e coloca o governo do Estado da Bahia em 19º nos Estados...

O Sr. Rosemberg Pinto:- O Ibope está errado sempre.

O Sr. ADOLFO VIANA:- O deputado Rosemberg acha que o Ibope está errado.

Com o aparte, com prazer, o deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu caro deputado Adolfo Viana, quero parabenizá-lo pelo discurso e concordar com V.Ex^a com o discurso proferido anterior a esse também, falando sobre a questão da Região Norte do Estado. Eu que também tenho a oportunidade de militar e de andar por aquela região, realmente V.Ex^a tem toda a

razão. Falta segurança pública, cada dia é um assalto a banco, é uma explosão de caixa eletrônico, as estradas estão intransitáveis, eu queria falar aqui da questão da Ba-210, que sai lá de Curaçá, passando por Abaré, de Abaré até Rodelas, as estradas estão totalmente intransitáveis.

A questão do combate à seca, o governo do Estado não investiu em infraestrutura hídrica, ou seja, fazendo barragens, fazendo adutoras, investindo em limpeza de aguadas, enfim, é um governo que promete muito, é um governo que na propaganda faz tudo, mas, na realidade, falta muita coisa. Então, deputado, eu queria concordar com V.Ex^a em relação ao Norte do Estado e também concordar com o deputado Augusto, em relação ao Sul da Bahia. O Sul da Bahia sofre muito também pela falta de segurança pública, como foi dito, e de saúde pública. Enfim parablenizo V.Ex^a pelo discurso, deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte do deputado Pedro Tavares.

Deputado Sandro Régis, o deputado Pedro Tavares demonstra que tem conhecimento de todo o Estado da Bahia, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. O deputado Pedro Tavares conhece cada detalhe do nosso Estado. É um sinal de que terá uma votação por todo o Estado da Bahia. Deputado Pedro Tavares, sem sombra de dúvida, se a pesquisa do Ibope fosse feita para ver qual o Estado que mais faz propaganda no Brasil, apareceria o Estado da Bahia em primeiro lugar. Para tristeza nossa não com propagandas verdadeiras, mas falsas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluindo, Sr. Presidente. Vou usar o tempo que me resta.

(...) De fato, se fosse feita uma pesquisa do Ibope para saber quem mais gasta dinheiro com publicidade, de fato, o Estado da Bahia estaria em primeiro lugar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): - Com a palavra o deputado Augusto Castro, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, voltando aqui à área da Saúde, o deputado Adolfo Viana fez um brilhante discurso, colocando aqui a deficiência da saúde pública no Estado da Bahia, citando a região de Juazeiro. A matéria que saiu na Imprensa sobre a falta de estrutura no Hospital Regional de Juazeiro foi relatada pelo deputado Adolfo Viana em seu brilhante discurso, nesta noite, aqui nesta Casa.

Volto também a tocar nesse assunto da saúde pública no município de Itabuna. Itabuna, hoje, tem responsabilidade por mais de 100 municípios, deputado Pedro Tavares. A Santa Casa de Itabuna tem, hoje, um repasse de aproximadamente R\$ 5 milhões. O Hospital Manoel Novais, que é a Santa Casa, hoje, administra o Hospital São Lucas. Mas o serviço de saúde está com mais de dois meses de atraso de pagamento, sem poder pagar e honrar o compromisso com os fornecedores. Líder,

deputado Paulo Azi, os prestadores e funcionários vão passar o Natal sem receber. Estão procurando os agente financeiros, os bancos, para quitar a folha de salários, porque o Estado da Bahia não repassa aquilo que o Ministério da Saúde, de forma constitucional, repassa, via Fundo Estadual de Saúde. Isso é um absurdo!

Eu gostaria, deputado Paulo Azi, de fazer aqui esse desabafo e responsabilizar o secretário da Saúde da Bahia Jorge Solla pela falta de compromisso com aquela região. Não só com aquela região, mas outras cidades como Ipirá, como Rio Real e tantas outras na Bahia. É uma coisa, inclusive, que o Ministério da Saúde acompanha com auditoria. Itabuna tem lá, hoje, na Santa Casa 13 leitos de UTI coronariana, que não recebe os repasses. Está credenciada na Santa Casa, consta lá no portal do Ministério da Saúde, e o Estado não repassa para o município para realizar os procedimentos e daí gerar a produtividade da prestação de serviço.

Isso é um absurdo. Itabuna que ficou, desde 2008, sem gestão plena de saúde. O Estado administrando todos esses recursos. Mais de 9 milhões, deputado Bruno Reis, que o Estado hoje administra com a gestão plena que retorna agora esperando que a coisa se normalize. Mas é um absurdo se encontrar municípios da importância de Itabuna, de Ilhéus, este também está com atraso, nessa situação, falta de investimento no Hospital Regional Senador Luiz Viana Filho, porque falta, deputado Sandro Régis, V.Ex^a que conhece bem aquela região, compromisso do Estado com a comunidade do Sul da Bahia. Então eu fico muito triste. Acho que a Bancada da Oposição cumpre o seu papel cobrando, apontando os erros, porque você pega aqui... O deputado Adolfo, inclusive, levantou a pesquisa que o Ibope fez entre os governos do Brasil. E o governo da Bahia está nessa posição por quê? Porque a segurança não melhorou, piorou; porque a saúde pública não melhorou. Há recursos aí que vêm e o governo não repassa porque falta compromisso.

Concedo o aparte ao deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Augusto, quero cumprimentar V.Ex^a que tem sido uma voz vibrante nesta Casa em defesa dos interesses da região cacauzeira, especialmente da sua querida cidade de Itabuna. E acompanho com tristeza, deputado Augusto, a situação relatada por V.Ex^a que, infelizmente, não é apenas o retrato de Itabuna. A saúde pública da Bahia, efetivamente, chegou ao fundo do poço.

V.Ex^a deve ter acompanhado, no último domingo, uma reportagem do *Fantástico* em que foi relatada a situação de calamidade pública por que passa aquele que deveria ser referência em saúde do nosso Estado, o Hospital Geral Roberto Santos.

E aí, deputado Augusto, fica para nossa reflexão, se o Hospital Roberto Santos que sempre foi referência, que está aqui sediado em Salvador ao lado da secretaria da Saúde, sofre de maneira vergonhosa como aquela relatada pelo *Fantástico*, e nós, inclusive, denunciemos aqui quase que diariamente, imaginem a situação dos hospitais do interior do Estado.

V.Ex^a tem levantado essa questão de Itabuna quase que diariamente, do pouco caso, da falta de importância com que o governo trata aquela instituição de saúde. E parece que o governo faz isso com prazer, parece que não tem nenhuma

responsabilidade com os filhos daquela terra. E V.Ex^a, como fez aqui há pouco tempo a deputada Kelly, que com voz altiva criticou o governo pelo descaso com o hospital de Barreiras, V.Ex^a também tem cumprido com o seu papel de denunciar, de cobrar ações efetivas para que o caos que se instalou em Itabuna, como de resto em toda a Bahia nas questões ligadas à saúde, seja, pelo menos, tido como algo que o governador do Estado possa chamar para si, e se não resolver, pelo menos, minorar o sofrimento daquele povo querido por V.Ex^a e que toda nossa querida Bahia abraça.

Parabenizo V.Ex^a.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço o aparte, Líder deputado Paulo Azi.

A Bahia toda está assim. A deputada Kelly Magalhães relatou a situação de Barreiras. A situação do Sul também está um caos, porque convive com o problema desde 2008. O deputado Coronel Santana que está lá no dia a dia conhece a realidade da saúde de Itabuna e sabe, realmente, das dificuldades que vive aquele município e aquela região.

O deputado Rosemberg, da Base do Governo, sabe também das dificuldades ali enfrentadas pelos municípios do Sul da Bahia. O deputado Adolfo relatou a situação de Juazeiro; a deputada Kelly Magalhães, da Base do Governo, deputado Leur, relatou a situação da saúde pública do município de Barreiras.

Voltando aqui, para aproveitar o tempo, quero falar um pouco do sul da Bahia. Falar sobre a barragem que o governador assinou a ordem de serviço em janeiro deste ano e a obra foi paralisada na cidade de Itapé, deputado João Carlos Bacelar. Uma obra de fundamental importância que irá atender a 350 mil pessoas que dependem da melhoria do sistema de abastecimento de água de Itabuna. Itabuna não consegue crescer em função da falta de água. A indústria não quer ir para Itabuna e para a região, porque não tem estrutura de água. Uma obra que é do PAC, que veio do governo federal, via Ministério das Cidades, pela Companhia de Engenharia Rural da Bahia – Cerb, e foi paralisada. Estão agora tentando, Sr. Presidente, fazer uma nova licitação para retomar a obra da barragem do rio Colônia. Deputado Sandro Régis, V.Ex^a conhece aquela região de Itaju e Itapé.

Isso é um absurdo, recurso carimbado do governo federal que veio em contrapartida do Estado. O Estado não assumiu e fica a expectativa da região. Não houve pagamento. Não pagaram nem 15% das terras que foram desapropriadas para implantar o sistema de água, a barragem do município de Itapé. A secretaria de Saúde anunciou a entrega de 4 veículos da SAMU para esta semana, estamos aguardando a entrega na sexta-feira. Esses carros estão parados, é preciso colocá-los para funcionar para acabar o sofrimento daquela região.

Agradeço a fala dos colegas deputados que colocaram a situação da Saúde como prioridade nesta noite. E agradeço aos deputados Paulo Azi e Adolfo Viana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Nelson Leal, queria, neste momento, dizer que a Bahia, sem dúvida alguma, herda a falta de planejamento que o Estado viveu nos últimos 20 anos. Por conta disso, o governador Jaques Wagner tem que botar no trilho este Estado, e botar no trilho não é uma coisa fácil. O deputado Adolfo Viana sabe disso. O governador Jaques Wagner ultrapassa todos os candidatos do PSDB, com 50% de aprovação. Quem diz isso é o Ibope, não sou eu, não. O Ibope está aqui dizendo da simpatia do governador Jaques Wagner, 50% de aprovação.

Mas, meu querido deputado Nelson Leal, queria que V.Ex^a acionasse as campanhas, que pudesse zerar o painel e marcasse os 15 minutos. Queria chamar todos os deputados e deputadas que se encontram no restaurante para que venham ao plenário para que possamos dar continuidade a esta sessão. Chamar todos os deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, para que venham garantir a continuidade da sessão.

Gostaria, Sr. Presidente, que V.Ex^a acionasse as campanhas e passasse esses 15 minutos convocando nossos colegas para virem dar as presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a será atendido, assim como o deputado Paulo Azi.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Paulo Azi e Rosemberg Pinto. Convoco todos os deputados que estejam em quaisquer dependências deste Poder para que se façam presentes no Plenário.

Por favor, zerem o painel e marquem os 15 minutos.

(Procede-se à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a pode marcar a sua presença?

Com o quórum restabelecido, concedo a palavra ao deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com o quórum restabelecido, convido o deputado Leur Lomanto Junior para fazer uso da palavra. V.Ex^a, deputado, dispõe de 10 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, estamos a discutir, nesta noite de hoje, o Projeto de Lei nº 20.505/2013, de procedência do Poder Executivo, que dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico nas edificações e em áreas de risco no Estado da Bahia, criando o Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar na Bahia, o Funebom.

Este projeto foi, amplamente, discutido nesta Casa. Quero ressaltar o trabalho do deputado João Carlos Bacelar que realizou várias audiências públicas aqui. Já era

público, para o estado da Bahia, as dificuldades que o Corpo de Bombeiros do nosso estado vem enfrentando como a falta de infraestrutura, falta de recurso, falta de condições de trabalho para os seus funcionários.

E, agora, o governo resolve, ao apagar das luzes criar mais uma taxa para o contribuinte baiano, para os pequenos, médios e grandes empresários. Srs. e Sr^{as} Parlamentares, os recursos obtidos com a taxa criada deveriam ter como destino final o aparelhamento e a melhoria da infraestrutura do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia. Infelizmente não é isso que ocorrerá, deputado João Carlos.

Recebemos várias entidades de classe nesta Casa solicitando que esses recursos oriundos do pagamento dessa taxa fossem aplicados diretamente no orçamento do Corpo de Bombeiros. Mas da forma como está, deputado Marcelino Galo, não se garante que sejam aplicados lá. A preocupação daquela própria instituição, dos empresários e de todas as entidades é que os recursos recolhidos da classe empresarial caiam no caixa do governo estadual, como já é de praxe, e sejam usados para cobrir o rombo que está aí nas finanças da Bahia. E é isso que vai acontecer!

O governo está vezeiro em utilizar recursos de outras fontes para cobrir o rombo do Estado, que a cada dia que passa vai aumentando. Essa é a nossa preocupação. Fizemos um apelo ao Líder da Maioria, deputado Zé Neto, para que ouvisse as classes empresariais e vinculasse esse recurso diretamente ao orçamento do Corpo de Bombeiros para termos a garantia de que seria aplicado verdadeiramente no aparelhamento dessa importante categoria.

Sr^{as} e Srs. Deputados, tive a oportunidade de ouvir vários pronunciamentos dos colegas da Bancada da Oposição relatando as dificuldades enfrentadas na saúde pública por diversos municípios no interior baiano. Na minha querida cidade de Jequié e naquela nossa região, isso não é diferente. O Hospital Geral Prado Valadares já não suporta mais toda a crescente demanda regional. Se alguém precisar do setor de emergência, toma um susto. Parece mais uma praça de guerra, pois existem macas espalhadas pelos corredores. E ali pacientes muitas vezes clamam, deputado Paulo Azi, durante cinco, seis, oito, dez horas por um atendimento, infelizmente! É o real estado da saúde pública em nosso Estado!

Jequié, há muito tempo, necessita da construção de um novo hospital regional, já que o atual hospital não suporta, não tem condições de suprir a demanda de toda uma região. São mais de 40 municípios que mandam, a cada dia, a cada noite, pacientes para o Hospital Geral Prado Valadares.

O governador Jaques Wagner, que obteve na cidade de Jequié por duas eleições mais de 70% dos votos do município, resolve virar as costas para a população de Jequié, e não somente no setor de saúde. Todas as promessas feitas pelo governador Jaques Wagner, desde o ano de 2006, na sua primeira eleição para governador da Bahia, não foram cumpridas. Cito aqui algumas: prometeu a construção de uma ponte ligando o bairro de Jequiezinho ao bairro do Mandacaru, isso em 2006, deputado Capitão Tadeu. Passamos 2007, 2008, 2009; em 2010 ele retorna à cidade de Jequié pedindo os votos dos companheiros da Cidade Sol, dizendo que dessem mais uma oportunidade para ele ser reeleito governador e ele construiria a ponte ligando o

bairro de Jequiezinho ao Mandacaru. Mas, até hoje, absolutamente nada.

A última vez em que o governador esteve lá, ao ser questionado sobre a construção da ponte, ele perguntou se era a construção do bairro do Mandacará. Errou até o nome do bairro, ele não conhece a realidade e os problemas do município de Jequié.

Prometeu também a autonomia da nossa universidade estadual, a criação da universidade estadual do Rio das Contas. Foi uma promessa de campanha realizada pelo governador Jaques Wagner, mas, infelizmente, também não cumpriu essa promessa com a sociedade jequieense. Foram inúmeras e inúmeras promessas feitas na cidade de Jequié, mas não há uma intervenção sequer, uma grande obra. Ao contrário, as poucas e pequenas obras, como recuperação de praças, construção de PSFs, estão todas absolutamente paralisadas lá no município por falta de recursos, por falta de planejamento. Começavam as obras e paralisavam.

Essa é a realidade que podemos encontrar em cada canto e recanto do nosso Estado. Quando se constrói alguma coisa, se constrói com má qualidade. Exemplo: estive há 15 dias visitando o município de Ribeirão do Largo. Lá, o governo construiu uma estrada que liga Itambé a Ribeirão do Largo.

Faço aqui um apelo ao secretário Otto Alencar. A licitação exigia na construção daquela estrada 12 centímetros de asfalto, ali não tem nem dois centímetros; a estrada nem inaugurada foi e já está uma esculhambação total, buracos, serviço mal acabado.

Faço um apelo para que o secretário Otto Alencar chame a empresa responsável pela sua construção para que vá a Ribeirão do Largo e cumpra as exigências que foram feitas pelo edital de licitação, para que dê à população daquela cidade a estrada digna que a população merece.

Vou voltar ainda, minha nobre presidente, nesta noite, que promete ser longa, para continuar aqui denunciando e cobrando as ações por parte desse governo que vem abandonando o nosso Estado. Irei voltar aqui para, ainda na noite de hoje, fazer um comparativo das diferenças, deputado Paulo Azi, da administração feita no município de Salvador pelo prefeito ACM Neto e da atual administração falida, que é a administração do governo do PT na Bahia, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para fazer uso da palavra pelo tempo de até 10 minutos, convido o Coronel Gilberto Santana.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr^a Presidente, demais deputados presentes, volto a usar esta tribuna para mostrar exatamente como está o governo do nosso Estado. A aceitação do governo é a pior possível. Até mesmo quando é feita uma avaliação dentro do nosso país, vemos em que nível está o governo da Bahia. Isso porque é um governo que vive de mentiras e de promessas não cumpridas, deixando o povo desacreditado por tudo aquilo que ele promete e fala. O governador, vendendo ilusões e sonhos, finge que é governador e não cumpre as missões inerentes à posição que ocupa.

Quando nós falamos sobre a alfabetização, como foi dito pelo colega

anteriormente, de 1.200.000 pessoas, informação que foi desmentida pelo IBGE... Sabemos que o governo não tem compromisso com a educação. Não existe compromisso.

Vimos, no ano passado, na greve de professores como o governo tratou aquela classe. Essa classe deveria ser tratada de forma diferente, mas o governo trata com o maior desprezo do mundo. O governo não dá o devido respeito a essa classe que nos honra e que procura dignificar o seu trabalho e orientar os jovens para o futuro. O governo olha diferente para os professores, pois os humilhou, os maltratou e até bloqueou os recursos que iriam receber, não permitindo que utilizassem o Planserv e a Cesta do Povo para fazer sua feira. Tudo isso com o intuito de humilhar, realmente, essa classe.

E ele ainda diz que faz muito pela educação da nossa Bahia. As universidades tiveram os seus orçamentos reduzidos. Como é que ele quer uma educação melhor? Como é que ele quer que esse Estado possa crescer e se desenvolver, se é através da educação que isso acontece? Quando se trata da educação, o governo procura tirar tudo aquilo que, realmente, pode agregar para o resultado de amanhã. Os professores contratados pelo REDA ficam sem receber seus salários por mais de sete meses; os Prestadores de Serviço Temporários não recebem também os seus salários.

Como podemos entender essa atitude do governo do PT, que se diz democrático e que respeita o trabalhador? O governo não honra com as suas obrigações de pagar pelo menos o que é justo àquelas pessoas que trabalharam, que gastaram o seu suor e que tem os seus compromissos mês a mês. Essas pessoas esperam a boa vontade do governo para cumprir a sua obrigação. Pagar salário em dia a quem trabalhou não é um favor, mas uma obrigação do governo, e isso não é feito.

A televisão mostra a faxina das escolas sendo feita por alunos. Esses meninos deveriam estar na sala de aula aprendendo alguma coisa, mas estão pegando na vassoura, no rodo ou no pano para limpar as salas de aula, para limpar o colégio, porque não tem pessoal para fazer esse serviço. É uma tristeza quando vemos a educação do nosso Estado caminhando dessa forma.

Enquanto isso, o governo gasta fortunas com publicidade. Valores que deveriam ser investidos na educação ou na saúde são gastados diariamente para fazer propaganda enganosa, ludibriando o baiano com a propaganda de obras que não são da sua competência, mas, sim, do governo federal. O Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, não é um programa do governo estadual, mas ele usa esse projeto como se fosse dele, porque não tem nada a apresentar, não tem nada a mostrar. Então, mostra as realizações do governo federal como se fosse dele. O Programa Luz Para Todos e a Ferrovia Oeste-Leste são utilizados da mesma forma.

Ficamos tristes com tudo isso, deputado Carlos Brasileiro, porque o governo deveria mostrar as obras que ele realmente está investindo. Muitas obras estão paradas por falta de recursos, porque o governo não fez o investimento corretamente. A promessa de duplicação da estrada Ilhéus-Itabuna não foi cumprida; a ponte que liga Ilhéus ao Pontal, prometida pelo governo há anos, ainda não saiu; a promessa de duplicação da avenida que sai de Itabuna até Ferradas, prometida na televisão – todo

mundo assistiu e ouviu –, não foi cumprida; e o Centro de Convenções de Itabuna está lá sem concluir.

Se percorrermos a Bahia, encontraremos várias obras paralisadas por falta de compromisso com ela e os baianos e também por não respeitarem os recursos estaduais investindo-os com dignidade. Isso é um crime de improbidade porque o dinheiro não é do Estado, mas sim do povo baiano, que pagou os seus impostos para ver melhorias em sua vida, na sua comunidade. Porém, ao contrário, o que vemos são essas obras paralisadas. O governo deveria ser processado por improbidade. Isso é um crime. Não é admissível que elas estejam paralisadas por caprichos pessoais.

A barragem de abastecimento d'água de Itabuna, da mesma forma, encontra-se paralisada. A empresa entregou essa obra sem concluí-la porque o governo não pagou, não arcou com seus compromissos. A desapropriação da área para construção da barragem foi realizada, mas não houve o pagamento. Os fazendeiros, revoltados, procuram uma solução que não existe.

A Bahia toda sabe o que está acontecendo em Buerarema. Índios e produtores rurais estão em conflito. Em Pau Brasil os indígenas tomaram um espaço imenso, onde no passado se produzia carne, leite, grãos e geravam-se empregos. Agora está uma calamidade aquela região. Há pobreza e miséria porque não existe nenhuma produção, nenhuma geração de emprego. Voltando para a região de Buerarema, lá existem pessoas com cinco, dez hectares de terra ocupados por índios, e o governo de braços cruzados, em berço esplêndido, sem tomar nenhuma providência em defesa da nossa Bahia. Ficamos tristes com isso. Estamos vendo que o nosso Estado está perdendo espaço, a cada hora que passa, para outros Estados. O governo realmente não está a defender os interesses da Bahia e dos baianos.

Agora vem com este projeto sobre o imposto dos bombeiros, e ficamos tristes mais uma vez. É verdadeiramente uma proposta interessante porque os bombeiros precisam se estruturar, se ampliar dentro deste Estado. Há na Bahia localidades em que não há bombeiros porque não existe estrutura. Se ocorrer aqui um incêndio num prédio de média altura, faltará equipamento para que os bombeiros possam combatê-lo, porque as escadas estão quebradas, em sua maioria. O governo não investe em equipamentos para a categoria. Visando criar essa lei que favorece o financiamento para a melhoria do Corpo de Bombeiros, ele quer lançar recursos do Tesouro Estadual. Com certeza, esse dinheiro não irá para a instituição. Os recursos serão arrecadados, e o governo lhes dará destinos outros, não para o Corpo de Bombeiros se estruturar e servir melhor à Bahia.

Ficamos tristes realmente com estas coisas que ocorrem, como o governo pagar um empenho através de ofício e ter as contas aprovadas. É uma vergonha! Um absurdo! Faça um prefeito isso para ver o que irá acontecer. Mas o Estado pode encaminhar um ofício ao Banco do Brasil sem o devido empenho, autorizando o pagamento de um determinado valor a uma empresa. É feito, e nada sofre! São dois pesos e duas medidas! Isso não é admissível para um governo que queremos com transparência. Não estamos vendo! Não estamos vendo!

Essas Universidades Federais, como foi dito nesta tribuna antes, foram trazidas

pelo governo federal. A presidente as trouxe para a Bahia porque era o único Estado que só tinha uma Universidade Federal. Mas hoje tem várias por iniciativa da União.

O governo estadual, como não tem nada para mostrar, mostra o que o federal faz. Tudo bem que sejam do mesmo partido, porém são administrações diferentes. Não tem nada a ver uma administração com a outra. Nós queremos uma Bahia pujante crescendo, oferecendo condições dignas ao seu povo. E um Estado que venha a atrair investimentos de grandes empresas gerando empregos para favorecer o nosso crescimento. Só que, ao contrário, as empresas que queriam vir pra cá estão indo para outros Estados. A Bahia está perdendo espaço para eles porque não tem alguém que defenda a sua bandeira. O governo é que deveria estar acenando-a na frente de todo mundo, chamando a todos nós para defender a nossa Bahia. E não existe isso!

Há quantos anos uma empresa trabalha para o Porto Sul sair? O Ibama está lá, e o governo não toma providência alguma, só fica no blá-blá-blá e nunca sai do papel.

Enquanto o Espírito Santo constrói e amplia portos, Pernambuco também, a Bahia, com seu litoral imenso e sua grande extensão, tem apenas os portos de Ilhéus, que funciona precariamente, porque só atracam navios pequenos lá, e o de Aratu, que já está sobrecarregado. E esse Porto Sul não sai. Por que não sai? Falta de vontade, de luta em prol da nossa Bahia.

Esperamos que, realmente, os nossos colegas deputados possam convencer este governador a trabalhar mais por esta Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Paulo Azi, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, parece que este governo não aprende. Entra ano e sai ano e o governo tem a mesma estratégia de apequenar este Poder. O Poder Legislativo, que tem a atribuição de discutir, debater e votar as matérias, simplesmente está, mais uma vez, de cócoras diante do Poder Executivo.

Nós estamos, Srs. Parlamentares, às vésperas da conclusão do ano legislativo. E mais uma vez o governo se utiliza da estratégia de abarrotar esta Casa com projetos no apagar das luzes, sem que possamos submetê-los à discussão, aos debates que poderiam aperfeiçoá-los. O governo, mais uma vez no apagar das luzes, coloca este Poder, praticamente, contra a parede, sem dar aos parlamentares o direito sagrado da discussão e do aprofundamento dos debates dessas matérias.

Estamos a pouco mais de 13 dias para o encerramento do ano e a pauta está abarrotada com projetos. Só de projetos de interesse do Poder Executivo, nada menos do que 22 estão tramitando nesta Casa, sem falar das matérias dos tribunais de Contas, do Ministério Público e projetos de autoria de parlamentares, muitos deles de interesse da nossa sociedade. Mas o governo abarrota esta Casa com projetos e faz com que os parlamentares sejam forçados a votar sem sequer saber no que estão votando.

Estamos, nesta noite, iniciando o processo de votação de um projeto que mostra muito bem o que é se votar algo no afogadilho sem conhecimento, sem estudo, sem debate, sem discussão.

No ano passado, nesta mesma época, esta Casa estava a discutir o projeto que criava a taxa de incêndio. E nós, da Oposição, alertávamos o governo de que se tratava de um projeto inconstitucional, pois o projeto não iria resistir a uma análise e a uma ação que se, porventura, fizesse ao Tribunal de Justiça. Mas o governo, talvez, preocupado com a repercussão negativa da criação de mais um imposto e de mais uma taxa, optou pelo caminho do rolo compressor e aprovou, nesta Casa, aquele projeto.

Hoje, um ano depois, a Casa se debruça, novamente, sobre uma matéria praticamente idêntica e que vem no sentido de consertar os vícios que aquele projeto detinha em seu conteúdo. Este é, apenas, um exemplo, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, do que pode acontecer se esta Casa, mais uma vez, na calada da noite, se submeter às ordens e aos caprichos do Poder Executivo e, sem discussão, aprovar estas enxurradas de projetos que versam sobre os mais variados assuntos.

Há, por exemplo, o projeto da Política Estadual de Resíduos Sólidos. Este projeto é importante e polêmico. Há projetos que versam sobre o fim do concurso público na Bahia com a generalização dos contratos tipo REDA que estão tramitando, também, nesta Casa. Há projetos que versam sobre a destinação dos *royalties* do petróleo. E o governo, ao que parece, procura utilizá-los para fins que, até agora, não estão, devidamente, esclarecidos.

Não, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Oposição não pode e não vai compactuar, mais uma vez, com essas manobras que só vêm apequenar e desmoralizar este Poder Legislativo. Vejam V.Ex^{as} que, nos últimos 60 dias, esta Casa, praticamente, não discutiu, não votou e não aprovou nem um projeto!

Será que este governo não consegue ter o mínimo de organização e de planejamento para encaminhar os seus projetos a esta Casa com o tempo necessário para discussão? Só nesses últimos dias, só nesta última semana, foram quase 10 novos projetos que chegaram a esta Casa! No último mês. São mais de 13 projetos que estão nesta Casa, e eu desafio, Sr^a Presidente: qual é o deputado que já teve a condição de estudar esse pacote de projetos para nesta noite ter condição de votar com segurança, de votar sabendo exatamente aquilo que está votando e quais as repercussões desse voto na nossa sociedade.

Desafio, Sr^a Presidente: qual de nós, parlamentares, está devidamente preparado para fazê-lo? Portanto, nós, da Oposição, vamos alertar as Lideranças do governo nesta Casa para que repensem esse modelo, que venham à mesa da negociação com uma proposta factível, clara, objetiva das prioridades do governo, deputada Luiza Maia, para que possamos avançar, votar o Orçamento e encerrar o presente ano legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

' (Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Presidente, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Pois não, deputado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Solicito a V.Ex^a mandar verificar o quórum da sessão, pois o perigo é que estamos chegando ao final do ano. Há muitas matérias a serem votadas sem a devida discussão, negociação. Vamos, a partir da próxima semana, ter um gargalo aqui na Casa. O Orçamento nem sequer começou a ser conversado, não sabemos o número de emendas, quem está relatando, enfim, uma série de problemas, e o quórum para a continuidade da sessão está muito baixo. Há 3 deputados da base do governo no Plenário e por isso solicito que V.Ex^a faça uma chamada nominal.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidente, uma questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Pois não, deputado.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Para atender ao pedido do deputado João Carlos Bacelar, quero, neste momento, solicitar que os deputados da base do governo que estão no restaurante ou em seus gabinetes possam adentrar este Plenário e atestar as suas presenças para atendermos, repito, ao pedido de verificação de quórum solicitado pelo deputado João Carlos Bacelar para a continuidade desta sessão. Que todos compareçam ao Plenário. Por favor, peça que seja zerado o painel e se contem os 15 minutos regimentais.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Sr^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, feito pelo deputado João Carlos Bacelar e reiterado pelo deputado Carlos Brasileiro. Eu convido as Sr^{as} e os Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, no cafezinho e no restaurante a se deslocarem para o Plenário. Solicito que seja zerado o painel e observado o tempo regimental de 15 minutos. É uma sessão importante, na qual serão debatidos e aprovados projetos de interesse do Estado da Bahia.

Sr^{as} e Srs. Deputados que se encontram no restaurante, nos gabinetes ou no cafezinho, há um pedido de verificação do quórum para a continuidade da presente sessão. Solicitamos que venham de imediato para o Plenário atender este chamado e recompor o quórum para continuidade desta sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Já há quórum.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra ao deputado Capitão Tadeu, pelo tempo de 20 minutos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Capitão Tadeu, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputada Luiza Maia, com todo o respeito que tenho por V.Ex^a, gostaria, aqui, neste momento, de dizer que vou votar favoravelmente, sim, ao projeto dos bombeiros. Primeiro, porque sou bombeiro. Sou bombeiro, trabalhei no Corpo de Bombeiros, salvei muitas vidas, implantei lá o Projeto Resgate, o Salvar. Tenho muito carinho pela corporação e conheço a importância do bombeiro.

O Corpo de Bombeiros, hoje, está totalmente sucateado e a população é que perde com isso. Por isso que votarei Sim a esse projeto, a essa taxa, a esse fundo de reequipamento do Corpo de Bombeiros, que acho fundamental para a sociedade.

Mas queria fazer um registro: eu serei um fiscal duro e implacável do governo com relação à destinação dos recursos desse fundo dos Bombeiros. Não vou transigir se o governo desviá-los do equipamento do Corpo de Bombeiros para outras finalidades. Taxa de bombeiro é para o bombeiro. Ela está prevista na Constituição Federal, é um tributo cobrado para uma atividade específica, para uma prestação de serviço específico, não divisível. Portanto, cobrarei do governo se desviar esses recursos para outras finalidades.

E quero registrar também, deputada Luiza Maia, com todo o respeito que tenho a V.Ex^a e também ao ex-prefeito Caetano, que o Corpo de Bombeiros precisa ser independente, não pode continuar subordinado à Polícia Militar. As duas corporações desenvolvem atividades distintas: a Polícia Militar faz a segurança pública, e o Corpo de Bombeiros, a defesa civil. Só três estados brasileiros mantêm o Corpo de Bombeiros subordinado à Polícia Militar. Já apresentei uma PEC à Casa nesse sentido.

E o governador precisa abrir os olhos! O Corpo de Bombeiros só foi sucateado. O governador precisa, antes de sair, corrigir esse erro que tem cometido por 7 anos. Vou cobrar, sim, do governo, porque o governador está mal assessorado nessa questão da segurança pública e do bombeiro. Isso é falta de assessoramento!

O bombeiro, hoje, não está em condições de atender à população. Em um grande incêndio ou em uma tragédia, vão morrer muito mais gente pela falta de condições do bombeiro. Falo isso como bombeiro que sou. Conheço o bombeiro. Trabalhei no bombeiro. Tirei plantão no bombeiro. E sei o que é um bombeiro desequipado.

No dia em que houver uma tragédia aqui na Bahia com mortes, eu irei responsabilizar o governo, porque não tomou nenhuma medida para equipar, treinar e colocar o bombeiro em condições de atender ao povo.

O Corpo de Bombeiros de São Paulo é um dos melhores do Brasil. Mas o governo de São Paulo só teve atenção com o Corpo de Bombeiros quando, na década de 1970, houve as tragédias dos edifícios Andraus e Joelma, onde as pessoas se jogavam do 20º andar no desespero pelo calor das chamas!

E se isso acontecer aqui na Bahia, vou responsabilizar o governo, aliás, não só o atual mas os governos do passado também, porque nenhum investiu no bombeiro. É uma omissão total! Não quero ver cenas de pessoas como tochas humanas se jogando de edifícios altos aqui em Salvador como aconteceu em São Paulo nos edifícios Joelma e Andraus.

O projeto é tão simples e tão óbvio! E, no entanto, o governo não enxergou isso ainda?!

O projeto está nesta Casa Legislativa que continua como a Casa do amém, pois a mesma não conquistou a sua independência, uma vez que não tem autonomia e continua sendo uma secretaria de governo!

No passado, criticávamos, com todo o respeito, deputada, ao afirmar que esta Casa cumpria ordens do Executivo. E, hoje, no entanto, esta Casa continua sem ter autonomia nem para votar o projeto do orçamento impositivo! É uma vergonha para

cada um dos deputados aqui não ter liberdade e não ter autonomia pra votar o orçamento impositivo!

Fica, aqui, o registro: no dia em que houver uma tragédia, eu serei o primeiro a mostrar os culpados.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr^a Presidenta, nobres deputados e deputadas, todos os que ainda nos assistem das galerias e os que nos veem e nos ouvem através da *TV Assembleia*, venho a esta tribuna para discutir o projeto de lei que dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no estado da Bahia. Portanto, o projeto cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, o Funebom.

Antes de adentrar no mérito desse projeto, queríamos, aqui, fazer um breve histórico. No ano passado, nobre presidenta, mais ou menos em um período como este, próximo ao final do ano, em uma situação idêntica e semelhante a esta, onde o governo tinha milhares de projetos trancando a pauta, ou melhor, dependendo da apreciação, existia um projeto de lei que, na sua ementa, tratava sobre ICMS, mas no corpo do projeto fazia referência à criação da taxa de incêndios. Como já era próximo ao Natal, as pessoas estavam preocupadas mais com os festejos natalinos e com a virada do ano, acabou passando despercebido por toda a sociedade e por boa parte da imprensa a aprovação nesta Casa da famigerada taxa de incêndio. Naquela ocasião, eu lembro, o deputado paulo Azi chamou a atenção dos nobres pares para o fato de que estava sendo criada mais uma taxa, portanto mais uma forma de botar a mão no bolso do cidadão para ampliar a receita do Estado.

Naquele momento, o nobre Líder do governo dizia que era uma taxa irrisória, que não iria passar da casa dos 6 mil reais, que era somente para possibilitar uma reestruturação do Corpo de Bombeiros. Portanto, nobre deputado Fabrício Falcão, este ano, quando as empresas, as indústrias começaram a receber o boleto, quando os condomínios residenciais começaram a receber o boleto tinha ali a cobrança da taxa. Chegou, deputado Fabrício Falcão, a determinadas indústrias deste Estado a ser cobrada em mais de um milhão de reais. Então a taxa que seria, no máximo, de seis mil reais, chegou, em alguns casos, a passar da cifra de um milhão de reais. Aí, foi um choque, os empresários, a população tomaram conhecimento. Alguns segmentos foram para a Justiça e conseguiram a suspensão da cobrança da taxa, mas muitos cidadãos baianos pagaram essa taxa. Segundo as informações do próprio governo, cifras chegam à casa de seis milhões de reais.

Quando houve esse choque, naturalmente houve uma mobilização dos segmentos querendo saber o que estava acontecendo. E, aí, evidenciou-se que essa taxa estava sendo cobrada de forma irregular, portanto é uma taxa inconstitucional. Por quê? Porque vinculava, nobre deputado Carlos Brasileiro, a cobrança da taxa de

incêndio ao consumo de energia. O que tem a ver consumo de energia com potencial utilização do serviço de combate a incêndio? Nada. Deveria ser cobrada essa taxa com base, por exemplo, no tamanho do empreendimento, na quantidade de transeuntes por dia, se o empreendimento possui ou não uma brigada civil de combate a incêndios ou até mesmo com base no risco da atividade. Aí, há o nexo causal entre a taxa que está sendo cobrada e a o serviço que pretende-se oferecer. Nós da Oposição ingressamos com uma ação na Justiça para suspender a cobrança da taxa, mas, numa audiência pública que promovemos nesta Casa, todos os deputados da base do governo tiveram a oportunidade de participar e reconheceram, inclusive o seu Líder, de que a cobrança era inconstitucional. De lá para cá, iniciou-se uma discussão com os segmentos, tentando o governo consertar o erro, quando nós, lá atrás, já tínhamos chamado a atenção para o que estava ocorrendo, porque esta Casa que não debate os projetos nas comissões. Por exemplo, o Funebom, que estamos debatendo aqui, hoje, na condição de comissão, é por isso que estamos discutindo o parecer como se na comissão estivesse, pela falta de oportunidade de tramitação nas comissões da Casa.

Então, já tínhamos chamado a atenção para esse erro, e agora o governo quer repetir as mesmas práticas, quer aprovar nesta Casa diversos projetos na calada da noite, como, por exemplo, a mudança da Constituição para permitir a utilização dos recursos dos *royalties* do petróleo para cobrir o rombo que hoje existe no Funprev. Há uma PEC tramitando na Casa. Também queria chamar a atenção da imprensa para o fato de que esse governo quer antecipar a receita em 60 meses. Portanto, nos próximos 5 anos, o que o Estado tem a receber de previsão de *royalties* é algo estimado na casa de mais de R\$ 900 milhões, e o governo está procurando bancos privados e públicos para realizar operações de crédito que darão um prejuízo ao Estado, ao longo desses cinco anos, de R\$ 200 milhões.

Que culpa tem o cidadão baiano se o Estado está quebrado, se o gasto com o custeio levou ao estado de insolvência? Agora querem comprometer a gestão do próximo governador, a partir do momento em que serão antecipados os *royalties*, e este Estado ficará 5 anos sem receber um real sequer dos *royalties* do petróleo, do gás, da energia eólica, enfim, de todas as fontes de energia.

Não iremos permitir, não há acordo em relação a esse projeto. Sobre os demais, podemos até discutir a possibilidade de acordo, quando o Líder apresentar precisamente os projetos que são prioritários para esse governo, para evitar, nobre deputado Carlos Brasileiro, que erros como esse, da criação da taxa de incêndio, voltem a se repetir e não tenhamos que estar aqui discutindo como esses recursos irão compor o Funebom.

Defendemos, sim, primeiro, um Corpo de Bombeiros estruturado, um Corpo de Bombeiros equipado. Até pouco tempo não existia além das margens do São Francisco um carro de bombeiros sequer para dar socorro em qualquer situação de emergência.

Defendemos, sim, um Corpo de Bombeiros independente, desvinculado da Polícia Militar. Apenas três Estados da Federação ainda estão nessa situação, sendo

que a partir do próximo ano somente na Bahia o Corpo de Bombeiros estará vinculado à Polícia Militar.

Queremos um Corpo de Bombeiros com autonomia financeira, com autonomia administrativa, mas não é o povo que tem que pagar essa conta. Recursos existem, só que não é prioridade deste governo - não é nem nunca será - o combate à violência, nem muito menos o Corpo de Bombeiros.

Está aí, nós temos hoje a publicação no Diário Oficial de diversos extratos de dispensa de licitação. É um absurdo, uma verdadeira excrescência, uma vergonha para este Estado uma associação receber 3 milhões e 800 mil reais em Feira de Santana porque é ligada ao Líder do governo. E outra receber mais 2 milhões e 500 mil reais porque também é ligada ao Líder do governo. Só essa associação, nobre deputado Carlos Brasileiro, está recebendo quase 7 milhões de reais deste governo. Para quê, minha gente? É para construção de alguma grande obra? É para realização de algum grande projeto? De jeito nenhum! É para contratar cabo eleitoral no ano que vem por causa da eleição.

É, sim, nobre deputado Carlos Brasileiro! É aí que está o desvio dos recursos públicos. Enquanto houver esse ralo, os escândalos continuarão aparecendo. E aí pergunto a V.Ex^{as}: os deputados da base governista que estão aqui hoje vão votar os projetos do governo? Vão varar a madrugada?

Porque, minhas amigas e meus amigos, eu tenho pena é dos prefeitos desta Bahia. Uns já estão há 7 anos aliados a este governo, mas nem sequer receberam 500 mil reais para a realização de uma pavimentação. Os recursos dos convênios celebrados na eleição passada, este governo liberou as primeiras parcelas. Porém os das seguintes foram desviados para bancar o custeio da máquina pública estadual.

A Bahia hoje é um cemitério de obras paralisadas. Por quê? Porque o dinheiro é utilizado na propaganda oficial, é utilizado para o custeio da máquina pública. E agora é utilizada, todo ano, a mesma prática. Todo ano, em véspera de eleição, o dinheiro é repassado a associações comunitárias para desenvolverem projetos sociais inexistentes. Na verdade, é para fazer campanha política.

Recursos existem! O governo tinha que prestigiar os prefeitos, repassar-lhes os recursos, porque assim as obras seriam realizadas, tocadas. Agora eles estão aí, os prefeitos, com o pires na mão atrás dos governos estadual e federal. E não recebem os recursos, nobre deputado Carlos Ubaldino, porque estão sendo repassados a associações.

Que condição tem uma associação de aplicar 7 milhões de reais? Quem é que vai fiscalizar esses recursos? Que estrutura tem uma associação, uma ONG para a aplicação deles?

Fico sem entender por que muitos prefeitos, nobre presidente Marcelo Nilo, estavam hoje no evento promovido por um partido político para declarar apoio à candidatura oficial do governo se eles não estão sendo ajudados, não estão tendo recursos. E agora esta gestão ainda quer taxar o cidadão baiano sob o pretexto e a justificativa de que é para organizar o Corpo de Bombeiros!

Ora, ora! Arrecadou 8 milhões porque muitas pessoas que não conheciam e as

empresas que não sabiam das decisões judiciais pagaram a taxa de incêndio. E só uma dessas associações está recebendo 7 milhões de reais! Se o governo pegasse os recursos dela e repassasse para esse Funebom, não estaria precisando cobrar da população, dos empresários, da classe produtiva! Enfim, não precisaria cobrar taxa de incêndio!

Nós queremos é que a Justiça determine a sua devolução da taxa de incêndio ilegal. E agora esse Funebom vem para tentar consertar o erro cometido pelo governo no ano passado e avalizado pelos deputados da base, nesta Casa.

Portanto, Sr^a Presidenta, estamos aqui, hoje, nós da Oposição, todos preparados para discutir, não obstruir, mas debater cada projeto, discuti-los nos mínimos detalhes. Até porque mais uma vez a classe produtiva caiu no canto da sereia do governo.

O nobre Líder Zé Neto reúne os empresários na sua sala, nem sequer busca um local neutro para discutir com a Oposição. Esse projeto poderia ter vindo para esta Casa de outra maneira, poderia ter sido debatido com a presença dos deputados de Oposição. E justamente por não ter tido a nossa presença, por não termos tido tempo de debater e discutir esse projeto, nobre presidenta, é que nós iremos adotar a postura que nos cabe esta noite. Porque sobre as matérias, nesta Casa, sempre ao final passa-se o “rolo compressor”. Este governo cria taxa e aumenta tarifa em tudo.

Não vou falar sobre as contas de água, nobre deputada Luiza Maia. Essas contas aumentaram, ao longo dos sete anos do governo Jaques Wagner, mais de 150%. Agora, estão realizando *blitz* do IPVA, quando poderiam oferecer um parcelamento para o pai e a mãe de família que está com o orçamento familiar arrojado, endividado. Muitos, inclusive, estimulados por essa política consumista do governo do PT, que ofereceu via de crédito para manter o consumo elevado e levou à verdadeira falência da classe média.

Por que não parcela o IPVA? Há um projeto de autoria nossa que permite o parcelamento em 10 vezes para facilitar o pagamento, por parte de todos os baianos. Este projeto deveria ter sido melhor discutido. Mas está hoje aqui sobrestando a pauta. E nós, da Oposição, vamos utilizar todo o tempo para esgotar a discussão. Até porque não queremos que o cidadão baiano seja penalizado com mais carga tributária, com mais taxa para contribuir com este governo. O cidadão baiano não tem culpa se este governo chegou à falência. Se este governo chegou à falência trate de gerenciar melhor suas contas, de enxugar as despesas para ter recursos para proporcionar a independência do Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores das Galerias, senhores da Imprensa, mais um final de ano e o governo quer passar o rolo compressor para aprovar mais de 20 projetos. Este governo, como foi dito aqui, que

tem várias e várias falhas na gestão e na segurança pública. Enfim, é um governo que não está suprimindo a expectativa da população.

Mas vou aproveitar o final do ano, já se encerrando o ano de 2013, para falar aqui de um assunto que parece que nunca vai ser resolvido.

Eu queria falar aqui da questão da lavoura cacaueteira. Já são mais de 20 anos e nenhuma resolução para essa lavoura tão importante para a Bahia. O deputado Sandro Régis, legítimo representante daquela região, conhece muito bem a questão do cacau, conhece muito bem como aquela lavoura foi pujante e sabe da situação atual dos cacauicultores. Os cacauicultores estão afundados em dívidas, não têm condição de resolver e de investir em suas terras. Essa lavoura que já foi muito importante para o nosso Estado, que já foi muito importante para o nosso país e que já representou mais de 60% da economia da Bahia, precisa urgentemente de solução porque as pessoas de bem, os produtores de cacau estão sofrendo.

É como eu disse: existe uma dívida dos cacauicultores que não é renegociada. O governo não faz questão de renegociar, de conversar, de dar atenção àquela região que, repito, é tão importante para a Bahia, que já representou tanto para o nosso Estado.

Isso acontece, deputado Adolfo Viana, porque falta vontade do governo do Estado, falta de vontade do governador de pegar pelo braço, de pegar pelas rédeas, as dificuldades do nosso Estado e resolver, de mobilizar a Bancada estadual, de mobilizar o governo federal, o ministro da Fazenda, para mostrar que aquela região, deputado João Carlos Bacelar, não pede favor, pede justiça por tudo que já representou para os baianos, por tudo que já representou para o Brasil. Falta vontade do governo do Estado para atuar, para resolver, para cobrar.

Ainda esta semana, deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a que conhece tão bem a região, eu estava indo a Buerarema, lá na região cacaueteira, e fiquei preso num engarrafamento. Não pude cumprir o compromisso político que tinha porque os produtores rurais, mais uma vez, fecharam a BR 101 cobrando das autoridades a resolução daquela importante luta que é a reintegração das suas terras.

Quase 20 mil pequenos produtores rurais, deputado João Carlos Bacelar, de quase 47 mil hectares de terra que estão sendo invadidas, deputado Ângela Sousa, por supostos indígenas. Há violência e perda da produção. A economia de Buerarema está sofrendo. Os produtores rurais estão sem ter para onde ir.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Deputado João Carlos Bacelar, o governo diz que a questão é federal, que quem tem que resolver é o governo federal, aí eu pergunto a V.Ex^a, quem está sofrendo é povo da Bahia, quem está sofrendo é a economia da Bahia, e por que o governador também não toma a frente para ir atrás do governo federal, atrás das autoridades competentes, para cobrar a resolução desse importante conflito que vem causando intranquilidade, sérios prejuízos a nossa região?

Com o aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Pedrinho, quero parabenizar V.Ex^a pelo grande pronunciamento que faz. V.Ex^a toca, deputado Pedro Tavares, novamente no

problema da invasão das terras em Buerarema, em Una, por supostos índios, e o que é pior, deputado Pedro Tavares, aquele protesto que prendeu V.Ex^a num engarrafamento na estrada é porque, pela segunda vez consecutiva, o governador promete uma intervenção e não cumpre. Os manifestantes fecharam a BR, porque o governador e o ministro da Justiça pediram 15 dias para resolver o problema e não resolveram. Pediram 30 dias e não resolveram. O governador está preocupado com a política partidária, infelizmente não está preocupado com a administração.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Caro deputado João Carlos Bacelar, realmente, V.Ex^a tem toda razão. O governo está preocupado em fazer política e não com os baianos.

Veja a questão do Porto Sul, que tive a oportunidade de participar, ao lado de diversos deputados, de uma audiência pública na quinta-feira, em Ilhéus, e na sexta-feira, em Itabuna. O Porto Sul, deputado Adolfo Viana, está até bonito, mas na propaganda, nos filmetes do governo do Estado. Falta o quê? Falta o governo do Estado, falta o governador tomar as rédeas da situação e chamar todos os órgãos envolvidos para cobrar emergência, para cobrar celeridade. O que está faltando? Derba, Casa Civil, Ibama, para resolvermos, conjuntamente, essa situação.

É esse o governo que diz que faz uma revolução silenciosa na Bahia, deputado Adolfo Viana. Sinceramente, deve ser tão silenciosa que não vejo essa revolução. Como foi mostrada aqui a questão do Ibope. Está aqui a revolução silenciosa: *“Governo Wagner ocupa a 19ª posição entre os 27 do País.”* Esse é o governo que faz a revolução silenciosa, a revolução que não vemos, a revolução do aumento da violência que todos os dias ouvimos nas rádios, nos *blogs*, nos jornais, nos assaltos a banco, explosão a caixas eletrônicos, um número sem tamanho de roubos a carros, de assassinatos, enfim, o baiano hoje vive sofrendo, intranquilo. E pergunto: cadê os investimentos em segurança pública? Cadê aquela propaganda bonita da televisão? Quando vamos ver a realidade, ela, como disse, é outra.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Pedro Tavares, gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento. Quando o governo fala em revolução silenciosa, ficamos assustados, porque, de fato, andando pelo Estado da Bahia não vemos as coisas acontecerem. Na propaganda vemos um Estado que não existe, um Estado que atenderia a expectativa e os anseios de todos os baianos.

O fato é que quando se inventa uma forma de fazer com que o estado se desenvolva que não seja através do trabalho, que não seja através do compromisso, seja através de uma revolução silenciosa como os governistas andam dizendo daí dessa tribuna, acontece o que aconteceu. E a prova é a pesquisa do Ibope. É verdade, deputado Sandro Régis, é uma revolução tão silenciosa que sequer ouvimos aqui a voz da ampla Base do governo, que se cala neste momento.

Parabenizo V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Adolfo Viana. Realmente, esse é o governo da propaganda, mas é o governo que só faz propaganda, falta ação.

Muito obrigado, Srª Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana: - Gostaria que fosse feita uma verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Srª Presidente, solicito a V.Exª que peça para zerar o painel e que se faça a contagem dos 15 minutos regimentais para que os nossos deputados adentrem ao Plenário para atestarem suas presenças para a continuidade da presente sessão.

Os Srs. Deputados que estão em seus gabinetes, nos corredores ou assistindo a essa novela muito ruim da Globo, que venham ao Plenário assinar com suas presenças para que possamos dar continuidade a esta sessão importante de aprovação desse projeto que vai levar recursos para melhorar o funcionamento do Corpo de Bombeiros.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Exª será atendido, deputado Carlos Brasileiro.

Convoco todos os deputados. Peço que zerem o painel, marquem o tempo. Convido todos os deputados e deputadas que estão aqui ao lado do Plenário, na sala das comissões, na sala do cafezinho, alguns têm o direito de se alimentar e foram ao restaurante, convido que voltem o mais rápido possível, porque temos uma verificação de quórum e precisamos estar com todos os deputados para a continuidade da presente sessão.

Deputados e deputadas marquem suas presenças e, mais uma vez, convido a todos que estão aqui ao lado do Plenário, na sala do cafezinho, alguns que foram ao restaurante que cheguem aqui o mais rápido possível ao Plenário e marquem suas presenças para darmos continuidade à presente sessão na qual temos projetos muito importantes para a vida do povo baiano.

Portanto, necessitamos da presença dos deputados para darmos continuidade à sessão e às votações. Já contamos com 13 Srs. Deputados. Convido os deputados que ainda não chegaram, que rapidamente adentrem ao Plenário e marquem as suas presenças. Já existe quórum. Vamos continuar a sessão.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Sandro Régis pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. SANDR RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, amigos da TV Assembleia, Galerias Paulo Jackson, hoje a Bancada do PT inovou o seu discurso que o governador lançou na UPB como a reforma silenciosa. Reforma essa, deputado Alan Sanches.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, Galerias Paulo Jackson, a Bancada do PT, hoje, inovou seu discurso, pois o governador lançou, na UPB, a reforma silenciosa. Reforma esta, deputado Alan Sanches, que nem V.Ex^a viu! Qual é o avanço silencioso que o estado vem sofrendo?

O que eu conheço, deputado João Carlos Bacelar, é o melhor programa do governo Jaques Wagner que é “assalto para todos”. Quanto ao “assalto para todos”, todos veem e todos sentem. A Bahia ocupa, hoje, o *ranking* nacional em criminalidade.

Estado este que, há poucos dias, teve cinco agências bancárias assaltadas e, agora, concorre para o livro dos recordes. Agora, os governistas vêm falar, aqui, de revolução silenciosa?! Imaginem os senhores se fosse uma revolução auditiva?! (Risos)

Os hospitais estão sem nada! O Hospital de Juazeiro está fechado. O Hospital de Alagoinhas está, há dois meses, sem pagar os salários dos funcionários! No Hospital de Jequié, não há *band-aid*, não há esparadrapo. Quanto ao Hospital de Barreiras, a deputada disse que está um caos.

A Situação vem falar, deputado deputado João Carlos Bacelar, em revolução silenciosa?!

Silenciosas, deputado Pedro Tavares, são as mortes dos baianos neste estado violento que não dá a mínima de condição de segurança para o cidadão. E, aí, eles não têm o que falar e falam em revolução silenciosa!

Imaginem os senhores que, antes, o legado, deputado Gaban, era a obra imaterial.

Agora, é a revolução silenciosa!

Isso é a prova de que este governo não tem o que mostrar. Isso é a prova, deputado Pedro Tavares, de que este governo é um engodo e que este governo é muito bom na propaganda, mas, na vida real, se restringe à reforma silenciosa de Rosenberg Pinto.

Pergunta-se: e o legado imaterial do governo PT?

Realmente, é o melhor governo do Brasil, assim apontou a pesquisa IBOPE! A avaliação do governo Jaques Wagner foi muito boa, deputado Gaban: 26% de ótimo e bom! O governo está muito bem avaliado!

Mas o governo tem, como legado, as obras imateriais e a revolução silenciosa!

Então, o governador foi muito bem avaliado, porque ninguém vê nada, pois não se vê a obra e não vê os avanços! É o verdadeiro governo faz de conta! Só existe governo na propaganda mentirosa! Só existe governo em: imprensa, rádio e televisão.

Deputado Rosenberg Pinto, imagine V.Ex^a quando for, agora, fazer campanha para governador! O seu governador, como um grande orador, dirá: “Nesses 8 anos, a Bahia terá o legado imaterial e a revolução silenciosa!” Imagine V.Ex^a, deputado Rosenberg Pinto, não ter o que falar e não ter o que mostrar?! É muito difícil depois de 8 anos de governo!

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Sandro Régis, o deputado Rosemberg Pinto é um dos mais brilhantes quadros do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Verdade.

O Sr. Carlos Geilson:- E, aí, eu tiro o chapéu, porque se fosse o quadro do programa do Raul Gil, eu tiraria o chapéu. Se fosse um quadro do Raul Gil, eu tiraria o chapéu para o deputado Rosemberg Pinto. Por sua envergadura como parlamentar, não pode abraçar uma causa falida como essa, deputado Rosemberg.

O governo peca por sua imaterialidade. E, agora, pela revolução silenciosa. Mas que silêncio é esse que não conseguimos perceber. Eu não digo ouvir, porque é silêncio, mas perceber a olhos vistos, uma coisa concreta, palpável.

Então, deputado Rosemberg Pinto, lamento que V.Ex^a tenha embarcado nessa canoa furada. É um governo fraco. Um governo que se notabiliza, a partir de agora, por escândalos.

Continuo cobrando do Líder do governo, deputado Zé Neto, que até agora não deu uma resposta, sobre a dispensa de licitação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ela está inovando com essa dispensa de licitação de R\$ 53 milhões e 500 mil. Estamos aqui cobrando. São 22h23min, temos tempo suficiente para ouvir o Líder do governo e sua Bancada esclarecerem, aclararem o que, de fato, aconteceu com esse escândalo que se alastra por toda a Bahia. O que se comenta, hoje, na Bahia, nos quatros cantos, de norte a sul e de leste a oeste, é o escândalo dessa dispensa de licitação. Sei que o governo, deputado Sandro Régis, até agora tem apresentado para essa situação uma justificativa lastimável, lamentável sob todos os aspectos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Deputado Carlos Geilson, estava pensando. Acho que para o PT fazer a propaganda das obras imateriais e da revolução silenciosa tem de chamar aquele rapaz que fez mímica no enterro de Nelson Mandela. É a melhor pessoa para falar das obras governo Jaques Wagner. Ele é quem vai poder representar, através de sua mímica, deputado João Carlos Bacelar,...

O Sr. João Carlos Bacelar:- Linguagem de sinais.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Linguagem de sinais

(...) a revolução silenciosa, o legado das obras imateriais.

Quer dizer, é querer subestimar a inteligência do baiano. É querer subestimar...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, na semana passada, o deputado Gaban chamou a atenção para essa licitação e, posteriormente, a dispensa de licitação feita pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu, aqui, estava a discutir com o deputado Carlos Geilson e estamos querendo saber se...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- A taxa de aceleração...

O Sr. Adolfo Viana:- A famosa taxa de aceleração!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) de apenas R\$ 8 milhões?

O Sr. Adolfo Viana:- De apenas R\$ 8 milhões, deputado Sandro Régis.

(....) esse silêncio também passa pela tão falada revolução...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Silenciosa! (Risos)

O Sr. Adolfo Viana:- (...) silenciosa? Será que faz parte? Se fizer, está explicado por que a revolução silenciosa.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Acho que chegamos, agora, à parte da revolução silenciosa. É o silêncio da Bancada.

Eu perguntei a alguns engenheiros, a algumas pessoas da área e ninguém nunca ouviu falar na taxa de aceleração. O deputado Gaban, que é um especialista em engenharia, que é um homem que conhece bem do riscado, nunca ouviu falar dessa taxa de aceleração.

Então, deputada Ângela Sousa, descobrimos qual é a revolução silenciosa. A revolução silenciosa é a falta de resposta sobre a taxa de aceleração que custa ao bolso dos baianos R\$ 8 milhões.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Deputado Carlos Geilson pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sra. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr^a Presidente, está em nossas mãos, o projeto tão importante que o governo do Estado enviou para esta Casa, projeto que melhora as condições futuras do Corpo de Bombeiros em nosso Estado, que adequa inclusive instalações, compra de equipamentos, melhora as condições de viabilidade desse grupamento muito importante para o nosso Estado.

Foi feito um estudo de impacto necessário, criação de taxas de incêndio, no sentido de uma melhor fiscalização para prevenir incêndio nas instalações em todo nosso Estado, mas diante de um projeto tão importante como esse, já são 22:28hs, conversamos, conversamos, todos falam, mas não saímos daqui.

Vamos perder noite, deixamos nossas esposas, haja vista que do jeito que o mundo está liberal, corre-se o risco... Deputado não é blindado de tudo, ele pode sofrer inclusive no seu casamento. O governador está em casa, possivelmente tranquilo, os secretários tranquilos, e nós estamos aqui perdendo noite, quando poderíamos estar debruçados para fazermos essa aprovação imediata, porque quando essa Casa quer, faz isso.

Temos também o PL anti-calote que é um projeto muito justo, de uma companheira nossa, Maria del Carmen, que vem acompanhando a luta dos vigilantes e de terceirizados do nosso Estado, que às vezes são lesados pelas empresas que recebem o dinheiro do Estado mas não fazem o repasse. A imprensa está ali cansada. Na verdade, nada se cria, tudo se copia. Só precisa ter definição para fazermos a aprovação desse projeto.

Sou pai de sete filhos, tenho netos que estão lá “vovô, vovô, vovô”, tenho mais

quase 912 pessoas que dependem de mim, me aguardando, e também corro o mesmo perigo dos outros deputados, porque minha mulher não é de ferro, e hoje precisamos estar dando e recebendo carinho, até para nossa saúde, para quebrar o estresse.

Proporia a V.Ex^a, chame os deputados, chame a presidência, chame a Mesa e vamos aprovar esses projetos importantes, até para darmos descanso aos profissionais, sindicalistas, vigilantes, homens e mulheres que estão aqui cumprindo suas obrigações de cidadãos, mas na verdade buscando apenas aquilo que é de direito.

Essa é a minha proposta. Chame os deputados, chame Zé Neto, Líder do governo, Líder da Oposição, tenho certeza que a Oposição não se furtará porque tem feito seu papel elegantemente nesta Casa. Para provar isso, vamos perder uma noite aqui para que?

Sou crente, não posso namorar fora, então preciso ir para casa ver minha mulher.

Muito obrigado.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sra. Presidente.

A Sra. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Inicialmente, peço desculpas ao deputado Carlos Geilson, mas eu gostaria, deputado Sargento Isidório, parabenizá-lo. Acho que o espírito da Casa é esse.

Tenho que fazer uma ressalva a dois deputados do PT que têm, até pela posição que ocupam, vice-líder do governo e líder do PT, Carlos Brasileiro e Rosemberg Pinto, que tem procurado uma maneira de negociar. O Líder do governo não se manifesta, está sendo omissos.

Já demos, deputado J. Carlos, várias demonstrações de que gostaríamos de negociar. Esse projeto dos bombeiros que V.Ex^a fala é de extrema importância para o Corpo de Bombeiros, mas não tem, V.Ex^a, deputado Pastor Sargento Isidório... V.Ex^a sabe melhor do que nós, até porque V.Ex^a é oriundo da Polícia Militar e dedicou boa parte da sua vida à PM... Nós não somos absolutamente nada contra essa taxa. Ninguém da Oposição é contra! As modificações que tinham de ser feitas, foram feitas, as sugestões que demos, de uma forma ou de outra, foram acatadas, mas o ponto central não foi acatado. Qualquer membro do Corpo de Bombeiros que V.Ex^{as} consultarem dirá: “Sou contra o dinheiro ir para o Caixa Único.” É a única ressalva que fazemos! Vejam, se o dinheiro continuar indo para o Caixa Único, o governo o usa da maneira que quer.

Nós temos na Bahia, dos 417 municípios, apenas...

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Onde está a questão de ordem, deputado Gaban?

O Sr. Gaban:- Estou, da mesma forma que ele, respondendo, minha cara presidente. Esse é um assunto importante, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Conclua, por favor.

O Sr. Gaban:- Podemos até viabilizar um acordo e nós todos, inclusive V.Ex^a, irmos para casa. Entendeu? Por isso que eu acho importante. Eu vou concluir.

Deputado Pastor Sargento Isidório, o que queremos é o que todos os estados

brasileiros estão fazendo. O que queremos é o mesmo que o Corpo de Bombeiros quer: ter autonomia. Abrimos mão até da autonomia administrativa, porque para isso o Corpo de Bombeiros teria que se desvincular da PM para se vincular diretamente com a Secretaria. Nós abrimos mão disso, e em troca apenas queremos que esses recursos sejam enviados diretamente para a utilização do Corpo de Bombeiros.

Em sendo assim, eles poderão... Na Bahia, Estado com 417 municípios, hoje, apenas 40 municípios possuem Corpo de Bombeiros. Em Salvador, a escada do Corpo de Bombeiros não atende plenamente em caso de incêndio, em razão da altura que alguns prédios tem. Precisamos, sim...

V.Ex^a foi muito feliz em dizer que esse projeto é importante, é importantíssimo! Mas, se aprovarmos esse projeto da maneira como está e os recursos continuarem indo para a Fonte 00, eles não poderão fazer concurso público para suprir a necessidade física que tem, não poderão ter os recursos necessários para ter a escada Magirus, inicialmente em Salvador, posteriormente em Feira de Santana e finalmente em todos os municípios de uma maneira geral. Precisamos dar o que eles querem, e é isso que a sociedade espera de nós.

Acho extremamente pertinente... V.Ex^a está aqui, o deputado Rosemberg Pinto também, as deputadas estão presentes, mas onde está o Líder do governo? Por que ele não está aqui? O Líder da Oposição está ali, entendeu? Eu acredito que deveria...

Sr^a Presidente, gostaria de solicitar uma verificação de quórum para que o Líder do governo venha ao Plenário para tentarmos negociar. Não adianta a boa vontade que o deputado Rosemberg Pinto tem tido, a boa vontade... O deputado Zé Neto chegou! O Líder da Oposição está aí, deputado Zé Neto, sente com ele e converse! Vamos ver!

O deputado Pastor Sargento Isidório fez uma colocação muito pertinente. É uma insanidade nós ficarmos, aqui, discutindo uma coisa que no mérito somos favoráveis. Todo mundo é favorável à criação dessa taxa para dar uma estrutura melhor ao Corpo de Bombeiros.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- A única divergência é que o dinheiro está indo para a Fonte 00, ao invés de ir direto para o Corpo de Bombeiros.

Nesse sentido, minha cara presidente, solicito uma verificação de quórum para ver se os deputados comparecem ao Plenário. Não tenho interesse nenhum em derrubar a sessão – já estou adiantando –, quero apenas que os deputados venham para cá. Se todos estiverem aqui, poderemos sentar e pressionar o Líder do governo para que ele negocie e veja uma fórmula. É insana, deputado Sandro Régis, uma coisa dessas!

Peço que a Sr^a Presidente abra o tempo necessário e acione as campanhas. O meu interesse não é derrubar a sessão. Se não houver 21 Srs. Deputados, já adianto a V.Ex^a que desistirei da minha questão de ordem de verificação de quórum. O único intuito, pedindo desculpas mais uma vez ao deputado Carlos Geilson, é apenas trazer os deputados ao Plenário para, com essa presença massiva, convencer o Líder do governo a sentar e ter o bom senso que todos nós esperamos.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Tendo em vista que o deputado Gaban desistiu da verificação de quórum, concedo a palavra ao nobre deputado Carlos Geilson.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone)

O Sr. Gaban:- Eu pedi a verificação de quórum para os deputados virem ao Plenário, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Mas o senhor viu que o Plenário está repleto. Portanto, concederemos a palavra ao deputado Carlos Geilson. É uma desfeita com o deputado que está esperando na tribuna há 10 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu subo a esta tribuna e faço coro às palavras do deputado Pastor Sargento Isidório. Como ativista, membro fortalecido pelas ajudas que recebe do Estado, ele faz uma convocação que leva todos nós a uma reflexão: o porquê de não votarmos logo este projeto.

Por sua força dentro do governo, ele deveria externar isso ao seu Líder e à sua Bancada para que houvesse uma aceleração na votação deste projeto nesta noite. Os deputados querem votá-lo. Mas, meu caro deputado Pastor Sargento Isidório, de outro lado é bom que fique claro: se V.Ex^a está agoniado, pode ir para casa. Ninguém o impede, o senhor é dono da sua vida, da sua vontade. Se tem responsabilidade com o povo da Bahia, deve ficar, acompanhar a sessão e na hora do voto pronunciar a sua vontade soberana.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Eu não posso abandonar o povo da Bahia.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O deputado Pastor Sargento Isidório está dando pito porque ainda não se votou este projeto. É realmente uma incongruência. De alguma forma, é algo estranho à atividade do Parlamento. Como se ele estivesse sendo obrigado a ficar aqui. O parlamentar é livre. Tantos outros não estão na Casa neste horário, ou muitos não irão votar, não são do governo. Até mesmo alguns da Oposição, que acham que têm outras coisas a fazer. Se V.Ex^a está preocupado...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Por enquanto, não.

O senhor falou, eu ouvi.

Ele fala como se houvesse alguém amarrando-o, prendendo-o neste Plenário. Oh, deputado! V.Ex^a, se quiser, pode ir à sua casa, ficar por lá, voltar pela manhã, votar no projeto. Nada o impede. Veja que outros deputados estão ausentes. Não participarão da votação. Nem por isso não são parlamentares comprometidos com seus mandatos, com as pessoas que votaram e os elegeram.

Depois do pito que o deputado Pastor Sargento Isidório deu - com certeza, não foi na Oposição, mas na sua Bancada, que tem na Casa a maioria esmagadora de quase 50 deputados -, o Líder do governo, que é tão insensível aos seus apelos, até agora não deu nenhum sinal para a votação deste projeto. Nós, da Oposição, queremos votá-lo. Tanto que subimos a esta tribuna para debater e emitir a nossa

opinião sobre ele, querendo que o governo faça o mesmo para apressar, acelerar a sua votação. Quanto mais cedo for votado, melhor. É isso que nós queremos. O deputado Elmar Nascimento está a orientar a sua Bancada nesse sentido. Não é mister nosso ficar aqui no microfone se revezando sem que o projeto seja votado. Nós queremos esta votação.

Meus caros amigos deputados e deputadas, o jornal *A Tarde*, na edição de sábado, publicou uma matéria que esclarece o que estamos sempre a denunciar daqui desta tribuna a respeito da situação de penúria e lástima em que está a saúde neste Estado.

O Hospital Geral Clériston Andrade, do qual o deputado Zé Neto se intitula dono, o Tribunal de Contas do Estado apresenta um relatório em que condena as instalações do hospital.

Eu li esta matéria do jornal *A Tarde* e depois, deputado Isidório, para acalmar V.Ex^a, que está agoniado, e eu temo que tenha um problema cardíaco, não sei se o departamento médico da Casa está de plantão, lhe concederei um aparte daqui a pouquinho.

Pois bem, diz o jornal *A Tarde*, na edição de sábado: (Lê) “*O relatório de auditoria de inspeção realizado pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, TCE, mostra que o Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana, está em uma situação precária, sem condições de funcionamento...*” – Vejam, senhores, senhoras, vocês que nos assistem pelo *Canal Assembleia*, como está a situação desse hospital – “*(...)De acordo com os auditores do TCE, que realizaram visitas à unidade, entre 3 de setembro e 6 de novembro de 2013, a unidade está totalmente degradada, apresentando paredes rachadas, telhado comprometido, infiltrações e alagamentos, instalações elétricas e hidráulicas danificadas, entre outros aspectos. O hospital, aponta o TCE, funciona há oito anos...*” – preste atenção, deputado Zé Neto, veja o escândalo no governo do PT – “*(...) sem alvará sanitário, em virtude dos problemas de infraestrutura e higiene. Além disso, uma unidade de pacientes de longa permanência está interditada, por problemas detectados pela vigilância sanitária em 2010...*” Rosemberg, isso no governo do seu coligado Jorge Solla, o secretário da Saúde do Estado da Bahia.

“*(...) O relatório foi apresentado no plenário do TCE, quinta-feira passada, quando foi dado o prazo de 30 dias para que a Secretaria da Saúde do Estado apresentasse explicações conclusivas sobre a morte da empregada doméstica Alzira Ribeiro no dia 26 de outubro deste ano. Como noticiou o jornal A Tarde, a paciente estava ligada a aparelhos de semi-UTI, chamada de sala vermelha, quando houve um apagão. A sala não estava ligada aos geradores de energia e a paciente morreu após os aparelhos serem desligados...*” Vejam, meus caros deputados, que a situação é realmente caótica, é brincar com a vida. A senhora morreu porque a sala não estava interligada aos geradores, faltou energia, e ela veio a falecer.

É essa preocupação, deputado Sargento Isidório, que eu sei que V.Ex^a tem. V.Ex^a deve estar indignado com essa situação. O relator do processo de auditoria e inspeção sugeriu que fosse dado um prazo de 90 dias para que a Sesab apresentasse

um plano de reestruturação do hospital, proposta não acatada durante a sessão realizada na quinta-feira. Ele deu um prazo de 90 dias.

Como o parecer levou mais de 1 ano para ir ao plenário, uma equipe de auditores retornou ao Clériston Andrade nos dias 4 e 5 deste mês. *'A situação é a mesma.'*

A situação é a mesma, meu caro deputado Marquinhos Viana.

(Lê) *"Nada de novo foi feito para modificá-la, somente a mudança da sala da diretoria geral para próximo do centro cirúrgico", disse Fred Santana Sampaio, analista de controle externo do TCE.*

Sampaio disse que o hospital já tinha também ligação das dependências da semi-UTI com os geradores. 'Mas o chefe da manutenção não garantiu que tudo estivesse funcionando. Eles farão uma parada no dia 17 (terça-feira) para verificar se o sistema está interligado'.

Ora, este é o retrato cruel da saúde em nosso Estado. O hospital funciona com paredes rachadas, instalações hidráulicas com problemas, vários problemas de funcionamento, pacientes que são atendidos nos corredores do hospital, e depois se fala em revolução silenciosa. Que silêncio é esse que não conseguimos enxergar? O que sentimos é uma Bahia abandonada, é o descaso desse governo. O que sentimos não é só em Feira, mas em toda a Bahia. Visitem o hospital em Juazeiro e nas outras cidades deste Estado.

E, aí, ouço falar em revolução silenciosa. Foi a grande piada de final de ano. O governo nos brindou, presenteou-nos com uma piada neste final de ano, que é essa revolução silenciosa. É uma revolução que, na saúde, está involuindo. É a revolução da involução.

O hospital funcionando em Feira de Santana com paredes rachadas, e o mau cheiro toma conta devido ao descaso, à falta de atenção. E o secretário vai a Feira de Santana, mas quando isso acontece, sua equipe faz uma verdadeira faxina. Para engabelar a quem, não sei, porque o secretário é consciente dos problemas e das dificuldades por que passa o hospital.

Meu caro deputado João Carlos Bacelar, o diretor é José Carlos Pitangueira. Eu não o culpo, não. Ele é um diretor presente, está lá constantemente, cumprindo seu papel. Mas ele não pode fazer milagres. O que ele pode fazer se o Estado não lhe dá condições de trabalho? O que ele vai fazer? Os pacientes estão nos corredores. Não vai receber os pacientes? Vai mandá-los para onde? Para a Secretaria da Saúde?

Peço ao deputado José de Arimatéia, deputado destaque, que fique indignado com essa situação, porque ele é o presidente da Comissão de Saúde. Sei que V.Ex^a não deve ter lido o jornal *A Tarde* de sábado. Se o tivesse lido viria a esta tribuna protestar, porque sei do seu compromisso com a vida humana. Ciente disso, creio que V.Ex^a já deve ter telefonado para o secretário Jorge Solla, e sei que V.Ex^a tem uma ligação, pois o toque do celular do secretário é especial na hora em que V.Ex^a liga. Então, V.Ex^a deve telefonar e cobrar a situação de Feira de Santana, para que as pessoas tenham mais carinho. A vida humana é a coisa mais preciosa que temos, e o governo está negligenciando, está deixando de lado a sua responsabilidade.

Subo a esta tribuna para trazer a preocupação de milhares de baianos em relação ao que está acontecendo e ao que pode vir a acontecer.

Hoje, o que mais se fala no Estado é a questão da sucessão. É Ruimzão para lá!, Ruimzão para cá! (Risos) E não se está cuidando da administração! Pelo amor de Deus, gente! Nós vamos ter eleição depois da Copa do Mundo. Não vamos abandonar a administração do estado simplesmente por um projeto de poder. Teremos a hora certa do embate político. O governo Wagner parece que abriu mão da administração e só pensa, agora, em fazer política. Enquanto isso, a segurança pública vai muito mal.

Aqui, o deputado Gaban tem dito que o secretário Maurício Barbosa é operoso. Eu acredito que ele é operoso. Mas, sem condições de trabalho, Gaban, o que ele pode fazer e o que ele poderá fazer? É a mesma coisa! Quanto ao diretor do Hospital Clériston Andrade, o Sr. Pitangueira, o que ele fará se não há condições de trabalho? O secretário Maurício Barbosa fará o que se o governo Wagner não lhe dá condição de trabalho? É um governo fraco!

O único ponto que eu quero ressaltar e, aí, eu quero fazer justiça: o governo Wagner é imbatível, é inquebrantável e é insubstituível no volume de propaganda. Nunca, neste estado, se viu tantas propagandas. Plagiando o presidente Lula, nunca antes na história deste estado se fez tanta publicidade. Olha que há publicidade em que se gastam 10 a 15 vezes mais o valor da obra anunciada! É a questão das canoas no Extremo Sul que o governo gastou uma fortuna para dar publicidade.

Quanto ao quesito propaganda, o governo Wagner é imbatível! Temos de reconhecer que a propaganda é bem feita, repito, a propaganda é bem feita. A propaganda visar a persuadir os mais incautos e consegue, realmente, incutir, em nossa cabeça, que a gente quer morar na Bahia da propaganda. É aquela Bahia bonita. É aquela Bahia sem violência. É aquela Bahia onde a educação é um modelo para o País. É a Bahia onde a saúde pública é de excelência e coisa de primeiro mundo. Nessa Bahia, eu quero morar.

Eu fico a me perguntar: como o governador consegue dormir? Como está a consciência do governador sabendo que tudo não passa de um golpe de *marketing* bem elaborado e bem trabalhado? Este é o governo que vai embora e não deixará saudade!

É por isso que acho que nós devemos pensar em uma Bahia diferente, uma Bahia com novos rumos, onde o cidadão seja, de fato, cidadão e aconteça a valorização da cidadania.

Não queremos a Bahia do faz de conta. A Bahia que engabela? A Bahia que ludibria? A Bahia que engana? Não. Esta não é a Bahia de todos nós. Esta é Bahia que engabela, que ludibria. A Bahia que engana! Não, essa não é a Bahia de todos nós. Essa é a Bahia do engodo, é a Bahia da falácia. É a Bahia que deixa a desejar.

Concluo minhas palavras dizendo que a Bahia, se Deus quiser, viverá, a partir de janeiro de 2015, novos rumos, uma nova administração. E este Estado há de entrar nos trilhos se Deus quiser.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Já temos quórum para a continuidade da sessão.

(Manifestação no Plenário)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- O meu painel registra a presença de 21 Srs. Deputados. Por favor, minha vista não encurtou e meus óculos ajudam.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 10 minutos.

Estou bem assessorada pelo Sr. Carlos, da Secretaria da Mesa, que marcou o tempo certo: 10 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr^a Presidente, deputada Fátima Nunes, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, senhores presentes às Galerias, dada a presente discussão, o parecer do relator, deputado Carlos Brasileiro, ao projeto de lei nº 20.505/2013, de procedência do Poder Executivo, que dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia – Funebom, altera a Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, e dá outras providências.

Esse projeto inicialmente teve o deputado Bira Corôa como relator, e depois de uma longa discussão, promovida na Comissão de Defesa ao Consumidor por iniciativa do deputado João Carlos Bacelar, foi retirado e reincluído em pauta, designando um novo relator, o deputado Carlos Brasileiro, que, após longa discussão com os empresários e conosco, houve por bem acolher algumas emendas nossas e algumas sugestões dos empresários do Estado, apresentando, praticamente, um substitutivo ao projeto original, mas que falhou ao não dar autonomia financeira ao Corpo de Bombeiros. Aliás, o sistema do Estado de caixa único com a conta retificadora é um sistema que prejudica o funcionamento, inclusive, das autarquias que arrecadam no Estado.

Há um exemplo de que, com as modificações introduzidas na lei pelo governo, não nessa, mas na lei anterior, autarquia, como o Detran, perdeu a capacidade de autonomia financeira, o que prejudicou o funcionamento dos órgãos. Fui procurado outro dia, por exemplo, deputado Carlos Brasileiro, que ora preside esta sessão, pelo dono do prédio, dono do imóvel que é locado ao Detran para funcionamento da Ciretran do município de Senhor do Bonfim. Há 6 meses ele não recebe o aluguel. Quando nós introduzimos uma emenda com que procuramos dar essa autonomia financeira ao Corpo de Bombeiros, quisemos apenas condicionar a aprovação desse projeto ao recebimento da taxa de incêndio à aplicação da atividade-fim, que é justamente Segurança Contra Incêndio e Pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia com recursos oriundos desse fundo, porque sem essa autonomia eles são enviados ao Caixa Único Estadual e acontece o que já vimos denunciando aqui ao longo de meses: a utilização de recursos vinculados e com outra destinação do Estado para pagar despesas de custeio dum governo que é perdulário e gasta mal.

Já tivemos algumas experiências, digo aqui aos deputados da Oposição que não tiveram oportunidade de estar comigo na Câmara Itinerante no município de Paulo Afonso. E lá naquela sessão se criou um estresse, porque os bombeiros que não

estavam trabalhando no momento compareceram ao auditório em que ela se realizava para protestar justamente contra a ausência da autonomia financeira do Corpo de Bombeiros, o que prejudicava as suas atividades. Daquele procedimento inclusive se originou por telefone a demissão do comandante da instituição na localidade, o que gerou uma série de protestos e culminou com o governo revogando aquela determinação.

A cada dia mais nos sentimos na obrigação, meu caro deputado João Carlos Bacelar, de colocar amarras à forma como o Estado gasta os seus recursos. A cada dia em que o Líder do governo nos informa sobre as dificuldades financeiras da Bahia, quem tem a curiosidade de acompanhar o Diário Oficial vê uma absoluta falta de controle na execução dos programas.

Pasme, deputado Luciano Simões! E aí quero fazer uma defesa do Líder da Maioria, deputado Zé Neto, que publicou no D.O. de ontem dois convênios no valor de quase 8 milhões de reais feitos pela Secretaria de Combate à Pobreza com uma ONG de Feira de Santana, segundo objeto dentro do Programa Viver Melhor, para comprar carrinhos de cachorro-quente, caixas de picolé e carrinhos de churrasquinho. Foram 8 milhões de reais! Enquanto o prefeito não tem conseguido nem um convênio sequer para combate à seca no nosso Estado, lá no município de Feira de Santana duas ONGs conseguem a liberação de 8 milhões de reais para comprar carrinhos de cachorro-quente, de churrasquinho e isopor para picolés!

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Concedo um aparte ao deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Obrigado, nobre Líder Elmar.

Só reativando a memória dos deputados, ano passado, neste mesmo período, teve isso aqui em Salvador. Só que chamamos a atenção, e imediatamente foi suspenso. Este ano fizeram em Feira de Santana, talvez para ver se passava despercebido dos parlamentares desta Casa. Mas são 8 milhões de reais para uma ONG daquele município, sabe-se lá por interesse de quem!

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Ouço com prazer o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Vou aproveitar a presença do Líder do governo e sugerir que em *Amor à Vida* ele faça um convênio com aquela mulher que vende cachorro-quente e está querendo ampliar os negócios. Fica a sugestão para que esses 8 milhões sejam aplicados beneficiando-a, pois ela quer ampliar as suas vendas na novela.

Então, deputado Zé Neto, é o que sugiro para uma correta aplicação por uma mulher que está batalhando na novela *Amor à Vida*, para que os oito milhões de carrinhos de cachorro-quente sejam para ampliar os negócios dela no município de Feira de Santana.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Só falta, meu caro Gaban, descobrir quem é o Félix da ONG para vender o cachorro quente. Acho que foi a novela *Amor à Vida* que inspirou esse programa a vender cachorro-quente em Feira de Santana. O cachorro-quente mais caro do mundo! Oito milhões de reais para botar carrinho de

cachorro-quente, isopor de picolé, meu caro deputado Roberto Carlos, é difícil para V. Ex^a concorrer com esse povo. O pessoal do governo com a caneta, imaginem, oito milhões de reais! Quantos carrinho de cachorro-quente, carrinhos de churrasquinho e caixas de isopor de picolé vão estar rodando nas ruas de Feira de Santana! Não estão tendo pena nem do Líder do governo. Coitado! Ele não tinha nem conhecimento. Se não estão tendo pena do Líder do governo, imaginem de V. Ex^{as}, pobres mortais que compõem a base do governo, o que é que vem pela frente nesse ano de 2014! É uma coisa preocupante e eu gostaria de vê-los todos reeleitos aqui, mas, realmente, concorrer com o pessoal que está com a caneta no governo, utilizando para fazer política, é difícil, meu caro deputado Jean Fabrício.

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Herbert Barbosa por até 20 minutos.

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Sr. Presidente desta sessão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pegando um gancho na crítica feita pelo deputado Carlos Geilson que disse que esse governo só é imbatível na questão da propaganda e com os custos das propagandas, eu não sei se por todo o Estado da Bahia aconteceu, deputado Gaban o que aconteceu em Barreiras. Há cerca de dois anos, quando o governo anunciava como um feito seu a construção da FIOLE, emendaram-se outdoors na cidade para colocar a fotografia do trem nos trilhos como se fosse já uma realidade. E lá se vão mais de dois anos, mas nós que participamos dessa comissão, lutamos, esperamos e acreditamos que será uma realidade. Há mais de dois anos, pelo menos no município de Barreiras, na propaganda institucional do governo do Estado, se anunciava como já sendo uma obra com os trens nos trilhos, emendou-se até outdoor, o que fez aumentar mais ainda os custos dessa propaganda fantasiosa do governo estadual.

Mas, Srs. Deputados, estamos aqui a discutir nas comissões o parecer ao projeto de lei nº 20.505/2013 que dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia. E eu gostaria de trazer a título de informação a esta Casa, que na cidade de Barreiras, acho bem oportuno que o governo agora queira criar esse fundo para que os bombeiros tenham realmente mais recursos e mais condições para desenvolver suas atividades, esperamos que a reivindicação da Bancada da Oposição, que é vincular os recursos advindos dessa taxa de incêndio, sejam usados exclusivamente pelo Corpo de Bombeiros para sua finalidade e que o serviço venha a ser realmente prestado de uma forma mais adequada, quando da ocorrência de incêndio nas cidades da Bahia.

Lá em Barreiras, mais por uma cobrança, acredito, da população, foi criado o Corpo de Bombeiros sem nenhuma infraestrutura, criado e instalado com uma viatura emprestada, certamente de uma outra unidade, porque após o ato de instalação, foi levada embora de Barreiras.

E lá o governo resolveu construir a estrutura, a sede própria do Corpo de Bombeiros. Uma obra nada muito relevante, mas o governo levou cerca 3 anos para construir um lugar para abrigar a corporação em Barreiras. Porém o fez em um local em que se houver uma chuva um pouco mais forte será o primeiro a ser inundado na cidade, e quem vai necessitar de socorro será o Corpo de Bombeiros. Esperamos que ele não passe por esse vexame.

Mas desde que o Corpo de Bombeiros foi instalado lá, nos eventuais incêndios nunca atendeu conforme deveria. Quando acontece um incêndio, como ocorreram recentemente numa serraria e numa casa de material de construção, apareceu de tudo para auxiliar, menos um veículo adequado do Corpo de Bombeiros para prestar socorro.

Mas quero aproveitar a oportunidade, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, para trazer à discussão, mais uma vez, a questão da segurança pública, quesito em que esse governo deixa a desejar e o Estado tem-se tornado território dos bandidos, onde a violência tem-se expandido. E a Bahia, nosso Estado, infelizmente, desponta como um dos líderes em crescimento de violência por todo o Brasil, perdendo para cidades e estados que têm tradição, como São Paulo e o Rio de Janeiro.

Há cerca de 4 anos, deputado João Carlos Bacelar, a União, através do Ministério da Justiça, disponibilizou recursos de cerca de R\$ 16 milhões, para que se construísse o presídio de Barreiras,...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. HERBERT BARBOSA:- (...) que foram, praticamente, perdidos, porque, por mais de 4 anos, o governo do Estado não apresentou um projeto para a construção do presídio, deputado Luciano Simões.

Estive pessoalmente com o secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte, cobrando que esse recurso disponibilizado pelo Ministério da Justiça fosse efetivamente aplicado, atendendo a uma demanda da Cidade de Barreiras, que é a construção do presídio. E ouvi do secretário, no mês de agosto passado, que o Estado estaria invertendo, transferindo recursos do convênio com o Ministério da Justiça para a construção de um presídio na Cidade de Luís Eduardo Magalhães e que construiria o presídio de Barreiras com outro recurso maior, advindo de um empréstimo tomado pelo governo do Estado ao Banco do Brasil.

Eu cheguei a dizer ao secretário, naquela época, que a Assembleia Legislativa faria uma Sessão Itinerante no início do mês de outubro na Cidade de Barreiras e que o governo do Estado seria cobrado pelo presídio e pelo aeroporto, que foram promessas da campanha do governador para a sua reeleição e que, até então, não haviam sido cumpridas. O secretário me assegurou que até o início do mês de outubro as obras do presídio de Barreiras estariam sendo iniciadas, para atender à reivindicação de todo o povo do Oeste da Bahia.

O próprio secretário Nestor Duarte, deputado João Carlos Bacelar, chegou a requisitar que fosse realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Barreiras para que o mesmo pudesse levar a informação à Região Oeste sobre a construção do presídio. E essa audiência foi realizada na Câmara Municipal de

Barreiras no início do mês de outubro, portanto, há mais de 2 meses, quando o secretário ali esteve, justificando as dificuldades do Estado, mas assegurando que a obra seria iniciada imediatamente. E, pasmem, Srs. Deputados, até o momento nada aconteceu.

O mais curioso e que quero relatar aqui, neste momento, deputados, é que na audiência pública na Câmara Municipal de Barreiras, que é composta por 19 Srs. Vereadores, a maioria de partidos da Base aliada ao governo, o secretário e o governo do Estado não mereceram por parte de nenhum dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Barreiras um elogio sequer. Chegando o representante do Partido da deputada Kelly Magalhães, nossa amiga Kelly Magalhães, vereador Otoniel, ao se referir ao secretário, dizer o seguinte, palavras do vereador: infelizmente, secretário, nós não temos como defender esse governo aqui no Oeste da Bahia, porque não tem nada realizado por esse governo. E desafiou o secretário a apontar, citar uma obra do governo do Estado, no Oeste da Bahia para justificar a grande maioria de votos que o governador recebeu na sua eleição e na sua reeleição no Oeste da Bahia.

Portanto, quando o secretário foi lá, além de não cumprir o que vinha o governo do Estado prometendo até então, assegurou o início imediato das obras da construção do presídio, 60 dias já se passaram, e nós sabemos que, mais uma vez, vai ser enrolação, que essa obra não vai ser construída, que o povo de Barreiras e da Região Oeste está precisando dessa obra, que é a construção do presídio, e o o governo do Estado não só tirou de Barreiras os recursos disponibilizados, há mais de 4 anos, pelo Ministério da Justiça para a construção dessa obra, e transferiu para o município de Luís Eduardo Magalhães, como não cumpriu, mais uma vez, a promessa de construir um presídio com recursos que seriam oriundos de financiamento junto ao Banco do Brasil.

Portanto, mais uma vez o governo do Estado não cumpre uma promessa de campanha, e que atenderá ou atenderia a uma necessidade muito grande, que é a construção do presídio, lá no Oeste da Bahia, no município de Barreiras.

Com o aparte o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Herbert Barbosa, parabéns pelo pronunciamento, V.Ex^a que é um legítimo representante do Oeste, que sempre está trazendo assuntos do Oeste para este plenário, chamando a atenção para o descaso do governo para com essa importante região da Bahia.

Mas, se for para consolar, deputado, o descaso não é só com o Oeste, o descaso é geral. Determinado secretário da justiça do governo Wagner prometeu nesta Casa, veio fazer palestras, que haveria um presídio só para jovens, que haveria o presídio de Lauro de Freitas, colocou o sistema prisional e penitenciário da Bahia em moldes dos países nórdicos, e o que nós temos assistido, cada vez mais, é a degradação dos presídios, desrespeito total ao ser humano, fábrica de marginais, enfim, uma crise total. Que não é só na Justiça. A grande obra desse secretário de Justiça foi uma batida na Penitenciária Lemos de Brito e encontrou um dos grandes chefes do tráfico com dinheiro e regalias, fruto da administração do governo deles.

Mas isso não é só na área do sistema prisional, não. Toda a área da segurança é

uma insegurança geral, é um descontrole geral e, infelizmente, a preparação, na área da segurança da Polícia Militar, é a pior possível. Soubemos que hoje foram internados 5 soldados que estavam sendo treinados para um Batalhão da Polícia que tem um sugestivo nome de Caveira, e desses cinco, salvo engano, dois policiais acabam de morrer aqui no Hospital do Aeroporto, porque também é um descontrole total na Polícia Militar.

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Concedo o aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Herbert Barbosa, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Aliás, V.Ex^a usa com muita sabedoria esta tribuna e fala com muita propriedade do Oeste do Estado da Bahia. E, de fato, o que acontece no Oeste é a mesma coisa que acontece no Norte, que é a mesma coisa que acontece no Sul: nada. No Oeste falam das obras do Sul, do Sul falam das obras do Norte, que é a mesma coisa que acontece no Sul: nada. No Oeste, falam das obras do Sul, no Sul, falam das obras do Norte, e as propagandas não param de acontecer. Todo o tempo, propaganda.

V.Ex^a citou muito bem os *outdoors*. Mas não só nas propagandas de *outdoor*. Nas da TV, o trenzinho da Ferrovia Oeste-Leste soltava até a fumaça. De fato, o governo tenta revolucionar, através de uma revolução silenciosa e de muita propaganda na TV e em outros veículos de comunicação. O fato é que a revolução não acontece. Aí vem a pesquisa do Ibope e dá, de fato, o mérito que eles merecem: nada mais, nada menos do que a 19^a colocação no *ranking* dos melhores governos. E ainda ouvimos aqui alguns dizendo que existem motivos para comemorar. Hoje, dessa mesma tribuna, deputado Herbert, ouvimos alguns dizendo que existem motivos para comemorar.

De fato, não vejo motivos para comemorar, mas hoje, daí dessa tribuna, deputado Herbert Barbosa, já vi vários parlamentares da base do governo falando desses motivos. Aqui posso citar a nobre deputada Kelly Magalhães que falou da calamidade em que se encontra o município de Barreiras. E V.Ex^a também com muita propriedade apontou, assim como ela, a péssima condição do Hospital Regional, que atende a todo o Oeste da Bahia. Em Juazeiro, e no Norte não é diferente. Na segunda-feira, as pessoas que se dirigiram ao Hospital Regional não encontraram um serviço de qualidade. Ou melhor, nem de boa nem de má qualidade. Não havia serviço. Esqueceram-se de fazer o repasse ou não fizeram por conta de uma má administração do recurso público. Não tiveram a condição de fazer o repasse para que o Hospital Regional pudesse atender às pessoas que necessitam de um bom serviço de saúde.

Aí eles falam na tal revolução silenciosa. Que revolução é essa? Eles silenciam e a população grita, pedindo saúde, educação e segurança. Não sei onde este governo está com a cabeça que ainda encontra, deputado Gaban, recurso para investir em publicidade, se não estamos tendo direito à segurança e à educação. De fato, acho desnecessário. Deveriam seguir, aliás, o exemplo do prefeito ACM Neto. Em um ano de governo, já mudou a cara da cidade, já mexeu com a autoestima das pessoas. E passou todo esse período de arrumação da casa sem fazer nenhum gasto, nenhum centavo sequer, da Prefeitura, foi gasto com publicidade.

De fato, a publicidade serve para apresentar à população os serviços prestados, as obras realizadas. E realmente esse governo faz muita propaganda de obras que eles esperam que venham a se concretizar no futuro. Realmente, não sei como um governo desses pode dar certo. Aliás, a maioria das pesquisas mostra que ele não vem dando certo. Tenho certeza de que em 2015 a realidade do Estado será bem diferente.

Muito obrigado.

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Agradeço, deputado Adolfo Viana, e incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

O Hospital do Oeste teve a sua construção iniciada e concluída na gestão Paulo Souto, quando foi inaugurado. Se não fosse aquela unidade hospitalar ali, deputado Gaban, o Oeste estaria um caos e um abandono completo na questão da saúde. Esse hospital já se encontra com a capacidade esgotada, precisando ser ampliado. Ter seus serviços ampliados, como o de oncologia, que é sempre anunciado pelos políticos da Bancada do governo.

Mas quero dizer, deputado Adolfo Viana, até diferentemente das outras regiões também carentes e que necessitam dos serviços públicos do Estado da Bahia, que a região Oeste tem um diferencial. Porque a região Oeste hoje contribui sobremaneira com a arrecadação do Estado.

O Município de São Desidério, em 2012, foi o que mais produziu riqueza no campo em todo o Brasil, algo acima de R\$ 2 bilhões, o que significa algo próximo a R\$ 400 milhões para os cofres do Estado, a título de ICMS, em um único ano, só de contribuição do Município de São Desidério.

Sabem qual a obra, nesses 4 anos do governo Wagner, no Município de São Desidério? A construção de um colégio na localidade de Roda Velha, num terreno doado pelo município. Essa obra começou e sabe-se lá se vai ser concluída nessa gestão do governador Jaques Wagner. Muito provavelmente, em ano de eleição, vai ser concluída às pressas. Pega-se equipamentos emprestados em outra unidade escolar, inaugura-se a obra para atender à necessidade da eleição. No Município de São Desidério, essa é a obra e o investimento do governo do Estado, do governo Wagner, nesses 4 anos.

São muitas e muitas promessas. O governador, em Barreiras, assegurou, deu a sua palavra de que o aeroporto de lá sofreria as melhorias e ampliação necessárias. Nesse segundo mandato do governador Wagner, para essa que foi uma das suas promessas e bandeiras de campanha lá, em Barreiras, a única coisa que, efetivamente, fez foi assinar um decreto, declarando a área contígua de interesse público para fins de desapropriação para a execução da obra de ampliação do aeroporto.

Então, a grande medida do governador Wagner em relação à ampliação do aeroporto foi baixar um decreto que declara de utilidade pública para fins...

E dentre as muitas e muitas promessas que esse governo fez quando pedia os votos e a confiança do povo do Oeste da Bahia para se reeleger até aqui não cumpriu uma.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Encerrada a discussão sobre o parecer do relator.

Em votação o parecer do relator, no âmbito das Comissões.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu gostaria de que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quórum com chamada nominal no âmbito das Comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- V.Ex^a será atendido, deputado Sandro Régis.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- E que V.Ex^a marque os 15 minutos, já que na Comissão são 15 minutos regulamentares. V.Ex^a, inclusive, pode fazer a primeira chamada e a segunda chamada.

Gostaria de que V.Ex^a desse o tempo regulamentar de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- V.Ex^a também será atendido, deputado Paulo Rangel.

Marquem os 15 minutos, por favor.

Para atender ao pedido dos deputados Sandro Régis e Paulo Rangel, chamamos os deputados para que venham ao Plenário porque será verificado o quórum no âmbito das Comissões. Portanto, todos os deputados que estão nos seus gabinetes, na sala do cafezinho, compareçam ao Plenário para que possamos fazer a verificação, com chamada nominal.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Há quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Sandro Régis:- Quais foram os deputados da Comissão que estavam presentes?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Joseildo Ramos, presente; Maria Luiza Laudano, presente; Mário Negromonte Junior, presente; Zé Raimundo, presente; Luiz Augusto, presente.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Deputado Álvaro Gomes, ausente; deputado Bruno Reis, ausente; deputado Bira Corôa, presente; deputado Carlos Ubaldino, presente; deputado J. Carlos, presente; deputada Kelly Magalhães, presente; deputado Rosemberg Pinto, presente.

Há quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Deputado Herbert Barbosa, ausente; deputada Ângela Souza, presente; deputado Álvaro Gomes, ausente; deputado Augusto Castro, ausente; deputado Cacá Leão, presente; deputado Carlos Ubaldino, presente; deputada Maria del Carmen, presente; deputado Paulo Rangel, presente.

Há quórum na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

Deputado Temóteo Brito, ausente; deputado Gaban, ausente; deputado Capitão Tadeu, ausente; deputado Deraldo Damasceno, presente; deputado João Bonfim, ausente; deputado João Carlos Bacelar, ausente; deputado Marcelino Galo, presente; deputado Yulo Oiticica, presente; deputado José de Arimatéia, presente; deputada Ivana Bastos, ausente; deputado Pastor Sargento Isidório, presente.

Há quórum na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

Por último, a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Deputado Adolfo Menezes, ausente; deputado Tom Araújo, presente; deputado Alan Sanches, presente; deputado Carlos Brasileiro, presente; deputado Carlos Gaban, ausente; deputado João Bonfim, ausente; deputado Luiz Augusto, presente; deputado Zé Raimundo, presente.

Há quórum na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Para discutir o projeto de lei nº 20.505/2013, de procedência do Poder Executivo, dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia – Funebom, altera a Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para discutir o projeto o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, a revolução silenciosa silenciou hoje aqui o nobre deputado Zé Neto. Imaginem, o governador Wagner, dos deputados governistas o que ele mais admira é o deputado Paulo Rangel. Imaginem que o deputado Paulo Rangel que é a pessoa mais querida do governador, jamais nesses 7 anos, teve o prestígio de levar para um prefeito de seu município 8 milhões de reais. Desafio o deputado Paulo Rangel se ele teve esse prestígio. E, diga-se de passagem, o governador Wagner em conversas na época com o deputado Marcelo Nilo, como o deputado Arthur Maia, no início do primeiro governo, confidenciou que o deputado da maior simpatia dele era e deve ser ainda hoje o deputado Paulo Rangel.

Deputado Carlos Geilson, veja o governo do PT e porque Wagner hoje é o 19º pior do Brasil. Deputado Zé Neto, Líder do governo, ocupa o posto depois do presidente Marcelo Nilo, mais importante na hierarquia política dessa Casa. Oito milhões, deputado Paulo Rangel, deputado Marquinho Viana que é adesista ao governo, travestido de governo, 8 milhões, deputado Zé Neto. Agora, deputado Carlos Ubaldino, para quem vão esses 8 milhões? O candidato a deputado pelo Partido dos Trabalhadores Ângelo Almeida, com todo respeito que tenho, apoiará para deputado federal a ex-prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho.

Esse senhor comandando essas associações no município de Feira de Santana, receberá a bagatela de 8 milhões para comprar caixa de picolé, carrocinha de

cachorro-quente dentre outros maquinários e pequenos produtos que vão auxiliar a baixa renda, os camelôs. Os camelôs do campo do gado de Feira de Santana, coordenados pela candidata a deputada federal Moema Gramacho, que recebe o apoio agora do então candidato a deputado estadual, Ângelo Almeida que apoiava o nosso amigo Sérgio Carneiro como deputado federal, que não sairá mais para o cargo, segundo se informa, receberá a bagatela de 8 milhões de reais para fazer política disputando com o deputado Zé Neto, Líder do governo, o deputado Carlos Geilson, o deputado Tom Araújo, o deputado Paulo Aquino, o deputado Targino Machado, que concorrência desleal.

Para carrinho de cachorro-quente e caixa de picolé são 8 milhões, deputado Alan Sanches. V.Ex^a com esse dinheiro construiria uma clínica para atender o povo de Santo Antônio de Jesus, de Conceição do Almeida, de Dom Macedo Costa e colocaria lá inúmeros médicos à disposição da saúde do Recôncavo baiano. E não satisfeito com a ânsia de roubar o erário público, o movimento que denunciei aqui é uma casinha com três malandros dentro, eu trouxe aqui, dei à liderança do governo e ao deputado Marcelo Nilo, que conseguiu anular aquele convênio, recebe aqui a bagatela de 9 milhões de reais para fazer cachorro-quente no Calabar, no Nordeste de Amaralina e no Alto de Coutos. Isso é uma pouca vergonha.

Onde se encontra o Ministério Público com uma coisa desse tipo? Aqueles rapazes do MOC, do movimento popular, não têm nenhuma condição de serem gestores de R\$ 9 milhões. Esse dinheiro poderia estar nas mãos do Sebrae para fazer treinamento, na Setrab ou na própria Sedes, fazendo a coordenação. Mas quem não sabe que um rapaz daqueles que está ali naquela foto desse movimento, numa casa que tem só uma porta, vai tentar ser gestor de R\$ 9 milhões numa casinha em Alto de Coutos, sem apoio do Sebrae ou de um outro órgão técnico como o Senai, o Senac, a própria Sedes, a Setrab?

Nesse negócio de Bobô distribuir em Senhor do Bonfim 2 mil jogos de camisas e fazer 5 quadras em Jaguarari, não o condeno muito, apesar de achar que é abuso de autoridade. Porém, pelo menos, está sendo destinado à distração social, e você está vendo a coisa acontecer. Só que desse jeito aqui é uma esculhambação! É vagabundagem com o dinheiro público, é malandragem da pior possível!

Quem é que nesta Casa não sabe que a secretária Moema Gramacho é candidata a deputada federal? Fica uma situação realmente vexatória. Ângelo Almeida deixa Sérgio Carneiro e vai para Moema. Oito milhões de reais, e ninguém faz nada! A Bancada daqui não consegue levar ao prefeito de Itororó, nosso amigo Marco Brito, nem 500 contos. Entretanto vemos R\$ 8 milhões para caixas de picolé e carrinhos de cachorro-quente.

Imaginem quantos deles haverá em Feira de Santana! Precisarão de Aleluia, da Transalvador ir para Zé Ronaldo, a fim de controlar os cachorros-quentes que irão para aquela cidade! Isso é uma esculhambação! Meu Deus, o que está acontecendo?! Será que estamos na Bahia mesmo, será que o governador Jaques Wagner é realmente o 19º pior governador? Será que o candidato é Rui Costa mesmo, que fez um discurso maravilhoso hoje, segundo o nobre deputado Alan Sanches, no lançamento da

candidatura de Otto Alencar para senador?

O deputado Bruno Reis trouxe mais números. São R\$ 23.299.919,00 para esta esculhambação das caixinhas de picolé e dos carrinhos de cachorro-quente! Fica difícil levar o governo do PT a sério!

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- O aparte ao nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro Luciano Simões, V.Ex^a como sempre é brilhante. Sabe usar também a parte irônica que o assunto merece de uma maneira até engraçada, para não usarmos outro termo. Mas, se houvesse Justiça Eleitoral que cumprisse com a sua obrigação aqui na Bahia, evitaria os desmandos administrativos de secretários. Têm de acabar. Quem for secretário não pode ser candidato, porque você vê no final duma gestão...

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Deputado Gaban, não vamos esquecer também do passeiozinho que deu o nosso companheiro Paulo Câmera com uma licitaçãozinha “é, é, é”! Da forma como se diz, não é? Bobagem! O cachorro-quente ganhou dele.

O Sr. Gaban:- O cachorro-quente ganhou para o secretário Paulo Câmera. Ele começou a escola e os outros foram. Mas secretário não pode ser, porque nós vemos os desmandos. O secretário Solla, em todos os meses do ano de 2006, uma dispensa de licitação no valor de R\$ 510 mil. Todos os meses: janeiro, fevereiro, março, abril, até o final, totalizando R\$ 5,140 milhões para aquela empresa que foi denunciada, que foi gravada no *Fantástico*. Ela disse: “Mandamos em 70% da Secretaria da Saúde. A propina é, em tese, de 10%. Se quiser um percentual maior, a gente faz um ajuste”. Ou seja, põem-se no contrato muitos médicos e diminui o atendimento. Quem paga o ônus é a população, e quem fica rico é quem proporcionou a propina por ela mesma anunciada e gravada.

Vemos o secretário da Saúde saindo candidato a deputado com um escândalo desses, escancarado em nível nacional, acabando com a imagem da Bahia. Não sei se o diretor do Derba é candidato ou se ele está patrocinando alguém, porque ele faz uma dispensa de licitação – só existe dispensa de licitação neste governo – de R\$ 3,8 milhões para uma empresa fazer um trabalho técnico sobre a ponte Salvador-Itaparica. Mas pegamos o portfólio dessa empresa, e as suas atribuições não são essas para que foi contratada.

Você vê picolé, cachorro-quente, parece que se inspiraram – a secretária de Combate à Pobreza também é candidata – na novela. Devem assistir à novela *Amor à Vida*, não é? Ouvi a aquela atriz dizendo que quer ampliar os negócios dela. Ela queria ter aquela venda a peso, a quilo. Mas parece que Moema resolveu patrociná-la para ela vender cachorro-quente de uma maneira mais ampliada.

Veja-se Paulo Câmera. Mesmo o secretário da Segurança Pública dizendo que não há necessidade do prédio para a Copa do Mundo – declaração do secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa, que merece de nós todo respeito e consideração –, afirmar que cobra uma taxa de aceleração para um prédio que o secretário diz que não tem necessidade para a Copa do Mundo. É um desmando!.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Deputado Gaban, os deputados da Bancada

governista, tenho de admirá-los, porque deve ser muito bom ser governo. Sei que eles não têm essas benesses. Estão aqui e ficarão até as 5 horas da manhã. O nosso companheiro Zé Raimundo já se descangotou. Enquanto ele se descangota, Paulo Câmara está tomando vinho francês; Moema a esta hora está com a garrafa...

O Sr. Gaban:- Meu caro Luciano, V.Ex^a anunciou o horário, e estou perguntando: V.Ex^a, com a liderança que tem, conhece os bastidores, foi feito um acordo? V.Ex^a está dizendo que vai encerrar esse primeiro projeto às 5 horas da manhã? Houve algum acordo?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Não, porque se for utilizar os horários que estão previstos aqui para a discussão, terminaremos às 8h30min.

O Sr. Gaban:- 8h30 min, 9 horas da manhã. Nós temos 20 minutos cada um, já chegou mais um deputado que não estava presente, que é o deputado Tom. Então, vamos até 15 para meio-dia. Agora, todo mundo usa 20 minutos, haverá encaminhamento, antes de 9 horas da manhã não tem...

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Eu quero parabenizar os deputados governistas, porque, para estarem aqui até as 5 ou 8 horas da manhã tendo concorrentes diretos de V.Ex^{as}, parece-me que 20 candidatos... Um faz um prédio, outro faz o cachorrinho- quente de R\$ 8 milhões – numa campanha de deputado estadual, quem tiver um pouquinho de voto é R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões – só para assinar o convênio, vai para a conta da associação, depois o presidente da associação desaparece, vai para São Paulo, é executado, mas já vai com dinheiro no bolso e fica por isso mesmo.

Então, o que acontece: V.Ex^{as} têm 20 concorrentes do governo e estão aí firmes. O nosso amigo delegado Damasceno teve a votação quase completa de Alto de Coutos, e um adversário seu recebe R\$ 9 milhões em Alto de Coutos, onde V.Ex^a teve praticamente 50% dos votos naquela localidade. V.Ex^a não foi nem consultado sobre esse dinheiro que será aplicado supostamente em seus eleitores de Alto de Coutos. Esse seu convênio envolve também associações beneficiadas da Itinga. Onde fica Itinga? Repita comigo onde fica Itinga do nosso delegado Jacinto Alberto? Lauro de Freitas.

Dona Juçara, que recebe seis milhões para Dias D'Ávila, tem compromisso de votar em quem? Diga rápido, sem pensar...

Isso aqui é uma verdadeira vagabundagem. Me desculpem V.Ex^{as}. No Poder Público existem os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. É o princípio proposto e prescrito por Montesquieu da independência e harmonia dos Poderes. O que se propõe no serviço público não é esse tipo de comportamento.

O deputado José de Arimatéia defende o secretário Jorge Solla. Quero dizer ao deputado José de Arimatéia que o deputado Marcelo Nilo, que está aí presente, vivo, faz pesquisas praticamente mensais no Estado; eu também faço através do gabinete, o PMDB também faz. Em todas as pesquisas, a pontuação que tem o drama maior do baiano é o setor de saúde, sabe a deputada Maria Luiza. Hoje, 75% dos baianos protestam contra a saúde da Bahia, e se vê 23 milhões, no dia de hoje, jogados na lata do lixo, jogados na lata do lixo!

Com certeza, se esse dinheiro estivesse sendo aplicado pelo prefeito, até do

próprio Partido dos Trabalhadores, no município de Itiúba, onde a saúde praticamente acabou, todos os pacientes são trazidos para Salvador e, às vezes, para Petrolina, porque Juazeiro também já não mais tem capacidade de atendimento público, e assistimos aqui, deputado Rosemberg a cochilar, o nosso Zé Raimundo a dormir, e votando com o governo, assistimos à SEDUR, CAR, SEDES, Setrabs, fazer uma distribuição eleitoreira que é de uma clareza de doer nos olhos, uma coisa nunca vista antes na Bahia, uso de recursos públicos com a maior indecência da história da Bahia.

Espero, deputado Gaban, que o Ministério Público, depois daquela ação feita recentemente, no que diz respeito à aplicação de recursos por parte do governo do Estado, tenha mais uma vez a clara evidência de procurar fiscalizar essa cachorrada que está no Diário Oficial do Estado, uma falta de respeito com os recursos públicos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Sandro Régis.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, depois desse discurso que o deputado Luciano Simões traz a esta Casa com comprovações de denúncias que realmente nos entristecem, quando vemos a Bahia sofrer com a seca, quando vemos um governo omissivo, onde os prefeitos muitas vezes têm de dar a gasolina, o carro e a alimentação aos policiais do interior, os bancos sendo assaltados, o interior da Bahia hoje vive uma situação assustadora em relação à criminalidade.

V.Ex^a, que muito representa Senhor do Bonfim. Outro dia, bancos foram assaltados em Senhor do Bonfim. A Polícia não tem estrutura nenhuma, e vemos o governo gastar R\$ 23 milhões em ONGs para comprar caixa de picolé e carrinho de cachorro-quente. É uma inversão de valores e uma má aplicação do dinheiro público.

Em função disso, acredito que esse Plenário tem de estar repleto de deputados para que possamos discutir questões importantes como essa. Essa Casa não pode se calar diante desse desperdício e dessa falta de prioridade na aplicação do dinheiro público. Peço a V.Ex^a uma verificação de quórum nominal para a continuidade da sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Carlos Brasileiro, presidente desta sessão, quero, antes de mencionar a minha questão de ordem, fazer uma pergunta ao deputado Gaban.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo e fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Por favor, Srs. Deputados, o deputado Paulo Rangel está com a palavra. Silêncio, por favor.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Gaban fez uma defesa, aqui, e eu tenho, inclusive, dúvidas se essa regra deveria ser implantada, que é a de gestores públicos, a exemplo de secretários de empresas públicas, não poderem ser candidatos. O

deputado Gaban, salvo engano, quando foi candidato a deputado estadual, tinha sido presidente da Cerb. V.Ex^a deve estar fazendo uma autocrítica, neste momento, ou se esqueceu desse fato.

A minha questão de ordem é no sentido de que V.Ex^a, Sr. Presidente, não é obrigado a acatar toda e qualquer questão de ordem. Há mais de 21 Srs. Deputados presentes. Os deputados não se ausentaram, portanto, acredito que seja totalmente dispensável, neste momento, zerar o painel e fazer com que os deputados deem nova presença. Há mais de 21 Srs. Deputados, neste momento, presentes, assistindo e participando da sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente, tendo em vista que fui citado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Concederei a questão de ordem a V.Ex^a, deputado Gaban.

Deputado Paulo Rangel, quero dizer que eu já estava indo na direção, no momento em que V.Ex^a pediu a questão de ordem, de pedir a compreensão e o bom senso do deputado Sandro Régis, porque percebe-se, naturalmente, que o Plenário tem mais de 35 Srs. Deputados. Sendo assim, não vejo a necessidade da verificação de quórum, mas, se ele não desistir, acatarei a solicitação do deputado Sandro Régis, porque esse é o nosso dever.

O Sr. Sandro Régis:- Eu retiro a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, V.Ex^a deve conceder uma questão de ordem para cada lado. Eu não citei o deputado Gaban de forma pejorativa coisíssima alguma!

O Sr. Gaban:- Citou, sim!

O Sr. Paulo Rangel:- Eu apenas lembrei o deputado...

O Sr. Gaban:- Não! Não!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Paulo Rangel!

O Sr. Paulo Rangel:- É uma questão de ordem para cada lado. V.Ex^a deve anunciar o próximo orador.

O Sr. Gaban:- Tenho direito a minha questão de ordem, Sr. Presidente, porque fui citado nominalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Gaban, só um instantinho.

Deputado Paulo Rangel, o deputado Sandro Régis abriu mão da questão de ordem de verificação de quórum e contagem do tempo, mas na sua fala V.Ex^a afirmou que o deputado Gaban estava fazendo uma autocrítica, enquanto ex-gestor da Cerb. Por isso, concederei a questão de ordem ao deputado Gaban.

Deputado Gaban, V.Ex^a tem 2 minutos. Eu sei que V.Ex^a teria direito a falar por 5 minutos, mas peço a ajuda de V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Deputado Paulo Rangel, perdooarei V.Ex^a, porque talvez estivesse dormindo, acordou e teve algum surto, ou estava tendo um pesadelo e acordou. Eu estava falando de desvio de dinheiro público. Eu estou dizendo do desvio de conduta de ocupantes de cargo de confiança. Eu estou falando, aqui, de fatos que apresentei, hoje, com documentos. Apresentei documentos que comprovam que o secretário da

Saúde todo mês, janeiro, fevereiro, março e abril, fez dispensa de licitação...

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Gaban, a lei da Ficha Suja, que proíbe isso, já foi aprovada nesta Casa!

O Sr. Gaban:- Eu ouvi, V.Ex^a! Posso falar? V.Ex^a também pode pedir uma questão de ordem para falar.

O que estava querendo dizer é que citei dados, deputado Paulo Rangel, que comprovam que o secretário da Saúde fez dispensa de licitação e contratou diretamente uma empresa. Todo mês, janeiro, fevereiro e março, ele contratava essa empresa que foi denunciada e gravada pelo *Fantástico* falando de propina. Não sou eu, é a dona da empresa que está falando!

Eu estou citando o deputado Paulo Câmara e dizendo que o secretário de Segurança Pública diz que não precisa do prédio. E ele cancelou um processo licitatório legítimo, onde a Civil Construtora ganhou por R\$ 42 milhões. Ele cancela e contrata uma outra empresa desconhecida, que ninguém da Bahia conhece, por R\$ 53,5 milhões dizendo que tem de acelerar a obra. O secretário de Segurança Pública, que será o usuário, diz não precisar do prédio.

Estou falando de um projeto que o Derba contratou, agora, por mais R\$ 3,8 milhões, publicado no Diário Oficial, com uma empresa para fazer um estudo para a construção da ponte Salvador-Itaparica. Dentro do perfil da empresa – é só fazer uma leitura, eu dei o nome, dei tudo – a mesma não tem atribuição para fazer o que foi contratado. Isso é desvio de conduta.

Como presidente da Cerb, as minhas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Não estou fazendo autocrítica não. Estou fazendo a crítica àqueles que utilizam o cargo indevidamente. Eu fui elogiado, inclusive, por Paulo Jackson que antecedeu V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Gaban, por favor.

O Sr. Gaban:- Quando eu era presidente da Cerb, ele era o presidente do sindicato e tecia os maiores elogios. O próprio presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, que era Oposição, elogiava o meu comportamento, porque eu atendia a todos com correção, tanto que as minhas contas foram aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Gaban, por favor, conclua.

O Sr. Gaban:- Concluindo, digo que era diferente. Eu nunca fiz nenhuma dispensa de licitação enquanto fui presidente da Cerb. Podem mandar investigar. Tanto que as minhas contas foram aprovadas sem ressalvas. Critico, sim, o desvio de conduta.

Acho que estou até ajudando o governo...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Gaban, por favor!

O Sr. Gaban:- Concluindo, Sr. Presidente, eu mostrei para o jornalista hoje. Já estou com uma ação pronta. Estou, apenas, esperando ser homologada por Paulo Câmara para entrar na Justiça contra ele. Isso é desvio de dinheiro. Estou cumprindo o meu papel com a Oposição.

Então, meu querido amigo, com muito respeito e maior admiração, quando V.Ex^a foi gestor na CHESF, V.Ex^a não fez o que alguns estão fazendo neste momento.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu não citei o deputado Gaban como um gestor que praticou qualquer tipo de irregularidades. Eu questionei, apenas, o fato de o mesmo ter mencionado que deveria haver uma lei que proibisse secretário de governo ser candidato em eleições. Isso consta das notas taquigráficas. Foi essa a minha crítica, qual seja, uma crítica pontual.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Está esclarecido, deputado Paulo Rangel.

Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, adentramos pela quarta-feira. Infelizmente, esta é uma sessão em que o impasse prevalesse. Isso é muito, Sr. Presidente, em consequência da postura do atual governo. Este é um governo que, em plena luz do dia, em pleno horário de expediente, se reúne, mais uma vez, para fazer política. Em plena terça-feira, em horário de expediente, estão o governador e os secretários convocando lideranças políticas, prefeitos, vereadores para fazer política, deputado Gaban, para fazer campanha eleitoral.

Possivelmente, amanhã, os jornais só vão tratar de política. Isso nos preocupa e nos preocupa muito, porque quando o governo se dedica à política, quando o governo reúne todas as suas energias apenas para fazer política e se esquece de administrar, de adotar os cuidados necessários à gestão, o desperdício do dinheiro público, para não dizer corrupção, espraia-se pela administração.

Vejam V.Ex^{as} que em apenas uma semana, deputado Gaban, em uma única semana, ocuparam a mídia do nosso Estado diversas denúncias de irregularidades da atual administração. O Ministério Público propõe ação civil pública contra o secretário da Saúde do Estado da Bahia. Denúncia que está havendo desvio da finalidade da aplicação dos recursos públicos que deveriam estar sendo destinados a atender à saúde de milhares de baianos que, hoje, morrem nas filas e nas centrais de regulação por falta de atendimento decente.

Outro dia, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia suspendeu uma licitação – para a construção? Não! Para mais uma elaboração do projeto da tão falada e decantada ponte Salvador/Itaparica – devido a denúncia de indícios de superfaturamento do contrato.

Na mesma semana, chega a esta Casa denúncia de superfaturamento em licitação realizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, que majora um contrato em torno de R\$ 11 milhões.

Tudo isso em apenas uma semana, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares.

Hoje, esta Casa assiste espantada à discussão referente a convênios celebrados com ONGs para atuarem em Feira de Santana. E vemos o Líder do governo perplexo, sem saber do que se trata. A própria secretária da pasta diz que não sabe o que é

aquilo, deputado Carlos Geilson. E o governo só pensando em fazer política.

São essas as consequências, que tendem a se agravar à medida que se aproxima o período eleitoral. Porque quando o governo escolhe essa agenda, quando concentra as suas forças e as suas energias para esse viés, consequentemente, se esquece da gestão. E olhem que este é um governo que nunca teve, ao longo dos seus 7 anos de poder, gestão como uma qualidade e como uma marca da sua administração.

Chegamos, mais uma vez, ao final de um período legislativo. E a história se repete. Em apenas 10 dias do mês de dezembro, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, mais de uma dezena de projetos são encaminhados a esta Casa ao apagar das luzes. Quero, aqui, desafiar qual é o parlamentar que já conseguiu se debruçar ou que já conseguiu estudar os projetos complexos que vão refletir no dia a dia da população. O governo aguarda o final deste período legislativo para encaminhá-los a esta Casa em um claro desejo de vê-los aprovados sem a devida discussão e sem o devido debate dos parlamentares desta Casa.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Concedo o aparte ao deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Paulo Azi, eu gostaria de parabenizar V.Ex^a por este pronunciamento.

Mas isso, deputado Paulo Azi, comprova e mostra a total incompetência deste governo com a falta de planejamento. Chega-se ao final de um ano letivo e há, aqui nesta Casa, 18 projetos para serem apreciados já, praticamente no encerramento deste ano. E V.Ex^a muito bem coloca o tema, pois o governo faz isso sem ter a mínima consideração com os parlamentares desta Casa que, sequer, tiveram tempo de estudar os projetos. Tais projetos não passaram no âmbito das comissões para serem debatidos, a fim de que se pudesse ouvir a sociedade, ouvir os parlamentares, acatar sugestões e emendas.

Mas isso mostra o desrespeito por parte deste governo com este Parlamento. Há um desrespeito da parte do governo para com este Parlamento ao encaminhar para esta Casa, ao apagar das luzes, uma dezena de projetos novos. Isso é um desrespeito, inclusive, com o próprio Líder do Governo. O deputado Zé Neto não tem culpa da incompetência e da falta de planejamento deste governo que desrespeita este Parlamento, desrespeita os parlamentares, porque tivemos, aqui, semanas e semanas, meses e meses, para que esses projetos fossem apreciados e debatidos nesta Casa.

Mas, deputado Paulo Azi, estas são as marcas deste governo do PT: a incompetência e a falta de planejamento. Não é à toa que eles conseguiram quebrar o estado da Bahia. E estas serão as grandes marcas do governo do PT: a incompetência e a falta de planejamento.

Gostaria, mais uma vez, de parabenizar V.Ex^a por mais este brilhante pronunciamento.

O Sr. PAULO AZI:- Incorporo, deputado Leur, o seu aparte.

V.Ex^a sabe que nós estamos aqui hoje para discutir este projeto que trata da taxa de incêndio. Esta Casa votou um outro no afogadilho, numa sessão no final do ano passado, sem o aprofundamento devido, com a Oposição já então alertando o governo

de que se estava aprovando um projeto inconstitucional. Mas o governo, se utilizando aqui do rolo compressor e da sua maioria silenciosa, aprovou-o.

Estamos hoje na mesma época discutindo o mesmo assunto de um novo projeto que tenta contornar as inconstitucionalidades do anterior, mas ainda assim também cria taxas e não conseguiu atender nem aos anseios daqueles que seriam beneficiados. O Corpo de Bombeiros da Bahia sabe que no momento em que os recursos forem auferidos através dessas cobranças não serão destinados à melhoria da corporação, porque vão ser todos carregados para o Caixa Único do Estado. Nós temos diversos exemplos ao longo da administração pública que comprovam essa tese.

Outro dia, o presidente da CBPM veio a público dizer que corria o risco de ver as suas contas rejeitadas porque os recursos do órgão que deveriam ser aplicados nele próprio foram desviados para esse Caixa Único.

Nos do próprio Funprev o governo continuamente mete a mão. Então, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, cria-se uma taxa com a pretensa finalidade da melhoria do Corpo de Bombeiros, que hoje se encontra completamente destruído em nosso Estado. Mas não se aceita que os recursos sejam carimbados e destinados expressamente à referida corporação. Assim, como nós podemos acreditar, ter a segurança, a certeza de que este governo, que gasta muito, e mal, vai destinar as verbas públicas para atender aos verdadeiros anseios da população baiana? Ela que assiste inquieta ao aumento avassalador da violência e da criminalidade e não consegue ser assistida pelos hospitais públicos do nosso Estado, que não veem seus filhos dispendo de um sistema de educação de qualidade. Como é que poderemos acreditar que mais uma taxa, que mais um imposto que está sendo criado com esse projeto terá o fim específico de fortalecimento e de reestruturação do Corpo de Bombeiros? O governo não nos transmite confiança. O governo não nos transmite segurança. Porque esse é o governo que, por exemplo, aprova nesta Casa financiamentos, solicitações de empréstimos para ações de infraestrutura e que desvia esses recursos para sustentar uma máquina pública pesada, inchada, fisiológica. Nós não temos a mínima segurança, a mínima confiança de que mais esse imposto, mais essa taxa, tenha uma finalidade que traga benefícios a nossa população.

Estamos aqui reunidos esta noite para discutir essa matéria e ainda acreditando que o Líder do governo possa apresentar aos parlamentares da Oposição uma proposta factível, realista, de votação nesta Casa. A Oposição, infelizmente, Sr. Presidente, não pode concordar, aceitar, que numa única noite este governo queira votar 22 projetos do Poder Executivo, muitos deles que chegaram a esta Casa esta semana. Nós não vamos aceitar e compactuar com essa desmoralização do Poder Legislativo do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar e, em seguida, do deputado Paulo Rangel.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Eu tenho, Sr. Presidente, a satisfação de formular a minha questão de ordem confiando em V.Ex^a, vice-Líder do governo presidindo a sessão e o fazendo de forma imparcial, educada, civilizada e democrática, deputado Carlinhos Brasileiro, que sabe que falo de coração e que é a verdade. Por isso, Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que nos ajude nesse esforço de trazer para o plenário o número mínimo de deputados exigido pelo Regimento Interno. Há uma tática: ficam dez deputado e saem os outros quarenta, o que prejudica o debate, prejudica o entendimento da matéria.

Estamos discutindo, e, em um nível alto, temas do maior interesse para o Estado. Por isso, solicito a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum nominal para que tenhamos garantida a presença de 21 parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- A sua solicitação será atendida, nobre deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Contando aqui, temos 6, 9, 13... há 23 deputados no Plenário. Mas se V.Ex^a não se... contar nominalmente— eu acho dispensável, se não, se V.Ex^a acatar a questão de ordem, queria que se zerasse o painel e se marcassem os 15 minutos regulamentares. Queria inclusive convidar os deputados que estão no cafezinho para se fazerem presentes, há até mais.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Paulo, confio na contagem de V.Ex^a e retiro a minha questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Que bom que o presidente não precisa entrar nessa seara. Então, tirada a questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar, por compreensão, com a palavra o deputado Carlos Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, meia-noite e meia, deputado Zé Neto, poderíamos, a esta hora, já ter votado os dois projetos, V.Ex^a teria o quórum para votar as urgências que deseja. Meia-noite e meia, V.Ex^a não partiu para fazer um acordo, entra retirando um projeto que vai prejudicar as obras do governo, porque, na hora em que você retira um projeto importante dessa pauta, não sei o porquê, não entendi, realmente não entendi, porque esse não era objeto de obstrução. Tentamos ajudar o governo, mas V.Ex^a agora o está prejudicando. Ficamos aqui à meia-noite e meia. Vamos obstruir, porque esse é o nosso interesse nesse projeto, o outro interessa a Salvador e ao próprio governo, que vai inviabilizar a conclusão das obras em execução, vai prejudicar, inclusive, e seguramente, o transporte na época da Copa, porque realmente não consigo entender absolutamente nada. Uma coisa inócua. Poderia amanhã V.Ex^a aprovar os regimes de urgências dos

quatro projetos, não necessitaria a Casa estar aqui até meia-noite e meia, todo mundo se arriscando, e a maioria, como eu, liberou o motorista, eu vou dirigir, todos nos expomos de maneira desnecessária.

Então, realmente, deputado Paulo Rangel, não consigo entender o raciocínio do Líder. Em vez de estarmos aqui, votaríamos amanhã as urgências. Acabou! Não precisaria nem retirar esse projeto aqui, porque não é polêmico, retira, prejudica a própria cidade, prejudica o próprio governo, prejudica a mobilidade urbana da cidade do Salvador. Aí, não entendo nada, esse projeto vai ter que voltar à estaca zero. Imaginem o prejuízo que vai ser isso para o projeto de mobilidade urbana da cidade do Salvador!

Realmente, não consigo entender absolutamente nada, qual é o objetivo. Se for para cansar a Bancada do governo, está explicado, totalmente explicado. Se a necessidade foi de mostrar, na hora em que fazemos a denúncia de desvio de conduta de algum secretário de Estado... Nós, inclusive estamos entrando, não só o Ministério Público, e eu, pessoalmente, com relação a Paulo Câmara,,, Vou entrar na Justiça, repito, já mostrei à imprensa hoje, estou com a ação pronta. Se o governador não determinar e se Paulo Câmara, determinado ou não, se ele homologar, vou entrar na Justiça, porque não vamos tolerar desvio de dinheiro público. Esse projeto do Corpo de Bombeiros, não somos contra, a todo momento dissemos que teria que destinar o recurso única e exclusivamente para o Corpo de Bombeiros, para que já tivesse sido votado e nós pudéssemos ir para casa. Agora, querer ficar até 5 horas da manhã aqui, depois ainda votar regime de urgência de uma maneira que poderia votar tudo amanhã, e ainda tirando de pauta um projeto de pauta que não era polêmico!

Então, realmente, não entendo para que essa exposição da Bancada do governo, apenas por uma vontade pessoal do Líder, porque realmente não consigo entender.

Posso dizer, deputado Zé Neto, que isso desestimula. Desestimula V.Ex^a, Deputado-Líder da Oposição, Elmar Nascimento, que hoje na reunião da Bancada defendeu que se procurasse a todo momento um acordo. Mas esse desestímulo conseguiu dividir a Bancada no posicionamento, porque uma metade queria o acordo e a outra achava que teria de ampliar as discussões. Só que, de uma maneira desnecessária e inócua, o Líder da Maioria não quer e retira, deputado Leur, um projeto da pauta, o que vai prejudicar Salvador. Não sei qual o interesse, se ele quer ajudar ou prejudicar o governo.

Quero ver essas empreiteiras que estão trabalhando se não vão querer, caso tenham de desmobilizar equipes e paralisar obras, que o governo dê um aditivo contratual. Aí, sim, é justo. Aí cabe, porque senão interrompe, desmobiliza canteiros de obra. O governo vai ser obrigado a mais uma vez fazer um aditivo, aí sim, pela lei. Mas está jogando dinheiro fora. É a tal taxa de aceleração que se vai ter para atingir a Copa, o que pegou moda depois de Paulo Câmara. Mas vai perder essa moda porque, se homologar, já estou - acabei de dizer aqui - com uma ação pronta. Homologou, no mesmo dia já entro. Já está inclusive assinada. Hoje mostrei para Regina Boichichio, do jornal *A Tarde*, Levi e todos que estavam na solenidade. Estou com a ação pronta.

Acredito que o governador não vai ser conivente com a corrupção. Realmente

faço as minhas críticas à gestão do governo Wagner. Mas, quanto a conivências com desvios de conduta e de dinheiro, até então não posso fazer nenhuma crítica a S.Exa. Agora, se desta vez o governador for conivente e não tomar as medidas administrativas necessárias, infelizmente vamos ter de entrar com uma ação de improbidade administrativa contra ele por conivência. Só que não acredito que a situação vai chegar a esse ponto. O governador não vai querer se expor, sobretudo e até porque o secretário da Segurança Pública disse que não precisa do prédio.

Se quem vai abrigar os equipamentos diz que não precisa do prédio para a Copa do Mundo, para que a taxa de aceleração? Para que a urgência? Eu não culpo a Bancada do governo. Nesse ponto ela foi correta, tentou, esperou virem explicações justificáveis, mas nenhuma explicação plausível veio. Os argumentos utilizados foram pífios, principalmente depois da declaração do secretário de que não precisa do prédio se vai ter taxa de aceleração onerando em 11 milhões e meio uma obra por dispensa de licitação, se quem vai usar o prédio... Ele disse “Eu não quero. Quero apenas deixar um legado para a cidade de Salvador, mas a não conclusão do prédio no prazo não vai afetar em nada a estrutura da segurança pública para a Copa do Mundo.”

Assunto encerrado. É por isso que continuo não entendendo, porque se fosse para isso - viu, deputado Rosemberg, que está aí tentando ajudar? -, deputado Paulo Rangel e os demais deputados, a gente encerraria até agora. Para que continuar?! Encerraria agora. Estamos obstruindo pensando em votar o outro.

Para que continuar sem necessidade? Umas coisas malucas, sem sentido, sem raciocínio nem planejamento, sem pensar na consequência do ato da retirada de um projeto que vai prejudicar o próprio governo desnecessariamente! Ficamos aqui até esta hora a troco de nada. Mas pelo menos cumprimos com a nossa obrigação, nós da Oposição, de barrar aquilo que achamos que vai prejudicar o Corpo de Bombeiros. Acabou! Estamos sintonizados com o pensamento de toda a corporação e de todas as entidades civis que fizeram parte das reuniões com o Líder do governo. Atender o que cabe a ele, mas não a uma reivindicação que também é deles, dos bombeiros, para que os recursos vão diretamente para o Corpo de Bombeiros?! E o Líder agora toma uma posição destas?!

Para nós, cumpriu-se uma obrigação. Agora, expondo a Bancada deles a ficar aí. Há várias colegas deputadas governistas - nenhuma nossa está aqui hoje - ficando até de madrugada neste Plenário, e pronto! Isso por uma atitude insensata, impensável do Líder da Maioria, que expôs desnecessariamente a Bancada do governo, o que para nós é mais uma vitória. Mas uma vitória que eu não comemoro. Gostaria de ter uma vitória atendendo o que é justo para o Corpo de Bombeiros. Eu ficaria satisfeito de votar, depois da nossa obstrução justa, para o que atende à Bahia. Mas se querem que façamos uma obstrução cega, vamos fazer a partir de um momento, não vamos mais pensar no que pode ser bom ou não para o governo, porque, segundo o pensamento do Líder do governo, o que é bom para ele é só para ele, não é para o governo, não é para ninguém, não é para a cidade, não é para a mobilidade urbana. Não adianta bom entendimento entre o prefeito ACM Neto e o

governador se quem está à frente da Bancada vota contrariamente ao próprio governo. É falta de bom senso.

O que eles querem, deputado Leur, é endividar o nosso governo a partir de 2018 através de um projeto que deram entrada aqui que pede antecipação dos royalties até 2018. O que é isso? Só porque vai perder a eleição faz uma insensatez dessa! Nós não inviabilizamos o governo de vocês, e vocês vão querer que todos os recursos dos royalties sejam utilizados no ano que vem. Uma causa até justa, mas a forma como eu concebi e a forma como o governo acatou, que é utilização dos recursos dos royalties para cobrir o déficit! Não antecipar royalties de 2018, quando vai ser o nosso governo. Nós vamos perder os quatro anos do nosso governo a partir de 2015 no projeto que está aqui? Não vamos, é claro que não, deputado Reinaldo. E vamos obstruir totalmente. Não pode um governo querer inviabilizar o seguinte. É insensatez!

Se perguntarem: A resolução 43 do Senado permite? Permite. Mas o bom senso não recomenda. Nenhum governo tem a capacidade de querer inviabilizar o outro. Dizer que está usando a antecipação para tapar um rombo, não. Vai tapar ano a ano como sugerimos e o governo acatou. Agora, querer fazer antecipação nesse governo para inviabilizar o nosso governo só porque as pesquisas indicam que vamos ganhar a eleição não é justo!

Então está equivocado esse governo. E mais equivocado o Líder do governo, deputado Carlos Brasileiro. Como expõem vocês até agora? À toa. Para quê? E agora retira um projeto que ia ajudar a cidade! Desnecessário. Eu tinha dito a V. Ex^a que isso aí não era motivo para obstrução. E não seria! Agora vai ser. Qualquer coisa que vier, até batizado de bebê nós vamos obstruir. Vamos utilizar todos os instrumentos legais em qualquer projeto que vier. A Liderança do DEM, estou afirmando em meu nome, porque aí eu posso. E tenho a certeza de que toda a Oposição vai obstruir e usar todos os artifícios regimentais, tudo que vier para o Plenário em regime de urgência, já vou fazer antecipação, vou pedir vista de todos! Sobretudo enquanto Zé Neto for Líder do governo não há diálogo com o Líder do DEM. Não vou permitir, como Líder do DEM, que algum acordo seja feito. Tenho certeza, deputado Leur, que o PMDB vai agir da mesma forma, o PSDB da mesma forma, tudo isso em consequência da união da Oposição, que está uníssona, numa demonstração que damos hoje do nosso fortalecimento, em razão da incapacidade do governo de querer atender algumas reivindicações.

Perdeu o governo, perdeu a chance de diálogo, agora, deputado Sandro Régis, não há mais diálogo, acabou o diálogo. Se quis fazer desafio, está feito o desafio, está aceito. Nós votamos aqui para ficar os dias que forem necessários. Não há acordo para mais nada! Desses 22 projetos que estão aqui, todos que vierem direto, eu já estou antecipando, vou fazer o pedido de vista. O Regimento permite e vou agir dessa forma. Não vou abrir mão para nenhuma PEC que tenha uma tramitação específica, particular, que seja descumprido o prazo previsto no Regimento Interno desta Casa. O que leva a crer que não teremos recesso parlamentar a partir deste momento. Pelo primeiro ano desta gestão, não teremos recesso parlamentar, porque vamos obstruir

todos os projetos para que o Líder do governo aprender que esta Casa não trabalha querendo fazer intimidação ao dizer: “Vou mudar o Regimento Interno para não se fazer verificação de quórum.” Faça o que quiser, deputado Zé Neto, porque, agora, o desafio está aceito pela Oposição!

O deputado Elmar está, agora, falando com o deputado Zé Neto. Não vou aceitar nenhum acordo! Não aceito nenhum acordo! O DEM não vai permitir que nenhum acordo seja feito a partir deste momento com o Líder do governo, porque se puxou para a briga, achou a briga que queria.

Eu estava, a todo o momento, tentando ver um acordo, porque não é correto a gente ficar durante a madrugada, pois isso é uma coisa insana. O único ponto que discordamos é quanto à forma de aplicar o dinheiro. Nem isso o governo quis acatar! Queríamos fortalecer o Corpo de Bombeiros. Mas se esta é a regra...

O deputado Jurandy está aqui há oito mandatos. Ele é batalhador. Você vê um Líder de um governo assim? Fale a verdade. Pelo amor de Deus! Olha, te garanto que, por isso, eu gostava de Antonio Carlos Magalhães. Se houvesse um líder desse, ele teria botado para fora da base, não é da liderança, mas para fora da base do governo. Ele teria dito: “Vá para a Oposição, porque você está fazendo oposição a mim e está fazendo oposição ao meu governo.” Antonio Carlos tiraria da base.

E o governador Jaques Wagner, gentil e polêmico, fica suportando alguém que fica atirando pelas costas. O pior tiro que tem, deputado Joseildo, é o tiro amigo, ou seja, é aquele que você não espera que vem. Foi o que aconteceu com as Torres Gêmeas nos Estados Unidos. Prepararam uma mega estrutura para ataques externos. Quando o ataque foi interno, eles não estavam preparados e pegou a todos de surpresa.

Isso é o que Zé Neto está fazendo com o governador Jaques Wagner! É o fogo amigo! O governador pensa que pode confiar no Líder do governo e ele joga contra ao tirar projetos que tínhamos antecipado que iríamos votar. Eu nunca vi isso na minha vida! Só vi isso, aqui, neste governo Wagner e com o Líder Zé Neto! Como denunciou hoje o deputado Luciano Simões: está preocupado com a nova indústria de carrinhos de cachorro-quente!

Eu acho que os todos os cachorros... Vou até acionar o pessoal de defesa dos animais! Não há um órgão? Não sei qual é. Não sei se é o PV. Vou chamar o vereador Marcell e a vereadora Ana Rita para entrarem com uma ação contra o governo, porque a fábrica de cachorro-quente que Zé Neto quer botar em Feira de Santana é para distribuição de 8 milhões de cachorros-quentes. Os cachorros da Bahia devem estar todos doidos com medo de serem dizimados pelo empresário Zé Neto! São 8 milhões de carrinhos de cachorros-quentes. E ainda existe o carrinho pipoca também! Ei!, só faltou botar pizza! Vejam, tem pipoca, tem sorvete...

Acho que ele copiou a ideia da novela *Amor a Vida*. Eu, hoje, assisti à novela. Aquela mulher é muito engraçada quando dizia querer ampliar os negócios, pois iria começar a fazer um restaurante de comida a quilo.

Mas, agora, Zé Neto encampou. Não! Nós vamos expandir os seus negócios com cachorro-quente que será a cesta básica da Bahia por ideia do Líder do governo!

A cesta básica da Bahia começará a ser distribuída por Feira de Santana, sua terra natal. Será a cesta básica a distribuição de cachorro-quente e será um bum!

Deputado Carlinhos Brasileiro, V.Ex^a assumirá, brevemente, a prefeitura de Senhor do Bonfim. Espero que não copie a ideia do Líder do governo, Zé Neto, de querer fazer merenda escolar com a entrega de cachorro-quente. Veja, com 8 milhões de gastos para tal, Reinaldo Braga, é muita coisa! O município de Feira de Santana vai distribuir cachorro-quente! (Risos)

Pelo amor de Deus! Fico impressionado ao observar como as novelas influenciam as pessoas. Vejam o porteiro das novelas! O cara corta o cabelo, vira moda. Quanto ao vestido, a mulher vê, lança moda, quer copiar os artistas. Eles são os ídolos.

Agora, nunca vi um artista, uma posição até hilária, gostosa, que a gente se diverte nas vezes que a gente assiste. Eu gosto de assistir quando tenho oportunidade. Há um artista que faz aquele papel, aquele rapaz lá todo cheio de trejeitos, né?!, põe a rosa no cabelo e sai: “Olha o cachorro-quente”, não sei o quê. É um atrativo, vendeu mais, aumentou as vendas. Aí, Zé Neto copiou: “está vendendo tanto cachorro-quente que vou ser empresário desse sanduíche em Feira de Santana”.

Então, lamentando, meu caro Líder, presidente do DEM, Paulo Azi, é com tristeza que vemos a tentativa do governador Jaques Wagner e do prefeito ACM Neto para, independentemente de posições político-partidárias, atenderem ao anseio da população. E vemos o Líder do governo retirar um projeto...

A partir de agora não há mais acordo. O que vier aqui vou pedir vista, já que ele quer prejudicar o governo do Estado, governo a quem ele deveria defender, e quer prejudicar a Cidade do Salvador, encontrou alguém que vai ajudar para não se votar mais nada a partir deste momento.

É com tristeza que faço isso. Já quase a 1 hora da manhã, ficamos aqui, de uma maneira desnecessária, tentando e viabilizando um acordo e vemos o Líder do governo retirar um projeto que não iríamos obstruir. Mas a partir de agora vamos obstruir tudo o que tiver chegado a esta Casa, seja PEC, seja o que for. É com obstrução total que vamos exercer o nosso direito.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 20 minutos.

Um momento, deputado, por favor.

Deputados Elmar Nascimento e Zé Neto, há a possibilidade de acordo para suspender a sessão por algum tempo? (Pausa.)

Com a palavra o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos que nos assistem e nos ouvem através da *TV Assembleia*, é quase 1 hora e ainda estamos no início das discussões do projeto que institui o Fundebom,

Depois de 3 anos nesta Casa em que nenhum acordo é cumprido por parte do Líder do governo, até porque ele exerce a Liderança desde o início dessa legislatura,

estamos aqui, a Oposição, com toda a disposição para cumprir o nosso papel, o papel de debater os projetos, ainda mais um projeto controverso como esse, que institui pagamento de taxa por parte dos cidadãos baianos.

Então, nobre Líder Zé Neto, atenda ao apelo da sua Bancada, que já está cansada, até pelo avançado da hora, e tenha sensibilidade, não queira impor a todos os seus liderados o sacrifício de levar esta sessão até a manhã do dia de hoje, já que isso não irá encurtar os caminhos para a aprovação dos projetos de interesse de V.Ex^a e do governo.

Daí, há equívoco no pedido para que seja retirado da Ordem do Dia o projeto de alienação da Pinto de Aguiar, projeto que é interessante para a cidade – e a obra já está em andamento – e precisa ter a sua aprovação.

Então, nobre Líder Zé Neto, seja sensível aos apelos da sua Bancada e vamos apreciar, de imediato, este projeto que estamos discutindo. Até porque, nobre Líder Zé Neto, esta sessão já se transformou numa verdadeira piada. Aliás, já são três anos em que a novela se repete, nobre Líder Adolfinho. Todo final de ano, nesta Casa, a pauta da Ordem do Dia fica cheia de projetos que não foram apreciados no decorrer do ano. Sempre há essa polêmica. Isso aconteceu no primeiro ano, quando foram feitos compromissos por parte do Líder para que houvesse uma flexibilização da Oposição para as matérias serem aprovadas. Isso foi feito no segundo ano do governo, quando os compromissos para a liberação de emendas para os municípios. Esses compromissos foram renovados. Agora, já encerrando o terceiro ano de mandato, nobre deputado Paulo Rangel, nenhum compromisso foi atendido.

Hoje, o Líder tem o desplante de oferecer um ônibus para os deputados da Base do governo e da Oposição indicarem os municípios, nobre deputado Tom, enquanto o município de Feira de Santana é contemplado, através de uma ONG, com R\$ 6,4 milhões para, mais uma vez, comprar carrinhos de cachorro-quente e caixas de picolé.

Nobre Líder Zé Neto, faço um apelo a V.Ex^a, da mesma forma que no ano passado os convênios chegavam a R\$20 milhões, após a denúncia por parte da Oposição, numa sessão como esta, o governador Jaques Wagner suspendeu a celebração das dispensas de licitação. O filme está se repetindo. É a mesma história, será que este ano isso não irá ocorrer por que ano que vem é ano eleitoral? É um ano de campanha política?

Queremos que o governo adote a mesma posição do ano passado, quando numa noite exatamente igual a esta foi denunciada, aqui, a aberração, a excrescência, a vergonha que é a celebração de contratos com ONGs que ninguém sequer ouviu falar. Quem já ouviu falar numa dessas cinco ONGs, deputado Gaban? E vão receber mais de R\$ 23 milhões do Estado! Coitados dos prefeitos da Bahia! Não conheço um município, nobre deputado Paulo Azi, que ao longo de sete anos do governo Wagner, tenha recebido de convênios mais que R\$ 5 milhões. Não há único município sequer. Quando os recursos superam a casa dos R\$ 3 milhões, o governo executa diretamente. É o próprio governo que licita. Será que isso é discriminação ao prefeito? Será que o governo Wagner acha que todos os prefeitos da Bahia não têm

condições morais e éticas para receberem a celebração de convênio? Mas quem tem idoneidade moral são os presidentes das associações.

Eu fico imaginando quando um prefeito entra na sala de um deputado do governo para pedir ajuda com qualquer recurso, que justificativa o deputado dá para o fato de não ter dinheiro para assinar com prefeituras e ter dinheiro para celebrar convênio com ONGs.

Ainda bem que há o deputado Paulo Rangel para se inscrever. Acho que ele vem à tribuna explicar porque o governo Wagner não confia nos prefeitos e confia excessivamente nos presidentes de associações. Alguma explicação tem que ter. Alguma justificativa tem que ter. Não pode dar tratamento diferente aos prefeitos. Espero que os prefeitos botem a cabeça no lugar, tenham juízo e façam uma grande frente de oposição a esse governo.

Nobre Líder Zé Neto, não há mais prazo regimental, não há mais como votar a PEC dos royalties este ano, não há. Não há mais como votar a antecipação dos royalties. Não há mais tempo hábil. Se o governo não teve a capacidade de votar antes...

E o pior, nobre deputado Paulo Azi, foi que Zé Neto na esperteza dele queria, como diz o povo no interior, engabelar o deputado Gaban. Disse: Não, Gaban, a ideia foi de V.Ex^a de utilizar os recursos dos royalties para o Funprev. Estamos aqui atendendo a sugestão de V.Ex^a que é grande estadista está dando a solução para tirar as contas do governo Wagner da UTI. Zé Neto achou, oh, triste ilusão, que com esse discurso, nobre deputado Sandro Régis, iria enganar a nós todos, que Gaban foi o grande visionário para tirar as contas do governo do Estado da UTI.

E aí, ao invés de publicar, de mandar o projeto para a Comissão para ser apreciado, acho que afinal iria conseguir nos enganar. O mal dos espertos é achar que só ele é esperto e todo o mundo é besta.

Então, Zé Neto, não há mais tempo hábil para apreciação desse projeto. O Estado vai encerrar o ano de 2013 com um rombo nas contas. Não vai ter antecipação dos royalties para cobrir o rombo das contas do governo Wagner.

A sua Bancada que já está indignada, insatisfeita porque não é atendida por esse governo. Porque enquanto estou aqui até uma hora dessa, vai virar a madrugada e, amanhã de manhã, os dirigentes de órgãos, os secretários que vão ser candidatos, estão em cima das suas bases. Por quê? Recursos não têm para atender os compromissos com os deputados, mas para secretário dar recursos em troca de apoio político é o que a gente mais vê no interior. É secretário viajando e prometendo mundos e fundos, prometendo recursos para prefeitos, para associações. Tem secretário que chega e dá 300, 500, 700 mil para vereadores, através de associações, para ter apoio político.

Então, nobre Líder, poupe a sua base desse sacrifício. Hoje já é dia 18 de dezembro, já estamos chegando ao final do período legislativo e nada mais prudente do que V.Ex^a ter a sensibilidade para retirar esses projetos que não são de interesse da Bahia. Antecipar os royalties em 5 anos é um verdadeiro crime, são 60 meses que o Estado ficará sem receber os royalties. A previsão de arrecadação nesse período é de

mais de R\$900 milhões, quase R\$1 bilhão. Para o Estado antecipar, terá um prejuízo de mais de R\$250 milhões.

Essa é a certeza de que o PT vai perder as eleições do ano que vem, porque quer passar a mão no dinheiro antes. Se V.Ex^as achassem que iam ganhar as eleições, não iriam cometer esse crime. Agora, querem inviabilizar a gestão do próximo governador da Bahia. São R\$110 milhões comprometidos com a obra da Arena Fonte Nova, R\$200 milhões comprometidos com o metrô. E agora querem antecipar os *royalties* por 5 anos. Fora o rombo que existe no Funprev de R\$1 bilhão e 600 milhões. Foram R\$1 bilhão e 900 milhões que esse governo tem na rua empenhado, liquidado, e que deu calote em todo mundo. Um governo caloteiro, que não paga ninguém. Esse governo precisa honrar os compromissos. E não vai ser antecipando os *royalties* do petróleo, deputado Zé Neto, que o governo vai pagar a conta este ano. Isso V.Ex^a pode ter certeza.

Estamos aqui e vamos cerrar fileiras. A Oposição irá obstruir quantos dias forem necessários. Então, o caminho que resta a V.Ex^a é fazer o acordo, senão V.Ex^a vai correr o risco de não ter quórum para aprovar requerimento, de não ter quórum de 3/5 para aprovação de PEC. Tenha sensibilidade para não ser derrotado nesta Casa, Líder Zé Neto. Ou, então, elabore um ofício corretamente para retirar projeto que está sobrestando a pauta. Nós, da Oposição, estamos aqui com toda disposição do mundo, motivados, já no clima do Natal e da virada do ano. O ano de 2014 com certeza será o ano da retomada do progresso, do crescimento e do desenvolvimento nesta terra. A Bahia vai corrigir os seus rumos, em 2014 a população vai corrigir um erro que cometeu no passado e a Oposição vai voltar a conduzir os destinos desta terra.

Até porque quando se compara a gestão do prefeito ACM Neto com a do governador Jaques Wagner... A começar pela passarela. O prefeito ACM Neto inaugurou a passarela, deputado João Carlos Bacelar, em 11 meses; Wagner em, no mínimo, três anos. Não tem nenhuma que não tenha durado, no mínimo, três anos. As obras da Feira de São Joaquim já duram 5 anos. Ontem, estava com Antônio Lima, que é feirante e tem box lá, e ele disse que as obras já duram 5 anos. A Ceasinha do Rio Vermelho já são mais de 2 anos. Eles disseram que iriam inaugurar em janeiro. Quer apostar como não vai inaugurar em janeiro? Era o cronograma! Não vai inaugurar em janeiro!

A Ferrovia Oeste-Leste, meu Deus do céu!, foi usada nas campanhas de 2006 e de 2010. E, na campanha de 2014, eles vão usar novamente a ferrovia sem nem sequer terem feito, ao menos, 15% da obra.

O Porto Sul será, afinal, onde? Já foram cumpridas todas as licenças? Não concluíram todas as licenças não! Não! O processo de licenciamento não foi concluído ainda não! Saiu a licença prévia mas ainda falta o processo de conclusão. O Porto Sul, também, é obra de 2006 que passou para 2010 e já vai para 2014. Aí, chega, agora, às vésperas da eleição, vem com uma história de ponte Salvador-Itaparica?! E quer que o povo acredite?!

Os prefeitos chegam para conversar comigo. Quando comparamos, ano a ano, o que foi repassado para as associações com o que foi conveniado com as prefeituras, é

uma vergonha!

Para o governo Wagner, todos os prefeitos são bandidos. Para ele, os sérios são as associações. Instituto Brasil: um bocado de gente séria! ONG para fazer casa popular?! Só no governo Wagner mesmo! Para fazer casa popular, não, de jeito nenhum! Já colocaram o “*kit* moradia” pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Passava-se o recurso para o prefeito. O custo era de R\$ 10 mil por casa e as casas saíam. Neste governo de Dilma, são R\$ 40 mil por casa. É só para o empreiteiro ganhar dinheiro com o Projeto Minha Casa Minha Vida! É só para empreiteiro botar dinheiro no bolso! A senhora sabe disso!

Então, Sr. Presidente, contando com a colaboração de V.Ex^a, Zé Neto vá se preocupar com os carrinhos de cachorro-quente e com as caixas de picolé da associação de Feira de Santana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de 20 minutos.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, em Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Srs. Deputados, por favor, vamos garantir a palavra do deputado Carlos Geilson.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, em Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Bruno Reis, por favor, colabore.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro presidente e deputado Carlos Brasileiro, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, acho interessante o Líder do governo, deputado Zé Neto, dar R\$ 8 milhões para uma ONG em Feira de Santana. Todos os deputados governistas, mesmo os que não queiram assumir publicamente, sabem ser isso um absurdo e uma excrescência.

Agora, é o mesmo governo que não cumpre acordo com os Srs. Deputados e com as Sr^{as} Deputadas de sua própria bancada. O tempo todo, o governo quer engabelar e quer ludibriar.

E vem aqui o deputado Zé Neto, parece que é o marido traído da história. Segundo ele, é o último a saber do que acontece no governo.

O deputado Zé Neto quer boa vontade da Oposição. Está havendo boa vontade. Estamos no Plenário até agora tentando uma negociação com o governo. Ninguém pode acusar a Oposição de não querer o diálogo, de não querer negociar. Vejam que proporcionalmente a Oposição é maioria no Plenário neste momento. Temos 16 deputados, estão presentes agora 10. E vejam que o governo tem 48, 47, e apenas 9 presentes. Aliás, estamos até em maioria, embora proporcionalmente sejamos minoria - e uma minoria “larga” -, mas permanecemos aqui. A Oposição quer negociar, quer votar. O Líder do governo é que não tem ascensão sobre a sua Bancada, tem dificuldade em fazê-la funcionar e aprovar os projetos.

Meu caro deputado Reinaldo Braga, decano desta Casa e que está bravamente a

esta hora cumprindo com seu papel no Plenário, acompanhando atentamente as discussões, V.Exª quer votar. E comparece aqui agora por uma questão sua, não por uma imposição. Veja que a Oposição está aqui. Nela são raras exceções que não comparecem nesta noite. Queremos partir para o embate da votação. Se ela não acontece, não é por culpa da Oposição. Estamos preparados para a discussão, o debate. E convocamos o governo a vir à tribuna debater.

R\$ 8 milhões para uma ONG em Feira de Santana! Isso é um escândalo! É um absurdo! Onde funciona essa ONG lá? Eu conheço Feira. Posso falar de cátedra porque conheço o município. Tenho 53 anos, sou filho de Feira e moro em Feira.

O nome da ONG é... Deixem-me procurar aqui. Rapaz, é uma festa com essas ONGs, não é? Aqui, acho que localizei. É UNIS Portal do Sertão. Atua no Feira X, Pedra do Descanso, Conceição, Mangabeira, Aviário, George Américo, Campo do Gado.

Eu irei ao Campo do Gado amanhã, deputado Zé Neto, saber onde funciona essa sua ONG, a ONG beneficiada pelo seu governo...

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) para desfilar nesses bairros num carrinho de cachorro-quente. Vou procurar saber onde ela fica e qual a atividade dela no George Américo. O bairro do Aviário, Gaban, que é de gente simples e humilde...

Deputado Zé Neto, V.Exª sabe onde fica essa ONG. Qual a atividade dela no George Américo? O bairro do Aviário, deputado Gaban, que é de gente simples e humilde.. Deputado Zé Neto, V. Exª sabe onde fica essa ONG lá em Feira de Santana, para a qual o seu governo está mandando R\$ 8 milhões? O seu governo está mandando, V.Exª sabe onde fica? Porque V.Exª quando vem a esta tribuna diz: “Nós, que mudamos a história deste Brasil. Nós...” Então, agora assumo que é esse governo que está mandando para Feira de Santana. É ele quem está mandando!

Bairro da Mangabeira, não há essa ONG lá com serviço nenhum. Conceição, já morei nesse bairro. Feira X, Pedra do Descanso... Srs. Deputados, Srªs Deputadas, é um absurdo! Como é que os senhores e as senhoras vão para um embate com políticos beneficiados por essas ONGs? Vocês vão buscar o mesmo voto, com trabalho, enfrentando aqueles que estão alicerçados com o dinheiro dessas ONGs? R\$ 8 milhões.

O deputado Zé Neto deveria pedir ao governo para cancelar esse contrato. Carlinhos Brasileiro, duvido que V.Exª, que foi um bom secretário, permitisse um escândalo desses. Duvido que Paulo Rangel, que é um petista orgânico, aceitasse um absurdo desses. Duvido! Duvido que um petista orgânico, na sua essência, fosse conivente com esse escândalo, com esse absurdo. Oito milhões de reais para serem distribuídos...

O Sr. Gaban:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro, deputado Gaban, está inscrito.

(...) de que forma? Já não basta o escândalo da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Agora vem esse escândalo dessa ONG em Feira de Santana. Eu convido o deputado Zé Neto para, amanhã, estarmos em Feira de Santana,

procurando naqueles bairros a ação dessa ONG. Convido também a Bancada do governo...

O Sr. Bruno Reis: V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Pois não, deputado Bruno Reis. Em seguida, o deputado Gaban.

O Sr. Bruno Reis:- Deputado Zé Neto, para mim, é um jogo de cena. Não consigo crer que na terra natal, do Líder do governo, a Secretaria de Combate à Pobreza celebre um convênio de R\$ 7 milhões e ele não conheça.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Quase R\$ 8 milhões, não é?

O Sr. Zé Neto:- Peguei o dinheiro para contratar cabo eleitoral.

O Sr. Bruno Reis:- Quem está dizendo isso é V.Ex^a.

Mas vou crer nisso, certo, Carlos Geilson? Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- O que me chama mais atenção é que o deputado Zé Neto, candidato a prefeito da cidade de Feira de Santana, deputado de mais de um mandato... V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, também teve uma votação expressiva em Feira de Santana. E o ouvi indagando ao deputado Zé Neto se sabia onde era essa ONG, onde é que ficava. Tanto o deputado Zé Neto não conhece como V.Ex^a, deputado Carlos Geilson.

Acho que V.Ex^a, dando até uma sugestão, deveria utilizar o programa de rádio para fazer o seguinte desafio: “Quem conhecer essa ONG nos dê o endereço” – para que V.Ex^a vá lá, e o próprio Zé Neto também, para conhecê-la. Admira-me uma ONG na terra do Líder do governo, e ele não conhecer. Use o seu programa de enorme audiência e faça esse desafio. Se fosse alguém que estivesse prestando serviço à comunidade, poderíamos até entender. O objeto, não, porque R\$8 milhões praticamente para carrinho de cachorro-quente, pipoca e sorvete é um absurdo no momento em que os estados brasileiros têm dificuldades, e na Bahia não está sendo diferente.

O que nos assusta, em primeiro lugar, é o volume de recursos; em segundo, nem V.Ex^a nem o deputado Zé Neto sequer conhecerem quem está à frente das ONGs e nem onde ficam. Isso tem de ser investigado.

A sugestão que faço a V.Ex^a é que, utilizando seu programa de rádio, faça um convite para quem souber onde é a ONG tal, quem é o proprietário, onde fica, para ir lá e investigar. Acho que é importante esta Casa ter conhecimento, e V.Ex^{as} também, quem são os representantes de um município importante como Feira de Santana.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, deputado Gaban. Incorporo suas palavras ao nosso pronunciamento.

Deputado Zé Neto, vamos amanhã em Feira de Santana fazer uma vistoria *in loco* para V.Ex^a me convencer da necessidade da liberação desse montante de dinheiro. Quero que V.Ex^a me mostre em Feira de Santana um trabalho dessa ONG que seja equivalente à quantia que irá receber.

(O Sr. Gaban fala fora do microfone.)

Se for de Ângelo, não deixará ele entrar, nem na porta deixa passar. Como

Líder do governo, quero que V.Ex^a me mostre onde fica a sede dessa entidade. Está feito o desafio. Está desafiado, Zé Neto.

Fiz o desafio para ele ir comigo *in loco* ver onde funciona essa ONG e qual serviço presta em Feira de Santana, qual o bairro beneficiado. Está desafiado.

O certo é que Zé Neto não sabe onde funciona, não conhece essa ONG. V.Ex^a não pode ser conivente com esse absurdo, com esse escândalo. V.Ex^a que enfrentou agora o problema no Melo Matos tentando apurar, que fez mudanças no CIS por não concordar com a linha programática do CIS, defenestrou o aliado do senador João Durval para colocar uma pessoa sua, deve agora também impor sua condição de Líder do governo e não aceitar esse absurdo. Caso a coisa continue, Zé Neto será conivente com esse absurdo.

Por falar em absurdo, lembro perfeitamente que em 2006, em campanha, o governador Jaques Wagner disse que acabaria com o REDA. Zé Neto foi várias vezes à rádio e à TV falar que o REDA era um absurdo, uma excrescência, e que tinha que abrir concurso público. Passou a eleição, o governo do Partido dos Trabalhadores se consumou nas urnas e o REDA não acabou.

Pulula nos corredores desta Casa um projeto de lei que está aqui, engavetado, guardadinho, que o governo quer aumentar o número de REDAS em nosso Estado. Já pensando na eleição de Rui Costa, o governo já manda um projeto aumentando o número de Redas no Estado da Bahia, contrapondo, passando por cima do que foi dito em campanha.

Aliás, esse governo se tornou contumaz na mentira, contumaz em enganar a população. Não acabou REDA coisa nenhuma. Fez foi aumentar, e os órgãos hoje estão apinhados, gente batendo cabeça, servidor para todo lado. É REDA.

Veja quantos Redas tem o deputado Zé Neto! Quantos Redas o senhor, deputado Reinaldo Braga, que é adesista, tem? Deputado Reinaldo Braga, V.Ex^a é um exemplo de adesista! Quantos REDAs a senhora, deputada Maria Luiza Laudano, que é adesista, tem? Agora, o deputado Zé Neto, que disse que acabaria com os Redas, está cheio de Redas! Lá no Clériston Andrade está cheio de Redas. Na Colônia e na EBDA também.

O Sr. Zé Neto:- Não uso REDA!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Tem REDA! Tem REDA, deputado Zé Neto.

O Estado da Bahia, hoje, passou por cima do concurso público. Isso não existe! Quando faz concurso, é de caju em caju. É REDA e mais REDA!

V.Ex^a lembra que disse na campanha que acabaria com o REDA? Lembra que o governador Jaques Wagner, quando estava em campanha, disse que acabaria com o REDA? Acabou coisa nenhuma! Além de REDA, temos o PST. É um escândalo, é um absurdo! Outro assunto que quero trazer à tona é o sucateamento do Corpo de Bombeiros. Estive em Feira de Santana, na última sexta-feira, e fiquei horrorizado com a situação que vi. Havia apenas um caminhão e duas motos, e as condições de trabalho no Corpo de Bombeiros de Feira de Santana são precárias. V.Ex^a precisa ir lá para ver a situação de perto.

O Sr. Zé Neto:- A situação está três vezes melhor do que encontramos!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Zé Neto, não tem nada! Tem um carrinho velho lá.

O Sr. Zé Neto:- São novos!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Que novos, deputado? Pelo amor de Deus! O deputado Zé Neto vive fora da realidade! O que é lamentável é que ele acredita na propaganda mesmo. Eu pensei que ele apenas fazia ouvido de mercador. Não, ele acredita na propaganda do governo. Isso é o mais grave! Uma coisa é ele acreditar na propaganda do governo...

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

Não queira deturpar, não! V.Ex^a quer um aparte, deputado Zé Neto? Eu concedo o aparte.

(A deputada Luiza Maia chega ao Plenário)

Diga, minha linda. V.Ex^a quer usar a tribuna? Venha para cá. Venha criticar este governo. Sei que V.Ex^a não concorda com as coisas erradas. V.Ex^a não compactua com esse governo leniente. Na verdade, o governo acabou! Ele está apenas se arrastando, tratando da questão eleitoral. O governo, quer por que quer, competir com um candidato fraco, com uma chapa fraca. O candidato é do bolso do governador.

Dizia à deputada Luiza Maia que o candidato do governador seria Rui Costa, e ela respondia: “É o candidato dele!”. Falava com outros deputados da Base do Governo que o governador emplacaria Rui...

O Sr. Zé Neto:- Eu quero é Paulo Souto!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Está na hora de V.Ex^a tomar o seu remedinho! Tenha calma! Aí, quando disseram que o candidato seria Rui...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo)

Vou imitar o deputado Zé Neto!

O Sr. Zé Neto:- Eu quero é Paulo Souto!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Zé Neto:- Eu quero Paulo Souto de novo!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Só ministrando um remedinho para o deputado Zé Neto ficar calmo, viu?

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Tom Araújo pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem, nobre deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, temos assuntos importantes para serem tratados na noite de hoje, e sentimos a ausência da Bancada do governo. Os parlamentares da Oposição estão na Casa.

É triste vermos parlamentares como as deputadas Maria Luiza Laudano, Ângela Sousa,...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- (...) sendo submetidas pelo Líder do governo a estarem aqui até quase as 2 horas da manhã, e a sessão ainda vai durar por muito e muito tempo.

Isso mostra a falta de atenção, de compreensão, de companheirismo, de competência por parte do governador, que, no apagar das luzes, no final do ano legislativo, encaminha 19 projetos para serem apreciados em um único dia. Tivemos, aqui, semanas, semanas e mais semanas sem projeto algum para ser votado.

Infelizmente, o Líder do governo, deputado Zé Neto, tenta impor à sua Bancada um desgaste físico e mental, uma coisa completamente desnecessária, deputado Gaban. Deputado Reinaldo Braga, decano desta Casa, um parlamentar experiente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado, faça a sua questão de ordem, por favor.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, tenho ainda 3 minutos e 17 segundos. Estou formulando, raciocinando, tentando buscar forças espirituais para conseguir, a uma altura dessas, 1h38min, ter um pouco de lucidez. Meu raciocínio, confesso a vocês, já falha um pouco ao tentar formular essa questão de ordem, que é importante, deputado Rosemberg Pinto, muito importante.

Estamos prontos, estamos discutindo o projeto.

O Sr. Paulo Rangel:- Então, vamos votar.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Agora, eu quero ver os deputados da Base do governo aqui, presentes nesta noite de hoje, porque parece que alguns deputados já foram embora, não estão mais aqui.

Vocês não querem votar? São 19 projetos para serem votados. Estamos prontos para votar, mas iremos discutir um a um. Já que não tivemos a oportunidade de discutir nas comissões, que é o lugar adequado para fazermos o debate construtivo, ouvir a sociedade, apresentar emendas, discutir profundamente cada projeto desses.

Hoje, estive com o secretário Domingos Leonelli, que se está despedindo da Secretaria de Turismo, e ele me perguntou sobre um projeto do turismo. Respondi-lhe que, infelizmente, nem sabia. É capaz de o deputado Reinaldo Braga estar sabendo desse projeto, já que ele irá assumir a pasta do Turismo. Ele disse que era um projeto importante e queria que fosse votado neste ano, deputado Adolfo Viana. Neste ano acho difícil, porque já são 19 projetos. Então, esse deve ser o 20º projeto que deve estar chegando.

Aproveito esta oportunidade para formular a minha questão de ordem, pedindo a tolerância e a paciência do meu querido e bravo companheiro, o deputado Tom Araújo, esse destaque do Parlamento baiano. É sempre uma alegria vê-lo, e tenho certeza de que V.Ex^a fará um brilhante pronunciamento nesta noite. Estou sentindo a energia demonstrada em sua cara. E acho que devemos ter um Plenário cheio para ouvi-lo.

Já que necessitamos de um Plenário cheio, gostaria de solicitar de V.Ex^a, Sr. Presidente, meu querido amigo, deputado Carlos Brasileiro, uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Nobre deputado, nós temos 23 deputados no Plenário, portanto não há necessidade de contagem.

Gostaria de que V.Ex^a concluísse a sua questão de ordem.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, faço um apelo a V.Ex^a, pois é de praxe nesta Casa que se abra a contagem do tempo.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a não é obrigado a aceitar a questão de ordem, a não ser que a Oposição saia. Mas há 23 Srs. Deputados no Plenário.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Deputado Paulo Rangel, temos um painel nesta Casa...

O Sr. Paulo Rangel:- O Regimento é claro.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não há necessidade de a Oposição ter que se ausentar para poder... Nós não temos 21 parlamentares da Base do governo.

O Sr. Paulo Rangel:- Temos, sim.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Da Base do governo, não.

O Sr. Paulo Rangel:- Mas o quórum não é dado só pelo governo, deputado. E V.Ex^a, Sr. Presidente, não é obrigado a aceitar a questão de ordem.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Negativo. Quando não existia o painel, quando não existia o painel...

(...) V.Ex^a não é obrigado a aceitar a questão de ordem.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Negativo. Quando não existia o painel, quando não existia o painel...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Leur Lomanto, por favor, gostaria de que V.Ex^a permitisse que o deputado Paulo Rangel concluísse a sua questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Aqui não tinha sido usado esse argumento, mas o presidente não é obrigado a acatar a questão de ordem. Neste momento, encontram-se no Plenário mais de 21 Srs. Deputados. O procedimento hoje à noite tem sido esse. Acho que obstruir é um direito da Oposição, acho, não, reconheço esse direito. Se a Oposição pede a questão de ordem e sai, tudo bem, mas enquanto os deputados continuarem aqui, V.Ex^a não é obrigado a acatar.

Agora, se V.Ex^a acatar a questão de ordem, gostaria de pedir que seja zerado o painel e dados os 15 minutos regimentais. Mas acho que o procedimento correto é esse.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputados Paulo Rangel e Leur Lomanto, acho que este Plenário, por duas vezes, mostrou bom senso e maturidade. Neste momento, a presidência decide por pedir que os 15 minutos regimentais sejam registrados. Esperamos que os deputados compareçam ao Plenário para atestarem suas presenças e atenderem ao pedido da questão de ordem formulada pelos deputados Leur Lomanto e Paulo Rangel.

Portanto, os deputados que estão em seus gabinetes, nos corredores desta Casa,

atestem suas presenças, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, neste momento, vou fazer um apelo. Mas, antes disso, queria que o deputado que pediu a questão de ordem marcasse a sua presença, vou marcar a minha.

Pois bem, neste momento, quero fazer um apelo para que os deputados da Situação marquem presença, de forma imediata, para que nós possamos dar continuidade à presente sessão. Peço que convide todos os deputados que se encontram na Casa, no cafezinho, nos que se encontram neste momento fazendo *cooper*, para que apareçam aqui o mais rapidamente possível, até porque alguns madrugam, e a esta altura já devem estar fazendo exercício físico nas academias. Também os deputados que se encontram nos gabinetes fazendo a sua leitura matinal, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Enfim, faço um apelo para que rapidamente os deputados deem as suas presenças e realmente possamos dar continuidade à presente sessão. Temos 14 Srs. Deputados presentes, é necessário termos um quórum com 21 Srs. Deputados. Continuamos fazendo esse chamamento, principalmente aos deputados da Situação, já que os da Oposição estão presentes, mas são invisíveis na Casa, são espíritos. Como nós estamos em um Estado muito místico, nós compreendemos essa questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

Continuamos fazendo um apelo para que se façam presentes o mais rapidamente possível para que possamos dar continuidade à presente sessão. Os Srs. Deputados que ainda não deram presença, solicitamos que o façam da forma mais imediata possível.

Quero aqui registrar que realmente o DEM, junto com os partidos governistas desta Casa... Inclusive um deputado do PMDB afirmou que o Programa Minha Casa Minha Vida é apenas para dar dinheiro ao PT, ou seja, caso eles sejam vitoriosos no Estado da Bahia, não farão nenhum esforço para a continuidade do programa. Isso é digno de registro pela imprensa baiana. O deputado Bruno Reis também afirma que esse é um programa desnecessário, apenas para dar dinheiro às campanhas do Partido dos Trabalhadores. Quero protestar, até porque é um programa de grande abrangência social, juntamente com o Bolsa Família e outros programas importantíssimos.

Temos 17 Srs. Deputados. Faltam 4 para que possamos alcançar o quórum para a continuidade da presente sessão. Então fazemos um apelo a todos os deputados para que se façam presentes ao Plenário para darmos continuidade à sessão, até porque este orador já está de certa forma trocando as palavras.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Gostaria de parabenizar V.Ex^a pela decisão que tomou, porque comprova a necessidade da minha questão de ordem, já que apenas 17 Srs. Parlamentares marcaram presença. Portanto, realmente ficou comprovado que naquele momento em que fiz a solicitação não havia o quórum suficiente para a

continuidade desta sessão, assim como não há até agora 21 deputados que marcaram presença. Então eu gostaria só de registrar e agradecer a sua decisão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, o quórum foi restabelecido. Logo, vamos dar continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Tom Araújo, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- São duas horas da manhã, e estamos resistentes. Percebemos que o governo do Estado, através do seu Líder, não consegue cumprir os acordos feitos com a Oposição. Já não é a primeira vez. No ano passado foi feito um acordo para se celebrar aquilo que o governo pretendia, a Bancada Opositorista foi tolerante, mas ele infelizmente não conseguiu cumpri-lo. Não consegue cumprir sua palavra, não consegue cumprir aquilo que acerta. No mês de julho foi feito novamente um outro acordo, nós opositoristas mais uma vez fomos tolerantes aceitando que em agosto fosse cumprido, porém de novo os governistas não conseguiram cumprir.

Esteve aqui até mesmo o secretário César Lisboa, que se sentou na Sala da Minoria, onde então se estipulou um prazo até novembro, mas não se conseguiu honrar o compromisso. Aliás, deste governo sabemos que compromissos não são cumpridos. Quem não se recorda daquele acordo assinado envolvendo os professores? Simplesmente foi dito depois que não se assinara acordo algum e que aqueles que assinaram não estavam autorizados pelo governo.

Eu quero, aqui, tratar de um assunto que já foi, inclusive, pauta de diversos discursos: a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia. O secretário Paulo Câmara, que é deputado estadual e está licenciado para assumir o posto de secretário, simplesmente cancelou uma licitação da ordem de R\$ 42 milhões e fez um contrato posterior, com dispensa de licitação, no valor de R\$ 52 milhões. Ele diz que a empresa vencedora não tinha capacidade para realizar o objeto da licitação – isso é uma afirmativa sem objetividade –, e, por conta desse fato, faz o cancelamento e logo depois realiza uma contratação com dispensa de licitação.

Há outro assunto que quero tratar com relação ao secretário de Ciência e Tecnologia. Tenho muito respeito à figura do deputado Paulo Câmara. Inclusive, agradeço ao secretário pela visita que fez 2 anos atrás à microrregião do Sisal, para tratar de inovação tecnológica com relação à máquina de extração da fibra do sisal. Uma reunião, uma audiência pública na qual os produtores de sisal estavam presentes e o secretário esteve por lá. Discutimos que há 50 anos a mesma máquina faz extração da fibra do sisal. O secretário assumiu o compromisso de que mandaria para o Cimatec um estudo para se desenvolver uma nova máquina.

E eu, aqui, neste Plenário, cheguei a informar até mesmo ao secretário e aos parlamentares governistas que o governo de Paulo Souto, que saiu em 2006, havia firmado um contrato com o Banco Mundial, na ordem de US\$ 20 milhões, para um programa chamado Progredir. Existiam vários Arranjos Produtivos Locais - APL: do sisal, do milho, vários. E para o APL do sisal estavam disponíveis US\$ 2 milhões. No entanto, nada foi feito.

E até mesmo depois dessa reunião na microrregião do Sisal o secretário nunca teve a sensibilidade para prestar contas de um recurso que veio à tona não somente aqui, mas também na reunião em que os produtores, os empresários, todo o setor discutiu o assunto.

Se essa é uma prática que se prefere adotar, a de não dar satisfação, de se fazer dispensa de licitação em vez de fazer disputa de preço, até mesmo de qualidade de serviço, se é essa prática que está aí, acho que os deputados da Oposição falam e os deputados do governo devem prestar atenção, ou, pelo menos, ter o bom-senso de, a partir dessas denúncias, desses alertas que a Oposição faz, passar a tomar alguma posição com relação a essas atitudes que o governo ora toma.

Eu ouvi atentamente aqui denúncias também com relação a esses convênios feitos com ONGs que, muitas vezes, não se sabe o paradeiro desse dinheiro. Quando digo isso aqui, já não é nova essa história de mandar dinheiro para ONG, como aconteceu há dois anos. Ano passado, o deputado Luciano Simões também esteve aqui nesta tribuna fazendo denúncias com relação a uma ONG que fazia capacitação de ambulante de cachorro-quente lá no Alto do Cabrito. E o governador teve até bom senso, porque cancelou o convênio. Agora, repete-se a mesma história, refaz-se agora um novo convênio com uma ONG em Feira de Santana, novamente para capacitação de ambulante de cachorro-quente, de pipoca, de picolé... Eu fico a me perguntar: o que é isso, heim? Que falta de vergonha é essa? Que falta de respeito com os baianos!

O deputado Zé Neto, que é um deputado de Feira de Santana, de uma região semiárida, seca, até mesmo aqui não sabe o que acontece com esse recurso, o que foi feito, por que está havendo essa discussão... Porque não sabe. O deputado Carlos Geilson, deputado de Feira de Santana, radialista, que está na rádio todos os dias, chega aqui na tribuna, faz um desafio para se fazer uma visita, e nada é respondido. Mas a ONG da qual foi feita uma denúncia no ano passado, do Alto do Cabrito, tinha apenas uma porta – uma porta, uma sede pequena – mas a justificativa do governo aqui e representantes do governo neste plenário, os deputados da base do governo, é de que nunca se liberou recursos num montante que está se liberando, no montante que foi liberado para se dividir com as camadas sociais de baixa renda.

A defesa do governo no discurso é muito boa, muito eficiente. Mais eficiente ainda é a propaganda que o governo consegue fazer. Consegue fazer e consegue convencer. Agora, nós vamos ter que perguntar aos baianos, porque uma vez ser enganado pode ser pouco, duas vezes está bom, agora, três vezes já é demais. Não dá. Não dá para você admitir que na propaganda consiga-se convencer as pessoas gastando-se tanto e fazendo propaganda de boa qualidade. Não quero aqui dizer que a propaganda do governo não é de boa qualidade, porque é. Se não fosse não conseguiria convencer as pessoas. Mas o que eu quero neste momento, nós já estamos aqui às 2 horas da manhã, todos aqui exaustos, parabenizar a Bancada de Oposição por estar aqui. Peço até o bom senso do deputado Zé Neto para que reveja seus conceitos, que tente retirar o projeto, porque acho que é o que a Bancada do governo quer, que almeja, para que possamos seguir adiante.

Estão ali os deputados Adolfo Viana e Sandro Régis, que são deputados

aguerridos. Mas quero também, neste momento, deputado Adolfo Viana, relatar um fato que se parece muito com o comportamento do PT que ora governa nosso Estado. Lá em Conceição do Coité, eu costumo falar porque o prefeito novo daquela cidade é do PT, que está sendo experimentado agora. O governo do PT nunca tinha sido experimentado lá, mas, infelizmente, e digo infelizmente, porque este é o sentimento da população, qual seja, o sentimento de arrependimento, Isso aconteceu no curto prazo de quê? Praticamente um ano.

Agora, nós já estamos na madrugada de quarta-feira. Mas, anteontem, na segunda-feira, funcionários públicos estavam sendo demitidos. Vejam, 177 pessoas foram às ruas para se manifestar, pois estavam indignados com a atitude do prefeito. Por quê? Existe um programa chamado PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – e o Programa ProJovem. Essas pessoas trabalham. Os monitores já estão trabalhando há 8, 10, 14, 15, 16 anos. E, aí, eu me pergunto...(Risos.)

O deputado Zé Neto dá risada. Não sei se ele dá risada do sofrimento das pessoas. Acho que não se dá risada do sofrimento das pessoas. E o que percebo é que o PT tem o discurso muito ordenado e muito organizado. Isso, muitas vezes, as pessoas, até, acreditam.

Agora, quem está sofrendo, quem está preocupado em pagar o empréstimo que tomou, quem está preocupado em botar farinha na mesa todo dia, quem está preocupado em fazer a feira e comprar a carne, está, aí, prestes a perder o emprego, porque o programa foi reordenado.

É tipo o Programa Bolsa Família que, antes, era o Bolsa Escola. Era tipo o Programa Luz no Campo que virou Programa Luz para Todos. E o programa, agora, era PETI ou ProJovem está tendo um novo nome e sendo reordenado. Agora, o prefeito diz: “Vou demitir todo mundo e vou fazer uma nova seleção para selecionar novas pessoas.” E ele se esquece de que essas pessoas são pais e mães de família.

Mas se é assim que se age quando chega ao poder. É muito triste este sentimento que nós temos em Conceição de Coité. Acho que não é motivo de zombaria e de se dar risada, mas é motivo de se procurar resolver, sentar com os monitores, com as pessoas que inclusive tiveram um discurso de palanque de que o governo municipal do PT não iria perseguir nenhum servidor público municipal.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO:- Mas quero conceder um aparte solicitado pelo nobre amigo e deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Tom Araújo, quero parabenizar V.Ex^a pelo belo pronunciamento que faz nesta madrugada. V.Ex^a, sempre, ocupa esta tribuna e faz jus ao mandato conferido pelo povo ao defender os interesses dos baianos, mais especificamente os interesses do povo de Coité.

V.Ex^a teve tão cedo a missão de conduzir aquele município e o conduziu da melhor maneira possível. A prova é que, na sequência, o povo de Coité o elegeu para deputado estadual. Hoje, V.Ex^a faz jus à confiança daquele povo ao defender os interesses daqueles que mais precisam.

Lamentavelmente, V.Ex^a, ao discorrer o seu pronunciamento, encontra motivos

de gracejos por parte de algum parlamentar. Realmente, não consigo entender que motivo é esse, até porque nós encontramos, no estado da Bahia, um cenário muito difícil vivido pelos baianos, tanto na segurança, como na saúde.

E nós vemos, de fato, o mau uso do dinheiro público. Podemos observar que o dinheiro vem sendo mal empregado. E a prova disso é esta ONG de Feira de Santana ao receber tantos milhões. Não sei, de fato, se a população de Feira de Santana tem a capacidade de absorver tanto cachorro-quente e tanto picolé.

De fato, quero parabenizar V.Ex^a pelo belo pronunciamento e, ao mesmo tempo, dizer que, com certeza, os seus eleitores estão muito orgulhosos da defesa que V.Ex^a faz no interesse deles.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Agradeço o aparte do querido amigo e deputado Adolfo Viana. Incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento, porque enriquece este momento. Reconheço que V.Ex^a tem sido, também, um deputado combativo, pois ocupa, frequentemente, a tribuna e utiliza-se de apartes, em muitos momentos, para defender o povo da Bahia, as pessoas da região de Sento Sé, Casa Nova, Juazeiro e tantos outros lugares dos quais V.Ex^a tem representatividade.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO:- Concedo, também, um aparte ao deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Tom Araújo, quero lhe parabenizar pelo belo discurso que profere na madrugada desta quarta-feira, pois traz à tribuna assuntos importantes que esta Casa vem omitindo-se a discutir. Esta questão das ONGs, relatada ao longo da noite, demonstra a falta de prioridade do governo com a aplicação de recursos.

É inadmissível, deputado, haver cidades, no interior do estado, sem viatura policial. E quando há viatura nessas cidades, não há dinheiro para botar combustível. E a polícia fica refém da prefeitura para combustível e alimentação.

No entanto, gastam-se R\$ 23 milhões em três ONGs com o objeto de comprar isopor de picolé e carro de cachorro-quente.

Isso é uma situação esdrúxula! Acredito que o Ministério Público e que todos os órgãos deveriam apurar, porque não estamos inventando isso. Tal assunto foi publicado no Diário Oficial. Temos a cópia. Imagine, deputado Tom, que a passarela de Pituaçu, até hoje, não terminaram de pagar! E o governo gasta R\$ 23 milhões na farra do cachorro-quente e do picolé.

Este é mais um legado do governo Jaques Wagner.

Parabéns! V.Ex^a, mais uma vez, com muito equilíbrio, faz um belíssimo discurso nesta madrugada de quarta-feira.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Agradeço ao deputado Sandro Régis pelo aparte.

Quero dizer a V.Ex^a que imaginava que era somente curso de capacitação, que é o pior, pois curso de capacitação é uma coisa muito subjetiva. As compras dos carrinhos de picolés, dos carrinhos de cachorro-quente... Acho, inclusive, que os deputados de Oposição deveriam ir ao Ministério Público e conversar com Dr.

Wellington para que haja uma mobilização e uma motivação maior no sentido de haver fiscalização por parte do Ministério Público.

Agradeço aos deputados de Oposição e, também, aos deputados de Governo pela tolerância de estarem aqui ouvindo, atentamente, cada um dos oradores que aqui chegam e se pronunciam.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, é, realmente, lamentável a forma que se encontra o estado da Bahia hoje.

Ouvi, atentamente, o nobre deputado Tom Araújo que fez um pronunciamento repleto de muita consciência e sensatez. Este mesmo deputado apontava, aqui, o problema descoberto pelo deputado Gaban na semana passada. Realmente, deputado Tom, até agora, não foi explicada aquela tal licitação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, repito, e inovação. Até agora, uma semana depois, oito dias depois de o nosso vice-líder da Oposição, deputado Gaban, ter questionado se, de fato, aquela dispensa de licitação havia sido correta, não há explicação plausível.

Nós ficamos, aqui, atentamente, aguardando uma explicação por parte da Secretaria. Naquele mesmo dia, o nobre parlamentar Rosemberg Pinto, Líder do PT, tentou dar uma explicação e obviamente foi a explicação dada pelo secretário que, de fato, não convenceu. E até hoje estamos no aguardo para vermos se vai andar ou não, que explicação a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação deve dar a esta Casa.

Outros problemas também foram abordados, deputado Pedro Tavares, por vários deputados. Foram diversos pronunciamentos, e a questão da precariedade na saúde tem chamado a atenção. A deputada Kelly Magalhães tratou do problema de Barreiras; o deputado Sandro Régis apontou o problema em Jequié e em Alagoinhas e eu apontei o problema em Juazeiro. É um problema que atinge de fato muitos baianos.

A questão da segurança pública também foi abordada no início da tarde e agora, novamente, no início nesta madrugada. Eu citei aqui o caso da cidade de Campo Alegre de Lourdes, deputado João Carlos, que teve o Banco do Brasil assaltado há 30 dias e, infelizmente, não houve condição de reabrir as portas, porque não se sente em segurança para isso. É fácil avaliar a situação em que se encontra o nosso Estado: sem saúde, sem segurança pública...

O Sr. Pedro Tavares:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V. Ex^a está inscrito.

(...) a infraestrutura não acontece. E, aí, somos surpreendidos hoje com essa verba que chega até uma ONG em Feira de Santana, se não me engano, foram oito milhões de reais destinados à ONG. Não me recordo que deputado disse aqui que é para a venda de carrinhos de cachorro quente e caixas de picolé. Imagino eu, deputado João Carlos Bacelar, que quantidade é essa de carrinhos de cachorro quente, que quantidade é essa de caixinhas de picolé! Imaginem! Será que o povo de Feira de

Santana terá essa capacidade de consumir tanto cachorro quente e tanto picolé? Realmente, isso cheira mal.

A Oposição vai voltar a pedir explicações ao governo para esse caso, assim como no caso dos quilômetros de asfalto, em que o governo fez tanta propaganda para divulgar que construiu sete mil quilômetros de asfalto no Estado da Bahia. Foi preciso o PSDB entrar com uma ação no Tribunal de Justiça para o governo do Estado fazer a sua obrigação, que é, de fato, prestar contas a esta Casa. Só depois, deputado Pedro Tavares, que ingressamos com uma ação no Tribunal de Justiça, este obrigou o governo do Estado da Bahia a apontar especificamente onde, quando e a que custo foi empregado esse asfalto. E, aí, o governo vem se pronunciar, mas ainda não detalhou da maneira que gostaríamos.

Então, a gente aqui, deputado Pedro Tavares, cumpre o nosso papel de fiscalizar e pedir as explicações que entendemos que são justas. E entendemos também que a sociedade baiana quer esclarecimentos sobre aquela dispensa de licitação, que, deputado João Carlos, no mínimo nos causa estranheza. Fico a perguntar: será que a população do Estado da Bahia não fica, também, com essa desconfiança? Imagino que se V.Ex^a fosse o governador do Estado da Bahia, iria pedir uma explicação imediata, até para comprovar que de fato toma conta dos recursos do Estado, que de fato faz o bom uso do recurso público. No momento em que não faz isso, e observando a má situação em que se encontra o Estado da Bahia, nós ficamos realmente com essa dúvida.

Com o aparte o nobre deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu caro deputado Adolfo Viana, V.Ex^a que faz mais um belo pronunciamento na noite de hoje, mostrando toda a coerência do seu mandato e mostrando todo o conhecimento do Norte da Bahia. V.Ex^a mencionou a questão do assalto a Campo Alegre de Lourdes no Norte da Bahia. Queria lembrá-lo que não foi só Campo Alegre de Lourdes no Norte da Bahia, que teve seu banco assaltado. Canudos, Macururé, Abaré, enfim diversas cidades do Norte tiveram também bancos assaltados e caixas eletrônicos explodidos, mostrando a total falta de infraestrutura na área da segurança pública no norte da Bahia.

Sobre a questão das estradas asfaltadas, V.Ex^a falou dos 7 mil quilômetros que o governo propaga de asfalto, que coloca em suas propagandas, e V.Ex^a sabe que no Norte do Estado faltam, e faltam muito, estradas asfaltadas. Veja a questão, como eu disse há pouco, da BA-210, uma importante estrada do interior da Bahia, que liga Curaçá a Abaré e Abaré a Rodelas. As condições são péssimas, quase de intransitabilidade. As pessoas da região, realmente, passam por diversas situações constrangedoras para rodar naquelas estradas, como o perigo do assalto, os carros quebrados... Imaginem os doentes para serem atendidos, os estudantes para irem às escolas, enfim, essa é a situação do Norte do Estado, que V.Ex^a mostra com muita competência e com muita propriedade.

Então, queria, mais uma vez, parabenizá-lo pelo discurso, pelo excelente pronunciamento.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu

pronunciamento, deputado Pedro Tavares, que demonstra conhecer cada quilômetro do Estado da Bahia, V.Ex^a, que é votado em quase todo o Estado da Bahia e que tem ampliado o seu número de votos, demonstra também conhecer cada região do Estado da Bahia.

Fato é, deputado Pedro Tavares, que o Estado vai muito mal, a saúde já foi citada aqui por diversos parlamentares. V.Ex^a fala de estradas, e eu poderia passar aqui horas a discorrer sobre estradas que precisam de melhorias e os 7 mil quilômetros que foram objeto de diversas propagandas do governo. Ficaram faltando as explicações devidas, como ficaram faltando também as explicações para outros casos, o caso da dispensa de licitação e o caso atual, fazendo com que, a cada semana, sejamos surpreendidos nesta Assembleia com um caso diferente. Na semana passada foi uma dispensa de licitação que subia 26% do valor da licitação anterior, e aqui o deputado Gaban afirmou que a empresa vencedora da primeira licitação era capacitadíssima, deputado Leur, com diversas obras realizadas no Estado da Bahia. Já a que ganhou com a dispensa de licitação, com 26% do valor a mais, de fato, eu não vi ainda ninguém se pronunciar aqui a respeito para dizer se tem capacidade, se não tem capacidade. O fato é que essa mesma licitação ficou com um valor um tanto exagerado, e a explicação dada neste mesmo plenário de nada convenceu os parlamentares.

Então, vem agora, mais uma vez, surpreendentemente, a denúncia por parte dos deputados de Oposição, e esses mesmos deputados, deputado Tom Araújo, pedem, mais uma vez, explicação para o governo, para a base do governo e, infelizmente, eles não têm o menor interesse em darem explicações. Têm uma ampla maioria de deputados aqui que fazem, também junto com o governo, essa revolução silenciosa, não se manifestam, não defendem o governo. Temos aqui 18 projetos para serem discutidos e, de fato, a bancada governista prefere silenciar.

Nós vamos fazer a nossa parte, e quero aqui aproveitar para parabenizar essa Bancada de Oposição que cumpre com o seu papel, defende os interesses dos baianos, e vamos ficar aqui fazendo o nosso papel.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouço com prazer o deputado Leur Lomanto.,

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Adolfo Viana, que mais uma vez volta a esta tribuna mostrando o que é a pura verdade. E não são palavras apenas do deputado Adolfo Viana, isso está comprovado através, inclusive, da última pesquisa que foi realizada de avaliação político-administrativa no Estado da Bahia, o péssimo desempenho do governador Jaques Wagner. Isso é reflexo do que V.Ex^a colocou muito bem, do descaso com a saúde, do descaso com a educação, de uma política falida na área de segurança pública, sem sombra de dúvida esse um dos principais e mais graves problemas enfrentados em nosso Estado. Um Estado que, infelizmente, já é o terceiro ou quarto secretário de segurança pública, mas que, infelizmente, não por culpa do atual secretário, cujas informações são, possivelmente, as melhores, mas por falta de prioridade.

A questão da segurança pública no Estado da Bahia é uma situação gravíssima,

uma das coisas que mais a população vem sentindo, e foi reflexo dessa pesquisa, é justamente a questão da segurança pública. As pessoas estão se sentindo inseguras, a cada dia que passa a gente vê as manchetes dos jornais, onde a Bahia, nos índices de segurança, nos índices de homicídios, como um dos piores do Brasil, índices de homicídio, tráfico de drogas, assalto a banco. Cada dia que passa a gente vê as manchetes de uma cidade do interior tendo o seu banco assaltado, assassinatos, assaltos à luz do dia. Enfim, a gente, realmente, vive num estado que não proporciona segurança pública ao seu cidadão.

Esse, sem sombra de dúvidas, deputado Adolfo Viana, é um dos graves problemas que o nosso Estado vem enfrentando. Porque segurança pública, deputado Adolfo Viana, tem que ser prioridade. Se o governo parasse de gastar mal o dinheiro público e investisse um pouco mais em segurança, deixasse de gastar milhões e milhões de reais em publicidade, muitas vezes em publicidade enganosa, como é o caso das estradas que o Estado aí anuncia, que mais de 7 mil km de estradas foram construídos.

E tem estrada, eu fiz essa denúncia aqui na noite de hoje, eu citei o exemplo da estrada que liga a cidade de Itambé à cidade de Ribeirão do Largo. Para você ter uma ideia, essa estrada que foi licitada, no seu edital exigia que a construção dela fosse realizada com 12 cm de espessura de asfalto, está lá, a obra foi concluída, menos de 2 cm de asfalto foi colocado, o asfalto é sorrisal, a estrada já está completamente esburacada, uma estrada que não tem nem 1 mês de concluída, nem inaugurada foi, mas está lá um absurdo, você vê o desperdício do dinheiro público.

Essa é a marca desse governo do PT, o desperdício, o aparelhamento político com mais de 30 secretarias sendo aí utilizadas para abrigar aliados, trazer novos aliados, instrumento político para cooptar, deputado, sem a menor coerência, sem planejamento ou projeto definido.

Enfim gostaria, mais uma vez de parabenizar V.Ex^a que faz aí um diagnóstico real dos problemas do nosso Estado, em todas as regiões. Na área da saúde, o que se vê são as filas nos hospitais. Na área da educação, o governo se sustenta com um único programa que é o Topa, no qual ele anuncia os números errados. Porque foram mais de um milhão de alfabetizados, sendo que com os números que existem constata-se pouco mais de 100 mil alfabetizados pelo Topa.

Enfim, é um governo que vem deixando muito a desejar. E andamos pelo interior do Estado, cada vez mais, percebendo que os baianos estão atentos ao que está acontecendo, aqui, no Estado da Bahia. E a resposta será dada nas urnas. Assim como o povo de Salvador deu a resposta nas urnas ao governador Jaques Wagner, derrotando o candidato do PT. Tenho certeza que em 2014 o povo da Bahia, mais uma vez, dará a resposta nas urnas, derrotando o candidato do PT ao governo da Bahia.

Então, parabéns a V.Ex^a pelo grande pronunciamento que, mais uma vez, faz dessa tribuna, na noite de hoje.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Leur Lomanto. Essa sensação de V.Ex^a é a mesma dos baianos. É a sensação da insegurança. Não é a maior, é apenas mais uma sensação ruim dos baianos, deputado

Tom Araújo. É a sensação da falta de atendimento médico.

Fico com a impressão de que não é por maldade do governo do Estado. Mas sem sombra de dúvidas por falta de competência ou de capacidade de realização, deputado Tom. Fico com a sensação de que o governo está perdido. Perdeu o controle do Orçamento do Estado e podemos observar que onde era para ser empregado os recursos, na saúde, na educação, não está sendo. Aí algumas ONGs conseguem receber. Ficamos com dúvidas e com a sensação ruim de que o Estado da Bahia vai mal. E vai mal porque os recursos são mal empregados.

Deputado Tom, não tenho dúvidas que 8 milhões de reais que foram para essa ONG não irão para a indústria de cachorro-quente ou de picolé. Com certeza esse é um número muito exacerbado. Feira de Santana inteira não teria a capacidade de absorver tanto cachorro-quente e tanto picolé.

O Sr. Tom Araújo: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu ouço V.Ex^a.

O Sr. Tom Araújo:- Quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento que faz dessa tribuna. Quero dizer que V.Ex^a demonstra capacidade e competência para representar aqueles que o escolheram em 2010, naquelas eleições estaduais.

Mas quero dizer a V.Ex^a que realmente o que transparece é falta de capacidade por parte do governo do Estado. Podemos até mesmo comparar rapidamente com a capacidade do prefeito de Salvador, ACM Neto. Se compararmos as ações que o prefeito consegue realizar na capital baiana com as do governador, principalmente, quando aumenta muito a sua máquina administrativa. Ou seja, o governo do Estado sempre criou muitos cargos. Para quê? Para abrigar os seus. Enquanto o nosso prefeito da capital, ACM Neto, demonstra austeridade, competência para governar e fazer mais pelas pessoas de Salvador, capital da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a.

Com a tolerância do nosso presidente, quero concluir dizendo que no próximo ano, nas eleições, será fácil decidir qual o modelo que os baianos querem para 2015. Se querem o modelo do prefeito ACM Neto ou se querem o modelo do governo do PT no Estado da Bahia. Acho que será fácil a avaliação e tenho certeza que a Bahia seguirá por outro caminho. Assim como foi feito em Salvador.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sr. Presidente, estava observando que o Plenário está vazio mais uma vez, até porque quem tem que sustentar a sessão são os deputados da Situação.

Então, pedimos uma verificação de quórum nominal para ver se há condição de continuarmos a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Coronel, eu gostaria de

atender ao seu pedido, mas peço sua compreensão porque não faz mais que 30 minutos que foi pedida uma questão de ordem igual e nós atendemos.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Tem mais, sim, Sr. Presidente, com certeza.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Então, eu queria a compreensão de V.Ex^a para retirar esse pedido de verificação de quórum. É possível ou não?

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Dois deputados falaram, Tom Araújo e Adolfo Viana. Cada um falou por 20 minutos. Então, temos 40 minutos.

E V.Ex^a pode verificar a olho nu que não há mais de 21 deputados presentes.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Peço que V.Ex^a zere o painel.

Não há 21 Srs. Deputados aqui. Até constam no painel, mas eles são espíritos desta Casa.

Mas eu queria solicitar que os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, que se façam presentes ao Plenário, já que existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão solicitado pelo Coronel Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado, permita-me. Antes, gostaria de pedir que zerassem o painel e comesçassem a contar o tempo regimental.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, além de convidar os colegas deputados para que compareçam ao Plenário, para que o quórum seja restabelecido, eu gostaria de registrar que a Oposição tem feito, aqui, alguns comentários acerca do Programa Vida Melhor. É um grande programa, dirigido à faixa da população atendida pelo Bolsa Família, à população excluída, que visa, exatamente, a que saiam dessa condição de fragilidade social e ingressem na vida econômica ativa.

Por isso, no Programa Vida Melhor os convênios estão sendo feito com as ONGs, com associações de pequenos empreendedores e microempreendedores, para dar a sustentabilidade. Então, não procede, absolutamente essa desconfiança, diria essa fantasia, de que são convênios com associações de Feira de Santana em milhões e milhões.

Sabemos que o deputado Luciano Simões é muito criativo, tem uma mente fértil. E ele chega à tribuna e lê alguns números, mas não mostra o papel. Ele sacode o papel lá de cima, mas ninguém afere. São valores representativos, mas, absolutamente, não existe essa cifra de R\$ 23 milhões. Podem verificar que é o convênio global. O orçamento para Feira de Santana é bem menor.

Tenho a certeza de que são projetos que irão ajudar à população pobre a sair da condição de fragilidade social. É um programa em parceria com o governo federal. São recursos destinados para os agentes econômicos. Não são destinados ao poder, porque o poder local, as prefeituras, e o governo já têm outras linhas de financiamento, de aporte de recursos, Sr. Presidente.

Por isso, eu gostaria de dizer que o Programa Vida Melhor é um grande projeto que irá ajudar a milhares de mulheres, de jovens, de empreendedores, de quilombolas. É um programa destinado à população frágil. Por isso, eu tenho certeza de que logo, logo, a Oposição vai reconhecer e elogiar esses programas. Que vão chegar, inclusive, a Salvador, há muitas parcerias feitas com instituições de Salvador que vão ajudar o prefeito ACM Neto a melhorar a condição de vida de Salvador.

Tenho absoluta convicção de que esse programa vai ser reconhecido como um grande programa. Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

Não tem quórum ainda, são 21 deputados. Estou contando com V.Ex^a e, assim que chegar em 21, paro a minha consideração para que seja restabelecido o quórum, Sr. Presidente. Era essa a minha consideração.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro): - Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, está sendo verificado o quórum para continuidade da sessão. Por isso, os Srs. Deputados que estejam nos gabinetes, nos corredores da Assembleia, venham ao Plenário para atestar suas presenças atendendo solicitação dos deputados Coronel Santana e Paulo Rangel.

O tempo do painel está sendo corrigido, porque ele tinha marcado 5 minutos anteriormente e eram 15. Tem que voltar sete minutos e cinquenta. Tem que contar mais 7min30seg. Ele tinha marcado errado, tinha marcado 5 minutos.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Srs. Deputados, estou acompanhando.

O quórum foi restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro): - Com a palavra o Coronel Gilberto Santana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Digníssimo presidente desta Casa, Srs. Deputados, mais uma vez volto a esta tribuna para dizer da nossa tristeza com relação a esse governo da Bahia. É um governo de escândalos, parece até o governo do Lula, cada hora que passa aparece um escândalo aqui, outro acolá e ficamos surpresos por que isso ocorre.

Desde o ano passado, me lembro do encerramento do exercício do ano passado, quando o deputado Luciano Simões denunciou aqui a distribuição de milhões para as ONGs. Teve uma certa ONG do Subúrbio, que recebeu um valor altíssimo para treinamento de mão de obra rural. Lá, não tinha uma cadeira escolar, não tinha uma sala de aula. E mais uma vez, outra enxurrada de ONGs aqui a receber recursos. Isso nos deixa surpresos, porque a saúde, a segurança estão um caos. Mas o governo prefere oferecer dinheiro graciosamente a essas ONGs, com certeza com dúvidas, e os deputados desta Casa deveriam implantar uma CPI para que pudessem verificar a lavagem de dinheiro que ocorre nessas ONGs. É um absurdo.

Recursos que vemos que não são devidamente direcionados para o fim social. Isso é um absurdo. Os Srs. Deputados da situação deveriam estar junto com a Oposição porque o nosso dever aqui é fiscalizar. Nosso dever aqui é acompanhar os recursos que são aplicados em nosso Estado. Mas não sei por que o medo dos

deputados de Situação em não assinar uma CPI para investigar se realmente essas ONGs estão devidamente qualificadas para receber esses milhões de recursos que chegam às mãos deles.

Verificamos aqui como está batida e rebatida essa situação da ONG de Feira de Santana. Isso é um escândalo, um absurdo! Desculpe o deputado Zé Neto, por quem tenho amizade, respeito e admiração, mas era para ele mesmo pedir. Há suspeita de pessoas envolvidas nesta Casa. Então, caberia pedir uma CPI porque 8 milhões para se gastar comprando carrinho de cachorro-quente e carrinho de picolé, é um absurdo! Uma falta de respeito com um Estado que passa por dificuldades financeiras, que estamos vendo no dia a dia não pagar ao funcionalismo, não pagar a prestadores de serviços, mas tem dinheiro para distribuir, fazer festa com o dinheiro do governo, do povo baiano.

Então, ficamos tristes quando vemos essas situações onde encontramos mais de 23 milhões distribuídos aqui para ONGs. E possivelmente a mesma ONG do ano passado que o deputado Luciano Simões denunciou está aqui, a ONG do Subúrbio, recebendo 6 milhões e 800 mil reais e ninguém sabe para que fim. Isso é brincadeira, isso é um absurdo, uma falta de respeito com nós, deputados, com os baianos. Entendemos que esse dinheiro não está devidamente encaminhado para ser aplicado com coerência.

O Sr. Adolfo Menezes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Coronel Gilberto Santana, V.Ex^a como sempre contribui para o bom debate. E eu fico, deputado, com a sensação, parece que estamos criando história, quando falamos aqui repetitivamente dessa ONG do cachorro-quente e do picolé. De fato, é um verdadeiro absurdo o Estado da Bahia que sofre - e já foi dito hoje diversas vezes por vários parlamentares desta tribuna - com a falta de segurança e com a falta de saúde sem falar dos demais problemas que o Estado tem. Um Estado que sofre com a péssima administração dos recursos públicos e aí, já foi dito aqui também que é um Estado quebrado, falido, que não administra da melhor maneira os recursos públicos. E quando diversos deputados ocupam esta tribuna para falar do cachorro-quente de Feira de Santana, eu vejo ali o nosso Líder, deputado Zé Neto, se manifestando, de repente ele vai dar uma explicação.

Como é que a população de Feira de Santana irá consumir, Coronel Gilberto Santana, tanto cachorro-quente, tanto picolé?! De fato, não tenho dúvida nenhuma de que o povo feirense quer mais saúde, mais segurança pública. Tenho certeza de que os feirenses esperam realmente mais dum governo que diz fazer uma revolução silenciosa no nosso Estado. Não esperam é abundância de cachorros-quentes, muito menos de picolés.

O que o feirense precisa mesmo é de um governo que organize as suas finanças para que realmente sobre recursos para aplicar no que a população baiana espera. V.Ex^a, que conhece tão bem as dificuldades da cidade de Itabuna e teve lá uma belíssima votação, assim como em todo o Sul baiano, tenho certeza de que voltará no ano que vem para cumprir mais quatro anos de mandato porque de fato corresponde

aos eleitores que lhe confiaram o mandato defendendo os interesses deles, diferentemente de outros parlamentares que se calam diante dos problemas vividos pelo nosso Estado.

Então gostaria, deputado Gilberto Santana, de parabenizá-lo porque sempre entra nos debates em defesa de uma sociedade que precisa desta Casa. Só que parte dela se cala ante as sérias questões que enfrenta a Bahia.

Veja que temos 19 projetos, deputado Pedro Tavares, para serem votados nesta Assembleia Legislativa. E esperávamos da base governista o contraditório porque estamos apontando os erros aqui, a forma equivocada como o governo vem usando os recursos. Pensávamos que dela viesse uma resposta ou explicação que pedimos aqui desde o início da tarde de ontem. Mas, de fato, os seus integrantes não trazem respostas nem explicações porque é um governo que se encontra perdido na sua administração, na maneira de administrar os recursos estaduais.

Se olharmos para a Prefeitura de Salvador, veremos que em apenas um ano o prefeito ACM Neto teve a capacidade de arrumar a casa e colocar a cidade no trilho do desenvolvimento e do sucesso.

O ano que vem está chegando. Aí, sim, será o momento correto de debatermos essa questão eleitoral. Não antecipando, como vem fazendo o governo. Tenho certeza de que os baianos pedirão mudança. E a mudança é a Oposição assumir o comando porque tem de fato a capacidade de gerir o governo do Estado da Bahia como eles merecem.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Agradeço pela participação, deputado Adolfo Viana, e a incorporo.

Eu falava há pouco do governo dos escândalos em 2012. Ele até cancelou esses recursos que iria liberar para as ONGs, mas voltou a ter a farra com elas de novo neste final de ano, sem falar das recentes denúncias com relação à compra das balsas.

Houve deputados que encaminharam a outro grupo para que denunciasse desta tribuna, porque eles têm vergonha de fazer isso. Dão o documento para falar através da Oposição porque não têm coragem de falar. Isso é uma tristeza, porque esta é uma Casa que se omite nessas coisas.

Vamos ver o prédio que está sendo construído também, aquele que começou a ser construído escandalosamente, mas todos se calam aqui, todos se omitem. Ninguém quer apurar nem investigar nada! A missão do deputado aqui é fiscalizar, acompanhar. Não é ficar de braços cruzados, omitindo-se, para não procurar ver o que ocorria.

Vejo o colega Zé Raimundo dizer que está divulgado aqui. Foi mentira de informações. Elas estão aqui. Se há dúvida, vão abrir uma CPI para apurar e ver o número exato do que está divulgado. É bem mais. Duvidam dos números? Abram uma CPI para verificar. Por que não assinam a CPI? Não assinam porque não querem encontrar a verdade, querem é fugir dela! Não querem mostrar um governo que anda com coisa errada, joga debaixo do tapete a sujeira. É uma vergonha o que está se passando.

O Sr. Pedro Tavares:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Pois não.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu caro Coronel Gilberto Santana, parabenizo-o pelo excelente discurso. V.Ex^a é de Itabuna, cidade que tem sofrido muito com o descaso do governo do Estado. Veja só o que ocorre lá. Em janeiro deste ano, o governador do Estado foi a Itabuna, com toda pompa, com toda a equipe, para dar ordem de serviço para a barragem do Rio Colônia.

Realmente, uma obra muito importante para Itabuna e para toda a região. Eu pergunto a V.Ex^a, que conhece tão bem, como estão as obras dessa barragem? Estão paradas. Ninguém sabe o que aconteceu, ninguém sabe quando vão retomá-las. Então, o governador foi lá e prometeu que em janeiro deste ano já estaria pronta, e cadê as obras? A mesma coisa foi a questão do Centro de Convenções e do Teatro Municipal. Duas obras importantes para Itabuna. O Centro de Convenções, para levar negócios, convenções; o Teatro Municipal, para levar cultura, para levar entretenimento. Essas obras paradas, ninguém sabe, ninguém viu o que aconteceu. É o governo da propaganda!

A questão da segurança pública, V.Ex^a, que é coronel da reserva da Polícia Militar, sabe como está em Itabuna. As pessoas não conseguem mais andar nas ruas, têm medo de andar nas ruas, todos os dias são assaltos, são roubos de carro, enfim, uma intranquilidade generalizada naquela região, na sua cidade.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Agradeço também, deputado Pedro Tavares, a sua participação, e a incorporo ao meu pronunciamento. Devo dizer, realmente, da vergonha que estamos passando em nosso Estado. V.Ex^a falou da barragem, sabe por que está paralisada? Porque o governo não cumpriu com as obrigações de pagar os valores que estão ajustados no contrato, deixou de repassar os recursos, e a empresa entrou na Justiça, em juízo, e devolveu a obra. Não quis fazê-la mais por falta de compromisso do governo. Uma obra de importância. O governo foi lá, fez a maior beleza do mundo, divulgação de mídia, assinou o contrato da realização da obra, mas não cumpriu suas obrigações com a empresa que ganhou a licitação para realizar a construção. Não cumpriu o contrato, no qual estava previsto o repasse financeiro para dar continuidade à obra. A empresa foi e entregou, via Justiça, a obra de volta ao governo do Estado.

Por isso estava lá, paralisada. Estão lá os proprietários de fazendas que tinham as suas terras, que estavam lá para ser invadidas, ocupadas pelas águas. Foram desapropriadas, mas não foram pagas até hoje. É assim a promessa que o governo faz.

A segurança pública, como V.Ex^a disse, é uma vergonha. Você vai a qualquer canto da Bahia e não há polícia. Há mais de 100 municípios sem delegado, e se for verificar, também não há escrivão, não há agente. Como é que se vai fazer a segurança se não são dados os recursos, pelo menos, humanos, para se trabalhar.

“Ah, dei carro”. Só carro, sem combustível? Fica o pobre do prefeito, que já tem uma prefeitura falida, com dificuldades, arcando com obrigações do Estado. É consertando carro, é dando combustível, é dando comida a policial, é alugando casa para instalar a polícia naquele município, é fornecendo funcionário e alimentação para os policiais, senão morrem de fome. E o governo, de braços cruzados, nada

fazendo para melhorar a segurança.

Disse que colocou 200 mil policiais. Rode esta Bahia e verifique qual é a escassez de efetivo. Há lugar que tem somente um policial, às vezes, nem um tem. Lugar que tem 8 mil habitantes, 6 mil habitantes, e não há um pé de polícia lá. Aí se fala em segurança pública! Como é que pode isso?

Se a Polícia Civil está aí, não há investigação, não há equipamento para investigar. Não há pessoal qualificado para investigar. “Ah, eu botei carro”. Carro investigará o quê? Sabe por que colocam carros, deputado Zé Neto? Porque é muito dinheiro de locação. Se for transformar o que se gasta por mês com locação de carro, V.Ex^a veria que se compra a frota de mais mil carros por mês.

Faça a investigação e veja se estou mentindo. É barato, para V.Ex^a. Vou botar na conta do Estado, como é que fica? Você compra a frota do Estado de 6 em 6 meses, e não há depreciação do bem, não. Você compra a frota que vai usar. Com 6 meses, vai vender e colocar outra frota nova, e não terá depreciação nenhuma. É mais fácil comprar ou alugar um carro pagando uma fortuna. É conveniente! É interessante! E locam carros caríssimos. Porque não loca um carro com motor mil para patrulhar, andando nas ruas a 20, 30 km? É carro com ar-condicionado, carro cheio de coisa. O cidadão tem o ar mas não pode usar, porque se levantar o vidro para ligar o ar, a sociedade não pode reivindicar da polícia porque não vai ouvir ninguém gritar por ela.

Por que não bota o carro para patrulhar? A maioria é de carro veloz, porque é mais fácil locar um carro de milhões do que alugar um Gol mil, um Fiat, para patrulhar, andando a 30km pelas ruas. Assim faria patrulhamento mesmo.

Se a polícia comunitária começou com o nosso governo Paulo Souto, que deixou exemplos que foram copiados por Rio e São Paulo, morreu, destruíram esse trabalho. Agora inventaram base de segurança comunitária, copiando do Rio de Janeiro, o que não dará certo. As favelas no Rio de Janeiro, as unidades de pacificação não funcionam, são um engodo, uma enganação. Tem de colocar o policial no quarteirão, trabalhando ostensivamente, fazer a monitoração via câmera. Aí, sim, daria condição à Polícia Civil de não estar nas ruas trabalhando, estaria investigando o crime.

O que tem de incitador ao crime na Bahia é muito grande. O pior Estado em relação à incitação ao crime é a Bahia. A Polícia Civil anda fardada no carro padronizado. Vai investigar o quê com o carro padronizado? A Polícia Civil anda com colete, dizendo que é Polícia Civil. Para investigar o quê? Sai da sua competência para fazer o que não é dela, e o governo do Estado se omite em adotar as providências que devem ser adotadas. O que ocorre? Os recursos indo para ONGs, e não se sabe para quê..

Nosso amigo José de Arimatéia vai sentir na pele agora o que o Democratas, capitão Azevedo, passou num hospital do município. Tomaram a plena de Itabuna, e o governo queria tomar o hospital também. Ainda fazia pactuação para cento e tantos municípios serem atendidos pelo Hospital de Itabuna, um hospital municipal.

Quero ver agora se o PRB vai sofrer o que o capitão Azevedo sofreu, o que o

Democratas sofreu para administrar um hospital com dificuldades financeiras, porque os recursos estavam aqui nas mãos do secretário de Saúde, Jorge Solla, controlando recursos de Itabuna.

Hoje, as dificuldades estão na mesma. O governo deveria construir um hospital regional para atender aquela região. Não existe hospital do governo lá, existe um posto de saúde, um hospital pequeno, sujo, imundo que dá nojo, faz vergonha. Vá lá uma comissão de deputados para verificar como está o hospital.

A terceirização dos hospitais é outra vergonha. O que se gasta de fortuna é no Hospital do Subúrbio. O governo bota 12 milhões todo mês e terceirizou hospitais para empresas, Irmã Dulce, Fundação José Silveira, Monte Tabor etc. Lavagem de dinheiro adoidado. Para que isso? Por que o governo não assume, não bota pessoas qualificadas para administrar? Concursar e colocar pessoas para fazerem seus serviços corretamente? Mas, não, preferem entregar a terceiros para fazer festa com o dinheiro do Estado, fazer farra com o dinheiro público.

Ficamos triste quando chega o final de ano. O governo tranca os projetos e quando chega o final do ano manda de vez para cá para passar o rolo compressor, aprovar o que ele quer, da forma que ele quer. Por que não mandou antes? Não teve o ano inteiro para fazer isso? Por que mandar na última semana do encerramento da Assembleia? Manda de última hora para forçar os deputados a fazer a aprovação. Mas não vamos fazer o que ele quer. Vamos continuar lutando, mostrando que a Assembleia está aqui para lutar, mesmo com minoria, mas não vamos aceitar pressão de ninguém. Vamos mostrar que somos minoria, mas somos pessoas que queremos defender a Bahia, que querem honrar com seus eleitores o compromisso de defender a nossa Bahia, enquanto os outros deputados querem empurrar com o rolo compressor, querem que aprovem, querem deixar acontecer sem procurar ver o prejuízo que causará ao nosso Estado, as consequências.

Isso entristece, deixa a pessoa aborrecida, contrariada, porque é falta de gestão, não é, Luiza Maia? É falta de gestão, Luiza. Você não concorda com o que o governo faz, mas se cala porque se falar será fatiada também.

Precisamos tomar posição de deputado, fiscalizar, olhar, acompanhar e, se a denúncia chegar aqui, ser apurada claramente para ver onde está o erro, para descobrir onde está o dinheiro e quem está roubando o Estado. Aí, sim, teremos um Estado que, realmente, crescerá, que aplicará o recurso devidamente, no lugar adequado e que atenderá melhor o povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, às 3 horas da manhã, estamos aqui para dizer que, infelizmente, a notícia que trouxe, anteriormente, ao conhecimento deste Plenário é verdadeira. Morreu um policial militar durante o treinamento de uma pré-seleção para entrar num curso, deputado

Marcelino Galo, de “Caveiras”. A Polícia Militar da Bahia tem um curso denominado de Curso de Caveiras. Na pré-seleção deste curso, hoje, quatro policiais militares deram entrada no Hospital do Aeroporto: dois estão na UTI, um faleceu e outro teve alta. Dois policiais continuam em coma.

Imaginem o que sofre a juventude baiana. Se a própria polícia tem um curso chamado de Caveiras... Não sei como um governador, que lutou contra a ditadura e que se diz um homem ligado aos direitos humanos, admite na corporação que ele é comandante um curso chamado de Caveiras. São nesses cursos chamados de Caveiras que se instalou, na Bahia, o genocídio da juventude negra. Se um oficial – tinha um tenente –, se um soldado não aguenta um treinamento desse, imaginem jovens de 15 a 24 anos nas mãos de uma Polícia como essa.

Segundo o mapa da violência, os homicídios contra jovens triplicaram na Bahia. Eram 591 homicídios por arma de fogo, em 2001, e subiram para 2.19, em 2011. Triplicaram os homicídios contra a juventude negra deste Estado. Esses dados (591 para 2.197) se referem à cidade do Salvador. No Estado da Bahia, saímos de 1.579 para 5.451. A Bahia, hoje, é o primeiro Estado do Brasil, em números absolutos, em homicídios. O primeiro Estado do Brasil!

Para se ter uma ideia da epidemia que se instalou na Bahia, o Rio de Janeiro teve, em 2001, 7.352 homicídios, e, em 2011, caiu para 4.567. Já o Estado de São Paulo teve, em 2001, 15.745, e, em 2011, caiu para 5.629. Em todos os Estados do Sudeste o número de homicídios caiu. O que explica o fato de, na Bahia, esse número ter triplicado? O que explica o fato de, hoje, na Bahia, termos um número de homicídios maior do que o do Rio de Janeiro? Um número de homicídios maior do que o de São Paulo?

No que diz respeito as taxas de homicídios por 100.000 habitantes, o Rio de Janeiro, hoje, tem 44,4; São Paulo, 76,2; já a Bahia tem 83 homicídios por grupo de 100 mil pessoas. São 83 homicídios! A ONU considera uma taxa acima de 10 como epidemia. A Bahia de Jaques Wagner, a Bahia do PT, a Bahia que não tem segurança, atinge uma taxa de 83 homicídios por grupo de 100 mil pessoas.

Os números da violência no Brasil são assustadores, mas na Bahia eles adquirem uma expressão muito maior. Quatro municípios baianos estão entre os 10 mais violentos do Brasil: Simões Filho, Lauro de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis. Salvador, hoje, em termos absolutos, é a primeira capital do Brasil em número de homicídios. Foram 1.671 homicídios em Salvador, em 2011, contra 1.467 no Rio de Janeiro e 1.347 em São Paulo. Rio de Janeiro e São Paulo tiveram, respectivamente, uma redução de 55,2 e 79,8. A Bahia teve um crescimento de 215,3. Como explicar isso? A Bahia, que era o 24º ou 25º Estado, em 2001, em violência e homicídios, hoje é o quarto.

Quando todos os outros grandes Estados brasileiros, notadamente os do Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, conseguiram conter a violência. Na Bahia essas taxas de violência estão alcançando números impressionantes.

Como disse antes, Sr. Presidente, a violência assola todo o Brasil. A ONU fez um estudo com 62 países que estão em conflitos. Nesse estudo estão incluídos o

Iraque, a Faixa de Gaza, o Afeganistão, o Sudão, o Congo, a Colômbia, todos os países que têm conflitos étnicos, religiosos, políticos e sociais. Nesses 62 países, deputado Zé Raimundo, de 2002 a 2010 morreram 265 mil pessoas. No Brasil, nesse mesmo período, morreram 250 mil pessoas. A diferença do Brasil em relação a esses 62 países é de 15 mil homicídios. A sociedade brasileira vive um momento de violência que nenhum país, individualmente, do mundo passa. É mais perigoso, hoje, morar em Salvador do que, com certeza, na Faixa de Gaza, no Iraque ou no Afeganistão.

Deputado Zé Raimundo, não sei se V.Ex^a – tomara que não – já teve o desprazer de ter um familiar vítima de assalto; se já teve o desprazer de ter algum amigo vitimado pela violência, porque a verdade é que, mesmo alta, a taxa de violência no Brasil tem estagnado. Infelizmente, não na Bahia.

O nosso Estado, junto com Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, teve um aumento nas taxas de violência. Mas o que é pior, deputado Zé Raimundo, é que mesmo na Bahia as taxas de homicídios para os jovens brancos permanecem estagnadas, mas a dos jovens negros tem crescido anualmente, quase que numa média de 100%.

Na Bahia, Srs. Deputados, o homicídio tem endereço certo. O homicídio na Bahia tem sexo, cor e idade. É direcionado a pessoas do sexo masculino, de cor negra e entre 15 e 24 anos de idade. E o governo do Estado não faz nada, tem assistido a esse extermínio da juventude negra, a esse verdadeiro genocídio sem criar uma política pública sequer.

Existe a Secretaria da Reparação, que deve ser para contemplar algum segmento, algum grupo do Partido dos Trabalhadores, mas que não tem uma política pública sequer para combater o extermínio da juventude negra. Isso é que dói, isso é que chama a atenção. E não pode um governo que se diz comprometido com os direitos humanos, que se diz comprometido com a justiça social assistir a isso sem tomar uma providência sequer.

E não é só na área da segurança. Aliás, a hipocrisia deste governo, que causa revolta, ainda quer jogar na população negra a responsabilidade pelo seu próprio genocídio. Milhões e milhões de recursos públicos foram gastos na propaganda do governo que dizia que o motivo disso era o *crack* e que o culpado era o pequeno traficante. É esse o tipo de propaganda racista e discriminatória que serve ainda mais para estigmatizar o jovem negro.

A polícia do governo Wagner, que realiza um curso entre seus membros com o nome Caveiras, é a mesma que mata na periferia da Cidade do Salvador, todo final de semana, 15, 17, 19 jovens. E joga a culpa nesses jovens com o famigerado auto de resistência. E o governador não toma uma atitude, não fez um pronunciamento sequer sobre isso. Não se ouviu dele até hoje uma posição sobre isso. Aliás, é uma prática que vem sendo a característica do atual governo.

Nada mais *kitsch*, nada mais deplorável do que o grupo de sindicalistas que chegou ao governo e, hoje, só se preocupa em tomar champanhe francês, em beber vinhos de R\$ 5 mil, R\$ 6 mil a garrafa, numa demonstração de ostentação, uma coisa

atrasada, caricatural, querendo ser bem recebido pela elite brasileira, puxando o saco e esquecendo de suas origens, de seus compromissos. É essa a característica deste governo, querendo e se banquetear com caviar, sem nunca ter sabido o que era caviar.

O Sr. Pedro Tavares:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Concedo um aparte ao nobre deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu caro deputado e amigo João Carlos Bacelar, quero parabenizar V.Ex^a pelo excelente discurso em que faz um diagnóstico fiel da violência na Bahia, totalmente diferente da propaganda do governo do Estado, que mostra uma coisa, mas a realidade, infelizmente é outra. É a violência contra os negros, é a violência contra os jovens! Se não me engano, são mais de 180 assaltos ou ataques, explosões de bancos só este ano aqui na Bahia.

Qual o cidadão que hoje anda e vai tranquilo para casa? Eu mesmo saindo daqui tendo de ir para a minha casa dirigindo, como disse o deputado Gaban, sem motorista, sozinho. Fico intranquilo. Não vou dizer que faço trajeto tranquilo por causa da violência que infelizmente assola o nosso Estado.

Então quero parabenizá-lo mais uma vez pelo seu excelente pronunciamento, que demonstra toda a sua capacidade, toda a sua competência e por que é considerado um dos melhores parlamentares desta Casa.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Agradeço e credito, deputado Pedro Tavares, as suas palavras muito à nossa amizade.

Mas infelizmente este é o fato, o crescimento da violência na Bahia. E volto a dizer que não estão nem aí, porque estão mais preocupados é em contar nas suas rodas sociais como foram os seus passeios nos *outlets* de Miami. É tudo deslumbrado! É essa a conversa, o que eles falam sobre os passeios lá.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com o aparte o nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado João Carlos Bacelar como sempre fazendo bom uso da tribuna desta Assembleia, quando nós estamos aqui há algumas horas debatendo projetos que, entendemos, precisam da nossa contribuição.

São 3h20min. V.Ex^a discorre aí sobre o péssimo momento que vive o Estado da Bahia no que diz respeito à nossa segurança pública. Aí, eu sou obrigado a dizer que não é apenas nessa área. Não é, deputado? E aí cobro também desta Casa uma participação maior nos debates.

Posso observar um Plenário vazio, pouco estimulado para debater nesta madrugada os assuntos e projetos importantes que o governo encaminhou a este Poder. Noto uma Bancada governista cansada e sem vontade de discutir, de fazer o contraditório. O que fica claro para mim, deputado João Carlos, é que eles não têm argumentos para debaterem.

A prova está na pesquisa feita pelo IBOPE que aponta a péssima colocação do governo do Estado da Bahia se comparado aos governos dos demais Estados da

Federação. Má administração dos recursos públicos, uma segurança pública que de fato deixa a todos os baianos apavorados, uma educação que nem se fala e um governo que tem como principal programa o Topa. Realmente acredito que seja um bom programa, mas não pode ser o principal da administração estadual.

Aí, fica claro para esta aguerrida Bancada da Oposição que de fato este governo não quer o debate porque não pode debater, já que contra fatos não há argumentos. E de fato eles ficam sem argumentos para fazer aqui a defesa dum governo que se encontra na 19ª colocação entre os Estados do País.

Parabenizo V.Exª pelo pronunciamento nesta madrugada.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Agradeço a sua interferência e incorporo o seu aparte.

Quero, deputado Adolfo Viana, lembrar um episódio ocorrido no início deste ano. Um auxiliar do Sr. Governador da Bahia recebeu à bala o Movimento dos Sem-terra, mas ninguém disse nada. Um auxiliar, um subsecretário de Estado recebeu o movimento assim, e o governador não disse nada, não demitiu nem puniu, mostrando indiferença.

As obras do Nova Esperança não andam, mas as da Fonte Nova estão em dia. E S.Exª não vem atender os movimentos populares, mas estava ontem na posse do Sinduscon mostrando a prioridade elitista do governo. Esquecem, não fazem! Não fazem! Não fazem! O ginásio de Cajazeiras está parado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Olha aí, o deputado Zé Neto foi cooptado, também, pelos segmentos empresarias.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, concluo dizendo que é preciso uma política pública para combater o genocídio da juventude negra nesta terra.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente Paulo Rangel, respeitando o acordo feito pela Bancada de Oposição e pela Bancada de Governo, observo existir, ainda, diversos oradores inscritos que precisam fazer uso da tribuna. Para que esses deputados possam fazer uso da tribuna, é necessário haver quórum. E não há quórum suficiente para a continuidade da presente sessão.

Observo que há poucos parlamentares da Bancada do Governo aqui para fazermos o debate de projetos importantes que se encontram em pauta. Me parece que são 18 projetos a serem apreciados e discutidos. É isso que a Oposição vem procurando fazer, ou seja, a Oposição vem procurando cumprir o seu papel nesta Casa para discutir com os parlamentares, a fim de encontrar soluções para problemas já identificados.

Infelizmente, não contamos com o contraditório, ou seja, com a Bancada do Governo nem para ouvir. Para debater, nós já esperávamos que, pelo menos, se fizessem presentes para que pudéssemos expor as nossas idéias. De repente, esta mesma Bancada de Oposição poderia estar sensibilizando o governo ao apontar, de fato, para onde deve caminhar o atual governo e para onde, de fato, devem ser feitos os investimentos do estado da Bahia.

Nós já ouvimos, aqui, hoje, mais de 10 parlamentares. Cada um tem uma ideia diferente. Cada um tem uma forma pessoal de pensar. Há deputados, até, que pedem esclarecimentos a deputados do governo. Eu fico, de fato, com a sensação ruim, pois, me parece, que só a Bancada de Oposição está, hoje, a trabalhar nesta Assembleia. São 3h30min da manhã! E noto o plenário com poucos parlamentares.

E, para que, de fato, esta sessão possa ter continuidade, precisamos de quórum em plenário. Gostaria de pedir a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosenberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido, deputado Adolfo Viana.

Questão de ordem do deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Meu querido Adolfo, em primeiro lugar, é uma opção que vocês fazem que é a de fazer obstrução que é legítima. Eu só fico triste em ver V.Ex^a expor esta situação aos colegas. Mesmo porque é um direito da Oposição fazer obstrução.

Agora, em segundo lugar, a cada 2 intervenções, ou seja, a toda a hora, V.Ex^{as} pedem verificação de quórum. Credito a isso... Bem, é uma decisão da parte de V.Ex^{as} fazer a obstrução. Esta é uma decisão e eu a respeito. Podemos ficar, aqui, durante muito tempo.

Agora, eu pondero com V.Ex^{as}. Veja, este é um conjunto de colegas com quem convivemos o tempo inteiro. Então, é desnecessário as pessoas aqui. Temos de trazer, a toda a hora, as pessoas aqui. E não estamos falando mais de juventude, mas estamos falando de um time, porque somos colegas o tempo inteiro durante 4 anos.

A minha opinião é esta.

Mas fala-se sempre que, antigamente, fazia-se assim. Se antigamente fazia-se assim, em minha opinião, nós fomos, extremamente, bobos. Nós não podemos ficar no passado, porque eu não vejo nenhum sentido. Então...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Atenha-se, por favor, à questão de ordem.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Eu tenho cinco minutos, Sr. Presidente.

Mas, queria, então, deixando aqui o meu protesto, não é bem um protesto, mas ponderação aos colegas. Quero pedir para que V.Ex^a chame os Srs. Deputados para o plenário, mande zerar o painel, tocar a sirene e marcar 25 minutos. É uma sugestão minha que sejam 25 minutos, e convidar todos os deputadas para se fazerem presentes e, mais uma vez, marcar presença. Peço aos nobres colegas que pelo menos tenhamos 1 hora para fazer isso.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente, mas antes quero que V.Ex^a marque os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a vai usá-la depois.

Peço que sejam marcados os 15 minutos e que zerem o painel. Quero convidar a todos os deputados que se encontram na Casa a se fazerem presentes, já que existe uma questão de ordem do deputado Adolfo Viana, acompanhado pelo deputado Rosemberg, onde se pede verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Questão de ordem do deputado Adolfo Viana que já marcou presença.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Paulo Rangel, peço para fazer uso da palavra neste momento, para dizer ao deputado Rosemberg Pinto, que é um deputado que aprendi a respeitar com a convivência nesta Casa, um deputado amigo, assim como todos os demais deputados desta Casa. Graças a Deus, deputado Rosemberg Pinto, apesar de posições diferentes, aqui até hoje eu só tive oportunidade de construir amizades e quero seguir assim até o fim da minha carreira na política. De fato, acho que existem pronunciamentos importantes a serem feitos e acho também falta de respeito a um parlamentar que faz uso da tribuna falar para meia dúzia de deputado quando, na realidade, às 3 e meia da manhã, é o horário em que a Assembleia funciona normalmente. Estamos aqui, inclusive, cumprindo nosso dever. Então, respeito a posição e a opinião de V.Ex^a, mas de fato discordo e entendo que realmente é uma falta de respeito um colega subir à tribuna e falar para quatro, cinco, deputados, por isso, vou finalizar e aguardar que se façam presentes os 21 parlamentares para que possamos dar continuidade a esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Yulo Oiticica.

O Sr. Yulo Oiticica:- Deputado Paulo Rangel, quero aproveitar aqui para informar que é verdade o que o deputado João Carlos Bacelar coloca da violência tão grande ainda contra os negros. Infelizmente, a Bahia sustenta ainda índices alarmantes, mas quero aproveitar para informar que, inspirado inclusive numa campanha da Frente Parlamentar desta Casa, o governo federal trouxe, há 15 dias, um programa novo exatamente de combate à violência aos homicídios e juventude negra, que é o Programa Juventude Viva, que pretende acontecer, no primeiro momento, em 30 cidades na Bahia, numa perspectiva da sua expansão imediatamente.

Além disso, no dia de hoje, foi inaugurado um Centro de Referência de Combate à Intolerância Religiosa e ao Racismo, na tarde de hoje, com a presença da ministra Luiza Bairros e do governador Jaques Wagner. Acho que é uma iniciativa importante, valendo lembrar – ai também lembrando o deputado João Carlos Bacelar que faz esse importante enfrentamento... Imagine, deputado João Carlos, que, hoje, duas lideranças religiosas de língua africana, saíram do estacionamento e, até chegar no centro, sofreram cinco tipos de intolerância, agressões verbais. Como é difícil de enfrentarmos isso!

O mundo perde Mandela, o homem que lutou contra a intolerância racial, e infelizmente ainda é tão presente nos dias de hoje. Estamos diante da desconstrução

de uma cultura e naturalmente é preciso que estejamos todos atentos para desconstruir.

Já dizia Paulo Freire: “Reeducar é bem mais difícil do que educar.” Estamos diante da necessidade de reeducar uma população, uma sociedade, uma geração, para que, enfim, acabemos de uma vez por todas com o preconceito de raça, de credo, de opção sexual, e possamos ficar com a tolerância religiosa.

Bem, deputado o quórum está reconstituído.

Passo a palavra para o deputado Sandro Régis.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Não, deputada, eu ia dar-lhe a questão de ordem dentro do tempo regulamentar, mas como o quórum foi recuperado. Mas se V.Ex^a tiver uma questão de ordem mesmo.

O quórum está reconstituído.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Quórum reconstituído, passo a palavra ao deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, adentramos esta madrugada do dia 18 de dezembro, com diversos assuntos que esta Casa traz à tona de interesse da sociedade baiana. Diversos deputados aqui proferiram os discursos em relação à farra do dinheiro público com as ONGs em Feira de Santana. É inadmissível, a Bahia viveu um caos na segurança pública, o Estado, deputado Adolfo, que hoje lidera todas as páginas da imprensa nacionais e mundiais como um Estado violento. Houve aqui o sorteio da Copa do Mundo, e a mídia internacional em vez de perguntar a Wagner quais são os atrativos do nosso Estado, pergunta, deputado João Carlos Bacelar, se ele não tem medo de que a criminalidade atrapalhe a Copa em nosso Estado.

Imaginem a imagem negativa que a Bahia tem hoje no mercado de turismo internacional. O deputado João Carlos Bacelar foi muito feliz aqui quando fez os comparativos dos índices de violência. É verdade, deputado, morar na Faixa de Gaza é mais seguro que morar na Bahia! Morar no Afeganistão é mais seguro que morar na Bahia! Morar no Iraque é mais seguro que morar na Bahia, deputado Mário Negromonte Júnior!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana: Deputado e Líder Sandro Régis, V.Ex^a, como sempre, trazendo à tribuna desta Casa assuntos importantes a serem debatidos, e nesta madrugada, agora de quarta-feira, tem sido aqui um momento de reflexão para nós, deputados da Oposição, e aqui vejo a meu lado os deputados Pedro Tavares, Tom Araújo, assim como eu, deputados de primeiro mandato, e nesta madrugada ficamos aqui com a certeza de que precisamos ainda mais dar a nossa contribuição para os debates nesta Casa, haja vista que o Estado da Bahia enfrenta talvez um dos seus piores momentos, porque quando olhamos para os dados que temos, tanto na questão da segurança pública como na questão da educação, e também na questão da saúde, ficamos a pensar de que maneira retirar o Estado da Bahia do caos em que se

encontra.

E aí, obviamente, deputado Sandro Régis para conseguir tirar a Bahia desta situação desconfortável, que deixa os baianos, realmente, numa posição em que não gostariam de estar, seria necessário que tivéssemos uma situação financeira organizada, que tivéssemos um bom secretário da Fazenda, para que houvesse, de fato, um controle financeiro do nosso Estado, de maneira tal que pudéssemos aplicar e investir recursos tanto nas áreas de saúde e educação como na área de segurança pública. V.Ex^a, que, durante este mês fez diversos pronunciamentos, e todos eles apontavam a Bahia como um destino preferencial do crime organizado, citou aqui também, que em uma quarta-feira deste mês a Bahia bateu um recorde: o recorde do Estado que sofreu cinco assaltos a bancos em apenas um dia.

Realmente, essas não são as manchetes que os baianos gostariam de estar vendo, como também não gostam de ver pesquisas feitas por institutos sérios, a exemplo do Ibope, que colocam a Bahia em 19º lugar na satisfação do povo com o governo que tem.

Então, de fato, deputado Sandro Régis, V.Ex^a volta a esta tribuna para chamar a atenção da Base do governo que se omite de prestar esclarecimento a este Plenário, a esta Oposição que, através de alguns deputados aqui, a exemplo do deputado Gaban, já levantou algumas dúvidas em relação a contratos feitos por secretarias do governo com dispensa de licitação, recursos destinados a ONGs. E, de fato, observamos que não chega uma resposta por parte da Base do governo, não chega uma explicação ou justificativa que venha a convencer a Bancada da Oposição de que a coisa está sendo feita da melhor maneira possível.

Então, deputado Sandro Régis, ficamos com a sensação de que o Estado não consegue nem justificar os erros que vem cometendo. Parabenizo V.Ex^a pela coragem de apontar esses erros do governo do Estado, e vamos continuar a esperar que as explicações venham por parte do governo.

Sei que o Estado tem muitas secretarias, e acho até que tem secretaria demais, salvo engano, são 30. O fato é que essa quantidade exacerbada pode fazer com que o governo não tenha condição de fiscalizar como gostaríamos e como gostariam os baianos. Faço, aqui, essa observação no que diz respeito à quantidade de secretarias num governo que tem as finanças meio fora do padrão que gostaríamos. E a prova disso é que sucessivos empréstimos são feitos e a situação financeira nunca fica equacionada.

Parabenizo V.Ex^a, e espero ainda no dia de hoje, já que temos tantos projetos para serem votados aqui, ouvir desta tribuna a voz de algum parlamentar em defesa do governo em relação às acusações feitas por diversos parlamentares nesta sessão.

Muito obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Agradeço a V.Ex^a, e incorporo o seu aparte.

Concedo um aparte ao deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Sandro Régis, parabéns pelo pronunciamento que V.Ex^a faz.

Acabamos de ver no *twitter* o deputado Paulo Azi embarcando para o Sul, para

acompanhar a CPI da Telefonia no Sul do Estado, acompanhado por mais dois deputados.

E queria dizer que nenhum dos dois instrumentos, um estrutural, que é a educação, e o outro, a segurança pública, tem uma política definida na Bahia.

O próprio governador reconhece que não conseguiu montar, estruturar uma política de segurança para o Estado. Qual a política de segurança do governo? As tais UPAs? Salvo engano, o deputado Carlos Brasileiro foi vítima numa área de uma UPA. E constantemente, quando vamos ao Nordeste, Santa Cruz ou Tancredo Neves, onde há UPA, ouvimos da população é que é um instrumento ineficiente, que não consegue mudar o quadro de violência na comunidade, muito pelo contrário, serve para estigmatizar.

A outra questão é na área da educação. Qual é a política de Ensino Médio para a juventude da Bahia? Alguém aqui já foi a uma escola de nível médio para ver o nível das aulas, para acompanhar o número de aulas vagas? Não tem aulas nas escolas públicas, infelizmente esse é o quadro. E não tem uma política profissionalizante. Agora que houve o Enem, a primeira escola pública da Bahia é o Colégio da Polícia Militar de Vitória da Conquista aparece na posição 1.450!

Não tem uma escola pública da Bahia entre as 100 do Estado. Se for em nível nacional, cai para 1.450, mas dentro do Estado não há uma escola pública de nível médio entre as 100 melhores da Bahia.

Se não há a política de repressão. A Polícia Civil da Bahia, infelizmente o deputado Delegado Damasceno não está aqui, só consegue resolver 5% dos homicídios! É a taxa, e muitos desses casos através do grampo. É a taxa de solução de homicídios na Bahia! Então todo esse caldo faz com que a Bahia esteja se tornando um dos Estados mais violentos do Brasil.

O Sr. Tom Araújo Araújo:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Agradeço o aparte, deputado João Carlos Bacelar. Isso é um reflexo que eles falam da revolução silenciosa. É um governo que não tem o que mostrar. Ou é obra imaterial, ou é reforma silenciosa.

Com o aparte o deputado Tom Araújo.

O Sr. Tom Araújo:- Deputado Sandro Régis, V. Exª, como sempre, é um deputado combativo, e a cada momento que vai à tribuna é para elucidar os fatos do nosso Estado. Quero falar neste aparte sobre o turismo. Percebo que, a cada dia, a Prefeitura de Salvador, o prefeito ACM Neto requalifica a orla marítima e faz obras de reestruturação aqui na capital baiana, com relação ao turismo.

Há muito tempo já percebemos que os turistas estão deixando de vir à Bahia e estão indo a outros lugares por causa da falta de segurança pública, pelos índices altíssimos com relação a homicídios, e isso assusta o turista; ele deixa de vir à nossa capital para aproveitar o que a Bahia tem de bom. E nós percebemos claramente que o novo prefeito de Salvador faz uma gestão para que a gente volte a ter orgulho de ser baianos. Ele demonstra claramente que o governo do Estado poderia atuar de maneira incisiva como faz o prefeito ACM Neto, até mesmo para fazer com que os recursos que entram com o turismo volte a girar em nossa cidade e em nosso Estado.

Digo com muita clareza, já que V. Exa colocou aí que nosso estado perde com o turismo em razão de as pessoas não acreditarem que podem vir aqui em viagem de turismo com segurança.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V. Ex^a. O que V. Ex^a falou foram palavras sábias, a gestão do prefeito ACM Neto hoje se destaca na Bahia. O prefeito ACM Neto avança em todos os itens positivos para tornar a cidade de Salvador uma capital mais atraente no País, ao contrário do nosso Estado que caminha cada vez mais para ocupar as piores colocações em nível de educação, de segurança pública, de infraestrutura do Brasil. É a comparação deficiente da competência com um governo que se preocupa apenas com a politicagem e a ineficiência da gestão pública.

Mas quero, Srs. Deputados, dizer da importância de a nossa Bancada Opositora estar até este momento aqui defendendo os interesses do povo da Bahia. Estamos neste Plenário aguerridos e unidos mostrando que, mesmo contra a vontade da deputada Luiza Maia, os deputados opositores têm capacidade, encontrando-se prontos para o enfrentamento. Esta Oposição é apenas o grande início do grande projeto que as Oposições irão apresentar à Bahia a partir de 2014 para a grande vitória dos baianos em outubro do próximo ano.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Srs. Deputados, há um requerimento do Líder do governo propondo a prorrogação desta sessão por mais 300 minutos. Vou colocar em votação.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Solicito a V.Ex^a uma verificação do quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Gostaria que verificasse o tempo marcasse dentro do Regimento Interno o pedido de verificação do quórum de votação para convidar todos os deputados e deputadas aqui presentes a analisarem o projeto que está em pauta.

Convido neste momento todos os parlamentares a se fazerem presentes a esta verificação do quórum de votação para que possamos dar continuidade à presente sessão. Peço, Sr. Presidente, que seja zerado o painel e V.Ex^a faça soar as campainhas marcando o prazo regimental de 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Srs. Deputados, há sobre a mesa um requerimento pedindo a prorrogação da sessão por 300 minutos. Foi pedida uma verificação do quórum de votação. Peço que zerem o painel e deem os 25 minutos

regulamentares para votação do requerimento.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria também de reforçar esta convocação dos deputados para registrarem suas presenças. E dizer que realmente alguns da Oposição apresentaram aqui algumas informações completamente fora da realidade. Na verdade, foi uma alusão ao Projeto Vida Melhor do governo do Estado, que pretende e conseguirá - tenho certeza - levar uma série de ações às populações carentes, pobres e excluídas. Muitas delas, na sua grande maioria, estão no Bolsa Família. Mas a Oposição, de forma fantástica e ficcional, eu diria, quis aparentar que o governo estadual estaria fazendo um convênio no valor de 23 milhões com a entidade de Feira de Santana. Isso não é verdade. Isso é o valor global de vários projetos com várias ONGs, com várias entidades para a inclusão produtiva, que é um projeto para apoiar essas famílias com pequenos negócios, pequenos empreendimentos, e com isso valorizar essas famílias em atividades econômicas, retirando a situação de exclusão social para que elas possam ter a sua vida própria.

Então, não há absolutamente, foi uma peça de ficção do deputado Luciano Simões e que outros deputados repetiram aqui, mas que no futuro os pesquisadores virão que não se tratou, absolutamente, de um discurso verdadeiro.

No caso de Feira de Santana são algumas entidades, não chega a 2 milhões, 2 milhões e poucos reais, e no conjunto da Bahia, o montante de recursos é que atinge esse valor estimado de R\$3 milhões. Então, não se trata, absolutamente, eu diria, de consistência nessa alegação.

Reitero aqui, Sr. Presidente, o convite, a convocação dos deputados da Base do governo para que compareçam ao Plenário, porque há uma solicitação de quórum para votação, e que os colegas chegando haveremos de votar e avançar, para que a gente possa, efetivamente, concluir essa sessão de hoje votando esse importante projeto.

Era essa, Sr. Presidente, a minha intervenção e a minha correção do discurso do deputado Luciano Simões, que não é verdadeiro. Aquilo ali é uma peça de ficção, uma crônica, não tem nada de verdadeiro naquilo ali. E sabem disso os deputados da Situação que estão rindo, inclusive, ali, Sandro Régis está confirmando, concordando com a minha reparação.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem da deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para convocar os senhores deputados e deputadas para adentrarem ao Plenário, vez que nós estamos aqui às 03h56min e precisamos de quórum de votação de 32 deputados e deputadas. Não é possível que a gente vá ficar aqui até esse horário e não se vote projeto. Nós estamos aqui com os funcionários, as taquígrafas, todos perdendo a noite toda. E me diziam os antepassados que uma noite perdida é um ano menos de vida. E

nós estamos aqui, a esse horário, precisamos contar com o apoio dos colegas para que venham dar presença, a fim de que possamos ter 32 Srs. Deputados em plenário para votação do projeto que está em discussão.

Por gentileza, Sr^{as} e Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, naturalmente tirando um sono, o que é natural, solicito que acordem e venham para o plenário para que possamos ter os 32 Srs. Deputados necessários à votação do projeto que ora está em discussão.

(Continua a verificação de quórum.)

O Sr. Mário Negromonte Júnior: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): - Pela ordem, deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior: - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para que V.Ex^a possa tocar a sirene, porque há alguns que não estão ouvindo esse chamamento de verificação de quórum.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas)

O Sr. Marcelo Nilo: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): - Pela ordem, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo: - Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a chame os ausentes, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): - V.Ex^a será atendido.

Faltam registrar as presenças os deputados Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, deputada Ivana Bastos, deputado J.Carlos, deputado João Bonfim, deputado João Carlos Bacelar, deputado José de Arimatéia, deputado Leur Lomanto, deputado Luciano Simões, deputado Luiz Augusto, deputada Luiza Maia, deputado Paulo Azi, deputado Pedro Tavares, deputado Reinaldo Braga, deputado Rogério Andrade, deputado Sandro Régis, deputado Temóteo Brito, deputado Tom Araújo.

Faltam dar presença o deputado Aderbal Caldas; o deputado Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, deputado Euclides Fernandes, deputado Fabrício Falcão, deputada Graça Pimenta, deputado Herbert Barbosa, deputada Ivana Bastos, deputado J.Carlos, deputado João Bonfim, deputado João Carlos Bacelar, deputado José de Arimatéia, deputado Leur Lomanto, deputado Luciano Simões, deputado Luiz Augusto, deputada Luiza Maia, deputado Paulo Azi, deputado Pedro Tavares, deputado Reinaldo Braga, deputado Rogério Andrade, deputado Sandro Régis, deputado Temóteo Brito, deputado Tom Araújo.

Faltam 2 deputados, tendo em vista que 2 deputados aqui foram dispensados pelo deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, posso até liberar, agora o acordo foi para

votação do projeto, não foi para votação de prorrogação de sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Mas entende-se, deputado...

O Sr. Elmar Nascimento:- Vou liberar. Vou ajudar vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a é um homem de palavra.

O Sr. Elmar Nascimento:- Vou colocar dois para votarem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Faltam dois.

(Continuação da verificação de quórum)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): - Quórum restabelecido.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): - Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, primeiramente, gostaria de parabenizar a Bancada da Oposição que está aqui firme, mesmo com toda força do governo. O governo querendo passar o rolo compressor, mas toda a Bancada da Oposição está aqui firme e forte mostrando toda sua força e coesão.

Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a comentou hoje sobre a questão da propaganda do governo do Estado, que numa região mostra a outra região para enganar a população. Então, queria, em homenagem a V.Ex^a, que representa e conhece tão bem a região Norte do estado, em homenagem ao deputado Herbert Barbosa da região Oeste do estado e conhece tão bem a região Oeste, em homenagem ao deputado Sandro Régis que conhece tão bem a região Sul do estado, em homenagem, também, ao Coronel Gilberto Santana que conhece tão bem a região Sul do estado, quero fazer um panorama regional da Bahia, a fim de mostrar, realmente, a situação de cada região falada aqui.

Gostaria de fazer uma amostragem do que acontece, realmente, em cada uma dessas regiões.

Quero começar, deputado Herbert Barbosa, com a região Oeste do estado, região que tem sérias dificuldades na área de saúde, pois, hoje, foi alvo de críticas da deputada governista Kelly Magalhães que falou sobre as péssimas condições na área da saúde em Barreiras, no Oeste da Bahia.

Quero falar sobre a questão do presídio, deputado Herbert Barbosa. Cadê o presídio da região Oeste? Cadê o presídio de Barreiras? Gostaria de falar, também, da questão das estradas, pois são vários e vários trechos de estradas prometidos e, até agora, sequer, foram iniciados.

Gostaria de falar da violência, deputado Herbert Barbosa, que assola a nossa região Oeste do estado. Tenho a honra de representar vários municípios. Correntina, divisa com São Desidério, ali vizinho de V.Ex^a, sofreu ataques de bandidos. Há pouco tempo, os bandidos fecharam a cidade; assaltaram os bancos; deram tiros para cima; colocaram reféns em capôs de carros, etc. Isso mostra a total situação de insegurança daquela região.

No entanto, isso mostra que a propaganda do governo do estado é, totalmente, diferente. Vejam, para a região Sul do estado, eles mostram o que ocorre no Oeste,

tentando ludibriar e enganar a população do Sul do estado, deputado Herbert Barbosa.

Quero mostrar a atual e a real situação da região Sul do estado, região representada tão bem pelos deputados Sandro Régis e Coronel Gilberto Santana. Há a questão da paralisação das obras da Barragem do rio Colônia. Esta importante obra ajudaria a sanar a questão da falta d'água, deputado Tom Araújo, no Sul da Bahia, especificamente na cidade de Itabuna.

O governo do estado, deputada Maria Luiza Laudano, chegou lá em janeiro com toda pompa, com helicóptero, com secretários de Estado, com toda aquela estrutura governamental. O governo assinou a ordem de serviço prometendo que, em janeiro de 2014, esta importante obra estaria pronta. Cadê a obra? As obras pararam e ninguém sabe o porquê e ninguém sabe quando será retomada.

Este é o governo da revolução silenciosa!

Cadê o teatro e o centro de convenções de Itabuna? São sete anos de governo! As obras estão quase prontas, mas o governo não retoma essas obras. A população de Itabuna está revoltada, porque não tem um centro de convenções, não tem um teatro para que as pessoas possam utilizá-los para o seu lazer e aprimorar a cultura. O centro de convenções servirá para a realização de formaturas e convenções. Está lá o dinheiro público se depreciando, deputado Ronaldo Carletto, que conhece tão bem aquela cidade. O dinheiro público está se depreciando! E o governo do estado não toma nem uma atitude!

Cadê o Porto Sul? Deputado Leur Lomanto Júnior, lembra-se que eu disse que estava lindo? Deputado Adolfo Viana, está lindo mas só na propaganda do governo do estado! Estava lindo só naqueles filmetes, deputado Coronel Gilberto Santana, porque não há uma pedra, não há nada. Não se iniciou, ainda, a construção do Porto Sul! E o governo diz que vai iniciar. O governo diz que esta obra é importante. O governo coloca a propaganda de um lugar em outro, deputado Herbert Barbosa, como colocou lá em Barreiras. E a população pensa que o porto já está funcionando.

Mas, ninguém mais acredita nisso!

A população do Sul da Bahia está descrente da chegada do Porto Sul, porque falta comando a esse governo. Falta que o governador chame as partes interessadas e cobre logo o início dessas obras.

É a mesma coisa a questão de Buerarema, de que também falei aqui, onde há um conflito de indígenas com os produtores rurais, deputado Marcelino Galo, que conhece tão bem os pequenos produtores rurais da Bahia, os quais estão sendo expulsos de suas fazendas, de suas propriedades, por supostos índios.

Não se ouve a voz do governo do Estado. O governo fez uma reunião com o ministro da Justiça, mas não cobrou o andamento das soluções. Está lá a BR-101, frequentemente, deputado Sandro Régis, sendo interditada. Cadê o governo?

A saúde pública na região, como disse o deputado Augusto Castro, de Itabuna, passa por sérias dificuldades. Em Camacã, deputado Sandro Régis, V.Ex^a, que é votado naquela cidade, existiam 3 hospitais atendendo o SUS, e só tem um funcionando, os outros dois estão fechados.

A questão da violência que assola, que atinge o Sul da Bahia. Recentemente Olivença também teve sua estrada, deputada Maria Luiza Laudano, interditada pela população, pelos comerciantes, por causa da violência. Um distrito como Olivença, um distrito turístico, com praias maravilhosas, com belezas naturais, que a partir deste mês estará cheia de turistas de fora do Brasil, de Brasília, de Goiânia, levando renda para a população ilheense e para o Sul da Bahia.

Essa propaganda, deputado Sandro Régis, do Sul da Bahia, que V.Ex^a conhece tão bem, mostrada na região Norte, deputado Leur Lomanto Júnior, diz que está tudo bem na região Sul, as acabei de provar que a região Sul está muito mal.

A região Norte do Estado, deputado Paulo Rangel, que representa aquela região... V.Ex^a vê a questão da BA-210, de que falei há pouco. A estrada é intransitável, ninguém anda naquela estrada. A estrada está em péssimas condições de tráfego. Imagine os estudantes, os enfermos que as utilizam, imagine as pessoas que passam por aquelas estradas com risco de acidente, com risco de assalto, o que mostra que o governo do Estado, na região Norte, também não atua como fala na propaganda.

Em Abaré, deputado Adolfo Viana, já foram assaltados banco, casa lotérica, correio, tudo naquela cidade, e não se vê uma ação efetiva do governo.

A questão da seca, em cujo combate o governo tanto fala, mas não fala da convivência. Pergunto qual foi a barragem construída por esse governo? Pergunto qual foi a barragem construída no Norte da Bahia? Sinceramente, não conheço.

A questão da saúde pública no Norte. A população, deputado Paulo Rangel, do Norte da Bahia, para utilizar os serviços de saúde, tem que procurar Pernambuco ou Sergipe, mostrando que o governo do Estado também oferece péssimos serviços de saúde no Norte do Estado. Lá, deputado Sandro Régis, todas as cidades, como, Abaré, Chorrochó, Macururé, Uauá, Canudos, todas essas cidades já tiveram seus bancos assaltados ou caixas eletrônicos explodidos. O que mostra a questão da violência, o que mostra a inoperância da segurança pública na região.

Eu queria dar aqui uma lista de cidades: Utinga, Correntina, Barro Alto, Araci, Canudos, Amargosa, deputado Carlos Brasileiro, Umburanas, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Malhada, Mairi. Todas essas, deputada Luiza Maia, têm uma coisa em comum. Sabe o quê? Todas elas já tiveram assaltos a banco ou explosões de caixas eletrônicos.

Quero falar aos deputados que me ouvem - o deputado Carlos Brasileiro conhece tão bem aquela região - o que há em comum nas barragens de Pedras Altas, Ponto Novo, do França e do Aipim. Todas elas não foram construídas pelo atual governo. Falam muito nessa questão da infraestrutura hídrica...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Quero passar a palavra ao nobre deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a faz um raio X da realidade do governo estadual de Norte a Sul citando dados, mostrando as dificuldades enfrentadas em várias cidades da nossa Bahia nas áreas da Segurança, Saúde e Educação. Como

muito bem diz nesta noite, dá até vontade de morar no Estado da propaganda do governo baiano. Há até uma musiquinha que diz: “Quero morar na propaganda do governo da Bahia, onde há noite todo dia.”

Realmente, nobre deputado Pedro Tavares, na propaganda a ferrovia já está rodando, você já está passando de Salvador para Itaparica na ponte. Essa mesma que em 2009 ele já dava que seria inaugurada em 2013. Mas não tem ponte nem absolutamente nada. Cadê o Porto Sul, a ferrovia, as grandes obras que o governo divulgava através dos jornais, *outdoors*, *blogs*, das rádios, todas elas usadas somente para cunho eleitoral nas eleições do governador Jaques Wagner? Só que a máscara está caindo, a cada dia que passa a população vem percebendo a farsa que é este governo das propagandas enganosas. O verdadeiro governo é o da violência, da falta de saúde e educação.

Nunca vimos na história deste Estado tanta violência, com a crise da segurança pública se agravando a cada dia, a cada hora que passa. Qualquer pessoa com quem você converse já teve um amigo e um familiar assaltados. Recentemente o meu avô, ex-governador da Bahia Lomanto Júnior, foi assaltado dentro da sua residência no Vale do Canela. Quer dizer, nem mais dentro da sua própria casa você hoje tem segurança!

Então, esta é a dura e crua realidade do nosso Estado, que tem um dos piores índices de criminalidade, uma das principais taxas de homicídio...

O Sr. Zé Neto:- No apartamento do prefeito...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não, não foi no apartamento dele. Foi num aniversário. Dois amigos nossos foram assaltados entrando no aniversário da filha do prefeito ACM Neto. Roubaram os relógios, roubaram tudo! No aniversário da filha de ACM Neto, na semana passada, duas pessoas que estavam entrando para a festa foram assaltadas, tiveram seus relógios roubados. Não há segurança neste Estado.

Quanto a Salvador, recentemente fomos manchete no *New York Times* como uma das cidades mais violentas da Bahia. E o prejuízo que isso causa, deputado João Carlos Bacelar, é imensurável. As pessoas abrem o jornal, o *New York Times*, e está lá: “Salvador é uma das cidades mais violentas do mundo, a cidade mais violenta do Brasil.” Isso realmente é triste.

É papel do Estado oferecer segurança, mas, infelizmente, a política de segurança pública adotada é sem prioridade, sem aplicar recursos. Para fazer segurança pública funcionar tem de ter investimento, tem de aparelhar bem, tem de pagar bem o policial, tem de ter bom armamento, tem de estar preparado para enfrentar a criminalidade. O que vemos a cada dia é que os bandidos perderam o respeito ao enfrentamento com os policiais.

Gostaria de parabenizar V.Ex^a, deputado Pedro Tavares, que mais uma vez volta à tribuna desta Casa na noite de hoje trazendo dados concretos, mostrando que estudou e conhece profundamente a realidade do Estado da Bahia, trazendo dificuldades enfrentadas em cidades do Oeste do nosso Estado, do Sul do nosso Estado, do extremo Sul, mostrando também que V.Ex^a conhece a realidade do nosso Estado, e estudando os seus problemas. Gostaria de aproveitar essa oportunidade e

me associar às suas palavras e dizer parabéns a V.Ex^a pelo brilhante pronunciamento desta noite.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Muito obrigado, deputado Leur Lomanto Júnior. Quero incorporar o aparte.

Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a falou muito da propaganda do Estado, a questão dos 7.000 km de estrada. Na propaganda parece que todas as estradas do Estado, deputado Sandro Régis, estão perfeitas, que a Bahia é um tapete.

Quero mostrar aqui alguns trechos. Manda o governo do Estado ir lá para ver, manda qualquer parlamentar ir lá, deputado Gaban, para ver se esse trechos: BA-156, que liga Caturama a Botuporã, Botuporã a Tanque Novo é uma vergonha; a BA que liga Mutuípe a Amargosa também é uma vergonha; a BA 210, já falei; a BA, deputado João Carlos Bacelar, que liga Valença a Nazaré, importante corredor turístico que vai dar em Morro de São Paulo, Maraú, Barra Grande, em várias cidades importantes da Bahia; a estrada que liga Itacaré a Taboquinhas também é uma importante estrada do nosso Estado; o governo chegou lá, deputado Leur Lomanto, colocou as máquinas, fez a terraplanagem e sumiu. Tem mais de 6 meses que sumiu, ninguém sabe para onde foram essas máquinas. Vai recomeçar, vai recomeçar, vai recomeçar e não recomeça nunca; a estrada, deputado João Carlos Bacelar, que conhece bem e utiliza frequentemente, se quiser voltar a Piraí do Norte, a estrada de Gandú a Piraí do Norte, enfim, diversas estradas da Bahia estão em péssimas condições e este governo diz que está tudo bem, que está fazendo tudo, mas isso só na propaganda.

É por isso que o Ibope diz, deputado Marcelo Nilo, que o governo Wagner ocupa a 19^a posição entre os 27 Estados do país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Herbert Barbosa pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Sr. Presidente deputado Carlos Brasileiro, que no momento preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, dando continuidade a todos esses argumentos e a todas essas críticas que por ocasião da discussão desse projeto a bancada de Oposição tem trazido à baila, quero dizer ao deputado Pedro Tavares que a questão da violência, que V.Ex^a tão bem colocou aqui, não é privilégio de apenas alguns municípios. No município de São Desidério, bem recentemente, os bandidos invadiram a cidade, metralharam a delegacia de polícia, sitiaram os policiais, assaltaram o Banco do Brasil, instalaram o terror na cidade durante uma noite inteira e fizeram o que pretendiam fazer.

O aparelhamento policial, hoje, não é suficiente para combater a excessiva violência que acontece no nosso Estado. Muitos que usaram esta tribuna anteriormente, fizeram menção a alguns gastos excessivos e sem muito fundamento, a exemplo do que foi noticiado sobre as transferências milionárias feitas para algumas ONGs, para prestarem ou substituírem o Estado na prestação de alguns serviços

essenciais.

Sem entrar muito no mérito da questão, nós estimamos que os valores envolvidos nessas operações, nessas transferências de recursos são vultosos para um Estado que está, deputado Tom Araújo, em dificuldade financeira – todos nós sabemos disso. O Estado reconhece isso, mas, na outra ponta, acaba fazendo essas transferências como se estivesse com as suas finanças em bom estado.

Gostaria de fazer, mais uma vez, aqui, alguns esclarecimentos a respeito da Região Oeste da Bahia. Por que da Região Oeste da Bahia? Porque, além de ser a região que eu represento, é uma região, diferentemente de algumas regiões menos privilegiadas no nosso Estado, que, pelo que produz, contribui sobremaneira com a arrecadação do Estado. Citei, aqui, no meu pronunciamento anterior, que São Desidério, segundo dados do IBGE, no ano de 2012, foi o município que individualmente mais produziu riquezas no campo, gerando uma riqueza bruta estimada da ordem de mais de R\$ 2 bilhões. Se aplicarmos uma alíquota de 17% de ICMS, o município gerou para o Estado alguma coisa em torno de R\$ 300 milhões de receita só com o recolhimento do ICMS. O município de São Desidério, assim como outros municípios do Oeste da Bahia, não tem recebido de volta a devida atenção por parte do governo do Estado.

Recentemente, acompanhei o prefeito de São Desidério numa visita ao secretário de Agricultura, Eduardo Salles, propondo ao governo uma parceria, através da Secretaria de Agricultura, para a construção de um frigorífico no município de São Desidério para atender à região. O município de São Desidério se dispunha a fazer uma parceria e a participar da construção com a doação do terreno e outros itens para viabilizar essa obra, mas ouvimos do secretário que o orçamento anual da Secretaria de Agricultura para investimentos é da ordem de R\$ 1 milhão em todo o Estado da Bahia.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERBERT BARBOSA:- V.Ex^a está inscrito, deputado Gaban. Concederei o aparte a V.Ex^a.

Acompanhei o prefeito de São Desidério, que tem lutado para construir um polo industrial, a infraestrutura que possa atrair empresas para o nosso município, e nós procuramos o órgão do governo do Estado que auxilia, deputado João Carlos Bacelar, a Sudic, na pessoa do Dr. Emerson, para ver em que o Estado poderia auxiliar o município São Desidério na implantação desse centro industrial. Ouvimos do diretor da Sudic que o Estado não tem recursos, este ano, para sequer pagar as diárias dos seus técnicos para se deslocarem ao município de São Desidério e fazer uma avaliação de localização de um distrito industrial. No município de São Desidério existem várias estradas vicinais que tem dinheiro para realizar parceria com a prefeitura e produtores de São Desidério para asfaltar uma estrada vicinal.

No Município de São Desidério existem várias estradas vicinais que são responsáveis pela escoamento, deputado Zé Neto, da produção agrícola local. Há uma determinada estrada, deputado Zé Neto, que, sozinha, atende a propriedades que

somam 100 mil hectares de terras produtivas.

Os produtores à margem dessa estrada vicinal se reuniram e, juntamente com o prefeito de São Desidério, vieram ao secretário de Infraestrutura, Otto Alencar, deputado Gaban – veja bem, uma estrada vicinal que contempla 100 mil hectares de terras produtivas no Município de São Desidério –, propor uma parceria para a pavimentação asfáltica do trecho. A prefeitura de São Desidério entraria com 1/3 do custo, os produtores rurais com 1/3, e o Estado também entraria com 1/3 para a construção da estrada. Ouviram do secretário de Infraestrutura que o Estado não dispõe de recursos. Ele chamou um assessor e mandou incluir a obra em um dos programas de financiamento. Se isso acontecesse, o Estado até poderia participar da obra.

As sedes dos municípios de São Desidério e Catolândia estão distantes cerca de 12 quilômetros, e o Estado está construindo a interligação entre as duas cidades com pavimentação asfáltica. Por incrível que pareça, o Município de São Desidério está conseguindo fazer uma obra de pavimentação asfáltica, ligando a sede a um distrito, com 8 quilômetros de extensão mais rapidamente do que o Estado constrói a que vai ligar duas sedes de municípios, que são São Desidério e Catolândia.

Enquanto o governo, numa ponta, demonstra sobra de recursos, de facilidades para fazer transferência de recursos para ONGs, para, eventualmente ou muito possivelmente, prestar um serviço de substituição ao que seria atribuição do Estado, na outra ponta o governo do Estado não tem qualquer capacidade de investir nos municípios daquela região, que, atualmente, contribuem muito com a arrecadação do Estado.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado Herbert Barbosa.

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Prezado amigo, deputado Herbert Barbosa, V.Ex^a, uma voz forte do Oeste da Bahia, traz uns dados que nos assustam.

São Desidério, todos nós sabemos, é um dos municípios do interior que mais contribuiu com a arrecadação do Estado. Um município rico que, além de contribuir com os impostos para aumentar a arrecadação do Estado, é um gerador de emprego e renda.

O irmão de V.Ex^a, quando foi prefeito do município, tornou -se um exemplo, tanto é que se candidatou a prefeito de Barreiras. Se não fosse o uso abusivo da máquina, seu irmão, naturalmente, seria eleito prefeito de Barreiras pelos méritos da administração que realizou num município produtivo, de uma grande dimensão territorial, mas com uma população pequena.

Vemos uma proposta de 1/3 apenas para o Estado e o restante seria arcado pelo próprio Município de São Desidério e pelos produtores. Eu receio pelos produtores, que deveriam, sim, ser incentivados, mas eles queriam, e querem, contribuir com 1/3 da obra, mas o governo não tem dinheiro! Olha que querem gastar R\$ 8 milhões para comprar *hot-dog* em Feira de Santana.

Ficamos tristes quando vemos um Paulo Câmera gastar mais R\$ 11,5 milhões em uma obra que não tem urgência nenhuma, segundo o próprio secretário que vai

utilizar o prédio, na hora em que vemos o Derba contratando, no apagar das luzes, com mais uma dispensa de licitação de R\$ 3,8 milhões, uma empresa para fazer um estudo para a ponte Salvador-Itaparica e a empresa, em sua qualificação, não tem no escopo esse tipo de serviço para o qual foi contratado, nós ficamos tristes.

Acho que V.Ex^a, que é uma voz forte naquele Oeste, deveria utilizar, se já não o fez, as emissoras de rádio. Essas coisas têm que ser denunciadas. A população de São Desidério e daquela região têm que tomar conhecimento do que está acontecendo. Se uma prefeitura do porte e do tamanho da de São Desidério quer entrar com 1/3, os empresários com 1/3, o governo não pode ser parceiro? Que governo é esse? Então, a sugestão para esse assunto, volto a dizer, se V.Ex^a ainda não tomou essa providência, eu sugiro que, quando V.Ex^a for passar o período de Natal e a passagem de ano lá em São Desidério, use as emissoras de rádio, ponha os empresários, também, que são os produtores da região, para denunciar isso aí. A população tem que tomar conhecimento porque não há segurança pública.

V.Ex^a vê lá, em sua região a luta pelo presídio. Cadê o presídio, já está pronto? E o que tem de obra do governo lá, em Barreiras, um dos municípios mais importantes, mais produtivos da região? Não tem nada. O governo não ajuda na estrada, e não ajuda nem para botar os bandidos na cadeia.

Ele ajuda construindo presídio, mas fica prorrogando. Perde dinheiro do governo federal por falta de projeto e agora nega aos prefeitos da região e aos produtores daquele município importante do Oeste do nosso Estado, São Desidério, uma cooperação. V.Ex^a não foi pedir, juntamente com os produtores, para que construíssem estradas e, sim, uma parceria, e nem isso o governo fez.

Então, só resta denunciar. A população de toda a região tem que tomar conhecimento do descaso do governo com aqueles que são responsáveis pelas atividades produtivas do nosso Estado.

Exemplos dessa natureza não podemos deixar passar em branco. A população tem de tomar conhecimento. Estão aqui alguns segmentos da imprensa que são sérios, e eu sugiro que V.Ex^a também procure o atual presidente do Comitê de Imprensa aqui, na Assembleia, Levi Vasconcelos, colunista extremamente respeitado. Uma nota com o depoimento de V.Ex^a tenho certeza que Levi Vasconcelos não vai deixar de publicá-la, para que não só o pessoal de São Desidério, de Barreiras, de toda a região tome conhecimento, mas também a população do resto da Bahia.

A cada dia fico mais decepcionado e mais triste. Depois, o governo vai dizer que está fazendo uma revolução silenciosa. É tão silenciosa que só ele conhece, nenhum baiano sabe dos benefícios que tem. A região importante em que V.Ex^a é um dos maiores líderes sabe que não tem nada do governo. Ele só sabe ir lá pedir votos, como, agora, deve fazer, por ser época de eleição, mas atendimento, benefício!... Nem parceria ele faz.

Então, parabeno V.Ex^a por mais esse importante...

Até acho, deputado Herbert, com toda sinceridade, que V.Ex^a, pela forma como se comporta na tribuna, deveria usá-la mais. Todas as vezes em que presenciei o seu pronunciamento foi, acima de tudo – defendendo não só Barreiras, São Desidério,

Luís Eduardo Magalhães, toda aquela importante Região Oeste –, com dados, o que mostra a preocupação de V.Ex^a. com a atividade produtiva daquela região. Use mais a tribuna porque enriquece o Parlamento e dá o exemplo de que aqui nesta Casa há vários deputados que trabalham com seriedade, sendo o senhor um deles. Use mais a nossa tribuna porque toda vez que nela o vi utilizando o microfone o fez com muita competência, muita sobriedade, mais acima de tudo com a preocupação daquele que efetivamente foi eleito para defender os interesses daqueles que o elegeram.

Parabéns, deputado Herbert!

O Sr. HERBERT BARBOSA:- Agradeço seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. Agradeço-lhe igualmente o incentivo e o elogio dispensado ao nosso mandato.

Só a título de esclarecimento, no município de Luís Eduardo Magalhães também houve essa iniciativa dos produtores rurais, juntamente com o governo da Bahia, para fazer uma pavimentação de algumas estradas vicinais importantes. A primeira experiência tentada foi de cerca de 20 quilômetros, depois de um projeto feito e acordo firmado com o governo estadual. Mas até hoje apenas 3 quilômetros de terraplanagem foram construídos com os recursos dos produtores. A obra parou porque o Estado não cumpriu com a sua parte, e o que poderia ser um projeto piloto pioneiro que viesse a se estender a outras estradas importantes do Oeste está morrendo no nascedouro.

Passa pela mesma dificuldade São Desidério, que está com os produtores propondo botar 2/3 na construção da pavimentação asfáltica duma rodovia que contempla 100.000 ha de produção agrícola. Sem contar que entre os municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras a rodovia conhecida como Anel da Soja está literalmente acabada e precisa urgentemente de uma recuperação. Ainda naquele contato com o vice-governador Otto Alencar, nós ouvimos que o Estado não tem um centavo do Tesouro para aplicar, investir na manutenção e recuperação dessa estrada, dependendo sempre de financiamento externo para poder contemplá-la.

Eu sou dos deputados de oposição que reconhecem que o governo baiano fez um trabalho razoável na recuperação de estradas. Foi afirmado pelo próprio secretário em visita à nossa Comissão de Infra-Estrutura que 100% do que este governo gastou nisso são fruto de financiamento externo, ou seja, endividamento do Estado, sendo que até este momento o governo nunca teve do seu próprio Tesouro nenhum real para investir nessa recuperação, assim como falei no pronunciamento anterior.

Naquela outra questão, o governo da Bahia perdeu uma verba a fundo perdido do governo federal para a construção do Presídio de Barreiras, alegando que ela seria substituída por um financiamento do Banco do Brasil com o mesmo objetivo. Só que até agora não cumpriu.

Por último, quero frisar que na sua visita o secretário Nestor Duarte solicitou uma audiência pública à Câmara Municipal para assegurar o início dessa construção. E dos 19 vereadores que compõem aquela Casa apenas 3 foram eleitos pela coligação Democratas/PMDB, que teve como candidato a prefeito Zito, pois os outros 16 elegeram-se pelo partido da base governista. Mas houve a unanimidade dos 19

quando, ao interpelarem o secretário da Administração Penitenciária, todos disseram que no Oeste da Bahia nenhum político tem motivo algum para elogiar este governo porque lá não existe nada feito por ele. Todos eles, os 19 vereadores, desafiaram o titular da Pasta a dizer o que é que o governo do Estado está fazendo naquela região. O secretário teve de engolir a bucha literalmente, pois não teve o que responder. Em algum momento se alterou, achou que estava sendo ofendido, mas a realidade é que no Oeste da Bahia o Estado não tem feito nada. E volto a frisar que é uma região que produz e contribui de forma significativa para a arrecadação estadual.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ouvi atentamente aqui o discurso do deputado Herbert Barbosa e o ouvi dizer que esteve em audiência com o secretário da Agricultura, solicitando, ao lado do prefeito de São Desidério, investimento para a construção de um frigorífico lá naquela cidade. V.Ex^a esqueceu de falar a palavrinha mágica. Tenho certeza de que se V.Ex^a ou o prefeito de São Desidério dissesse que ia apoiar o secretário da Agricultura para deputado estadual, acho que você teria lá uns dois ou três frigoríficos já prontos para poder estar lá abatendo os bois da região Oeste. Mas, como V.Ex^a não falou, ele deu logo a desculpa de que não tinha dinheiro, que o Orçamento da Secretaria não tinha recursos para viabilizar os investimentos para essa construção.

Srs. Parlamentares, os deputados de Oposição sempre procuravam cobrar por parte do governador Jaques Wagner as ações, o que sempre foi feito. Procuramos fazer aqui uma comparação do Estado de Pernambuco com o Estado da Bahia, já que o governador Eduardo Campos conseguiu implementar uma política de sucesso nas áreas de Segurança Pública, Educação, Saúde; investimentos, atração de novas indústrias, e a Bahia, nesses quase 8 anos do governador Jaques Wagner, vem deixando muito a desejar em todas essas áreas que citei. Não precisamos ir muito longe mais, deputado Sandro Régis. Não precisamos ir muito longe. Eu queria que o governador Jaques Wagner, na verdade, passasse uma semana ou dois ou três dias com o prefeito ACM Neto. Basta o governador Jaques Wagner passar uma semana com o prefeito ACM Neto, que encontrou a prefeitura de Salvador com mais de R\$ 3 bilhões e meio de débitos, completamente falida, sem recursos para investimento, devendo a fornecedores, a funcionários. Em tão pouco tempo, ao chegar, arrumou a casa, implementou uma reforma administrativa, enxugando a máquina pública, diferente do que ocorreu no governo do Estado, deputado Gaban, em que foram criadas mais de trinta secretarias, um aparelhamento político, uma barganha política, dando espeço em troca de apoio da sua base parlamentar. É por isso que não dá certo. Não tem como dar certo um governo que cria, que hoje possui mais de trinta secretarias. É o aparelhamento político, cada Secretaria com um partido, o governador não detém o controle da máquina pública. Deixa solto o secretário que

faz o que quiser...

Hoje, o que a gente observa, deputado, V.Ex^a que é da Base do governo mas reconhece isso, é que a Secretaria da Agricultura, o PP comanda – está lá para trabalhar para a candidatura de deputado estadual do secretário Eduardo; está lá a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para uma ala do PT trabalhar para a candidatura do Cícero Monteiro; está lá a Sudesb do PCdoB para trabalhar para o o Bobó; está lá a Secretaria da Saúde para trabalhar para a candidatura de Jorge Solla, e trabalhar para a Bahia que é bom, deputado Sandro Régis, nada! O governo está aí para fazer política. É um aparelhamento político jamais visto na história deste Estado. Não tem governo que dê certo, porque o governo, para dar certo, precisa ter gestão. O que é que o prefeito ACM Neto fez? Reduziu, fez uma reforma administrativa, reduziu o número de secretarias, procurou nomear secretários estritamente técnicos, competentes, uma equipe jovem, compromissada com as causas públicas, pessoas respeitadas. E está aí o resultado em menos de 1 ano da administração de ACM Neto. Ele chegou, fez a reforma administrativa, implementou ações positivas na área de transparência, reduziu o número de cargos, mostrando...

Estou fazendo, Gaban, um comparativo entre o que dá certo e o que dá errado. Wagner não precisa ir a Pernambuco para saber o que é uma gestão pública. Basta passar uma semana com o prefeito ACM Neto que ele vai tomar uma aula de como se administra. Estão aí os resultados aparecendo, obra por toda a cidade, recapeamento asfáltico, um choque de gestão. Isso é competência! Ajeitou as finanças do município, que já estão equilibradas. E Salvador, no ano que vem, vai ter 2 bilhões para fazer investimento em obras.

Está aí a orla da nossa capital com uma nova cara, depois de receber uma limpeza geral, o que realmente era necessário.

Então, isso mostra a diferença de se governar. Enquanto o PT quer fazer o aparelhamento político, inchar a máquina com mais de 30 secretarias, nós do PMDB, PSDB, Democratas, PTN, PV, os partidos hoje que ajudam o prefeito ACM Neto a administrar, estamos mostrando e comparando. É essa comparação que vamos levar para as ruas no ano que vem: “Você quer este modelo do PT que está aí ou quer um modelo como o do prefeito ACM Neto e do prefeito José Ronaldo?”

Nós do PMDB temos a enorme satisfação de compor a equipe do prefeito ACM Neto. Também temos a honra e a satisfação de estar ajudando. E aqui ressalto e parabenizo o querido amigo Fábio Mota, que está lá à frente da Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística, do Ministério do Turismo. Através da força do empenho do nosso deputado Lúcio Vieira Lima e do nosso ex-ministro Geddel Vieira Lima, já conseguimos colocar aqui em Salvador recursos na ordem de quase R\$ 50 milhões, que serviram para a recuperação da orla da Barra. Ontem, o prefeito ACM Neto já assinou a ordem de serviço da reforma da Praça Cayru, ali no Mercado Modelo.

] Então, quero de público, neste pronunciamento, parabenizar o secretário Nacional de Infraestrutura Turística, Fábio Mota, nosso querido companheiro do PMDB, que tem dado uma contribuição importante para o desenvolvimento turístico de Salvador e, também, das demais localidades da Bahia. Ele tem tido um papel de

destaque à frente da Secretaria Nacional, trazendo obra, sempre trabalhando e realizando, fazendo convênios, empenhando recursos para várias cidades do nosso Estado. E isso mostra, deputado Zé Neto, que estamos no caminho certo.

Para Salvador, por exemplo, ele mandou R\$ 50 milhões...

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Não, o dinheiro já está na conta, a Barra já está sendo feita. É que o deputado Zé Neto não conhece Salvador, só fica em Feira de Santana atrás de vender cachorro-quente, pipoca e pizza, com os carrinhos das ONGs, em vez de estar aqui percorrendo esta capital. Já foi à Barra, deputado? Sabe onde é o Farol da Barra, o Porto da Barra? Está vendo o que está sendo feito? Está gostando?...

O Sr. Gaban:- Deputado Leur...

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Concedo o aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Leur, até gostaria de pedir desculpas a V.Ex^a, que dispõe de 10 minutos e 30 segundos, pois, na realidade, é uma questão de ordem.

Meu caro presidente Marcelo Nilo – sem nenhum demérito, meu caro deputado Carlos Brasileiro –, vou fazer um questionamento, por isso gostaria que V.Ex^a assumisse a Presidência da Mesa, por gentileza. Repito, sem nenhum demérito, deputado Carlos Brasileiro, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Caro deputado, o senhor me aliviou agora.

(O presidente Marcelo Nilo assume a direção dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

A questão de ordem é no discurso? Não pode..

O Sr. Gaban:- Caro presidente Marcelo Nilo, é para V.Ex^a, eu pedi desculpas a ele.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpa, deputado, aí não permito, a não ser que ele encerre o tempo dele.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a sessão está encerrada. Encerrou a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrou por quê? Foi prorrogada.

O Sr. Gaban:- Vou formular a V.Ex^a, permita que eu formule.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ou o deputado Leur Lomanto conclui.. não posso ceder, a não ser que ele conclua. Votou, eu vi.

Tendo em vista que está no clima natalino, vou abrir um precedente para o deputado Gaban, sem permitir novamente. (Pausa)

Continua o tempo como se ele estivesse discursando.

O Sr. Gaban:- Continua o tempo. Mais uma vez desculpa, deputado Leur.

Só para termos um entendimento. Já tive o cuidado, Sr. Presidente, de solicitar ao som para que providencie a gravação do que ocorreu. Na realidade, o art. 133 do Regimento dispõe sob deliberação do Plenário os requerimentos de prorrogação de sessão, no seu inciso VII.

O presidente que estava no momento, o deputado Paulo Rangel, leu o requerimento e solicitou que fosse feita então a prorrogação. No mesmo momento, o

Líder da Oposição solicitou que fosse feita uma verificação de quórum de votação.

Pelas informações que me prestaram, Sr. Presidente – eu não estava aqui no Plenário, estava fora –, vários deputados se manifestaram dizendo que assim que foi feito o quórum, por puro engano regimental, o deputado Paulo Rangel não colocou em votação. Foi restabelecido o quórum e não botou em votação.

Solicito a V.Ex^a que consulte o som para tirar essa dúvida, porque, se o som estiver correto, a sessão está encerrada, porque não foi prorrogada. V.Ex^a consulte o som, só faça isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, tem ainda uma hora de suspensão e, em último caso, ainda tem uma sessão extraordinária...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, vou consultar, fazer os cálculos e, se não colocou em votação, entramos na extraordinária.

O Sr. Gaban:- Adianto-lhe, Sr. Presidente, que consultei Carlos, da Mesa, e ele garantiu que o horário encerrava às 5h da manhã.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É muito fácil fazer os cálculos. Foi prorrogada inicialmente por 600 minutos e teve uma suspensão de uma hora, é só calcular.

Deputado Leur Lomanto, prossiga o seu discurso que vou ouvir o som

Deputado J. Carlos, presida aqui por favor.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Fazia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma comparação do modelo de gestão de sucesso do prefeito ACM Neto, em detrimento do fracasso do governo da Bahia. E registrava aqui alguns investimentos realizados pelo nosso PMDB, do secretário Fábio Mota, que investiu aqui R\$ 15 milhões para a primeira etapa da orla; R\$ 27 milhões para a segunda etapa, sete milhões de reais para a praça lá do Mercado Modelo, dois milhões para o Mercado de Itapuã, três milhões para investimentos em sinalização turística, todos esses recursos colocados pelo Ministério do Turismo aqui para a cidade de Salvador.

A gente vê realmente uma nova cidade de Salvador, mais limpa, mais agradável, a orla sendo recuperada, o prefeito está programando uma grande festa no final do ano, três ou quatro dias de festa para alegrar a população da cidade de Salvador. Acho que o governador Jaques Wagner deveria pedir umas instruções de como governar ao prefeito ACM Neto.

Com um aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Leur Lomanto, quero parabenizá-lo por este grande pronunciamento hoje, quase às 5h10min da manhã do dia 18 de dezembro. V. Ex^a faz uma análise muito bem feita da forma de gestão do governo Jaques Wagner. Cada secretaria trabalha para seu partido, trabalha para fazer política e esquece de administrar a Bahia. E, aí, causa o caos, os deputados do governo ficam chateados, porque os secretários só pensam em defender seu quinhão, e a Bahia caminha a passos largos para perder todos os grandes investimentos que teve oportunidade de conquistar nesses oito anos.

Há pouco, estava lendo sobre o Porto Suape, em Pernambuco, tem mais

capacidade de investimentos do que todo o Estado da Bahia. Pernambuco é uma grande locomotiva do Nordeste, enquanto a Bahia perde este ano em turismo privado para o Rio Grande do Norte, com todo o respeito ao Rio Grande do Norte. Sempre fomos líderes no turismo no Nordeste brasileiro. Isso é reflexo dessa política errônea, a política que, em vez de investir o dinheiro, insiste em gastar 23 milhões em carrinho de cachorro quente, e isopor de picolé. E o Estado cada dia mais perdendo a guerra para a criminalidade.

Queria parabenizar V. Ex^a pelo brilhante discurso nesta madrugada.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Agradeço o aparte, deputado Sandro Régis.

Chama minha atenção algumas denúncias gravíssimas, inclusive a que o deputado Gaban trouxe sobre a construção pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação, sobre uma dispensa de licitação na ordem de mais de 53 milhões de reais. A obra tinha sido licitada e uma empresa ganhou pelo valor de 42 milhões de reais, uma empresa séria, grande, conhecida em todo o estado da Bahia. Logo depois se cancela a licitação, faz uma dispensa de licitação e acrescenta 11 milhões de reais a mais nessa obra. E ninguém fala mais nisso. O governo não dá explicação, a explicação que se dá é que é uma taxa de aceleração da obra, um negócio descabido, sem sentido. Ninguém traz uma explicação convincente, não se cancela a obra. O deputado Gaban foi feliz, porque, se realmente não for cancelada essa dispensa de licitação, tem que se tomar providências. É uma aberração um negócio desse .

Saiu no Diário Oficial, hoje, deputado J. Carlos, uma dispensa de licitação para a cidade de Feira de Santana, contemplando umas ONGs para ser aplicado recurso na compra de carrinhos de cachorro quente e de pizza, enfim, coisa que não tem o menor sentido e o governo deixa de pagar a fornecedores, a empreiteiros. Têm empreiteiros, prestadores de serviços que estão há dois, três, quatro anos sem receber. Ouvi ali falando das obras de São Joaquim, disseram que os empreiteiros estão lá quase falidos, têm dois anos que não recebem uma fatura.

Vou dizer, se eu conhecer, vou procurar ele: você esqueça a obra, vá montar uma ONG, que rapidinho você vai ver a cor do dinheiro, porque este governo, meu caro e querido, dileto amigo Leleto, neste governo o negócio é ONG. O deputado Luciano Simões aqui já falou isso várias vezes desta tribuna.

Realmente, enquanto deixa de pagar os profissionais da educação, deixa de pagar os prestadores de serviços, enquanto isso a gente vê um gasto completamente desnecessário do dinheiro público, deputado Luiz Augusto.

Como é que se faz uma obra de 53 milhões de reais? São 10 milhões de reais a mais do que a empresa ganhou. A empresa ganhou com 40 milhões. Se cancela uma licitação e ninguém fala nada mais. Se a Oposição não ficar aqui em cima, denunciando, cobrando que seja apurada essa denúncia, o governo vota, o deputado Zé Neto não falou mais nada. Que fim deu, deputado Zé Neto a denúncia da secretaria de ciência e tecnologia?

Se não fala mais nada, eles enrolam, jogam para baixo do tapete, tapa, bota para lá e vamos embora. Realmente, é uma coisa gravíssima, uma denuncia gravíssima

dessa natureza e não trazem nenhuma explicação convincente.

Isso é a cara desse atual governo. A falta de compromisso, de prioridade, de planejamento, de competência para governar o Estado da Bahia. Mas, graças à Deus os dias estão contados, a nossa hora vai chegar para trazermos uma nova dinâmica para o nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Antes de iniciar, propriamente meu discurso, queria chamar a atenção dos membros da Bancada da Oposição, porque estamos acostumados, deputado Bruno Reis, deputado Leur, deputado Tom, deputados da Bancada de Oposição, a votar aqui em regime de urgência e assim que procede, termina a discussão do projeto, passa-se para parte dos encaminhamentos. Geralmente, os líderes têm direito a 5 minutos, cada um dos deputado têm para encaminhar por mais 2 minutos e meio.

Acontece que este projeto que estamos votando não está em regime de urgência, portanto, cada líder dos blocos da Oposição, mais o Líder da Minoria tem direito a falar mais 10 minutos e cada um dos deputados mais 5 no encaminhamento da votação. E que não saiam, porque nós temos depois da votação do projeto, na pauta da ordem do dia, seis requerimentos de urgência e cada um desses seis, cada líder pode encaminhar por 5 minutos.

Portanto, nós vamos ter mais umas quatro horas de sessão. É importante que os companheiros estejam todos presentes para que terminemos a manhã perfeita. Eu assisti os discursos, tenho acompanhado a movimentação política do Bloco do Governo, que tenta fazer, não é deputada Ivana? Hoje o PSD, a gente viu algumas cenas, como a prefeita Jusmari que foi defenestrada do cargo de prefeita pelo PT. Dizia que estava rompida e hoje estava lá abraçando, naquele abraço de crocodilo.

Mas não sou daqueles que acham, como a maioria dos governistas, que não falam aqui na tribuna, mas falam nos corredores, que a eleição é perdida, porque o candidato é fraco, o candidato não tem carisma, o candidato não conhece as lideranças. Eu sou daqueles que acredita que qualquer candidato do governo perderia as eleições, não só Rui Costa, porque o que fracassou é o projeto, é o momento.

Ontem, em interessante coluna, foi publicada...

O Sr. Zé Neto:- (Inaudível).

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- V.Ex^a quer um aparte, nobre deputado Zé Neto? Se V.Ex^a quiser, eu tenho todo o prazer de lhe dar o aparte.

Então, ontem foi publicada, no jornal *O Estado de São Paulo*, uma coluna interessante analisando a última pesquisa de opinião do Ibope, que é justamente no mês de dezembro que antecede as eleições gerais, comparando com a pesquisa do Ibope, 2009/2010, e que era exatamente dezembro que antecedia às últimas eleições, e mostrava que o cenário de 2009 apontava para um cenário de continuidade dos

governos. E fez uma seguinte análise: apontando a soma do ótimo e bom dos governantes e descontando-se o percentual de ruim e péssimo, aqueles que ultrapassaram 30 pontos de diferença do ótimo e bom para ruim e péssimo ou se reelegeram ou elegeram os candidatos que o apoiaram. Aqueles que ficaram na faixa de 18 a 30, de 7 candidatos que ou foram candidatos a reeleição ou apoiaram sucessor, apenas 1 se reelegeu, e de 18 para baixo todos eles perderam, sobretudo aqueles que tinham índice igual ou menor, do ruim e péssimo, com relação ao ótimo e bom.

E aí, o colunista passou a fazer uma comparação, com recente pesquisa do Ibope, de Estado por Estado, para demonstrar uma tendência de mudança na intenção de voto do eleitor, e dizer que é mantida as mesmas condições, que eram favoráveis na eleição passada, e que ele acha que não é agora, só 4 governadores ultrapassam a diferença de 30 pontos percentuais, em relação ao ótimo, bom e melhor do que o ruim e péssimo. Dos 4, dois não podem ser candidatos, que é o governador de Pernambuco, que está eleito e vai ser candidato a presidente, e o governador do Amazonas, que era vice do Eduardo Braga, assumiu, foi à reeleição e que tem essa condição e não pode ser mais candidato. Fora isso só mais 2 podem pleitear com um nível de conforto, de segurança. Abaixo deles vêm 7, e que se comparar com aqueles que estavam na relação passada na mesma situação, de 7 só um se reelegeu. Nesse estágio está o governador do Rio Grande do Sul, está o governador de São Paulo, que vai enfrentar a eleição mais difícil da vida dele, lá em São Paulo, Geraldo Alckmin, e estão outros governadores, eu me esqueci, mas entre os primeiros está o Beto Richa, do Paraná.

E depois desses aí, nos quais se insere o da Bahia, na situação de que todos os que estavam naquela mesma situação, na eleição passada, perderam as eleições, e olhem que o clima na eleição passada era de continuidade.

Portanto, eu sou daqueles que acha que não é porque o candidato deles é ruim de se expressar, é ruim de conhecimento, é ruim de empatia, é ruim de carisma, que vai perder as eleições. Ele podia ser tudo isso, se a intenção do povo fosse aprovar o governo, e um governo de continuidade poderia caminhar para vencer as eleições. Acontece quando o governante está muito forte, como por exemplo, Aécio Neves, na eleição passada, que fez com Antonio Anastasia, que veio da iniciativa privada, não tem nenhum cacoete de político, mas terminou se elegendo em função de um governador muito forte.

É o que aconteceu com o presidente Lula, que elegeu a presidente Dilma, que também não tinha nenhuma cancha de política. É o que aconteceu com o governador Eduardo Campos ao eleger o prefeito de Recife. É o que aconteceu com o governador do Ceará ao eleger o prefeito de Fortaleza.

Essa não é a situação da Bahia.

Na Bahia, temos um governador que se elegeu, em seu primeiro mandato, escorado numa eleição segura do presidente Lula, com o discurso de que como amigo e aliado do mesmo partido do presidente Lula teria condições de fazer muito mais pelo estado do que um adversário.

Diga-se de passagem, era um adversário bem avaliado! Àquela época, o governador Paulo Souto tinha 42% de ótimo e bom e 11% de ruim e péssimo e perdeu as eleições! Mas a intenção da mudança já se mostrava, meu caro deputado João Carlos Bacelar, quando fazíamos pesquisa, em meados de abril, e o governador Paulo Souto dava 5 pontos na frente do prefeito João Henrique. O que já sinalizava uma intenção de mudança do eleitor.

Equivocadamente, os líderes de nosso grupo, o governador Paulo Souto e o então senador Antonio Carlos, conseguiram construir uma parceria com o prefeito da capital, dando condição a ele de tocar a prefeitura, de sorte a continuar exercendo o seu mandato para não disputar as eleições do estado.

Criou-se um clima de que já tínhamos ganhado. Tínhamos um governador com quase 80% de aprovação da sua administração e contra ele concorria um candidato que não era baiano, que vinha de uma derrota para a prefeitura de Camaçari e que, como ministro do presidente Lula, tinha apenas uma missão: fazer o palanque do presidente Lula na Bahia. Esta era a missão do Sr. Jaques Wagner.

E o tempo mostrou que quando a vontade é a de fazer mudança, não adianta. Nós tínhamos quase 400 prefeitos e um grupo político muito maior. Tínhamos, como satélites, as mesmas legendas que são, hoje, satélites do PT e que serão assim em qualquer governo: PTB, PP, PR e, agora, o PSD. São os partidos satélites que ficam em torno de qualquer governo que ganhe as eleições. E o *staff* mostrou que nós estávamos equivocados.

E a história se repete com as mesmas características, pois só mudam os atores! As sinalizações de vontade da mudança do povo vêm aos poucos e vieram agora da mesma forma que aconteceu na eleição passada. A vontade partiu, sempre, dos grandes centros para os menores. Naqueles lugares onde tivemos a capacidade de nos unir e de apresentar o candidato mais competitivo, dando tempo de televisão e tempo de rádio, nós ganhamos as eleições e as ganhamos bem.

Não adiantou a união dessa quantidade de todos os partidos, aqui, em Salvador, com a presença, por várias vezes, do presidente Lula, da presidente Dilma, porque a vontade de mudar do povo de Salvador fez com que ACM Neto fosse eleito prefeito.

Não adiantou juntar todos os partidos da Base do governo contra o prefeito José Ronaldo, porque, lá, ele teve a capacidade de, já no primeiro turno, diferentemente de Salvador, construir alianças com os partidos de oposição que deram a ele uma condição melhor para disputar as eleições. E, lá em Feira, José Ronaldo ganhou com 70% dos votos contra todas as estruturas, quais sejam, a máquina do governo, a presença do presidente Lula e tanto mais quanto houve.

Em Itabuna, não ganhamos as últimas eleições, porque não tivemos a mesma capacidade de unir. Mas, em um colégio eleitoral daqueles, tivemos uma derrota mínima de mil votos. Em Vitória da Conquista também, foi uma eleição apertadíssima contra uma hegemonia de mais de 16 anos do PT, porque não tivemos a capacidade, também, de unir. A mesma coisa aconteceu em Barreiras.

Mas as cidades grandes, todas elas, já mostraram o sentimento de mudança dos eleitores. E agora, quando eu digo que a história se repete, e se repete mudando apenas

o nome dos atores, com ACM Neto que hoje simboliza, é o ícone maior das oposições, apresenta em todas as pesquisas de intenção de voto quase 60% da intenção dos votos.

Interessante que chega num município como o meu, deputado João Carlos Bacelar, no qual ele foi a primeira vez este ano levado por mim, na minha filiação, não havia ido, nunca fez política, nunca deu entrevista em rádio. Parecia um ator de cinema, um cantor sertanejo quando chegava. E nós não entendíamos. Será que aquilo é força do ACM Neto ou é a força da mudança chegando? Em Salvador, 60% das intenções de votos na pesquisa. É de ACM Neto ou é a vontade de mudança? E eles ficam tentando se enganar dizendo: Ah, se fosse o ACM Neto a gente perdia, estavam perdidas as eleições. V.Exª sabe, Zé Neto, quantas vezes...

O Sr. Zé Neto:- Mudança? Que mudança? É retrocesso.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- V.Exª não sabe que o povo quer é mudar para a competência. E agora nós temos a vitrine para mostrar. Nós temos os dois maiores prefeitos da Bahia. O povo vai ter a oportunidade de comparar um governador que pegou o Estado equilibrado e quebrou o Estado.

Ontem, deputado João Carlos Bacelar, que teve o privilégio de ser secretário da Educação e trabalhar com o prefeito ACM Neto, o prefeito ACM Neto convocou a APLB e chamou a presidente e disse: Eu podia fazer diretamente, mas quero prestigiar o sindicato. Pediu para convocar para o dia 26 uma reunião com todos os professores da rede municipal de Salvador. E eu não vou adiantar, apesar de saber, V.Exª também sabe do que se trata, mas os professores e os funcionários municipais vão perceber que eles estão entre os três melhores remunerados do Brasil.

Como é que se trata bem o funcionário público? O professor de Salvador vai ter tudo o que é negado ao professor do Estado. E, no dia 26, vão ter um grande presente de Natal dado pelo prefeito ACM Neto e sabem por quê? Porque diferente do governador que pegou o Estado equilibrado e quebrou o Estado, nós temos um prefeito em Salvador que pegou a prefeitura quebrada, mas escolhendo gente competente, ao invés de seus amigos e arrecadadores de campanha como é o caso do Sr. Carlos Martins, ele foi buscar em São Paulo o melhor secretário da Fazenda do Brasil para ser o seu secretário da Fazenda; ao invés de pegar um sindicalista como esse Rui Costa que não conhece nada de gestão de Estado, ele foi buscar na iniciativa privada uma pessoa da capacidade do Sr. Albérico Mascarenhas que empresas multinacionais tentam trazê-lo para trabalhar na sua empresa; e ao invés de colocar um médico na Infraestrutura que não sabe medir a largura de um *ferryboat*, ele foi buscar um engenheiro capacitado, que veio da Chéfs, admirado, para ser o seu secretário da Infraestrutura que é o José Carlos Aleluia. Ele é político, mas é preparado, um dos melhores nomes do Congresso Nacional. E é isso que faz a diferença.

E o ACM Neto não fez campanha política com o contracheque do servidor no bolso fazendo promessa do que não poderia cumprir. Mas em função das suas economias, em função do que pode fazer até agora, vai dar, no dia 26 de dezembro, de presente de Natal o maior presente que um servidor público de qualquer município

do País já recebeu. Ele vai anunciar dois presentes, no dia 26 de dezembro, para dar exemplo para esse governo. Quando se é competente, quando se sabe gerir o Estado, os recursos aparecem. Acaba o ralo, não tem corrupção como essa de Paulo Câmara que desviou 11 milhões numa tacada só, que já deveria estar preso, o secretário da Segurança mesmo admite. Então ele não permite, não rouba, não deixa roubar como é nesse governo do PT, resultado: sobra dinheiro para fazer as coisas, para melhorar a condição de vida do funcionário público, que já tem a melhor remuneração do Brasil, e aí vamos poder comparar a gestão. Foram 7 anos para, agora, tentarem pongo em obras do governo federal, 7 anos para falar em mobilidade. E o prefeito ACM Neto, em menos de um ano, está recapeando Salvador inteira. E o ano que vem Salvador será um canteiro de obras da prefeitura. Sai de um orçamento de 4.5 bilhões para 6.7 bilhões, 2.2 bilhões a mais de investimentos com recursos próprios. Mas já garantindo um bilhão e meio de convênio, já garantindo 2 bilhões de empréstimos que vão ser tomados. Ele já tem garantido 7 bilhões para investir ao longo dos próximos 3 anos. Capacidade de investimento que, infelizmente, o governo do Estado não tem, porque é mal gerido.

É essa a comparação. Não adianta falar em retrocesso, não, deputado Zé Neto, porque o que vamos comparar é a administração do prefeito ACM Neto com esse governo perdulário que está aí. Que gasta mal, que deixa roubar, que toda secretaria faz o que quer, que permite um secretário como esse, de Ciências e Tecnologia, que envergonha a classe política, que já devia estar preso e algemado. Rouba às claras! Mandou uma justificativa por escrito – e aí admiro o Líder do governo que não teve coragem de ler, porque o deputado Zé Neto é um homem de bem. Deputado Marcelo Nilo, presidente, que é um dos orgulhos deste Parlamento, nós, do Democratas, somos diferentes, porque pegamos o Arruda roubando e botamos para fora; pegamos o Demóstenes roubando e botamos para fora. O PDT está vendo Paulo Câmara roubando e não faz nada. Roubando escancaradamente.

O Sr. Marcelo Nilo: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Permito, tenho todo o prazer de ser aparteado por V.Ex^a.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado, acho que V.Ex^a está sendo muito duro com o deputado Paulo Câmara. V.Ex^a o está acusando com muita rigidez, chamando o cidadão de ladrão. Peço vênia a V.Ex^a, mas o deputado Paulo Câmara não tem outra alternativa a não ser abrir um processo para que V.Ex^a prove que ele está roubando. Acho que não há outra alternativa.

Respeito muito V.Ex^a, tenho um apreço muito grande, acho que é um deputado de valor, mas o Líder da Oposição utilizar a tribuna para chamar um secretário de Estado de corrupto e ladrão, que foram as palavras que usou, se eu fosse o secretário Paulo Câmara não teria outra alternativa a não ser processá-lo para que provasse que era ladrão. Tenho certeza que V.Ex^a não tem como provar. Se V.Ex^a provar que ele é ladrão, pode ter certeza de que o partido adotará as providências. Confio no secretário Paulo Câmara, acho que é um homem íntegro, pode ter cometido um equívoco. Se foi cometido um equívoco técnico, pode ter certeza que consertará. Agora, chamar o

secretário de ladrão é uma palavra muito dura para um deputado do quilate de V.Ex^a.

Não tenho outra alternativa a não ser comunicar ao secretário Paulo Câmara para que ele adote as providências jurídicas, porque não há outra alternativa. No dia em que eu chegar na tribuna para chamar um secretário de ladrão, tenho que provar. Desafio V.Ex^a a provar que o secretário é ladrão. Se V.Ex^a provar, pode ter certeza que ele não ficará no partido. Agora, se V.Ex^a não provar, gostaria que pedisse desculpas ao colega. É um deputado querido nesta Casa, um secretário de Estado que honra muito meu partido. Gostaria muito que V.Ex^a retificasse essas palavras, sei que foram ditas num momento de tensão, tendo em vista que é um deputado combativo, atuante. Mas nunca vi aqui um deputado chamar um secretário de ladrão, como V.Ex^a chamou. Peço vênia a V.Ex^a para pedir que faça, realmente, uma retificação. A não ser que tenha provas concretas. Se tiver, gostaria que mandasse essas provas para mim. Faço um apelo a V.Ex^a, mande as provas concretas de que o secretário é ladrão. Porque tenho certeza absoluta de que cometeu um equívoco.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Presidente, tem uma coisa no Código Penal que se chama exceção da verdade. Estou louco para ele me processar para eu provar que ele é ladrão. Inclusive eu e o deputado Gaban já representamos ao Ministério Público algumas provas, porque fraudar licitação, fazer dispensa de licitação onde não existe, cobrar taxa de aceleração de obra, isso para mim é roubo.

Tenho consciência do que falo aqui. Disse várias vezes aqui que o secretário de Segurança mandou prender o Comandante-Geral da Polícia Militar e devia ter mandado prender ele também em flagrante. Eu mesmo já representei o Ministério Público e assinei junto com o deputado Gaban a representação pelo crime contra licitações e crime de desvio de recurso público. Não tenho dificuldade nenhuma. Vou dizer a ele quando estiver aqui na frente do mesmo jeito que estou colocando.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Nobre deputado, para concluir, por favor.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Está envergonhando a classe política e também o governo que não toma uma providência com o que está aí fartamente demonstrado, com provas, porque não faço uma denúncia desse tipo se não tiver provas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Sr. Presidente, eu quero publicamente pedir desculpas ao deputado Gaban, porque induzi o deputado a um erro. Não tive má fé, mas não vi o deputado Paulo colocar o projeto em votação e aí relatei ao deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Nós compreendemos que V.Ex^a não estava atento, deputado João.

Encerrada a discussão do projeto, vamos encaminhar a votação do PL 20.505/2013.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Chamamos o deputado Carlos

Gaban, como Líder da Bancada do DEM, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, às cinco e meia da manhã o deputado Zé Neto está com urgência agora? Lembre-se, deputado Zé Neto, que o Líder Elmar Nascimento propôs às 10 horas da noite que encerrássemos a discussão do projeto que agora ainda está sendo discutido. V.Ex^a está nervoso. Querer acelerar agora? Deputado Zé Neto, não fique nervoso. Não sei fazer como o deputado Carlos Geilson faz, senão eu faria.

Gostaria de ver o deputado Zé Neto agora com urgência. O Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, às 10 horas da noite de ontem, ou seja, 7 horas e meia atrás propôs a V.Ex^a que encerrássemos a discussão desse projeto que ainda estamos discutindo, votaríamos o projeto, o governo apenas teria que ter o quórum de votação e votaríamos em regime de urgência hoje às 6 horas da tarde. Até porque temos um jantar em que o presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, convidou todos os parlamentares, um jantar de conagração para quem tiver que será às 8 horas da noite. Então, viríamos para cá às 6 horas, votaríamos e iríamos ao jantar.

Então, não vejo por que, deputado Zé Neto, o motivo da irritação de V.Ex^a, muito menos pedir pressa, questionar 10 minutos. Esse é um projeto que não está em regime de urgência. O Regimento é muito claro. V.Ex^a poderia ter tido agilidade, deputado Zé Neto, às 10 horas da noite. Estava todo mundo dormindo. V.Ex^a aí com esses cabelos brancos como os meus, tão cansado como eu, não sei quem está mais cansado de nós dois, mas a aparência de física de V.Ex^a, se a minha estiver igual, estou achando que estamos iguais, estou com os olhos fechando. Vou fazer 63 anos dia 24 de dezembro agora, a idade chegando vai complicando.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a não quis o acordo, a Bancada de V.Ex^a aí até agora, quero parabenizar os deputados. V.Ex^a seguiu meu conselho, não é? Não falei que 5 horas da manhã podíamos ir para casa dormir. Cinco horas da tarde voltávamos e estaríamos aqui. A deputada Ivana Bastos é a única que está com o ar renovado, foi para casa, dormiu, tomou banho, colocou perfume, impecável na vestimenta, está aí para votar.

Estamos cumprindo com a nossa obrigação. Hoje, tenho que confessar, estávamos ali no fundo do plenário, no período em que fiquei, já tinha ouvido o deputado Paulo Rangel em outra oportunidade, e ele estava repetindo que isso é uma coisa insana ficarmos aqui até de madrugada e depois sabendo que vamos votar.” E eu comecei a rir. Ele falou: “Gaban, você não acha isso insano não?”

Bem, não é que eu não ache. O que V.Ex^a está falando agora, eu, há alguns anos, falava, exatamente, a mesma coisa para o ex-deputado Paulo Jackson. Eu dizia que era maluquice e insanidade ficarmos, aqui, durante a madrugada e, depois, teríamos número para votar. Eu perguntava por que ele ficava aqui até às altas horas, pois não havia sentido o sacrifício.

Ele dizia e vou repetir para o meu querido amigo Rosenberg Pinto. Eu aprendi a conhecê-lo e a admirá-lo pelos posicionamentos que toma. A obstrução é o último instrumento que a Oposição tem para se manifestar, porque não temos número suficiente para barganhar os votos. Ao menos, através da obstrução, podemos

manifestar a nossa indignação e o nosso protesto. Assim mostramos quando nós dissemos que a destinação dos recursos deveria ser para o Corpo de Bombeiros administrar diretamente. Este é o sentimento que vemos em todo os estados da Federação.

A Bahia não pode estar certa em continuar colocando os recursos na Fonte 00. Se todos os estados da Federação fizeram esta alteração e está dando certo, por que a Bahia vai insistir em um modelo diferente? O atual governo quer que os recursos fiquem como estão, ou seja, no caixa único do estado. Desta forma, o Corpo de Bombeiros nunca terá autonomia para, por exemplo, fazer concursos públicos, porque tem limitação orçamentária ali. O Corpo de Bombeiros não vai poder, nunca, comprar os equipamentos que a corporação necessita; aliás, não só para Salvador, pois são extremamente necessários, mas, também, para as cidades do interior. A escada Magirus de que se dispõe hoje não atende a alguns prédios em caso de incêndio.

Não há estrutura de corpo de bombeiro em 397 município da Bahia, já que temos 417 municípios. E, em apenas 40 municípios, há Corpo de Bombeiros. Em muitos locais desses 40, com exceção de Salvador e Feira de Santana, naturalmente, não há a estrutura necessária. Há, apenas, um ponto de apoio do Corpo de Bombeiros, mas não se resolve o problema sem os equipamentos necessários.

Então esta é a nossa manifestação. Se ela é cansativa para a Base do governo, pra nós, da Oposição, V.Ex^a tem de entender, esta manifestação é muito mais cansativa. V.Ex^a fica aí. É chato. Não dorme. Dá uma cochilada às vezes, como todos nós. Mas V.Ex^as ficam, mais ou menos, desligados. A Situação só fica ligada durante as verificações de quórum. Nós, não. Nós, além de ficarmos acordados, temos de nos pronunciar. São os desgastes naturais.

(O celular do Sr. Gaban toca.)

O Sr. GABAN:- Olha, aqui é a minha esposa ligando e me dando bronca, deputado Zé Neto. Não é só V.Ex^a quem vai levar bronca. É a minha esposa ligando, preocupada, às 5h30min da manhã. Sabe, deputado Zé Neto, nós acordamos a esta hora em casa, eu e a minha esposa, para irmos à academia. Eu acordo às 5h45min todos os dias. Vamos à academia juntos. Acho que o despertador tocou e ela não me viu e disse: “Cadê, meu marido?”

Nós pedimos, inclusive para as deputadas, principalmente, desculpas. É terrível vermos as senhoras, nossas colegas, ficarem até agora e até a uma hora desta em regime de plantão aqui quando há a preocupação de seus maridos e filhos. Isso é desgastante. Mas este é o único instrumento que temos: obstruir para mostrar a nossa indignação.

Também, deputado Zé Neto, olhe para mim, por favor, pois não vou brincar não, vou falar sério. Logicamente, nós fazemos algumas brincadeiras e provocações com V.Ex^a. Mas é duro ser líder. Esta posição de Líder de Bancada de governo não é fácil. Hoje, inclusive, ouvimos alguns comentários dizendo que é aquele que está usando o prestígio pessoal para auxiliar e, no dia da votação, não vem. É duro! E tudo vai nas costas de V.Ex^a. E peço nossas desculpas porque, às 5h30min da manhã, fazemos essas provocações até para distrair, pra ver se nos mantemos acordados. Mas

o sacrifício é de todos. A reclamação que as senhoras têm de seus maridos são normais.

A minha esposa está aqui ligando. Sou muito família também. Passei a minha vida, extremamente, dedicado à minha família. Tanto isso é verdade que, sempre, durante toda a minha vida, almoço em casa todos os dias. Durante os vários cargos que tive a honra de exercer, mas o almoço, tudo mundo sabe, meio-dia vou para a minha, porque é a hora que tenho com a minha mulher, tinha com meus filhos – agora estão todos crescidos, dois em São Paulo e um aqui. Eram os momentos que eu tinha. Acho que se não preservarmos a família que temos e esses valores, chegar, almoçar em casa todos os dias... É raro eu almoçar na Assembleia. Quantas vezes vocês já me viram almoçar na Assembleia? Em 20 anos, talvez, eu tenha almoçado umas quatro ou cinco vezes. Não almoço! Almoço em casa, que é o local. Sinto que os maridos e as esposas de V.Ex^{as} estão extremamente preocupados. A minha esposa acorda cedo, porque vamos à academia. Por isso que já me ligou, é o horário que acordamos em casa.

Desculpe-me, Zé Neto, as brincadeiras. V.Ex^a sabe que no fundo do coração temos respeito mútuo. Sabemos as dificuldades que é ser Líder de uma Bancada de governo, uma Bancada grande como essa, mas são ossos do ofício. Pelo menos V.Ex^a está cheio de obras do governo, naturais para quem é Líder um desgaste danado, mas isso faz parte. E nós, não é, deputado Adolfo, também vamos fazer a nossa parte de obstrução, mostrando a nossa indignação. Muitas das nossas sugestões têm sido acatadas por V.Ex^a, deputado Zé Neto, que naturalmente encaminha ao governo. Outras, como essa do Corpo de Bombeiros, infelizmente não se pôde fazer a modificação que gostaríamos. Por isso que houve essa obstrução até esse horário da madrugada. Vamos continuar o nosso trabalho. Espero que ainda possa surgir a luz do Natal, é meu aniversário e da minha esposa no dia 24, coincidentemente...

A Sr^a Ivana Bastos:- É o dia do meu aniversário também.

O Sr. GABAN:- Seu também? Não brinque! No dia 24? Eu e minha mulher fazem, os aniversário no dia 24 também. Vamos comemorar, capricornianos que somos. Que o espírito natalino ilumine o Líder do governo, que ele seja mais maleável e não judie tanto a nossa oposição ao governo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Encerro, meu caro presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP, deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Hoje, tive a oportunidade de ver o Vice-Líder da Bancada de Oposição, deputado Gaban, fazer nesta tribuna vários pronunciamentos. Eu gostaria de acompanhá-lo nesse último pronunciamento, em que parabeniza todos os deputados desta Casa, inclusive os da base do governo que procuram cumprir o papel deles para que o governo possa aprovar os projetos.

E, de forma muito especial, cumprimento os meus colegas da Oposição, que,

hoje, fizeram uma discussão dos projetos de forma bastante diferenciada. Digo isso porque, neste Plenário, tivemos a oportunidade de no decorrer desta sessão, que começou no início da tarde de ontem, terça-feira, e já são 5h50min de quarta-feira, deputado Leur Lomanto, gostaria, de fato, de parabenizar essa aguerrida Bancada da Oposição, que hoje fez uso desta tribuna, deputado Gaban, para apontar os problemas do governo do Estado da Bahia. Problemas esses que chamam a atenção da população, que criam um desconforto em alguns setores do nosso Estado.

Ouvi vários pronunciamentos de deputados de forma repetitiva, como o da saúde do Estado, que nos preocupa, e muito. Digo isso porque todos os parlamentares que se encontram aqui têm uma condição diferenciada, pois no momento da dificuldade têm acesso ao hospital particular. E na figura de um deputado e de um familiar mais próximo há toda uma condição diferenciada de ter um atendimento particular.

De fato, deve ser muito ruim, muito angustiante uma pessoa precisar de um atendimento médico, ver um amigo ou familiar nessa situação precisando de um atendimento médico e, ao bater na porta do hospital, se deparar com as portas fechadas.

Essa obstrução que já percorre mais de 10 horas sem parar tem um objetivo. Não estamos aqui pelo simples fato de desgastar a bancada governista, até porque o mesmo desgaste imposto aos deputados da base também é imposto aos deputados de Oposição, mas fico com a sensação de que estamos, de alguma maneira, chamando a atenção do governo do Estado para esses graves problemas que acontecem no Estado da Bahia.

Ao falar da saúde, falo também da segurança pública que foi um tema, deputado João Carlos Bacelar, exaustivamente falado desta mesma tribuna. De fato, é um problema que deixa a população do Estado da Bahia muito preocupada porque as pessoas estão, diariamente, a sofrer com o Estado inseguro. Digo isso porque vários exemplos foram citados aqui de sucessivos assaltos, sucessivos arrombamentos a bancos, numa demonstração clara de que o governo precisa fazer mais investimentos nesta área da segurança pública.

Aproveito também este pronunciamento para chamar a atenção da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, porque não tenho dúvida que existem aqui diversos projetos de lei que precisam ser apreciados na questão da segurança pública.

Já disse anteriormente que o problema da segurança pública não será resolvido com um projeto milagroso de um parlamentar mas, sem sombra de dúvida, na medida em que os projetos forem sendo apreciados e aprovados por esta Assembleia, não tenho dúvida de que as ações do crime organizado irão ter cada dia mais dificuldades no Estado da Bahia.

Volto a dizer que não é um projeto que vai resolver o problema da segurança pública do Estado, mas, sem sombra de dúvida, na medida em que projetos que dificultem as ações dos bandidos forem aprovados nesta Assembleia, o Estado da Bahia vai deixar de ser o destino preferencial do crime organizado.

Vou partindo para concluir o meu pronunciamento, mas não posso deixar de

falar sobre o que já foi manifestado por diversos parlamentares nesta madrugada, a competência e a capacidade do prefeito ACM Neto de transformar a cidade de Salvador em pouco tempo.

De fato, sem sombra de dúvida, ele encontrou uma cidade desorganizada, com suas finanças comprometidas. Quem andava, deputado Luiza Maia, pelas ruas de Salvador podia observar que era realmente desviando de um buraco para cair em outro. Agora, podemos observar uma cidade com o asfalto todo novo, ninguém mais precisa se preocupar em desviar de buracos, porque, praticamente, estes acabaram nesta cidade.

Assim como os buracos, acabaram também os maus contratos, aqueles que tinham uma capa de gordura um tanto exagerada. O prefeito, deputado Zé Neto, fez questão de rever todos os contratos, fez questão de ajustar as finanças do município, da capital, e hoje percebemos uma auto-estima do soteropolitano elevadíssima, por conta das obras que vêm sendo realizadas na cidade de Salvador.

Não temos dúvida de que isso tudo será avaliado em 2014, que esse modelo de gestão que vem dando certo na capital é também o modelo que precisa funcionar no Estado da Bahia. Não resta dúvida de que, se funcionou aqui...

E aí, dando o exemplo de Salvador, posso também usar o exemplo de Mata da São João, onde uma transformação foi feita pelo ex-prefeito João Gualberto. Foi uma transformação, deputada Luiza Maia, na vida das pessoas, saúde de qualidade, escola que atende 100% da população. Se V.Ex^a fizer uma pesquisa lá, o ex-prefeito saiu quase que com unanimidade, 94% de aprovação. De fato, não é para qualquer um! Para ter 94% de aprovação precisa, efetivamente, fazer um trabalho que transforme, de fato, a vida das pessoas. Ele transformou, inclusive, a vida de uma futura geração que está chegando e terá acesso à escola de qualidade e toda a condição de se preparar para o futuro que está por vir. Não tenho dúvidas de que, a partir de 2015, mas sem deixar por 2014, teremos uma realidade completamente diferente. Não tenho dúvidas de que, chegando em 2015, se a população do Estado da Bahia entender que o modelo de governar da cidade de Salvador é melhor do que o modelo, hoje, do Estado, não tenho dúvidas de que avançaremos e o Estado da Bahia voltará a ser aquele Estado da Bahia que liderava tudo no Nordeste.

Hoje, podemos ver Pernambuco! Pernambuco é como uma turbina passando pelo Estado da Bahia, e a Bahia fica apenas a ver o seu desenvolvimento. Ficamos, aqui, a nos questionar se aquela amizade, tão falada no passado, do governador do Estado da Bahia com a presidente Dilma e com o presidente Lula foi esquecida por parte da presidente Dilma, porque, de fato, essa amizade não privilegiou em nada o Estado da Bahia. A prova disso é que passamos toda a madrugada ouvindo os relatos dos deputados de Oposição que apontavam com propriedade os principais problemas do Estado da Bahia.

Não pedirei que V.Ex^a tenha mais tolerância, deputado Carlos Brasileiro, haja vista que V.Ex^a, hoje, demonstrou que, realmente, é um deputado que, quando está a frente da presidência desta Casa, sabe conduzir perfeitamente os trabalhos. Parabenizo V.Ex^a pela bela condução dos trabalhos na madrugada desta terça-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito obrigado, deputado Adolfo Viana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra S. Ex^a, o deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falarei por 10 minutos no lugar do Líder Elmar Nascimento, e ele falará pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- O deputado Elmar Nascimento está inscrito?

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, Elmar Nascimento é o Líder e tem direito a falar pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Então, V.Ex^a não fala mais, deputado Elmar Nascimento?

O Sr. Elmar Nascimento:- Na condição de Líder, tenho 10 minutos para falar. O deputado Bruno Reis falará no meu tempo e eu falarei por 5 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, os Líderes têm 10 minutos para falar. O Líder, no caso, é o deputado Elmar Nascimento. O deputado Bruno Reis tem apenas 5 minutos para falar.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Deputado Elmar Nascimento, V.Ex^a está presente no Plenário...

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Elmar Nascimento está presente, sendo assim não é possível fazer a substituição.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu tenho 5 minutos para fundamentar a minha questão de ordem. Sendo assim, utilizarei esses 5 minutos e, depois, os 10 minutos que tenho direito, em razão da minha condição de Líder.

Essa substituição foi feita apenas por uma questão de deferência. Como o deputado Bruno Reis é o meu vice-Líder, ele falaria por 10 minutos e eu por 5 minutos, no lugar dele, mas já que não pode...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, acho que nesse caso é possível fazer a concessão tranquilamente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Seria a mesma coisa, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Considerando que o tempo será de 10 mais 5 minutos, acho que é possível.

O Sr. Paulo Rangel:- Acho que, por acordo, tudo bem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Vamos ponderar. Sendo assim, o

deputado Bruno Reis falará por 10 minutos e o deputado Elmar Nascimento por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, na engenharia civil, nobre deputada Maria del Carmen, a ordem dos fatores não altera o viaduto. Então, se Elmar Nascimento falar por 10 minutos e eu por 5 minutos, serão 15 minutos, e, se eu falar por 10 minutos e o deputado Elmar Nascimento por 5 minutos, serão também 15 minutos. Não sei o porquê a angústia de vocês e a briga. Às vezes, por causa de cinco minutos que acaba retardando a sessão, gera questão de ordem, uma economia onde o barato sai caro, Sr. Presidente.

Quem está na Base do Governo precisa compreender que o simples fato de discutir já está perdendo. É um conselho que quero dar às seis horas da manhã. Mas quem sou eu um deputado em primeiro mandato e com pouca experiência.

Todas as discussões feitas por vocês, ao longo desta noite, só resultaram em prejuízo de tempo. Se o objetivo, aqui, é ganhar tempo, vocês estão indo na contramão, até porque tudo isso aqui, todo esse cenário, todas as discussões sobre esse projeto é um pano de fundo para a pretensão maior do Líder do Governo que é, mais ou menos às sete horas da manhã, passar o rolo compressor e aprovar seis regimes de urgência.

Temos na ordem do dia 19 projetos que poderiam ter tramitado nas comissões e as urgências terem sido aprovadas anteriormente. Imagino que, talvez, por desorganização do Líder ou da assessoria da liderança que deixa tudo para o final, ou uma estratégia, porque estamos no final do ano, aproveitando o cansaço dos deputados por conta do exercício do mandato ou, até mesmo, pensando que o espírito natalino possa sensibilizar os nossos corações para que haja uma flexibilização, e possa ocorrer um verdadeiro “mangue” de aprovação de 19 projetos que hoje estão na ordem do dia.

Este ano é diferente dos outros anos, até porque dor de barriga não dá só uma vez. No primeiro ano funcionou, no segundo também, mas uma hora, Zé Neto, não iria funcionar. Uma hora, só na valsa V.Ex^a não iria levar. Chegou a hora! Estamos aqui para cumprir o nosso papel e o governo vai passar o rolo compressor para aprovar mais seis urgências.

Cada deputado tem tempo para discutir e encaminhar as urgências. Cada um irá falar mais cinco minutos, portanto mais trinta minutos por deputado. Somos mais 10, 12 deputados, significa que por volta do meio dia estaremos encerrando as atividades, hoje, justamente por esse estratégia que deu certo uma vez, deu certo a segunda vez. Mas uma hora dará errado.

Nobre Líder Zé Neto, V.Ex^a já está a frente dessa Liderança há três anos, e diferente de outros líderes desta Casa, que sempre horaram os compromissos assumidos com as Oposições, o que não acontece atualmente. Há líderes, aqui, que se caracterizaram no cumprimento dos acordos. O que vale mais em qualquer pessoas é a palavra. Quando empenhamos a nossa palavra, temos que cumprir. O que falta a

V.Ex^a é o cumprimento da palavra. Isso tem dificultado a relação com a Bancada de Oposição, porque os acordos não são cumpridos.

O nobre e inesquecível Líder, Luiz Eduardo Magalhães, cumpria todos os acordos feitos com a Oposição. Tanto que o Governador Jaques Wagner era fã dele. V.Ex^a não cumpriu nada. Três anos sem cumprir nada. Isso é o estilo PT de governar, de enrolar. E aqui na Assembleia acaba contaminando o governo como um todo, seus pares e integrantes.

Estamos, há três anos nesta Casa, e nenhum dos acordos foram cumpridos, toda hora é uma desculpa. Uma hora faz um acordo com Elmar Nascimento, outra hora faz com Gaban, outra hora com outros deputados. Ele enrola um aqui, outro ali e por aí vai nessa conversa.

Mas, efetivamente, nobre Líder do Governo, qualquer acordo, agora, deve ser feito com a Bancada como um todo. Em especial com a Bancada do PMDB, não há acordo. V.Ex^a fique ciente disso para, daqui a pouco, não estar se queixando que negociou relatoria aproveitando sugestão de deputado para solucionar a crise das contas do governo, e aprovar um projeto.

Sabíamos há muito tempo. Zé Neto, no dia em que o governo fez a cotação na Caixa Econômica para antecipação dos *royalties*, nós já sabíamos que por trás desse projeto de mudança da Constituição do Estado para permitir a utilização dos recursos para cobrir o rombo de R\$ 1,6 bilhão com apropriação indébita.

Porque ouvi aqui deputado falar, hoje, que vai processar outro deputado porque está usando a tribuna; ouvi aqui deputado dizer que não pode usar esse termo, porque vai ser processado. Ora, quem vai ser processado criminalmente é o governador, porque pegou 1,6 bilhão do Funprev numa apropriação indébita, e agora que antecipar os *royalties* do petróleo em 5 anos, nobre deputado Leur. São 60 meses. Ou seja, eles têm certeza de que vão perder a eleição e já querem endividar o Estado agora; querem deixar inviável a próxima gestão, inviabilizando-a. Porque quando você soma a receita dos *royalties*, o compromisso da Arena Fonte Nova de 110 milhões, o compromisso no metrô de 200 milhões/ano, acabou o dinheiro do investimento, nobre deputado Paulo Rangel.

E tudo isso para quê? Para pagar a conta dos REDAs – que foram em excesso neste governo –, dos PST, das secretarias, das despesas com publicidade, das despesas com custeio, que este governo, de forma irresponsável, desequilibrada, sem controle, deixou o Estado chegar a esta situação, em que há um rombo nas suas contas. E quer que a Oposição tenha a boa vontade de aprovar o projeto ainda este ano – tem de ser este ano! – para cobrir o rombo das contas do governo com o que vai entrar no caixa do Estado, 700 milhões.

Porque a quantia de 920 milhões é a previsão de arrecadação com os *royalties* até 2018. Então, todos os *royalties* que o Estado vai arrecadar até 2018, somam 920 milhões, portanto quase 1 bilhão. Então eles vão à Caixa Econômica e a esta vai pagar 700 milhões, porque vai antecipar, é um empréstimo que vai gerar um prejuízo de 200 bilhões para o Estado. Por quê? Por irresponsabilidade, má gestão, incompetência, incapacidade administrativa.

Pega um secretário da Fazenda, coitado, para gerir as contas do Estado porque foi tesoureiro da campanha de Wagner. Olhem o critério de escolha do PT para secretário da Fazenda? Porque foi tesoureiro de campanha de Wagner. Nunca foi nem síndico de prédio, nunca ocupou um cargo de gestão, de diretoria administrativa, de diretoria financeira, e transforma-se em secretário da Fazenda. É óbvio que o filme iria acabar assim, não tem outro caminho. Ao final do governo Wagner as consequências seriam estas: o Estado, comparado com outros Estados vizinhos no Nordeste, arrecadou menos. Por outro lado, as despesas cresceram de forma desproporcional. E aí, Zé Neto, tem um ditado que diz que quem pariu Mateus que balance. Então, quem quebrou o Estado que dê conta de resolver.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem, deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Presidente, verifico que a Casa está vazia. Solicito uma verificação de quórum nominal para vermos se realmente há número suficiente para prosseguir.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado Coronel Santana.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Obrigado, presidente.

O Sr. Yulo Oiticica:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem, deputado Yulo Oiticica.

O Sr. Yulo Oiticica:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Yulo Oiticica.

O Sr. Yulo Oiticica:- Solicito que V.Ex^a faça a chamada dos deputados para que venham imediatamente ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- V.Ex^a também será atendido, deputado Yulo Oiticica.

Portanto neste momento, Srs. Deputados, está sendo contado o tempo de 15 minutos após ser zerado o painel. Solicito que os deputados compareçam ao Plenário, porque há um pedido de verificação de quórum do deputado Coronel Santana e do deputado Yulo Oiticica.

(Verificação de quórum com chamada nominal.)

O Sr. Alan Sanches :- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Enquanto estamos aqui, eu gostaria de aproveitar... Até me inscrevi para fazer o encaminhamento do projeto, mas, na verdade, quero parabenizar o Líder do governo, que teve a decisão... (Palmas) Em nome da minha Bancada. Vocês vejam, passamos a noite toda aqui ouvindo besteiras, lendo catálogo,

diário, *Tribuna*, *Correio*, *A Tarde*, fizeram tudo. Estamos fazendo aqui uma coisa séria, porque a decisão em alguns momentos... Até questionei, todos nós aqui, cansados, mas essa Bancada aguerrida mostrou, hoje, aqui, que se for para o embate estaremos prontos.

Então, pode vir eleição, pode vir o que for, porque na verdade o Líder Zé Neto tem o mérito pela insistência que teve, e fez a demonstração, porque ontem, às 11 horas, meia noite, ouvi-o dizer: “Aqui só acontece...” Na verdade, o deputado Zé Neto, como eu estava dizendo... Estou falando isso com sentimento, pois acho que demos uma demonstração a essa Bancada que fica ironizando a nossa Bancada do governo. Muitas vezes nós nos inscrevemos justamente porque a única coisa que vocês podem fazer é falar, então vamos dar oportunidade para que vocês usem inclusive o nosso tempo. Pode usar o tempo do PSD, se inscrevam, façam as discussões, mas esta Bancada aqui, quando quer, vai para a luta, e mostrou aqui todos nós para votarmos esses projetos importantes. É assim que vamos fazer a nossa eleição, é dessa forma que faremos essa eleição vitoriosa.

Ouvi também aqui as críticas ácidas, ácidas demais, do querido deputado Elmar. Ninguém presta no governo, nada funciona, não houve melhora nenhuma no governo do Estado. Mas, na verdade, quero dizer que a nossa Bancada do PSD e toda a Bancada comandada pelo nosso Líder Zé Neto está de parabéns. E se a Oposição quiser, sabe que vai encontrar esta Bancada dura e aguerrida.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com o quórum restabelecido, fará o uso da palavra S.Ex^a, o deputado Leur Lomanto Junior, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr^{as} e Srs. Parlamentares, houve uma longa discussão sobre o Projeto de Lei nº 20.505/2013 que dispõe sobre a segurança contra o incêndio e pânico nas edificações e nas áreas de risco no estado da Bahia, criando o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiro.

Querido amigo, ex-companheiro de partido e deputado Alan Sanches, este projeto foi, amplamente, discutido nesta Casa. Teríamos, até, a boa vontade de votar a favor deste projeto apesar de não concordar plenamente com o mesmo. De meu ponto de vista, eu entendo as necessidades e as dificuldades enfrentadas pelo Corpo de Bombeiro. Esta é uma importante e tão necessária corporação para as sociedades baiana e brasileira. Existe um déficit muito grande para que a corporação possa prestar um bom serviço que os baianos tão necessitam.

Então, nós colhemos, da parte da própria corporação, as ideias, as sugestões e as garantias que eles gostariam de ter. São as seguintes: esses recursos do fundo deveriam ser aplicados diretamente no orçamento do Corpo de Bombeiro. Quanto a esta garantia de aplicação desse fundo no próprio Corpo de Bombeiros, o Líder do governo, deputado Zé Neto, não conseguiu.

Por conseguinte, há uma preocupação muito grande, por parte dos empresários e por parte do Corpo de Bombeiros, meu caro presidente, qual seja, a de que esse recurso não seja investido no próprio Corpo de Bombeiro. Sabemos das deficiências e

das necessidades que o Corpo de Bombeiro da Bahia precisa *versus* locais, por exemplo, porque não existe, sequer, uma sede do Corpo de Bombeiro. Então eles queriam uma garantia de que esses recursos fossem aplicados diretamente no orçamento do Corpo de Bombeiros.

O estado da Bahia não consegue dar essa garantia. Este recurso deve ir para o caixa do estado. Aí reside a preocupação de todos nós, , já que o governo vem sendo vezeiro em aplicar recursos... Recentemente, por exemplo, vimos mais de R\$ 200 milhões desviados da Saúde para serem aplicados em Restos a Pagar, enfim para cobrir custeio – a ‘promotora Rita Tourinho até já encaminhou uma ação civil pública para ser analisada. Então a nossa preocupação com esse recurso dos Bombeiros é essa também Se esse recurso for para o caixa do Estado, ninguém sabe aonde vai parar e o que vai acontecer.

É essa a preocupação que nós temos. Fizemos um apelo ao Líder do governo, deputado Zé Neto, para que retirasse esse projeto, porque, se fosse aprovado como chegou a esta Casa, seria um verdadeiro absurdo. Então, os equívocos e os erros foram consertados, mas era necessário essa garantia, ou seja, que essas taxas que vão ser aplicadas aí na classe empresarial, nos pequenos, médios e grandes empresários, tivessem uma garantia que fosse direto para o Orçamento do Corpo de Bombeiros. Então, da minha parte... Não sei como irá posicionar-se o nosso Líder, mas não tenho condição de votar favoravelmente a esse projeto, pois não existe garantia de que esses recursos serão aplicados em investimentos e melhorias para o bombeiro no Estado da Bahia.

Este é o nosso posicionamento, meu posicionamento. Acho que o debate foi produtivo nesta noite, a respeito desse projeto e de outros temas que foram aqui mencionados através do discurso dos meus colegas parlamentares da Oposição.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu queria só colocar, deputado Leur Lomanto Junior, que nós, deputados da base do governo, também comungamos com o seu pensamento e acreditamos piamente que o governo fará bom uso dos recursos arrecadados em prol do Corpo de Bombeiros. É o que esperamos, e por isso também foi criado um Conselho Deliberativo para que haja fiscalização e direcionamento dos recursos arrecadados.

Para fazer uso da palavra, convidamos agora o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, sugiro, Sr. Presidente, a suspensão da sessão por 1 hora para que possamos ir ao restaurante tomar café, seguindo a orientação do presidente.

Houve avanços, sem dúvida, na proposta. O deputado Zé Neto trabalhou nesse sentido, V.Ex^a trabalhou, o deputado Rosemberg Pinto também, mas duas questões fundamentais não foram atendidas pelo governo. Não posso, Sr. Presidente, votar em uma proposta que não traz autonomia administrativa e financeira para o Corpo de

Bombeiros. Esses recursos que vão entrar no caixa, são recursos que vão ser geridos pela Polícia Militar, e, com certeza, com as urgências que a Polícia Militar tem, com as questões de segurança que a Polícia Militar tem, a questão do combate ao incêndio, a questão do combate a catástrofes continuará sendo prejudicada e não atenderá esse recurso, o objetivo para o qual está sendo criado, isto é, o combate ao incêndio.

O segundo ponto que me impede de votar nessa proposta é a falta do código de combate ao incêndio no Estado da Bahia. De todas as unidades da federação, a única que não tem um código de combate ao incêndio é o Estado da Bahia. Temos unidades da federação, como eu disse, como é o caso de Santa Catarina, que já tem um código de combate à incêndio há 90 anos. E a Bahia continua com essa grande lacuna em sua legislação em não dispor de posturas, de diretrizes para o combate ao incêndio, para a vistoria de prédios, para poder dar o devido alvará de funcionamento para que o Corpo de Bombeiros possa exercer a competente fiscalização. Como, Sr. Presidente? Podemos instituir uma taxa e a taxa implica em contraprestação de serviço, a taxa não é imposto, é um tributo cobrado em função da prestação de serviço por uma unidade estatal, e isso só seria possível havendo um código de combate ao incêndio.

É urgente, é necessário que o governo elabore esse instrumento legal. Há uma discussão muito grande, há conflitos de competência, e posso citar o caso de Salvador, onde é a Sucom que tem a responsabilidade de fazer as vistorias.

Nessa área, deputada Maria del Carmen, V.Ex^a que conhece o funcionamento desses órgãos de controle e o ordenamento do solo nesta cidade, um decreto municipal da década de 60 é que ainda disciplina essa questão do combate a incêndios numa capital de 3 milhões de habitantes hoje, com imóveis a exemplo dos do Centro Histórico, que têm na composição das suas construções índices muito grandes de madeira, material altamente combustível. E constantemente nós vimos perdendo prédios ali devido a incêndios.

Então, presidente, mesmo parabenizando o governo por ter reconhecido o erro que cometeu em 2012, a essa mudança proposta infelizmente não posso votar favoravelmente por essas duas questões que acabei de citar. Mas quero registrar mais uma vez o trabalho de V.Exa. e dos deputados Rosemberg e Zé Neto no sentido de superar essa questão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sras. Deputadas, 6h28min. da manhã, e a Oposição aqui firme, unida. Faço questão de nominar todos os guerreiros deputados oposicionistas: Bruno Reis, Leur Lomanto Junior, Deputado-Líder do PMDB que faz um trabalho brilhante na Casa, Carlos Gaban, Adolfo Viana, Coronel Santana, Elmar Nascimento, nosso Líder da Bancada oposicionista. Enfim, os guerreiros neste Plenário ficaram, não deixando o governo passar o famoso rolo compressor por cima da Oposição.

Mas também queria falar, ratificando o discurso do deputado Leur Lomanto, sobre a administração do prefeito ACM Neto. Realmente em um ano de governo ele vem fazendo muito pela cidade, mostrando realmente como se administra de forma competente. Hoje o cidadão soteropolitano tem a sua autoestima aumentada porque vê que Salvador tem comando e um administrador competente que está, sim, fazendo um grande trabalho aqui na nossa querida capital.

Gostaria igualmente de reafirmar o trabalho do nosso partido, o PMDB, que tem ajudado muito o prefeito ACM Neto, como foi falado nesta tribuna anteriormente. Ajuda com recursos para a revitalização da Barra, ajuda na questão da Praça Cayru. Parabenizo o trabalho do PMDB e do secretário Fábio Mota, mostrando a nossa preocupação em fazer uma Salvador melhor, com mais infraestrutura, mais humana, uma cidade cuja população nela se orgulhe de morar. E só em um ano de governo! Diferentemente do governo do Estado, que já tem 8 anos e não mostrou até agora para que veio. Foi falado por todos os oradores que passaram por esta tribuna várias e várias deficiências desse governo, do governo do Estado.

A questão da saúde pública em nossa capital, no interior do Estado foi discutida aqui. Em Barreiras, foi tratada pela deputada Kelly Magalhães; em Juazeiro, pelo deputado Adolfo Viana. Falei também da questão da saúde em Camacã, onde só um dos três hospitais funciona, levando a população a ir a outras cidades para ter atendimento médico.

Enfim, a violência toma conta do nosso Estado e não se vê o governo priorizar a questão da segurança pública. Vê-se cada dia mais a violência aumentar em Salvador e o governo não toma providências. Só pensa numa coisa: fazer política, tentar eleger o candidato do continuísmo. Só pensa em fazer propaganda, uma propaganda, como foi dito aqui, que engana as pessoas e que não mostra o que realmente ocorre em nosso Estado.

Então, essa é a diferença de um administrador competente, jovem, preocupado, sim, em fazer uma grande administração e mudar a cara da nossa querida cidade, diferentemente do atual governo que aí está, que é um governo que promete, promete, mas na hora de executar deixa a desejar.

Muito obrigado, caro amigo presidente, deputado Carlos Brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Coronel Santana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente da sessão neste momento, deputado Carlos Brasileiro, queremos dizer da nossa insatisfação com relação a esse projeto que está para ser votado aqui. Não entendo que o governo crie uma taxa para reestruturar o Corpo de Bombeiro e resolva reter os recursos no Tesouro do Estado.

Se a finalidade é criar a taxa para atender à reestruturação, porque não serem administrados pelo Corpo de Bombeiros esses recursos?

E me surpreende V.Ex^a, como relator, não aceitar essa emenda. Aí, fica-se a

duvidar: será que esse recurso vai cumprir a finalidade para que vai ser criada essa taxa? Será que vai ser investido nos Bombeiros mesmo ou ao chegar ao Tesouro do Estado o governo vai dar-lhe o destino que achar mais conveniente?

Então, fico surpreso, porque estamos aqui a fazer uma lei para criar uma taxa com uma finalidade específica, mas o governo vai gerir, administrar os recursos e só repassá-los aos Bombeiros quando bem quiser. Não era para ser feito isso, não há razão para esta Casa permitir essa lei ser aprovada dessa forma. A finalidade é importante, sabemos que é uma grande finalidade, pois o Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia é um dos piores do Brasil. Conta com equipamentos que foram comprados no governo Paulo Souto, com recursos que vieram da Espanha, financiados pelo Banco do Brasil, para comprar equipamentos. E não vi o governo atual adquirir equipamentos para atender à demanda do Corpo de Bombeiros.

Disse há pouco que o nosso Bombeiros está deficitário, sendo necessário instalá-lo em vários pontos do Estado. Encontramos batalhões do Bombeiros em Ilhéus, em Itabuna, mas existem cidades, como Camacã e Ubaitaba, em que não existe porque não há equipamentos, nem pessoal. Então, por que esses recursos não serem dirigidos para a corporação, já que têm esse fim: reestruturar os Bombeiros e dar condições de segurança aos baianos?

Sei que V.Ex^a é uma pessoa coerente, muito correta, mas não deveria deixar de colocar essa emenda para que os recursos fossem direcionados para a gestão do Corpo de Bombeiros, e que lá tivesse um conselho de administração que pudesse, realmente, ver como seriam investidos esses recursos. Sabemos que tem uma taxa do Funrespol aí que vai para outro setor do Estado e pouco chega a essa instituição, era para reequipar as Polícias Militar e Civil. Esse Funrespol vai para o Tesouro e pouco chega para equipar a Polícia. Então a gente fica a pensar se vai acontecer a mesma coisa, porque quando chega o dinheiro aos cofres ele tem as prioridades e, mesmo com uma lei criada para aquele fim, deixa de ser prioridade.

Eu gostaria que fosse repensado pelos colegas deputados e que essa emenda fosse aceita aqui hoje pelo Plenário com esse intuito, porque tenho a certeza de que quem vai administrar esses recursos administrará com pé no chão, com seriedade e que esse fundo fosse realmente administrado pela Polícia Militar. Hoje os Bombeiros estão incorporados à Polícia Militar e, no futuro, eu sugiro que possa ser desmembrado da Polícia Militar para que tenha vida própria e ele possa crescer. Hoje a Polícia Militar impede que o Corpo de Bombeiros desenvolva, porque os recursos que chegam à Polícia Militar são insuficientes para ela própria. E ainda dividir com os Bombeiros, porque são equipamentos caríssimos, e em vez de comprar um carro de bombeiros preferem comprar 10 de polícia. São valores totalmente divergentes. Devido ao caos que estamos vivendo com a violência na Bahia, o governo vai priorizar realmente a segurança pública. Vai olhar mais para a Polícia Militar do que os Bombeiros.

Então fica a preocupação e devemos pensar no destino que vai ser dado a esse recurso. E eu pediria aos colegas deputados aqui que revissem essas taxas que, com certeza, vão ser aprovadas mais tarde aqui e que seja realmente administrada pela

Polícia Militar no momento em que ela dirige o Corpo de Bombeiros e que tenha destino específico para essa corporação, ou seja, equipar, estruturar e ampliar o Corpo de Bombeiros do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento por 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO: - Meu caro presidente que nos honra por estar na presidência, meu conterrâneo, deputado Carlos Brasileiro. Orgulha a região de Senhor do Bonfim, fez um belo mandato como prefeito, é um das grandes personalidades da nossa região, homem sensato.

(A deputada Fátima Nunes fala fora do microfone.)

Pode ser, se ele me apoiar par deputado federal agora, eu posso até apoiar ele depois, ou até fazer uma... Só que em todo lugar o PT está entrando com o Democratas, eu não sei mais o que é. É uma mistura mesmo.

(A deputada Luiza Maia fala fora do microfone.)

Pode ser, não tem problema nenhum, teria muito orgulho de fazer uma dobradinha política com um político da estirpe e da qualidade do deputado Carlos Brasileiro, não tenho dificuldade nenhuma. Um grande deputado, um homem de bem, prestou e continua prestando um grande serviço na nossa região.

Mas, Sr. Presidente, que dispõe sobre a segurança contra o incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia – Fundebom, altera a lei 6.896 de 28 de julho de 1995 e dá outras providências, tenho que reconhecer, deputado Zé Neto, que foi um projeto que evoluiu a partir do texto apresentado aqui nesta Casa, discutido no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; evoluiu para um substitutivo feito sob a relatoria do deputado Carlos Brasileiro que atendeu à expectativa de empresários e microempresários que poderiam ter sido prejudicados a partir do que foi votado. Mas, infelizmente, continua a ir na contramão do que nós pensamos com relação ao funcionamento dos órgãos da administração pública estadual.

Entendemos que quando se coloca um bom gestor, seria importante que o governo desse autonomia financeira aos órgãos para que eles funcionassem de forma mais correta. O Corpo de Bombeiros vive em uma situação de penúria, funcionando, em boa parte dos casos, em casas de aluguel das prefeituras, sem as condições mínimas de atendimento à população quando são necessitados.

A gente aprova o projeto do jeito que ele está posto. Esta taxa de incêndio vai sendo encaminhada diretamente para o caixa único do estado, que entra naquele jogo, o mesmo que já acontece com as receitas vinculadas originárias de empréstimos, com as receitas vinculadas origináveis de convênios que fazem com que o governo pague o custeio da máquina pública em detrimento de investimentos da origem da taxa.

Se tivéssemos a convicção de que o dinheiro arrecadado com esta taxa de incêndio, na forma da emenda que fizemos, seria destinada para o financiamento do

Corpo de Bombeiros, não teríamos dificuldades nenhuma de encaminhar no sentido de votar pela aprovação do projeto de lei tal qual ele foi proposto.

Mas, infelizmente, a prática do governo não nos recomenda acreditar que o recurso, arrecado com essas taxas, vá parar nas mãos do Corpo de Bombeiros para que exista uma melhoria da qualidade da prestação de serviço e de atendimento.

Portanto, não nos resta outra alternativa a não ser votarmos contra tal projeto de lei em função de não ter sido acatada a emenda que propõe a autonomia financeira para que este recurso arrecadado seja encaminhado diretamente à administração do Comando Geral do Corpo de Bombeiros.

Nós recomendamos à nossa Bancada votar contra a aprovação da forma como está proposto o projeto, porque entendemos que vai de encontro à melhor forma de funcionamento daquela instituição. Mantemos, assim, a mesma linha do que já fizemos quando votamos contra, da mesma forma, em relação à questão da administração financeira do Detran e de outras autarquias do governo.

Portanto, o nosso encaminhamento é no sentido da votação contrária à aprovação do presente projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está encerrado o encaminhamento.

Em votação.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, já que nós vamos, agora, votar este importante projeto, solicito a V.Ex^a proceder à verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado presidente, eu esperava mais da Oposição, pois a Oposição cansou e está cansada. E nós estamos com todo o gás. Mas pensei que a Oposição iria obstruir mais um pouquinho. Mas parece que há gente que não está mais aqui na Casa. O Bruno Reis falou, falou, falou e ainda está com muito fôlego!

Mas, deputado presidente, gostaria de que V.Ex^a mandasse zerar o painel, marcar o tempo regulamentar de 25 minutos e convocar todos os deputados, principalmente os da Situação, para se fazerem presentes já que vamos precisar de 32 Srs. Deputados em plenário, a fim de que possamos votar o projeto de lei em tela.

Acho que já temos número, porque está todo mundo muito disposto, mesmo os deputados da Situação, para que nós possamos votar tão importante projeto e tão valorizado pela Oposição.

É esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, que estão no Salão Deputado Nestor Duarte, que estão na biblioteca elaborando projetos, que estão nos gabinetes atendendo lideranças comunitárias, principalmente da região de Guanambi, venham para o plenário, quórum de votação. Zere o painel. Marque 25 minutos.

(Pausa).

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, eu queria uma orientação de V.Ex^a . Houve um acordo em relação à presença de 2 deputados na sessão. Mas, Sr. Presidente, eu queria que V.Ex^a me explicasse como, num processo de votação que exige, porque o voto é unipessoal, só a pessoa pode votar. Eu não entendo que se possa ter um acordo para beneficiar, independente, Líder do Governo, do acordo. Eu acho que há o impedimento regimental para esse acordo, salvo menor juízo e interpretação do presidente da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado João Carlos, eu só coloco para votar com 32 deputados, porque V.Ex^a questionou.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu darei. Veja bem, fizeram o acordo, foi público e aí compete ao Líder do Governo e ao Líder da Oposição.

O Sr. Zé Neto:- O acordo foi feito, público.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, só um segundinho. Eu, como presidente, só posso votar com 32, exceto se os líderes partidários, por acordo, à unanimidade, aí eu posso colocar em votação. Só se for unanimidade . Eu não posso, se um deputado questionar, e o deputado João Carlos Bacelar já questionou. Eu só boto para votar tendo 32.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Deputado Zé Neto cede para o deputado Paulo Rangel?

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, olhe bem, os dois deputados estavam aqui, nós sabemos que na Assembleia do Rio Grande do Sul o último dia de sessão é hoje, eles se dirigiram para nós em virtude de estar ocorrendo uma CPI também dos serviços de telefonia celular. E sem que houvesse, inclusive, essa solicitação, o deputado Elmar, de forma muito cavalheira, de forma muito gentil, compreendendo que essa CPI é importante para a vida da comunidade baiana, liberou os dois deputados. Eu entendo que a situação é regimental, mas sei, realmente, que o deputado Elmar vai honrar com esse compromisso. Se for o caso, dois deputados da Oposição darão o quórum, até porque já tem um deputado que vai ter que dar o quórum.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Presença de 30 Srs. Deputados.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, na comissão especial da CPI da telefonia celular foi feito um acordo entre os deputados Paulo Azi, que é o presidente da comissão, o deputado Joseildo Ramos, que é o relator, e o deputado Cacá Leão, que é membro, para viajarem hoje em missão da Assembleia Legislativa, marcada com antecedência, para Curitiba e Porto Alegre. Os deputados iam sair daqui direto para pegarem o voo de 06 da manhã. Eu me comprometi que daria a presença, e nesse instante eu não posso dar a presença por dois, porque eu sou só um. Mas eu vou dar a presença aqui em nome de um dos deputados e pedir a um dos meus vice-líderes para dar a presença também, porque acho que estão prestando um serviço à Assembleia Legislativa, e acho que é importante manter um clima de companheirismo, aqui na Assembleia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Parabéns, deputado Elmar, V.Ex^a cumpriu o que foi acertado. Mas eu só poderia botar para votar com 33 Srs. Deputados.

Já há quórum de votação.

Como recomenda a sua Bancada, deputado Elmar Nascimento?

O Sr. Elmar Nascimento: - Recomendo “não”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda a sua Bancada, deputado Zé Neto?

O Sr. Carlos Brasileiro: - Recomenda “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A votação é aberta. Em votação o Projeto de Lei nº 20.505/2013, de procedência do Poder Executivo: (Lê) *“Dispõe sobre a Segurança Contra Incêndio e Pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - FUNEBOM, altera a Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, e dá outras providências.”*

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 20.505/2013

Dispõe sobre a Segurança Contra Incêndio e Pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - FUNEBOM, altera a Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei institui, em conformidade com o disposto no art. 144, §5º, da

Constituição Federal, normas e medidas de segurança contra incêndio e pânico em edificações e áreas de risco, cuja aplicação é de observância obrigatória no Estado da Bahia.

Parágrafo único - As exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco visam a atender os seguintes objetivos:

I - proteger a vida e a integridade dos ocupantes das edificações e áreas de risco em caso de incêndio;

II - prevenir e combater a propagação de incêndios, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;

III - proporcionar meios para controlar e extinguir incêndios;

IV - fortalecer a atuação do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, a fim de garantir as condições necessárias às operações voltadas para o adequado atendimento das medidas de segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco.

Art. 2º - Submetem-se às medidas de segurança e pânico as edificações públicas e privadas, as áreas de riscos e de aglomeração de público, assim como toda a realização de eventos programados.

Art. 3º - As exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico se aplicam às edificações e áreas de risco no Estado da Bahia e devem ser observadas:

I - na construção e na fabricação;

II - na reforma de uma edificação, desde que possa comprometer os padrões estabelecidos para garantir a segurança contra incêndios;

III - na mudança de ocupação ou de uso;

IV - na ampliação de área construída;

V - no aumento da altura da edificação.

§ 1º - Ficam isentas do atendimento às exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico:

a) as edificações de uso residencial exclusivamente unifamiliares, exceto aquelas que compõem um conjunto arquitetônico formado, pelo menos, por uma edificação tombada pelo patrimônio histórico e edificações vizinhas, ainda que não tombadas, de tal modo que o efeito do incêndio gerado em uma delas possa atingir as outras;

b) as residências exclusivamente unifamiliares localizadas no pavimento superior de ocupação mista com até 02 (dois) pavimentos e que possuam acessos independentes.

§ 2º - Nas ocupações mistas, para determinação das medidas de segurança contra incêndio e pânico a serem implantadas, adota-se o conjunto das exigências de maior rigor para o edifício como um todo, avaliando-se os respectivos usos, as áreas e as alturas, observando ainda:

a) a ocupação a ser protegida, quando da adequação das medidas de segurança contra

incêndio e pânico às ocupações mistas, conforme dispuser o Regulamento desta Lei;

b) as exigências de chuveiros automáticos, de controle de fumaça e de compartimentação horizontal nas edificações térreas, quando houver parede de compartimentação entre as ocupações mistas;

c) as exigências de chuveiros automáticos, de controle de fumaça e de compartimentação horizontal nas edificações térreas com ocupações mistas que envolvam as ocupações de indústria, depósito ou escritório, desde que haja, entre elas, barreira de fumaça;

d) as exigências de controle de fumaça e de compartimentação horizontal nas edificações com mais de um pavimento, quando houver compartimentação entre as ocupações mistas.

§ 3º - As exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico em edificações que compõem o patrimônio histórico deverão ser especificadas no Regulamento.

§ 4º - As edificações com área construída inferior a 100m² (cem metros quadrados) ficam dispensadas de vistoria por parte do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

Art. 4º - Compete ao Corpo de Bombeiros Militar da Bahia planejar, normatizar, analisar, aprovar e fiscalizar o cumprimento das disposições normativas sobre segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no Estado.

§ 1º - A observância das exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco será certificada por meio do Auto de Vistoria ou da Autorização para Adequação, a serem expedidos pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

§ 2º - Os processos administrativos instalados no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia terão a tramitação definida na forma que dispuser o Regulamento e demais atos normativos específicos, observadas, no que couberem, as disposições da Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011.

§ 3º - As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, assim definidos nos termos da Lei, terão garantida tramitação simplificada para certificação do atendimento às exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco, visando à celeridade no licenciamento.

Art. 5º - Constituem medidas de segurança contra incêndio e pânico:

I - garantia de acesso emergencial de viatura do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia nas edificações ou nas áreas de risco;

II - separação entre edificações para garantir que o incêndio proveniente de uma edificação ou área de risco não se propague para outra;

III - resistência ao fogo dos elementos estruturais e de compartimentação que integram a construção ou fabricação das edificações e áreas de risco;

IV - compartimentação adequada, a fim de impedir a propagação de incêndio para outros ambientes da edificação e da área de risco no plano horizontal ou vertical;

V - controle de materiais de acabamento e revestimento utilizados na construção ou fabricação das edificações e áreas de risco, para reduzir a propagação do incêndio e da fumaça;

VI - saídas de emergência em dimensões adequadas que possibilitem a evasão dos indivíduos em segurança e o acesso do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia para combater o incêndio e retirar as pessoas que a ele estejam expostas;

VII - elevador de emergência em dimensões e especificações adequadas;

VIII - controle de fumaça que se evite perigos de intoxicação e de falta de visibilidade pela fumaça;

IX - gerenciamento de risco de incêndio, inclusive a partir dos sistemas de prevenção a incêndios e pânico nas edificações e áreas de risco;

X - brigada de incêndio para atuar na prevenção e no combate a princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros;

XI - sistema de iluminação de emergência, a fim de facilitar o acesso às rotas de saída para abandono seguro da edificação e área de risco;

XII - sistema de detecção automática e alarme de incêndio;

XIII - sinalização de emergência destinada a alertar para os riscos de incêndio existentes e orientar as ações de combate, facilitando a localização dos equipamentos;

XIV - sistema de proteção por extintores de incêndio;

XV - sistema de hidrantes e de mangotinhos para uso exclusivo em combate a incêndio;

XVI - sistema de chuveiros automáticos;

XVII - sistema de resfriamento;

XVIII - sistema de combate a incêndio por espuma para instalações de produção, armazenamento, manipulação e distribuição de líquidos combustíveis e inflamáveis;

XIX - sistema fixo de gases para combate a incêndio em locais cujo emprego de água ou de outros agentes extintores não é indicado, haja vista a decorrência de riscos provenientes da sua utilização;

XX - sistema de proteção contra descargas atmosféricas;

XXI - controle de fontes de ignição.

Parágrafo único - Na implementação das medidas de segurança previstas nos incisos I a XXI do *caput* deste artigo, serão atendidas as disposições constantes em Regulamento, Normas Técnicas e demais atos normativos expedidos pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

Art. 6º - Nas edificações e áreas de risco a serem construídas e fabricadas, cabe aos

respectivos autores ou responsáveis técnicos o detalhamento técnico dos projetos e instalações das medidas de segurança contra incêndio e pânico e ao responsável pela obra, o fiel cumprimento do que foi projetado e das normas técnicas pertinentes.

Art. 7º - Nas edificações e áreas de risco já construídas, é de inteira responsabilidade do proprietário ou do responsável pelo uso a qualquer título:

I - utilizar a edificação de acordo com o uso para o qual foi projetada;

II - tomar as providências cabíveis para a adequação da edificação e das áreas de risco às exigências desta Lei e de seu Regulamento.

Art. 8º - O proprietário do imóvel ou o responsável pelo uso obriga-se a manter as medidas de segurança contra incêndio e pânico em condições que permitam sua eficaz utilização, providenciando sua adequada manutenção.

Art. 9º - Os parcelamentos efetuados na zona urbana devem possuir projeto de colocação de hidrantes, devidamente instalados de acordo com as Normas Técnicas vigentes, sob a responsabilidade do loteador.

Art. 10 - O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia poderá vistoriar imóveis já habitados e estabelecimentos em funcionamento, para verificar o cumprimento das medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco.

Art. 11 - O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, no exercício da fiscalização que lhe compete e conforme estabelecer o Regulamento desta Lei, deverá, quando não cumpridas as exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico, aplicar as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa, conforme valores previstos em Regulamento, aos proprietários ou responsáveis pelo uso das edificações e áreas de risco;

III - interdição total ou parcial de estabelecimento, máquina ou equipamento;

IV - cassação do Auto de Vistoria que aprovar projetos de instalações preventivas de proteção contra incêndio e pânico pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia;

V - embargo, temporário ou definitivo, de obras e estruturas.

Art. 12 - As penalidades previstas no art. 11 desta Lei decorrem das seguintes infrações:

I - deixar de adotar as medidas de segurança contra incêndio previstas no art. 3º desta Lei, em Regulamento e nas demais normas técnicas regulamentares;

II - instalar os sistemas de proteção contra incêndio e pânico em desacordo com as especificações do projeto ou com as normas técnicas regulamentares;

III - modificar as características dos sistemas e meios de proteção contra incêndio e pânico ou não fazer a manutenção adequada dos mesmos;

IV - ocultar, remover, inutilizar, destruir ou substituir os meios de proteção contra incêndio e pânico por outros que não atendam às exigências legais e regulamentares;

V - dificultar, embaraçar ou frustrar ação fiscalizadora dos vistoriadores do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

Parágrafo único - As infrações às disposições contidas neste artigo sujeitarão o infrator às penalidades previstas no art. 11 desta Lei, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 13 - Fica criado o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - FUNEBOM, com a finalidade de, em caráter complementar, prover recursos financeiros para aplicação em despesas correntes e de capital nas ações administrativas e operacionais de bombeiros, previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e em convênios, acordos, ajustes ou congêneres.

§ 1º - Os recursos do FUNEBOM poderão ser utilizados em custeio e investimentos com reaparelhamento, reequipamento, instalações físicas, capacitação técnica de recursos humanos no país ou no exterior e com a constituição e funcionamento dos órgãos do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, sendo proibida sua manipulação para outros fins.

§ 2º - O FUNEBOM será vinculado à Secretaria da Segurança Pública.

Art. 14 - Constituem receitas do FUNEBOM:

I - as decorrentes da arrecadação das taxas previstas na Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, conforme disposto nos Anexos I e II da referida Lei;

II - as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;

III - as decorrentes de créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e de créditos adicionais;

IV - os saldos de exercícios anteriores;

V - o produto de remuneração oriunda de aplicações financeiras com recursos do Fundo;

VI - as decorrentes de indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamento pertencentes ao Fundo;

VII - o produto de alienação de bens, equipamentos e materiais imprestáveis ou em desuso pertencentes ao Fundo;

VIII - as multas aplicadas por infrações legalmente previstas;

IX - outras receitas eventuais.

Art. 15 - Fica instituído o Conselho Deliberativo do FUNEBOM que fiscalizará e supervisionará as contas do FUNEBOM e terá a seguinte composição:

I - o Secretário da Segurança Pública, que o presidirá;

II - o Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia, na qualidade de Vice-Presidente;

III - o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia;

IV - 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda;

V - 01 (um) representante da Secretaria do Planejamento.

Parágrafo único - Os membros referidos nos incisos I a V deste artigo e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 16 - O FUNEBOM será gerido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia no que concerne à execução e à operacionalização das atividades típicas de bombeiro.

Parágrafo único - As demonstrações financeiras, receitas e despesas deverão ser apresentadas ao Conselho Deliberativo em consonância ao disposto no art. 18 desta Lei.

Art. 17 - Compete ao Conselho Deliberativo apreciar e aprovar o Plano de Aplicação dos recursos do FUNEBOM.

Art. 18 - O FUNEBOM é dotado de escrituração contábil, segundo os padrões e normas estabelecidas na legislação estadual pertinente, de modo a evidenciar suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação dos resultados obtidos.

Parágrafo único - A aplicação dos recursos do FUNEBOM será submetida à apreciação e ao julgamento dos Órgãos competentes, bem como a prestação de contas nos prazos e na forma da legislação pertinente.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os atos necessários:

I - às modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, respeitados os valores globais constantes do Orçamento vigente;

II - à revisão dos instrumentos regulamentares para adequação às alterações decorrentes desta Lei;

III - à continuidade dos serviços, até a definitiva regulamentação do referido Fundo.

Art. 20 - As edificações já existentes terão o prazo de 01 (um) ano para se adaptarem às exigências desta Lei e de seu Regulamento.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 22 - O inciso I do *caput* do art. 2º da Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** -

I - taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços específicos e/ou diferenciados na área da Secretaria da Segurança Pública, exceto as taxas no âmbito do Corpo de Bombeiros;”

Art. 23 - A Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“**Art. 1º** -
.....

§ 2º - A taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios será exigida relativamente a imóveis localizados em Municípios do Estado que possuam Unidade do Corpo de Bombeiros que preste serviço de prevenção e extinção de incêndio, estendendo-se aos seus Distritos e aos Municípios vizinhos, desde que distem até 35km da sede do Município em que esteja localizada a referida Unidade.”

“**Art. 4º** -
.....

§ 2º - Tratando-se da taxa devida pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio prestado no âmbito do Corpo de Bombeiros, o contribuinte será a pessoa física ou jurídica que esteja na posse de bem imóvel, a qualquer título, inclusive como locatário.

§ 3º - O proprietário ou titular do domínio de bem imóvel responderá solidariamente pelo pagamento da taxa devida pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio prestado no âmbito do Corpo de Bombeiros.”

“**Art. 6º** -
.....

Parágrafo único - O pagamento da taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios poderá ser efetuado com os seguintes descontos, cumulativamente:

I - 20% (vinte por cento), caso o imóvel tenha sido vistoriado pelo Corpo de Bombeiros no ano anterior e não tenha apresentado qualquer restrição quanto ao atendimento de norma técnica de segurança, prevenção contra incêndio, pânico e explosão;

II - 20% (vinte por cento), caso o contribuinte possua brigada de incêndio que atenda aos requisitos da ABNT NBR 14276 ou em outra norma que vier substituí-la e que esteja registrada no Corpo de Bombeiros, acrescido de mais 10% (dez por cento) caso participe de Plano Auxílio Mútuo (PAM) ou de Plano Auxiliar de Emergência (PAE).”

“ANEXO II
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO PODER EXECUTIVO
(previsto no art. 1º, II)

1	10	7			Taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios (valor determinado de acordo com o Coeficiente de Risco de Incêndio, expresso em megajoule - MJ por imóvel)	Ver notas 6, 7 e 8
---	----	---	--	--	--	--------------------

Nota 6: O valor da taxa é determinado pelo coeficiente de risco de incêndio do imóvel de acordo com a seguinte tabela:

Coeficiente de risco de incêndio do imóvel em megajoule (MJ) Valor da taxa em reais (R\$)

Até 10.000	21,00
Acima de 10.000 até 20.000	46,00
Acima de 20.000 até 30.000	87,00
Acima de 30.000 até 50.000	99,00
Acima de 50.000 até 70.000	176,00
Acima de 70.000 até 100.000	293,00
Acima de 100.000 até 150.000	389,00
Acima de 150.000 até 200.000	492,00
Acima de 200.000 até 400.000	738,00
Acima de 400.000 até 600.000	1.136,00
Acima de 600.000 até 1.200.000	1.794,00
Acima de 1.200.000 até 2.000.000	2.372,00
Acima de 2.000.000 até 4.000.000	2.863,00
Acima de 4.000.000 até 8.000.000	3.127,00
Acima de 8.000.000 até 12.000.000	3.320,00

Acima de 12.000.000 3.320,00 acrescido de R\$ 166,00 a cada 1.000.000 MJ ou fração que exceder a 12.000.000 MJ; limitado a 60 (sessenta) vezes o valor da faixa anterior.

Nota 7: O coeficiente de risco de incêndio (CRI) corresponde à quantificação de risco de incêndio do imóvel, obtido pela seguinte fórmula:

$$CRI = CIE \times A \times FGR$$

Onde:

CIE é a Carga de Incêndio Específica do imóvel, expressa em megajoule por metro quadrado (MJ/m²), em razão da natureza da ocupação ou do uso do imóvel, de acordo com a classificação constante do Anexo C da NBR 14432 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou em norma que vier a substituí-la;

A é a área total construída do imóvel, expressa em metros quadrados, incluída a fração ideal nos casos de estabelecimento localizado em condomínio;

FGR é o Fator de Graduação de Risco, em razão do grau de Risco de Incêndio do imóvel, conforme a seguinte escala:

a) carga de incêndio específica até 300 MJ/m²: Fator de Graduação de Risco igual a 0,50 (cinquenta centésimos);

b) carga de incêndio específica acima de 300 MJ/m² até 2.000 MJ/m²: Fator de Graduação de Risco igual a 1,00 (um inteiro);

c) carga de incêndio específica acima de 2.000 MJ/m²: Fator de Graduação de Risco igual a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos).

Nota 8: Para efeito de cálculo do valor da taxa, na hipótese do contribuinte não efetuar o cadastramento do seu imóvel na SEFAZ e não havendo sido constatado o tamanho real mediante

vistoria ou por outro meio, será considerado como área total construída do imóvel:

- a) tratando-se de estabelecimento de microempresa: 150m²;
- b) tratando-se de estabelecimento de empresa de pequeno porte: 1.200m²;
- c) demais estabelecimentos: 10.000m².

....."

Art. 24 - Os dispositivos da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, abaixo indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 5º** -

II -

i) no âmbito do Corpo de Bombeiros:

1 - tratando-se de edificações unifamiliares de, no máximo, 03 (três) pavimentos:

1.1 - a análise de projeto de prevenção contra incêndio, pânico e explosão;

1.2 - a pesquisa de incêndio e explosão;

1.3 - a vistoria;

2 - tratando-se da taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios no âmbito do Corpo de Bombeiros:

2.1 - os templos de qualquer culto;

2.2 - os partidos políticos e suas fundações;

2.3 - as entidades sindicais dos trabalhadores;

2.4 - as instituições de educação ou assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos previstos no Código Tributário Nacional;

2.5 - os imóveis residenciais e rurais;

2.6 - os demais imóveis que tenham coeficiente de risco de incêndio de até 50.000 megajoules (MJ);

.....”

“ANEXO II
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO PODER EXECUTIVO
(previsto no art. 1º, II)

1	10	5				Assistência preventiva do Corpo de Bombeiros em eventos por meio de veículos com guarnição incluída (por hora ou fração), a pedido do interessado.	
---	----	---	--	--	--	--	--

.....”

Art. 25 - O valor da taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio relativo ao exercício de 2013 fica limitado ao valor apurado utilizando-se os critérios definidos nesta Lei, cabendo restituição de valores porventura recolhidos a maior.

Parágrafo único - As isenções previstas no inciso I do art. 2º desta Lei produzirão efeitos para o exercício de 2013.

Art. 26 - Ficam revogados a alínea "f" do inciso I do art. 5º, o item 1.9.3 e a nota 4 do Anexo I, todos da Lei nº 11.931, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.

Deputado CARLOS BRASILEIRO

Relator

(Os Srs. Deputados procedem à votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam votar os Srs. Deputados Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, João Bonfim, Joseildo Ramos, Luciano Simões, Paulo Azi, Reinaldo Braga, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito e Tom Araújo.

O deputado Targino Machado está em tratamento médico em São Paulo, por isso não está presente. Ele pediu para que eu avisasse aos Srs. Deputados.

Faltam votar os Srs. Deputados Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, João Bonfim, Joseildo Ramos, Luciano Simões, Paulo Azi, Reinaldo Braga, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito e Tom Araújo.

Encerrada a votação.

Resultado: aprovado, “sim”, 30 votos. “Não”, 9 votos.

Portanto, o projeto foi aprovado e irá para sanção do governador Jaques Wagner.

Há, aqui, 6 requerimentos...

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Elmar

Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Salvo engano, há um requerimento de retirada do projeto, assinado pelo Sr. Governador...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado. Peço desculpas a V.Ex^a pelo equívoco que cometi.

Há um requerimento, assinado pelo governador Jaques Wagner: (Lê) *“Cumprimentando Vossa Excelência, venho solicitar que seja retirado da tramitação dessa augusta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia o Projeto de Lei nº 20.535/2013, que 'autoriza a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER a alienar os imóveis que indica', em decorrência da necessidade de proceder aos devidos ajustes técnicos.”*

O Sr. Elmar Nascimento:- Tem a aquiescência do Líder?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, tem a aquiescência do Líder.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Quero apenas deixar registrada mais uma vez, - Sr. Presidente, porque V.Ex^a não estava presente na hora, o secretário da Mesa estava, O Sr. Carlos - a demonstração de boa vontade que a Oposição teve com o governo. O Requerimento do governador chegou errado. Chegou pedindo para retirar de pauta o projeto, mas sabemos que no processo legislativo a pauta precede inclusive o enviar das comissões. Alertei ao Líder do governo que pediu ao Sr. Governador e ele consertou o requerimento, o que sobrestaria qualquer processo hoje, inclusive.

Eu queria registrar a boa vontade que a Oposição teve de ajudar o governo a resolver o procedimento, porque V.Ex^a, inclusive, deferiu uma questão de ordem e eles insistiram no erro, pedindo a retirada de pauta, e não cabe esse tipo de procedimento.

Era apenas para fazer esse registro, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço a V.Ex^a, porque se estivesse no anterior eu teria indeferido, já é decisão aqui que o governo do Estado não tem poder para retirar de pauta, pode retirar de tramitação, mas de pauta, só este Parlamento.

Vamos votar o primeiro requerimento. É o requerimento, nos termos do art. 174, inciso II, do Regimento Interno, que pede urgência para tramitação do projeto de lei 20.620/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera o § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.627, de 28 de dezembro de 2012.

(Lê) *“Requeiro, nos termos do artigo 174, inciso II, do Regimento Interno, urgência para a tramitação do projeto de lei 20.620/13, de autoria do Poder Executivo, que altera o § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.627, de 28 de dezembro de 2012.”*

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só podem encaminhar os Líderes.

Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos, como Líder do DEM.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Zé Neto:- Antes da fala do deputado Gaban, é preciso indicar o relator para a PEC.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, só um segundo. Que PEC? É preciso saber o número da PEC.

O deputado Zé Neto está pedindo para eu designar um relator para a PEC, tendo em vista que venceram os prazos nas comissões. Então, o Regimento passa para o presidente indicar...

Está faltando o número da PEC, mas é a PEC conhecida popularmente como... Já tem o número da PEC? Só um segundinho aqui para eu saber.

O deputado Zé Neto, como Líder do governo, está pedindo que a Presidência indique o relator para a proposta de emenda constitucional nº 134/ 2013, que altera o *caput* do artigo 204 da Constituição do Estado da Bahia.

Eu vou designar o deputado Zé Raimundo para ser o relator. Ele terá o prazo de 5 dias para apresentar o seu relatório.

Para encaminhar o requerimento, como Líder do DEM, com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- É apenas para esclarecer, porque o pessoal pode não ter entendido. O deputado Zé Raimundo é o relator no âmbito da comissão. Ultrapassado o prazo de 5 dias para a comissão deliberar, aí, sim, é trazido para o Plenário, e V.Ex^a pode designar o relator, no Plenário, punindo, assim, a Comissão, por não obedecer ao prazo de 5 dias.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, ele vai ser o relator na comissão.

O Sr. Elmar Nascimento:- O prazo de 5 dias é na comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 5 dias corridos na comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo, deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Elmar Nascimento, quero chamar a atenção de V.Ex^a quanto a esse projeto de urgência, sem discussão, e vejam o governo que se diz transparente. (Lê): *“Requeiro, nos termos do artigo 174, inciso II, do Regimento Interno, urgência para a tramitação do projeto de lei 20.620/13, de autoria do Poder Executivo, que altera o § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.627, de 28 de dezembro de 2012.”* No encaminhamento feito pelo Exmº Sr. Governador, ele apenas diz alteração.

Vocês sabem o que está sendo votado aqui sem discussão? Sem saber o destino? O empréstimo de R\$1 bilhão. O empréstimo de R\$1 bilhão sem discussão, sem saber onde vai ser aplicado o dinheiro. Meu caro deputado Elmar Nascimento, temos que orientar de imediato o advogado da Bancada para entrar com uma representação no Ministério Público. Como esta Casa pode dar um aval de R\$1

bilhão sem ter sequer discussão nas comissões pertinentes? Sem saber onde ele vai aplicar o dinheiro. É um absurdo o que esta Casa está querendo aprovar, a urgência de um projeto para não ter discussão. O que significa R\$1 bilhão para ser jogado em campanha eleitoral. Isso é um crime contra o patrimônio público. Essa falta de transparência do governo vai ter que ser respondida na Justiça.

Viu, deputado Elmar Nascimento, cabe a V.Ex^a, como Líder, amanhã mesmo mandar o advogado da Oposição preparar a representação para que os líderes partidários possam dar entrada no Ministério Público juntamente com V.Ex^a, devido a relevância dessa arbitrariedade de ter o aval em regime de urgência para um empréstimo de R\$1 bilhão. Não diz nada aqui, esse que é o governo da transparência, esse é o governo que até para encaminhar engana a própria Bancada, que nem sabe o que está votando. Cadê a transparência desse governo que se diz republicano? Republicano é na propaganda, republicano é na matéria. É na revolução silenciosa, ele só faz a coisa de maneira silenciosa, na surdina, que nem a Bancada do governo sabe o que está votando. Para que vai servir esse dinheiro? Onde será aplicado?

O Ministério Público tem que ser nosso parceiro. Hoje, temos um presidente no Tribunal de Justiça que tem responsabilidade com a imagem do Tribunal. Acabou aquela história de parceria Executivo e Judiciário, as coisas agora são diferentes. E vamos provar, deputado Elmar Nascimento, já com essa ação. O Ministério Público deve encaminhar ao presidente do Tribunal de Justiça. Não se pode de uma maneira silenciosa, como o governador diz, uma revolução silenciosa, e é tão silenciosa que nem diz aqui que é para ter o empréstimo de R\$1 bilhão.

Isso é um crime contra os recursos do governo do Estado. Um governo que foi incompetente na gestão, um governo que consumiu mais de 70% do que foi arrecadado para o Refis no aumento de custeio, para atender aqueles adesistas, aqueles que foram eleitos pelo povo por um partido e optaram em ir para o lado do PT. E vão cair do cavalo, porque vamos mover essa ação para que o governo não utilize esse recurso. Porque em ano eleitoral, um empréstimo dessa natureza para quem não tem compromisso e responsabilidade, tem que ter uma ação na Justiça.

E é isso, meu querido Líder Elmar, recomendo a V.Ex^a que já diga ao advogado da Oposição que entre na Justiça. Vamos acionar as Bancadas federais do DEM, do PSDB, do PMDB, dos partidos que fazem oposição na Casa para denunciar em nível de Congresso Nacional.

V.Ex^a não trema, não. Sabe por quê? Porque teve o disparate de botar R\$ 8 milhões numa ONG para fornecer *hot dog* em Feira de Santana. Quem tem a cara de pau de botar R\$8 milhões em *hot dog* em Feira de Santana, não vai tremer, não. Quem vai tremer é a estrutura do povo sério desta terra que está esgotado. V.Ex^a pensa que não treme, mas está tremendo a estrutura do nosso Estado com tamanha falta de transparência deste governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana, como Líder do Bloco DEM/PSDB/PRP.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Gaban, V.Ex^a fez uso da tribuna aqui, os deputados da base de governo que se encontram aqui ao meu lado, perguntam para que mais transparência do que isso? Será de fato, deputado Gaban, que esse projeto aqui esclarece alguma coisa? V.Ex^a deixou a Bancada de Oposição assustada, V.Ex^a falou em 1 bilhão, deputado Gaban, de empréstimo, será que é o mesmo? Acho que até a Bancada da base de governo está confundindo aqui.

Deputado Gaban, queria a atenção de V.Ex^a porque acho que até a própria Bancada da base do governo está fazendo confusão. Alguns acham que é o mesmo dinheiro, outros acham que não é. De fato, não vamos saber o que realmente é. Agora, mais uma vez a Bancada governista vai assinar um cheque em branco para o atual governo. Outros cheques desses já foram assinados no passado.

Veja V.Ex^a o que aconteceu no Estado da Bahia, quantos bilhões de empréstimos já tomou esse governo Wagner desde o início de sua gestão. Alguns bilhões, salvo engano, 14, e aí V.Ex^a me corrija se eu estiver errado, deputado Gaban. Pedem mais uma vez a esta Bancada que diz amém a tudo e a todos os pedidos do atual governo. Eles vão agora sem saber de fato qual o valor exato e para onde vão os recursos, e mais uma vez dizer amém ao governo do Estado, aprovando com a sua ampla maioria o empréstimo de 1 bilhão de reais.

Acho que seria sensato, e acho, deputado Bruno Reis, que o papel desta Casa deveria ser exatamente o inverso disso. Não que nós não nos dispuséssemos a aprovar também o empréstimo, desde que soubéssemos para onde apontaria o governo os investimentos desse empréstimo. Quer dizer, se foram tomados por parte do atual governo 14 bilhões de reais, algo em torno disso em empréstimos. O Estado da Bahia encontra-se dessa forma.

Aqui hoje, desta tribuna, vários e vários deputados manifestaram preocupações com relação à área da saúde, área da segurança. Deputado Gaban, acho que se esse projeto for aprovado, mais de 1 bilhão de reais serão jogados pelo ralo. Digo isso porque o governo tem demonstrado ao longo desse período que está à frente do Estado da Bahia, essa incapacidade de gerir os recursos. Não se trata de um valor pequeno. Trata-se de um valor mais do que considerável: 1 bilhão de reais é um número que de fato precisaríamos saber para onde vai esse recurso, mas de fato a Bancada do governo está vezeira em fazer a vontade do Executivo, aprovando tudo aquilo que lhe é pedido sem sequer questionar para onde vão os recursos.

Fico triste, preocupado porque vejo que todo esse trabalho da Oposição, que todo esse trabalho da base do governo, era justamente para que ao final dessa discussão, ao final dessa sessão, o governo viesse com essa proposta que realmente nos deixa de cabelo em pé, porque já foi provada aqui várias vezes a má aplicação dos recursos. Já pedimos aqui também por parte dessa Bancada de governo explicação para o governo igualmente sobre a forma como vem gerindo, através de Secretarias e outros órgãos, e gastando os recursos da Bahia. Com certeza, eles não vêm priorizando a saúde nem a segurança, porque o Estado se encontra num caos. Agora lá se vai mais um bilhão de reais em empréstimo, e ficamos com a sensação de

que vai mais uma vez descer pelo ralo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado deputado Elmar Nascimento, como Líder da Oposição, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, o presente requerimento de urgência trata do projeto de lei nº 20.620/2013, do Sr. Governador, que altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 12.627, de 28 de dezembro de 2012.

O objetivo da mudança desse Art. 1º, meu caro deputado Zé Raimundo, é alterar a lei que autorizou no ano passado o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil para incluir a Infraestrutura entre as áreas de destinação dos recursos advindos da referida operação.

Há um provérbio que diz que a pressa é inimiga da perfeição. Quando questionamos esta votação de regime de urgência, é porque termina levando a uma série de equívocos, como este que está a ocorrer agora. Um ano depois, o governador precisar - por não ter conseguido receber o empréstimo que autorizamos desde dezembro - fazer inserir na mudança do objeto a infraestrutura para poder contratar com o BB.

E eu lhes pergunto: será que, se este projeto tivesse tramitado de forma normal no âmbito das Comissões, e teria de passar obrigatoriamente pela de Infraestrutura, não teria sido feita essa emenda corrigindo este equívoco para que não precisasse retornar e ser votado na Assembleia Legislativa? A lei sancionada pelo governador no dia 28, que autoriza a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil no valor de 1 bilhão, 125 milhões e 480 mil reais, não estipulou Infraestrutura, colocando apenas Segurança Pública e Prisional, Ciência, Tecnologia e Inovação, Saúde e Mobilidade Urbana. E aí o BB, para poder contratar, exigiu essa modificação.

Pasmem, senhores! Um ano inteiro nessa burocracia apenas porque esta Casa, que tem servido apenas como carimbadora de projetos oriundos do Executivo, se recusou a cumprir o seu *mister* de analisar o projeto em nível da constitucionalidade e legalidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não tramitando assim também pelas outras Comissões Temáticas! E aí não tenho dúvida nenhuma, inclusive em função da capacidade dos deputados que compõem este Parlamento, de que, se este projeto tivesse uma tramitação normal sem esta urgência que tem se revelado maléfica neste e em outros casos, o governador e o governo do Estado da Bahia não teriam passado por este problema. Após ter sido aprovada a operação, não se pôde contratar com o banco simplesmente por não ter sido incluída a infraestrutura dentro do seu objeto. Isso dá um aspecto muito maior, é claro, do objeto de investimentos que o Estado necessita, sejam eles em ferrovias, estradas, pavimentação e diversas outras obras de infraestrutura.

Queira eu, torço até por isso, que este projeto não precise passar novamente pelo Senado Federal para autorizar a operação de crédito. Imagine, se já demorou 1 ano para sair esse recurso, isso poderá demorar outro tempo qualquer.

Todas essas urgências revelam um açodamento desnecessário que conspira para

sair um projeto não da forma que deveria: pronto, acabado e amadurecido, sendo uma contribuição dos Srs. Deputados, das Bancadas, para que o Sr. Governador, ao sancioná-lo, não cometesse o equívoco de mandar o projeto dessa forma e ter de enviar 1 ano depois outro projeto modificando-o.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, oriento à nossa Bancada no sentido de votar contrariamente à urgência para esse projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento.

Em votação...

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Pela ordem o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Antes de pedir que seja zerado o painel e que se marque o tempo de 25 minutos, solicito a todos os deputados que estão, neste momento, tomando mingau na sala do cafezinho, que se façam presentes ao Plenário, já que existe uma solicitação de quórum de votação para que possamos votar a urgência para um importante projeto.

Todos os deputados que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, na biblioteca, alguns que são contumazes no exercício de ginástica esportiva e se encontram correndo pelos corredores da Assembleia neste momento, gostaríamos de que viessem para este recinto e registrassem suas presenças.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para que se zere o painel e se marque os 25 minutos regulamentados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação.

Por favor, solicito que zerem o painel e marquem os 25 minutos. (Pausa)

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, com o deputado Elmar Nascimento registrando a presença, já existe quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quórum.

Em votação.

Como recomenda à sua Bancada, deputado Elmar Nascimento?

O Sr. Elmar Nascimento:- Recomendo à minha Bancada que vote Não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Elmar Nascimento recomenda o Não.

Como recomenda à sua Bancada, deputado Zé Neto?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo a minha Bancada que vote Sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Zé Neto recomenda o Sim. Em votação.

Quem deseja seguir a orientação do deputado Zé Neto, vota Sim. Quem quer seguir a orientação do deputado Elmar Nascimento, vota Não. A votação é aberta. (Pausa.)

Encerrada a votação. Resultado: o requerimento de urgência foi aprovado com 31 votos contrários.

Próximo requerimento. O próximo requerimento é do Líder da Maioria, deputado Zé Neto, que requer, nos termos do 174, inciso II do Regimento Interno, urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 20.624/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.281, de 7 de outubro de 2004, que estabelece critérios da distribuição de recursos financeiros que trata o artigo 204 da Constituição do Estado da Bahia”.

Para encaminhar o nobre deputado, Líder da Oposição, pelo tempo regimental de até 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, para encaminhar pelo tempo regimental de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Presidente Marcelo Nilo, eu poderia fazê-lo mediante uma questão de ordem, mas preferi, em deferência aos colegas, fazer no meu horário de encaminhamento um questionamento que mostra, mais uma vez, um absurdo em que se tenta passar o carro à frente dos bois. O Líder do Governo comete uma derrapagem: apresenta um requerimento de urgência para a votação do Projeto de Lei nº 20.624/2013, de autoria do Executivo, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.281, de 7 de outubro de 2004, que estabelece critérios da distribuição de recursos financeiros que trata o artigo 204 da Constituição do Estado da Bahia”.

Esse projeto, Sr. Presidente, quer regulamentar a PEC que ainda não votamos. Se votarmos a urgência, na semana que vem esse projeto antecederá a PEC ou será inconstitucional, porque será em face da Constituição atual. Nós vamos ter na Ordem do Dia, à frente da votação da PEC, o projeto que vai regulamentar a PEC que não existe, presidente.

Meu caro Líder, se V.Ex^a aprova a urgência, daqui a 8 dias, o projeto está apto a ser votado, os prazos regimentais antecedem. Aí, o projeto vai anteceder a PEC que modificará esse projeto, submetido imediatamente à Comissão de Constituição e Justiça. Não há outro parecer que possa ser feito que não pela inconstitucionalidade, porque é feito em função do artigo 204 da atual Constituição do Estado da Bahia, e não da que vai vir a ser aprovada ainda, pressupondo-se que ela será aprovada.

Portanto, é absolutamente inócuo esse pedido de urgência, porque o projeto estará apto a ser votado na semana que vem, ou seja, se antecipa a condição, se quebra prazo para ele estar apto a ser votado sem necessidade e sem poder votar, porque, se for votado antes da aprovação da PEC, o projeto é inconstitucional. Portanto, essa urgência, além de absurda, é inócua! Inócua, porque quinta-feira deixa apto a votar esse projeto de lei, mas não pode ser votado – vão ter que negar quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça –, porque, se for, outra conclusão

não podemos ter que não a da inconstitucionalidade.

Não tem eficácia! É o princípio, meu caro Líder, que frequentou a faculdade de direito, da hierarquia da lei! Não adianta votar uma lei para regulamentar uma norma da Constituição que não existe, que ainda está para ser deliberada na PEC que iniciaremos a discussão, ainda na semana que vem, se tudo transcorrer dentro da normalidade.

Os deputados que quiserem vir a esta casa no dia 26 de dezembro, ou melhor, 38 deputados deverão comparecer, porque esse é o quórum de votação da PEC, pela manhã, no horário da sessão ordinária, para votar um projeto que sequer poderá ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça, porque o horário da reunião da Comissão choca com o horário da sessão ordinária da quinta-feira. Portanto, submeteremos os deputados a uma questão que sequer poderá ser resolvida.

Estamos discutindo um requerimento inócuo. Ele só poderá ser votado, se não houver nenhum tipo de acordo, no final de janeiro, depois de cumpridos os prazos regimentais, porque a votação de uma PEC possui um prazo especialíssimo, em que não cabe regime de urgência, e a votação tem de ser feita em dois turnos com 3/5 dos Srs. Deputados. Portanto é mais uma barbeiragem, uma derrapagem, sem consistência, sem necessidade de expor os colegas a estarem aqui votando uma urgência desnecessária, inócua. Ele será obrigado a negar quórum na Comissão de Constituição e Justiça, mesmo estando apto a votar, porque senão seria inconstitucional.

Queria chamar a atenção para isso. E o fiz no encaminhamento do requerimento de urgência para mostrar o absurdo desse requerimento.

Sr. Presidente, como Líder da Minoria, recomendo aos meus pares que votem contra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a questão de ordem do deputado Elmar Nascimento, aliás, nem foi questão de ordem, porque o Líder da Oposição utilizou o tempo que tinha para encaminhar e questionar esse absurdo.

Gostaria de ver o parecer, inclusive, de V.Ex^a, que, como magistrado, tem agido de acordo com o que recomenda a posição de um presidente do Legislativo, preservando sempre os dois direitos, ou seja, do governo e da Oposição, de maneira extremamente equilibrada.

Não podemos, Sr. Presidente, votar uma coisa quando sabemos que é inócua. Votar uma urgência sobre algo que não existe na Constituição estadual. Quando a PEC for apreciada – o prazo aproximado para votação do primeiro turno é em torno do dia 11 de janeiro; o segundo, votaremos em torno de 18 ou 19 de janeiro – poderemos apresentar um projeto para regulamentar a utilização.

Então, Sr. Presidente, solicito – até para preservar o bom nome desta Casa – a

V.Ex^a que considere impertinente a apresentação do regime de urgência de uma coisa que não existe, e partiríamos para a votação do novo regime de urgência. Este, parece-me que não tem nenhum cabimento.

Sr. Presidente, confesso que não gostaria de que esta se transformasse numa Casa em que tudo vai para a área jurídica. Mas não restará alternativa. Não podemos, antes da aprovação da PEC, aprovar um regime de urgência de uma coisa que não existe na Constituição do nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, estamos votando a urgência de um projeto que está em tramitação. Se é constitucional ou inconstitucional, compete à Comissão de Constituição e Justiça decidir, não eu. Para isso existe uma Comissão de Constituição e Justiça. Ela irá decidir. Eu não posso, porque seria uma interferência na própria comissão. Se por acaso a comissão aprovar e os deputados recorrerem...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Isso é óbvio, Sr. Presidente.

Eu sou da Bancada do governo, mas acho que temos de reconhecer o erro. Caso contrário, estaremos aqui fazendo algo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, é a comissão que deve decidir. A Comissão de Constituição e Justiça existe para isso. Ao se reunir, a Comissão decidirá a questão do deputado Gaban. Não sou eu quem decide.

Deputado Paulo Rangel, quem decide a constitucionalidade de qualquer projeto é a Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Paulo Rangel:-Sr. Presidente, eu acho que não se trata de constitucionalidade ou inconstitucionalidade. Mas de um erro técnico que está sendo cometido...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se há um erro técnico, analisarei com a Procuradoria.

O Sr. Paulo Rangel:- Como legislador, acho que não pode chegar à Comissão de Constituição e Justiça qualquer projeto regulamentando uma lei que não existe. Não se trata de inconstitucionalidade ou não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem razão.

Defiro a questão de ordem do deputado Gaban, (palmas) tendo em vista que o Líder, deputado Paulo Rangel, argumentou com ênfase. Realmente, tenho de reconhecer o erro.

Está suspensa a votação desse requerimento.

Caso queiram, colocarei outro requerimento substituindo esse.

O Sr. Elmar Nascimento:-Questão de ordem, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Só para esclarecimento a V.Ex^a, o próximo requerimento é também regulamentado pelo art. 204 da Constituição. Sob o mesmo

fundamento, peço que seja retirado e passemos para o próximo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se é sobre o mesmo assunto, retira-se também.

O próximo...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Companheiro, tendo em vista os argumentos do deputado Paulo Rangel, que contribuíram com os argumentos do deputado Gaban e do deputado Elmar, como presidente, não posso ficar com uma responsabilidade dessas. Os dois lados, em tese, concordaram. Por isso, defiro. Retira-se esse também e vota-se o próximo.

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero divergir dessa tese do deputado Paulo Rangel. Nós estamos votando aqui um requerimento de urgência...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a pode recorrer da minha decisão, é um direito de V.Ex^a, e o Plenário decide. Eu defiro, mas V.Ex^a tem o direito de recorrer da minha decisão. Se quiser recorrer, pode. Não ficarei magoado de jeito algum.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Zé Neto, quero recorrer dessa posição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode recorrer, não há problema algum.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Quero recorrer dessa decisão. Estamos votando, e não faz sentido ficarmos aqui até de manhã... Quero recorrer desta decisão e submeter ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Rangel, defiro sua questão de ordem.

Vou argumentar. O deputado Rosemberg Pinto recorreu da minha decisão e sou obrigado a passar ao Plenário. A minha posição é de se retirar os dois requerimentos, mas compete ao Plenário decidir...

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Com relação ao primeiro requerimento, quero arguir a preclusão, porque V.Ex^a anunciou a retirada, e foi retirado. O primeiro já foi retirado. Ele está recorrendo da decisão de V.Ex^a no segundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O primeiro já retirei, não tem como voltar, já é matéria vencida. Já passamos para a próxima matéria. Vou colocar o segundo em votação.

Vou ter de verificar o quórum de votação.

Zerem o painel.

Sr. Deputados, é preciso ter quórum para se votar. Se não houver quórum, será mantida a minha decisão.

Os Srs. Deputados que queiram votar contra a decisão do presidente, fiquem à vontade.

Vou explicar para V.Ex^{as} entenderem. O deputado Gaban fez uma questão de

ordem, e eu a indeferi. O deputado Paulo Rangel ratificou, reforçou, argumentou, e o presidente, atendendo às duas sugestões, deferiu a questão de ordem. O primeiro, já é matéria vencida. Vou colocar em votação minha decisão sobre o segundo requerimento. Se não houver quórum, mantém-se a minha decisão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, uma vez que não se vai poder fazer modificação no primeiro requerimento, que é o que me interessava mais, vou seguir a orientação da Presidência. Retiro minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, vamos passar para o próximo requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos ao outro requerimento, assinado pelo Líder da Maioria:

(Lê) *“Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 20.595/2013, de autoria do Poder Executivo, que instituiu a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências.”*

Para encaminhar, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Gostaria aqui de parabenizar o deputado Paulo Rangel pela sensatez com que ajudou esta Casa a sair da confusão em que estava envolvida. E aí, deputado Paulo, V.Ex^a que é um conhecedor e ex-presidente da CCJ pôde dar uma contribuição para que pudéssemos agora sair daquele quadro confuso, deputado Pedro Tavares, que realmente ficamos sem entender, pois a Bancada de lá dizia uma coisa e a de cá, outra.

(O deputado Bruno Reis fala fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Bruno Reis, realmente fiquei sem entender. Gostaria de entender a preocupação do nosso colega, mas fiquei sem entender o que estava acontecendo: está certo, não está certo, está errado, não está errado. O fato é que existe da Bancada governista uma tentativa, deputado Leur Lomanto, de conceder ao governo do Estado da Bahia um bilhão de reais em empréstimo. Falei R\$ 1 bilhão em empréstimo. E aí a Bancada da Oposição, que passou toda a madrugada desta quarta-feira fazendo o seu papel, os seus apontamentos, agora quer saber, deputado Sandro Régis, qual será de fato o motivo e onde vão ser alocados tantos recursos, uma vez que já foram tomados emprestados por este governo R\$ 14 bilhões, algo em torno disso.

Recebo o Requerimento nº 8.043/2013, do Líder da Maioria, e faço questão de lê-lo para que os deputados tomem conhecimento do que vem acontecendo. O deputado Zé Neto faz um requerimento interno (Lê) *“para a tramitação do projeto de lei nº 20.595/2013, de autoria do Poder Executivo, que institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências.”* Está aqui.

Fico, deputado Leur Lomanto, sem entender a confusão gerada aqui pela Bancada da Situação. Nós, que fizemos uma obstrução na discussão de temas que perduraram toda a madrugada, não esperávamos que ao final de todo este debate o

governo tentasse aprovar mais um empréstimo, mais R\$ 1 bilhão, deputado Bruno Reis. De fato, eles não estão nem conseguindo se entender. A própria Bancada governista está discordando. Uma parte acha uma coisa, a outra acha outra. E o Líder do governo diz uma coisa, mas a outra parte da Bancada diz outra.

Então, eu também fico sem entender! Se a Bancada da Maioria não está entendendo, quanto mais a da Oposição! Esta não está entendendo nada! Não está sabendo mais o que de fato este governo quer. Vejam as dúvidas: se quer 1 bilhão; se não quer 1 bilhão; de que maneira eles querem aprovar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- O fato é que se eles conseguirem aprovar mais este empréstimo, nós queremos, no mínimo, saber onde o mesmo será empregado. Foram tantos outros bilhões conseguidos através de empréstimos com o amplo apoio da Bancada do governo sem dizer em que seriam gastos!

Agora, de fato, é nosso direito e nosso dever pedir explicações para saber se este dinheiro será aplicado e onde será aplicado ou se ele continuará a descer pelo ralo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban por 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, não poderia deixar de parabenizar os deputados Rangel e Rosemberg. Há certas coisas, pois, às 8h45min. da manhã, todo mundo está cansado. A medida que V.Ex^a, deputado Paulo Rangel, tomou é para preservar o Poder Legislativo. Não poderíamos, aqui, em hipótese alguma, aprovar urgência de algo que não está previsto na Constituição do Estado da Bahia. Nós juramos respeitar o que determina a Constituição.

Parabéns, deputado Paulo Rangel! Parabéns, presidente Marcelo Nilo!, pois V.Ex^a preservou, como é o dever do presidente, o Poder Legislativo.

Ganhamos todos nós.

Chegou, aqui, mais um projeto com pedido de regime de urgência. Temos de dar os parabéns. Sabemos que, no mundo inteiro, o turismo ecológico é o que mais tem se desenvolvido, crescido e gerado emprego, renda, etc. E o governo encaminha mais um projeto com pedido de urgência. Temos de votar favoravelmente, adequando, inclusive, o turismo da Bahia às medidas que vão se adequar ao que foi aprovado no Congresso Nacional.

Este projeto dá parâmetros. Isso, para mim, é uma coisa inédita! Na hora em que se cria um projeto dessa envergadura e dessa importância para o turismo do estado da Bahia, criam-se, apenas, dois cargos de DAS de conselheiro.

É um projeto enxuto e necessário para o desenvolvimento sobretudo do nosso turismo regional, já que foram inauguradas, aqui, as condições necessárias para o desenvolvimento de ações capazes de equilibrar a proteção do meio ambiente. A preservação do meio ambiente é um tema extremamente importante para o turista que

vem ao nosso estado, pois, assim, há uma política que estimula a preservação dos costumes regionais e, também, a preservação do meio ambiente, o seu uso, costumes regionais, viabilizando avanços para a inclusão social e a distribuição da riqueza.

Quanto a um projeto como este, não entramos, naturalmente, em detalhes. Porém é um projeto importante que, repito, cria, apenas, dois cargos. É raro ver um projeto aqui regulamentando um segmento tão importante, deputado Carlos Brasileiro. Este projeto cria, apenas, dois cargos de conselheiro tipo DAS-3. É, portanto, um projeto enxuto que merece a apreciação nossa. Mas, com certeza absoluta, este projeto tem 99% de possibilidades de aprovação até, se for o caso, por dispensa de formalidades, dada a relevância e a importância do turismo ecológico em nosso estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, como Vice-Líder no exercício da Liderança, com a palavra o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, queria, deputado Alan, um minuto da atenção de vocês para, de forma didática, explicar o propósito desta sessão ordinária. Ao iniciarmos esta sessão, havia dois projetos sobrestando a pauta. Um, depois de muita discussão, foi aprovado, agora, às 7h da manhã. O segundo projeto foi retirado de pauta.

O objetivo de toda esta plateia, que está aqui hoje, era aprovar os, em especial os dois requerimentos que permitiam a antecipação dos *royalties*. Para quê? Para cobrir o rombo do Funprev. Porém, esses requerimentos, em condições normais de temperatura ambiente, só poderiam ser aprovados após a aprovação da PEC. O presidente Marcelo Nilo, a fim de atender o rolo compressor do Líder Zé Neto, até porque esse era o propósito de levarmos esta sessão até este horário, inclusive aproveitando o cansaço da Oposição, era aprovar esses dois requerimentos. Só que, aí eu quero fazer justiça, porque a opinião do deputado Paulo Rangel foi técnica, com base no que fundamenta a lei. Não há como aprovar requerimento para a urgência de um projeto que se refere a outro projeto que nem sequer tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça! Então, Paulo Rangel deu uma opinião de forma acertada.

Zé Neto, V.Ex^a que imaginava que iria emprenhar a Oposição agora, pela manhã, foi derrotado, porque ouvi aqui um deputado usar uma questão de ordem, dizendo que o time estava organizado, que o time seria vitorioso. E, hoje, dez, doze deputados impuseram uma verdadeira derrota à base do governo. Foi a primeira vez que dez, doze deputados conseguiram derrotar mais de 35 deputados da base do governo que estão aqui. Por que? Porque queriam atropelar.

O presidente, que, naturalmente, iria fazer vista grossa, iria deixar passar. Mas quando houve reação da própria base do governo, ele perdeu a condição política de manter sua decisão. Então, também acertou o presidente Marcelo Nilo ao reafirmar essa posição.

Agora, hoje, a base do governo foi derrotada por dois a zero. Todo esforço de vocês aqui hoje, infelizmente foi em vão. Todos deputados e deputadas estão

cansados, viraram a madrugada, estão aqui quase às 8h da manhã. O propósito maior era a aprovação desse requerimento, felizmente pelo bem da Bahia! Porque é um crime! É um crime o que querem fazer: antecipar os *royalties* dos próximos cinco anos. E a base do governo, hoje, ajudou a Oposição a impedir, ou pelo menos retardar que o governo pratique esse crime, um crime que vai comprometer as finanças públicas do Estado pelos próximos cinco anos.

Sr. Presidente, está aqui a urgência do projeto “que institui a política estadual de turismo, o sistema estadual de turismo e dá outras providências.” Apesar de ser um projeto importante, como não tramita nas comissões, como veio para o plenário diretamente, acaba não tendo a oportunidade de ser aperfeiçoado, de ser melhorado para que pudéssemos debater.

Queríamos agradecer a base do governo por reconhecer e impedir que esse crime fosse realizado nesta manhã. Está vendo, Zé Neto, que não vale a pena querer passar o rolo compressor, levar a base ao sacrifício esta manhã? V.Ex^a vai carregar esse ônus, o ônus de ter feito todos os deputados ficarem aqui, virarem a madrugada e, ao final, o propósito de V.Ex^a não foi alcançado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o requerimento de urgência proposto pelo nobre deputado Líder da Maioria, deputado Zé Neto, que leva o nº 8.043/2013, que passo a ler: *“Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II, do Regimento Interno, urgência para a tramitação do projeto de lei nº 20.595/2013, de autoria do Poder Executivo, que institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo e dá outras providências.”*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado à unanimidade.

Há mais um requerimento. O deputado Zé Neto, Líder da Maioria, apresenta este requerimento.

Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

(Lê): *“Requeiro nos termos do art.174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 20.575/2013, de autoria do Poder Executivo, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.”*

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para encaminhar, o nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, há mais um projeto teoricamente importante que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Não temos conhecimento deste projeto e tampouco se sabe o que ele está dizendo. O governo, mais uma vez, apresenta um projeto sem que o Líder do Governo tenha o mínimo cuidado para fazer um breve resumo do que se trata, até para que a própria Bancada possa se posicionar.

Um assunto importante deste pode envolver, inclusive, segmentos que a própria Bancada do governo defende. E este mesmo projeto pode não atender às expectativas, tanto é que envolve as Comissões de Constituição e Justiça; de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos; de Saúde e Saneamento; de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Quer dizer, este é um projeto que envolve tantas comissões temáticas da Casa e o mesmo não passará por discussão nenhuma nas devidas comissões.

Depois, é aquela velha história, qual seja, lembram-se o que aconteceu com o projeto do Corpo de Bombeiros aprovado da mesma forma, em regime de urgência e o governo não viu que era inconstitucional? Depois, quando foi aprovar apenas o fundo, viu-se a inconstitucionalidade.

Aí, ficamos este tempo todo discutindo o projeto que tinha sido aprovado em regime de urgência em dezembro do ano passado. Não é que, às vezes, somos contra por sermos contra, mas é ser contra para preservar inclusive a Casa com o intuito de não aprovarmos alguma coisa irregular, que possa deixar de atender a vários segmentos, que muitos de V.Ex^{as} defendem e que nós defendemos também e que atende à sociedade...

(A Sr^a Ivana Bastos retira-se do Plenário conduzida pela Sr^a Maria Luiza Laudano.)

O Sr. GABAN:- Presidente, peça para chamar um médico, pois a deputada Ivana não está se sentindo bem!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há algum médico aqui no Plenário? Deputado Alan, por favor, veja ali a deputada Ivan Bastos. Ela se sentiu mal. Por favor, os deputados, que são médicos, vejam ali.

Está suspensa esta sessão por até 10 minutos.

(A sessão foi suspensa por 10 minutos com a permanência do Sr. Deputado Gaban na tribuna.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reiniciados os trabalhos, volto a palavra ao deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, para concluir o que tinha dito, infelizmente, vamos encaminhar contra por não termos conhecimento do que está sendo aqui apresentado. É um projeto, deputado João Carlos Bacelar, de suma importância, tanto é que envolve várias comissões temáticas e vai estipular uma política...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, é só para informar, tendo em vista que está passando na televisão e na internet, que a deputada Ivana Bastos está ótima, foi apenas uma queda de pressão, pois foi recentemente operada. Graças a Deus, está ótima.

Retorno a palavra a V.Ex^a.

O Sr. GABAN:- Foi importante a comunicação de V.Ex^a, realmente o medicamento parece que é muito forte, foi um mal súbito, mas felizmente ela está bem.

Deputado Elmar Nascimento, tomei a liberdade de dizer à deputada Ivana, até em nome de V.Ex^a e da Bancada, que não é necessário o retorno dela para o Plenário.

A presença dela, se for necessária, farei o registro em nome dela.

Resumindo, apenas vamos encaminhar contra por desconhecer o teor desse projeto. Depois de analisá-lo, se estivermos de acordo ou houver alguma sugestão para melhorá-lo, vamos ver o comportamento que se toma. Mas, no momento, só digo que vamos encaminhar contra por desconhecermos o teor desse projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, o requerimento.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a mandar verificar o quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Gostaria de que V.Ex^a zerasse o painel e desse os 25 minutos regulamentares para que possamos reconstituir o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a também será atendido.

Zerem o painel e marquem 25 minutos. Os Srs. Deputados que queiram votar registrem suas presenças...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

Como recomenda à sua bancada, deputado Gaban?

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, apenas por não conhecer o teor desse projeto, estou encaminhando e sugerindo que votem não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda o deputado Zé Neto, Líder do governo?

O Sr. Zé Neto: - Recomendo sim.

Em votação.

(Os Srs. Deputados registram seus votos no painel eletrônico.)

Quero lembrar a todos que hoje à noite vamos ter um jantar de confraternização para os 63 parlamentares. Esperamos nesse jantar que saia um acordo. Talvez, os deputados Gaban, Elmar Nascimento e Luciano Simões, que são líderes na Oposição, o deputado Zé Neto consiga convencê-los de um acordo. Se não, não teremos recesso. Se não houver acordo, pelos prazos regimentais, não haverá recesso.

Encerrada a votação. Vou anunciar o resultado: Aprovado, SIM - 28 votos; NÃO - 09 votos. Aprovado o requerimento.

Último requerimento

(Lê o requerimento.)

“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, nos termos do art. 174 inciso II, do Regimento Interno desta Casa

Legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 20.651/13, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.800, de 13 de fevereiro de 2001, que institui o Prêmio por Desempenho Fazendário, na forma que indica, e da outras providências.” Sala das sessões, 17 de dezembro de 2013.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, com a palavra deputado Gaban por 5 minutos.

O Sr. GABAN: - Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro requerimento de urgência: “altera a Lei 7.800 de 13 de fevereiro de 2001, que institui o Prêmio Fazendário”. Acho que é uma questão justa. Os fazendários acabam de bater um recorde nacional em termos de arrecadação. Já anunciados 870 milhões e já tenho informações, V.Exª deve, também ter a mesma informação que eu, que deve chegar na casa dos 930 milhões o Refis, fruto do trabalho dos fazendários.

Então, acho que este é um requerimento que não merece comentários a mais. Que não poderia deixar de aprová-lo, seria desprestigiar aqueles que trouxeram uma arrecadação que orgulha a todos os baianos, uma arrecadação nacional, recorde no último Refis. Então, o encaminhamento é no sentido de votarmos favoráveis.

E este aqui, Zé Neto, é um requerimento que V.Exª também encaminhou...

O Sr. Zé Neto:- Vamos votar por acordo.

O Sr. GABAN:- Com certeza absoluta. De minha parte, dispenso as formalidades e voto este aqui por acordo no dia que for.

Este é o meu posicionamento. É uma questão justa. Vamos votar favoráveis. A data de votar, o Líder discute com a Bancada, mas já adianto que é uma questão de justiça. Não vou obstruir e vou recomendar que ninguém obstrua, porque não podemos penalizar quem trouxe um orgulho para a Bahia, é um recorde, repito, nacional a arrecadação que fizeram através do Refis.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, tenho todo o prazer de acatar uma sugestão do meu vice-líder que é o deputado mais destacado desta Casa, mas, infelizmente, eu consultei a Bancada e a unanimidade é contra assinar mais qualquer dispensa de formalidades.

Portanto, não vamos assinar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, V.Exª assinou...

O Sr. Elmar Nascimento:- Assinei a do Ministério Público. A do Prêmio de Desempenho Fazendário foi sugerida agora, só informando que vamos votar a favor da urgência...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A dos fazendários...isso não está em votação. É só o requerimento. Vai votar o requerimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- É o requerimento. Vamos votar a favor do requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ninguém discute mais, ninguém encaminha mais.

Vamos votar a urgência do Projeto 20.651 que Institui o Prêmio de Desempenho Fazendário.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa). Aprovado à unanimidade.

O próximo projeto é por acordo, que é o do Ministério Público.

Há um requerimento assinado pelo Líder da Maioria e o Líder da Minoria que requerem na forma regimental, dispensa de todas as formalidades regimentais que seja apreciado de logo, o Projeto de Lei nº 20.639/2013 de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que reclassifica as entrâncias e promotorias de justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Transforma os cargos de carreira e dispõe sobre o exercício cumulativo de atribuições.

Defiro o requerimento. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Serviço Público, Relações de Trabalho e Finanças.

PROJETO DE LEI N.º 20.639/2013

Reclassifica entrâncias de Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, transforma cargos na carreira e dispõe sobre o exercício cumulativo de atribuições.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Quadro do Ministério Público do Estado da Bahia, nos termos do art. 291 da LC 11/1996, mediante a reclassificação das Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária com sede nas comarcas de Alagoinhas, Guanambi, Jacobina, Paulo Afonso e Porto Seguro para Promotorias de Justiça de Entrância Final, e das Promotorias de Justiça de Entrância Inicial com sede na comarca de Poções para Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária.

Parágrafo único - A reclassificação prevista no caput deste artigo não acarreta a promoção automática dos Promotores de Justiça, sendo mantidos os atuais subsídios correspondentes à Entrância Intermediária e à Entrância Inicial, respectivamente, asseguradas a posição na carreira e a permanência da atual classificação na lista de antiguidade, consoante o quanto determinado pelo art. 4º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 06 de junho de 2008.

Art. 2º. Ficam transformados os cargos de Promotor de Justiça, conforme tabelas anexas, no âmbito do Ministério Público do Estado da

Bahia, sem incremento de despesas decorrentes da transformação.

Art. 3º. Os membros do Ministério Público do Estado da Bahia designados para atuar em mais de uma Promotoria ou Procuradoria de Justiça, de forma cumulativa, perceberão verba indenizatória de 10% (dez por cento) do valor do respectivo subsídio.

§ 1º. Ato do Procurador-Geral de Justiça fixará as condições para a sua concessão, considerada a disponibilidade financeira.

§ 2º. O percentual de que trata o caput deste artigo não será incorporado aos subsídios ou aos proventos e não será considerado base de incidência para qualquer outra vantagem.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério Público, respeitado o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de de 2013.

Governador do Estado da Bahia

ANEXO I

Promotorias de Justiça de Entrância Inicial desativadas			
Promotoria de Justiça	Promotoria de Justiça a ser Desativada	Motivo	Agregação
Belmonte	1ª Promotoria de Justiça	Racionalização	2ª Promotoria de Justiça
Castro Alves	2ª Promotoria de Justiça	Racionalização	1ª Promotoria de Justiça
Iguaí	2ª Promotoria de Justiça	Racionalização	1ª Promotoria de Justiça
Itajuípe	2ª Promotoria de Justiça	Racionalização	1ª Promotoria de Justiça
Maragogipe	2ª Promotoria de Justiça	Racionalização	1ª Promotoria de Justiça
Muritiba	1ª Promotoria de Justiça	Racionalização	2ª Promotoria de Justiça
São Félix	1ª Promotoria de Justiça	Racionalização	2ª Promotoria de Justiça

ANEXO II

Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária	
Promotoria de Justiça	Vagas
Alagoinhas	01
Seabra	01

ANEXO II

Procuradorias de Justiça	
Cargo	Vagas
Procurador de Justiça	04

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados, trata-se do Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças ao Projeto do Ministério Público encaminhado pelo Dr. Wellington César Lima e Silva, procurador geral de Justiça.

Trata-se, portanto, do Projeto de Lei nº 20.639/2013 que reclassifica as entrâncias de promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, transforma cargo da carreira e dispõe sobre o exercício cumulativo de atribuições, em função de que houve uma mudança no Juizado e o Ministério Público não acompanhou. Essa reforma vai, agora, de certa maneira equilibrar, onde há as entrâncias do Judiciário haverá também do Ministério Público.

A essência, Sr. Presidente, do projeto é exatamente essa.

Aqui lista a Promotoria de Belmonte, Castro Alves, Iguai, Itajuípe, Maragogipe, Muritiba, São Félix, que modifica o nível dessas promotorias, racionaliza e, enfim, cria também vagas em Alagoinhas, em Seabra, melhora a presença do Ministério Público junto ao nosso Judiciário.

E por se tratar de uma matéria perfeitamente constitucional e legal, eu opino pela aprovação, Sr. Presidente, da matéria.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado e relator, deputado Zé Raimundo, no âmbito das comissões, ao projeto de lei do Ministério Público nº 20.639/2013, que reclassifica a entrância da Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, transforma cargos na carreira e dispõe sobre o exercício cumulativo de atribuições.

No âmbito das comissões, os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei nº 20.639/2013, de autoria do

Ministério Público. Em votação. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Convoco uma sessão extraordinária 1 minuto após o encerramento desta para votar em segundo turno o projeto de lei nº 20.639/2013, de procedência do Ministério Público.

Declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*